



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

RAÍSSA RESENDE DE MORAES

**ARENAS DO GARIMPO EM TERRAS INDÍGENAS NA
REGIÃO ENTRE O ALTO TAPAJÓS E O ALTO XINGU**

**CAMPINAS
2024**

RAÍSSA RESENDE DE MORAES

**ARENAS DO GARIMPO EM TERRAS INDÍGENAS NA
REGIÃO ENTRE O ALTO TAPAJÓS E O ALTO XINGU**

Tese apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título Doutora em Ambiente e Sociedade, na Área de Aspectos Sociais de Sustentabilidade e Conservação.

Orientadora: PROFA. DRA. LÚCIA DA COSTA FERREIRA

Coorientadora: PROFA. DRA. MARJOLEIN ELIZABETH MARIA DE THEIJE

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À
VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA
PELA ALUNA RAÍSSA RESENDE DE
MORAES, E ORIENTADA PELA PROFA.
DRA. LÚCIA DA COSTA FERREIRA

CAMPINAS
2024

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

M791a Moraes, Raíssa Resende de, 1988-
Arenas do garimpo em terras indígenas na região entre o Alto Tapajós e o Alto Xingu / Raíssa Resende de Moraes. – Campinas, SP : [s.n.], 2024.

Orientador(es): Lúcia da Costa Ferreira.
Coorientador(es): Marjolein Elizabeth Maria de Theije.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP),
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Ouro - Minas e mineração - Amazônia. 2. Povos indígenas - Amazônia.
I. Ferreira, Lúcia da Costa, 1955-. II. Theije, Marjolein Elizabeth Maria de,
1963-. III. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas. IV. Título.

Informações complementares

Título em outro idioma: Arenas of ASGM on indigenous lands in the region between High Tapajós and High Xingu rivers

Palavras-chave em inglês:

Gold mines and mining - Amazon

Indigenous people - Amazon

Área de concentração: Aspectos Sociais de Sustentabilidade e Conservação

Titulação: Doutora em Ambiente e Sociedade

Banca examinadora:

Lúcia da Costa Ferreira [Orientador]

Eduardo Sonnewend Brondízio

Marko Synesio Alves Monteiro

Amanda Sousa Silvino

Rodrigo Pereira Chagas

Data de defesa: 11-11-2024

Programa de Pós-Graduação: Ambiente e Sociedade

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0002-0646-1452>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/9782628833713562>



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado, composta pelos(as) Professores(as) Doutores(as) a seguir descritos, em sessão pública realizada em 11/11/2024, considerou a candidata Raíssa Resende de Moraes aprovada.

Profa. Dra. Lúcia da Costa Ferreira

Prof. Dr. Eduardo Sonnewend Brondízio

Prof. Dr. Marko Synesio Alves Monteiro

Dra. Amanda Sousa Silvino

Prof. Dr. Rodrigo Pereira Chagas

A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses e na Coordenadoria do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

*Dedico esta tese à minha filha Dandara,
Luz da minha vida.
E à tia Miriam (em memória),
Luz de inspiração, na dedicação ao conhecimento.*

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora Profa. Dra. Lucia da Costa Ferreira, que me apresentou formas profundas e complexas de interpretar as questões ambientais. Também pelo carinho, acolhimento e sabedoria nestes anos de trabalho conjunto.

À minha coorientadora Profa. Dra. Marjolein Elizabeth Maria de Theije, pela recepção e orientação meticulosa, em especial durante o período de seis meses do meu doutorado sanduíche no departamento de Antropologia, da *Vrije Universiteit Amsterdam*, em Amsterdã, Países Baixos.

À toda a equipe do Projeto *Gold Matters*, em especial à Profa. Dra. Eleanor Fisher, e aos colegas da equipe brasileira do Projeto, Jorge Calvimentos, Carlos Henrique Xavier Araújo, Januária Melo, Luciana Massaro.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo suporte financeiro para a realização do doutorado (Processo nº 2018/50033-6). À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001, pela bolsa durante meu doutorado “sanduíche”, nos Países Baixos, Processo CAPES-PRINT 88887.468132/2019-00.

Ao Núcleo de Estudos e Pesquisa Ambientais (NEPAM) e ao Programa de Pós-graduação em Ambiente e Sociedade. Aos professores que contribuíram com minha formação, e aos funcionários que gentilmente se disponibilizaram a apoiar este trabalho.

Ao meu marido e companheiro de jornada acadêmica Fabio Castro. Seu suporte, amor e seu carinho me fortaleceram para conseguir alcançar o grande objetivo de concluir esta tese.

À dedicação e ao carinho incondicional da minha família, minha mãe Lucymary, meu pai José Roberto e minha irmã Júlia. Também aos meus avós Ermínia, Laerte e Magali. E à minha família “emprestada” Edenis, Giovani, Amanda, Marina, Ágata, Andrey e Laura. Vocês foram esteio, alegria e porto seguro para os momentos difíceis.

Às amigas colecionadas durante minha passagem pelo NEPAM, Amanda, Bianca, Lígia, Niklas, e os demais colegas que ingressaram nos anos de 2018 e 2019. E aos amigos de longa data que estiveram comigo durante este período, Aroldo, Mari, Paulinha, Camile, Luana, Val Fernanda, Kelly, David, Yasmin, dentre tantas outras amigas que acalantam o coração.

À minha filha Dandara, por me mostrar o amor em sua forma mais profunda. E à maternidade, por me fortalecer, e me instigar ainda mais a alcançar meus objetivos.

A todos que me auxiliaram no cuidado da minha filha para que eu pudesse fazer esta pesquisa. Ao Fabio, minha mãe Lucymary, Elisângela, vó Joana, tia Sônia. Sem essas pessoas, esta tese não seria possível.

Aos entrevistados, *Meikumrej!* Com generosidade me concederam um pouco de suas visões de mundo acerca de um tema tão sensível quanto o do garimpo em terras indígenas.

Porque se chamavam homens

Também se chamavam sonhos

E sonhos não envelhecem...

[Milton Nascimento, Márcio
Borges, Lô Borges - 1972]

RESUMO

Esta tese investiga a transformação de sociedades nos níveis local e regional, decorrentes dos conflitos relacionados com o garimpo de ouro em terras indígenas. Foco é dado nas etnias Kayapó dos subgrupos Mekragnotire e Metuktire, e nos Munduruku, ambas as etnias situadas no sudoeste do estado do Pará. Utilizando uma abordagem interdisciplinar e relacional, esta pesquisa trouxe à tona posicionamento dos múltiplos atores sociais nas arenas políticas do garimpo em terras indígenas, bem como conflitos, negociações, estratégias, narrativas e recursos mobilizados, nos níveis local e regional. Foram realizadas 93 entrevistas, semiestruturadas e não estruturadas, com lideranças de organizações indígenas, garimpeiros, líderes de associações garimpeiras, membros de organizações não governamentais, agentes públicos, dentre outros. Os dados coletados em campo foram complementados por fontes documentais, provenientes de entrevistas veiculadas na mídia; cartas oficiais; projetos de lei; relatórios de fontes oficiais; notícias; dentre outros materiais midiáticos. A tese explora o contexto histórico do surgimento das narrativas em torno do garimpo em terras indígenas, destacando algumas narrativas centrais, sendo: uma narrativa que considera o garimpo positivo, como um meio de integração/assimilação dos indígenas à sociedade nacional; e outra que considera a atividade como uma ameaça à identidade étnica e à conservação ambiental; bem como narrativas em torno da regulamentação e sustentabilidade da atividade. Foi possível observar o surgimento de duas arenas opostas, organizadas em torno das narrativas descritas: i) Arena da Assimilação/Integração com a Sociedade Nacional; ii) Arena do Fortalecimento da Identidade Étnica e da Conservação Ambiental. No interior destas arenas foi representada a Subarena da Regulamentação do Garimpo em Terras Indígenas. Os resultados revelam que os Kayapó e os Munduruku enfrentam os desafios do garimpo de maneiras distintas. Nos subgrupos Kayapó houve sucesso no controle da atividade, devido à forte coesão em torno das associações indígenas, e um modelo eficiente de governança dos recursos comuns. No entanto, divergências sobre a prática do garimpo levaram à fragmentação, com algumas aldeias se separando para expandir a atividade. Já entre os Munduruku, o garimpo ocupou uma parte significativa do território, evidenciando uma perda de controle pelas autoridades tradicionais e uma maior fragmentação interna, refletida na proliferação de associações com diferentes posicionamentos acerca do garimpo. A pesquisa detalha como os Kayapó, mesmo diante da pressão da atividade garimpeira, desenvolveram estratégias políticas e de governança territorial que servem como exemplo potencialmente transformador para futuros sustentáveis. Por outro lado, os Munduruku, apesar de também se organizarem em associações, enfrentam maior fragmentação, com as decisões sendo cada vez mais influenciadas por lideranças ligadas ao garimpo, enfraquecendo as esferas decisórias tradicionais. A tese sugere que políticas públicas eficazes de combate ao garimpo no território devem reconhecer e apoiar o protagonismo e a autodeterminação das comunidades, especialmente através de associações indígenas que possam gerir recursos financeiros destinados à conservação da floresta e da biodiversidade. A abordagem relacional adotada contribuiu significativamente para a compreensão das complexas dinâmicas sociais e políticas que moldam a atividade garimpeira em terras indígenas no Brasil, abrindo caminho para novas pesquisas etnográficas que possam aprofundar o entendimento sobre o tema.

Palavras Chave: Garimpo de ouro; Povos indígenas - Amazônia; Arenas; conservação ambiental

ABSTRACT

This thesis examines the transformations in the societies at the local and regional levels, resulting from conflicts related to gold 'garimpo' in indigenous lands. The focus was on Kayapó ethnic groups, specifically the Mekragnotire and Metuktire, and the Munduruku, both ethnics located in southwest Pará state. The approach was interdisciplinary and relational and aimed to elucidate the positions of multiple social actors within the political arenas of gold 'garimpo' at indigenous lands. The thesis also looked forward to conflicts, negotiations, strategies, narratives, and resources mobilized at local and regional levels. Semi-structured and unstructured interviews were conducted with leaders of indigenous organizations, 'garimpeiros', garimpo's associations leaders, members of non-governmental organizations, public officials, and others. The documentary investigation included interviews, letters, legislative proposals, reports from official sources, news, and other media materials. The thesis explored the historical context of emerging narratives surrounding gold 'garimpo' at indigenous lands. The following narratives were reached: a narrative that considers 'garimpo' from a positive point of view, as an instrument of assimilating/integrating indigenous peoples into Western Society; and another that considers the activity a threat to ethnic identity and environmental conservation; also, narratives concerning the regulation and sustainability of 'garimpo'. The results point to the emergence of two opposing arenas organized around the described narratives: i) the Arena of Assimilation/Integration with Western Society; and ii) the Arena of Strengthening Ethnic Identity and Environmental Conservation. The Sub-Arena of Regulation of 'Garimpo' on Indigenous Lands is located within both arenas. The results reveal that the Kayapó and Munduruku face 'garimpo' challenges in different forms. The Kayapó subgroups have successfully controlled the activity due to strong cohesion around Indigenous Associations and an efficient model of common resource governance. However, disagreements over 'garimpo' have led to fragmentation, with some villages separating from the associations, aiming at expanding the activity. Among the Munduruku, the 'garimpo' has occupied a significant portion of the territory, evidencing a loss of control by traditional authorities. Also, the Munduruku suffer from internal fragmentation, reflected in the proliferation of associations with different positions about 'garimpo'. The thesis details how the Kayapó, despite the pressure from 'garimpo', developed political and territorial governance strategies with transformative potential for sustainable futures. On the other hand, the Munduruku, although also organized in associations, face social fragmentation. This fragmentation leads to a scenario where the decisions are increasingly influenced by leaders connected to 'garimpo', weakening traditional decision-making spheres. The thesis suggests that effective public policies to combat 'garimpo' on indigenous lands should recognize and support leadership and self-determination, through empowering Indigenous Associations. These organizations should be recognized as formal administrators of financial resources targeted for forest and biodiversity conservation. The relational approach adopted in this thesis significantly contributed to understanding the complex social and political dynamics that shape 'garimpo' at indigenous lands in Brazil, paving the way for new ethnographic research that may deepen the understanding of the subject.

Keywords: ASGM; Indigenous people - Amazon; Arenas; Environmental conservation

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<i>Figura 1.1</i> Produção de ouro brasileira no século XXI, em toneladas	26
<i>Figura 1.2</i> Província Mineral Tapajós e da Reserva Garimpeira Tapajós.....	26
<i>Figura 1.3</i> Indicadores de desenvolvimento humano da região de Tapajós (PA)	27
<i>Figura 1.4</i> Áreas de proteção integral, terras indígenas e pontos de mineração ilegal na bacia do Tapajós.	28
<i>Figura 1.5</i> Corredor Xingu de Diversidade Socioambiental.....	29
<i>Figura 1.6</i> Nível de ação regional da arena, com foco nos principais municípios, rodovias percorridas no trabalho de campo e terras indígenas	30
<i>Figura 1.7</i> Técnicas utilizadas pelo garimpo de ouro na região amazônica.	34
<i>Figura 1.8</i> Impactos ambientais do garimpo.....	35
<i>Figura 1.9</i> Uso do mercúrio diretamente em curso d'água à montante da terra indígena Baú, da etnia Kayapó.....	36
<i>Figura 1.10</i> Taxas de incidência e mortalidade por malária e disseminação do garimpo de ouro ilegal no território brasileiro Yanomami, de 2003 a 2022.....	37
<i>Figura 1.11</i> Processos minerários na TI Menkragnoti.....	45
<i>Figura 1.12</i> Processos minerários nas TIs Munduruku, Sai Cinza e Sawre Muybu, no Alto e Médio Rio Tapajós	46
<i>Figura 1.13</i> Requisições minerárias na Agência Nacional de Mineração em fevereiro 2020 (esquerda) e junho 2023 (direita).....	47
<i>Figura 1.14</i> Institutional Analysis and Development Framework (IAD).	49
<i>Figura 1.15</i> Modelo da arena proposto por Renn	50
<i>Figura 1.16</i> Perspectiva híbrida de arenas, em relação às teorias de Ostrom, Renn e Hannigan	53
<i>Figura 1.17</i> Representação esquemática do modelo conceitual de Arena em Ferreira (2012)	54
<i>Figura 1.18</i> Trajetória acadêmica.....	59
<i>Figura 1.19</i> Doutorado sanduíche na Universidade Livre de Amsterdã, em Amsterdã, Países Baixos.	60
<i>Figura 1.20</i> Rodovias percorridas.....	61
<i>Figura 1.21</i> Trajetória do primeiro trabalho de campo.....	62
<i>Figura 1.22</i> Percurso do segundo trabalho de campo	63
<i>Figura 1.23</i> Registros fotográficos dos trabalhos de campo.....	64

<i>Figura 1.24</i> Registros de entrevistas durante os trabalhos de campo.....	66
<i>Figura 1.25</i> Instituições civis e públicas, cujos membros foram entrevistados nesta pesquisa	68
<i>Figura 1.26</i> Fotos das associações indígenas	69
<i>Figura 1.27</i> Nuvem de palavras relacionada à categoria „conflitos“.....	72
<i>Figura 2.1</i> Terras Indígenas do povo Kayapó.....	75
<i>Figura 2.2</i> Garimpo nas Terras Indígenas da etnia Kayapó.....	77
<i>Figura 2.3</i> Região de localização do estudo, com foco nos principais municípios, rodovias percorridas no trabalho de campo e terras indígenas	79
<i>Figura 2.4</i> Aldeias pertencentes aos Institutos KABU, Instituto Raoni e Associação Floresta Protegida (AFP) nas TIs Baú e Menkragnoti e aldeias em processos de cisão.....	81
<i>Figura 2.5</i> Loja Kayapó Menkrãgnoti	89
<i>Figura 2.6</i> Produtos comercializados pelos Kayapó.....	89
<i>Figura 3.1</i> Trajetória do primeiro trabalho de campo.....	103
<i>Figura 3.2</i> Trajetória do segundo trabalho de campo.....	104
<i>Figura 4.1</i> Trajetória do primeiro trabalho de campo.....	122
<i>Figura 4.2</i> Percurso do segundo trabalho de campo	123
<i>Figura 4.3</i> Arenas do garimpo em Terras Indígenas no Brasil.....	126
<i>Figura 4.4</i> Liderança Munduruku e Cacique Raoni Metuktire, no primeiro „Chamado do Raoni“, em 2020.....	136
<i>Figura 4.5</i> Garimpos em TIs do povo Munduruku 2017- 2021	139
<i>Figura 4.6</i> Ato contrário ao PL 191/2020, no Acampamento Terra Livre 2022.....	145
<i>Figura 4.7</i> Caetano Veloso no palco do „Ato pela Terra“, contrário ao „Pacote da Destruição“ do governo federal.....	145

LISTA DE TABELAS

<i>Tabela 1.1</i> Categorias iniciais, que emergiram da primeira categorização dos dados	71
<i>Tabela 1.2</i> Categorias de análise.....	72
<i>Tabela 3.1</i> Categorias de análise.....	105
<i>Tabela 3.2</i> Principais argumentos utilizados na narrativa do Garimpo como Elemento de Integração/Assimilação dos Indígenas à Sociedade Nacional" (GIA).....	108
<i>Tabela 3.3</i> Principais argumentos utilizados na Narrativa do Garimpo como Ameaça à Reprodução da Identidade Étnica e Conservação (GAC).....	111
<i>Tabela 3.4</i> Argumentos em relação à regulamentação/sustentabilidade do garimpo em terras indígenas, na GAS e GAI.....	116
<i>Tabela 4.1</i> Quadro Síntese I: Conflitos e alianças nas arenas do garimpo em terras indígenas nos níveis de ação local, regional, nacional e internacional.....	147
<i>Tabela 4.2</i> Quadro Síntese II: Recursos sociais mobilizados para diminuir assimetrias de poder nas arenas do garimpo em terras indígenas: setores, meios e motivações	148

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
<i>Justificativa, perguntas de pesquisa e objetivos.....</i>	<i>22</i>
1. ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS	25
<i>1.1. Garimpo em terras indígenas na área de estudo.....</i>	<i>25</i>
<i>1.2. Aparato legal ligado ao garimpo em terras indígenas no Brasil.....</i>	<i>42</i>
<i>1.3. Aspectos teóricos</i>	<i>48</i>
1.3.1. Arenas políticas	48
1.3.2. Abordagem de Conflitos.....	55
1.3.3. Transformações em direção à sustentabilidade	56
<i>1.4. Aspectos metodológicos.....</i>	<i>58</i>
1.4.1. Trajetória acadêmica no Doutorado	58
1.4.2. Trabalhos de campo.....	60
1.4.3. Dados Coletados	65
1.4.4. Análise de dados.....	70
2. ELEMENTOS INFLUENCIADORES DA TOMADA DE DECISÃO DOS KAYAPÓ QUANTO AO GARIMPO NO TERRITÓRIO	73
<i>2.1. Introdução.....</i>	<i>73</i>
<i>2.2. Garimpo e os Kayapó: breve histórico.....</i>	<i>74</i>
<i>2.3. Metodologia</i>	<i>77</i>
<i>2.4. Garimpo e cisão entre aldeias Kayapó.....</i>	<i>79</i>
<i>2.5. Elementos influenciadores da tomada de decisão quanto ao garimpo no território indígena: o caso dos Kayapó.....</i>	<i>83</i>
2.5.1. O impacto das necessidades	83
2.5.2. Organização social, liderança e autodeterminação.....	86
2.5.3. As relações com o Estado.....	91
<i>2.6. Transformações em direção à sustentabilidade nas arenas do garimpo em terras Kayapó.....</i>	<i>96</i>
<i>2.7. Considerações parciais.....</i>	<i>98</i>
3. NARRATIVAS NAS ARENAS DO GARIMPO EM TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL	100
<i>3.1. Introdução.....</i>	<i>100</i>
<i>3.2. Metodologia.....</i>	<i>102</i>
<i>3.3. Narrativas nas arenas do garimpo em terras indígenas no Brasil.....</i>	<i>105</i>
3.3.1. Narrativa do Garimpo como Elemento de Integração/Assimilação dos Indígenas à Sociedade Nacional (GIA)	105
3.3.2. Narrativa do ‘Garimpo como ameaça à reprodução da identidade étnica e conservação’ (GAC).....	110

3.3.3. Narrativas do Garimpo em terras indígenas: Atividade Passível de Regulamentação/Sustentabilidade <i>versus</i> e Atividade Insustentável	114
3.4. <i>Considerações parciais</i>	118
4. Arenas em torno do garimpo e dos povos indígenas no Brasil – Uma análise a partir dos casos dos povos Kayapó e Munduruku, do estado do Pará	120
4.1. <i>Introdução</i>	120
4.2. <i>Metodologia</i>	121
4.3. <i>Arenas do garimpo em terras indígenas no Brasil e suas narrativas</i>	124
4.4. <i>Arena da integração com a sociedade nacional" (AISN)</i>	126
4.4.1. Negociações assimétricas e o engajamento compulsório no garimpo....	127
4.4.2. Cisão de aldeias Kayapó em torno do garimpo – estratégias dos grupos favoráveis à atividade garimpeira.....	129
4.4.3. Alianças como a política partidária e o recrudescimento dos conflitos, com a eleição de um governo favorável ao garimpo em TIs.....	130
4.4.4. ‘Índios que querem produzir’ – Aliança Interétnica com o ‘Grupo de Agricultores e Produtores Indígenas’	132
4.5. <i>Arena do Fortalecimento da Identidade Étnica e da Conservação Ambiental (AFIEC)</i> `	134
4.5.1. Alianças e estratégias dos Kayapó no combate ao garimpo - uma experiência de sucesso.....	134
4.5.2. O garimpo e o esvaziamento das esferas tradicionais de tomada de decisão Munduruku	137
4.5.3. ‘Nenhuma associação Munduruku decide pelo povo Munduruku’ – conflito de representatividade perante a sociedade nacional.....	139
4.6. <i>Subarena da Regulamentação do Garimpo em Terras Indígenas (SRGTI)</i> ...	142
4.7. <i>Considerações parciais</i>	148
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	150
REFERÊNCIAS	159
ANEXOS	173
<i>Anexo 1 - Entrevistas realizadas</i>	173
<i>Anexo 2 - Roteiro de entrevistas semiestruturadas</i>	177
<i>Anexo 3 - Dados documentais</i>	178

INTRODUÇÃO

Pretendemos entender com esta tese como os conflitos relacionados ao garimpo de ouro¹ em terras indígenas (TIs) transformaram a sociedade nos níveis local e regional. Para tal, buscamos compreender como a organização social dos diversos grupos envolvidos influencia o processo decisório em relação à atividade no território. Almejamos, assim, apreender como as decisões sobre o garimpo em terras indígenas trouxeram à tona mudanças sobre a sociedade e quais as direções dessas transformações. As clivagens e novas agregações parecem ter levado a mudanças estruturais, e não apenas disputas circunstanciais que facilmente podem ser desfeitas com novas regras em um futuro próximo, o que pode levar a pistas da configuração de novas sociedades, no sentido de novas organizações sociais.

Análises mais aprofundadas das Ciências Sociais em relação ao garimpo em terras indígenas se tornam urgentes em vistas do cenário de recrudescimento dos conflitos, no qual a violência é, muitas vezes, a pedra de toque das relações sociais. O garimpo em terras indígenas é hoje, no Brasil, ilegal, o que torna a atividade envolta por regras próprias, que não são estabelecidas pelo Estado, mas sim pelos próprios atores envolvidos. Além da violência e do cenário de ilegalidade do garimpo em TIs, o emblemático caso dos Yanomami torna-se exemplar, no que tange à relação entre a intensa ocupação do território por garimpeiros e a situação de emergência em saúde pública dos indígenas. O quadro de emergência em saúde desta população contou com quadros gravíssimos de adoecimento dos indígenas por desnutrição, malária, pneumonia, contaminação por mercúrio, dentre outras doenças. Experiências como o caso dos Yanomami demonstram a urgência em se conhecer os rumos das transformações das sociedades imbricadas em disputas em torno do garimpo em terras indígenas.

Esta pesquisa está vinculada ao projeto regular FAPESP Nº 2018/50033-6, denominado Transformações para Sustentabilidade na Mineração de Ouro Artesanal e de Pequena Escala: uma Perspectiva Trans-regional e Multitadores, o qual se insere no projeto de cooperação internacional intitulado *Sustainability transformations in artisanal and small*

¹ O garimpo de ouro é conhecido na literatura internacional como mineração artesanal e em pequena escala de ouro – ASGM (*Artisanal and small scale gold mining*) ou SSGM (*Small scale gold mining*). A atividade também é referenciada, no Brasil, como Mineração Artesanal e em pequena escala – MAPE.

scale gold mining: a multi actor and transregional perspective (2018-2022) ou *Gold Matters*. O projeto *Gold Matters* contou com o apoio financeiro do *Belmont Forum* e do Programa Conjunto de Pesquisa NORFACE sobre Transformações para a Sustentabilidade, cofinanciado pelo Ministério Federal de Educação e Pesquisa da Alemanha/ Centro Aeroespacial Alemão (DLR / BMBF), Conselho de Pesquisa e Inovação, Pesquisa Social e Econômica do Reino Unido (UKRI- ESRC), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Conselho Internacional de Ciências Sociais (ISSC), Organização Holandesa de Pesquisa Científica (NWO), Conselho de Pesquisa Sueco (VR) e a Comissão Europeia, através do Horizonte 2020.

O objetivo do Projeto *Gold Matters* foi analisar se uma abordagem de transformações para sustentabilidade seria possível para o garimpo de ouro. As metodologias aplicadas buscaram entender as demandas, desejos e reconhecer as vozes dos profissionais e demais pessoas ligadas ao garimpo de ouro, com foco na busca por formas com as quais essas comunidades possam se utilizar para reimaginar a sustentabilidade. Especialmente, o projeto se utilizou de uma perspectiva internacional, sendo realizadas pesquisas em países da América do Sul (Brasil e Suriname) e em países do continente africano (República da Guiné, Gana, Burkina Faso e Uganda). No Brasil, o *Gold Matters* se concentrou nas regiões norte dos estados de Mato Grosso e Amapá, e na região de Tapajós, no estado do Pará.

Dentre os casos mais emblemáticos de garimpo em terras indígenas na região abrangida pelo *Gold Matters*, estão os que ocorrem nos territórios das etnias Kayapó (autodenominada Mebêngôkre) e Munduruku, os quais são tratados nesta tese. A escolha metodológica pelas etnias Kayapó (dos subgrupos Mekragnotire e Metuktire) e os Munduruku se deu por dois motivos centrais, sendo eles: i) a inserção das comunidades na região de abrangência do Projeto *Gold Matters*; ii) as etnias são dois exemplos significativos e distintos das relações sociais em torno do garimpo em terras indígenas, capazes de desenhar o conflito.

Em se tratando de circunstâncias exemplares, as situações de ação analisadas nesta tese foram escolhidas com intuito de traçar cenários comparativos entre as duas etnias, objetivando delinear um paralelo que possa ser útil para analisar o problema no nível nacional. O conceito de situações de ação utilizado, conforme Ostrom (1990) foi o de espaços sociais onde ocorre interação entre indivíduos, bem como trocas de bens e serviços, resolução de problemas, e onde os atores dominam uns aos outros, ou lutam (dentre as muitas outras circunstâncias vivenciadas em uma situação de ação).

As seguintes situações de ação foram traçadas: i) dentre os Kayapó, dos subgrupos Mekragnotire e Metuktire, a atmosfera é de sucesso, em se tratando do combate e

controle ao garimpo, cenário alavancado pela organização social dos indígenas; ii) Apesar deste sucesso, um grupo Kayapó favorável ao garimpo decidiu por um processo de cisão com as aldeias contrárias, com vistas a ampliar a atividade garimpeira no território; iii) Entre os Munduruku, em algumas localidades específicas, a TI encontra-se largamente ocupada pela atividade garimpeira, resultando, em alguns casos, na perda de controle do território pelas autoridades tradicionais; iv) Os atores locais de ambas as etnias se organizam para influenciar o processo decisório da regulamentação do garimpo em terras indígenas, processo este que tramita, primordialmente, no nível de ação nacional.

Dadas estas situações de ação abordadas na tese, nos debruçamos sobre os seguintes processos decisórios: i) processo decisório quanto à ocupação do território indígena pela atividade garimpeira, tanto no caso dos Kayapó, quanto dos Munduruku; ii) Atores locais se organizando nos níveis regional, nacional e internacional, a fim de influenciar o processo decisório em relação à regulamentação do garimpo em terras indígenas.

Importante destacar que, quando falamos em tomada de decisão em relação ao garimpo em terras indígenas, levamos em consideração as assimetrias de poder imbuídas nas relações em torno da atividade garimpeira. Consideramos aqui que diversas situações que se consolidam em torno destas relações pendem negativamente para as comunidades indígenas, o que as coloca em condição desfavorável em relação aos garimpeiros. Essas assimetrias se dão em todos os níveis, tanto social, quanto cultural e econômico. Desta feita, partindo do pressuposto que as relações de poder se dão de forma assimétrica, as negociações em torno da atividade garimpeira podem ser tratadas, também, como negociações assimétricas. Detalhes acerca das negociações assimétricas em torno do garimpo nas terras Kayapó são abordados no segundo capítulo.

O recorte espacial adotado na tese foi a região entre os rios Tapajós e Xingu, nos trechos que correspondem às microrregiões hidrográficas do Alto Tapajós e do Alto Xingu. A escolha de trabalhar nessa região veio pelo fato de, para além do aporte de recursos minerais auríferos, esta área abrigar, também, um emaranhado de TIs e unidades de proteção ambiental. Desta forma, a região em específico se torna um cenário de grande interesse para os estudos sociais e ambientais, uma vez que no mesmo espaço territorial convivem interesses diversos como a extração mineral, a conservação ambiental, a produção e a reprodução social e identitária de grandes grupos indígenas.

Em relação ao recorte temporal, é necessário destacar que os dados desta tese foram coletados em um período muito específico da história brasileira, durante o governo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro. As especificidades deste período em relação ao

problema analisado se dão pelo fato de o líder do executivo à época se pronunciar inequivocamente favorável à regulamentação da atividade garimpeira em TIs. Este posicionamento permeou toda a análise e esteve presente de forma contumaz nos dados coletados. Assim sendo, consideramos como recorte temporal o período entre janeiro de 2019 e dezembro de 2022, devido às peculiaridades deste período histórico em relação ao tema estudado.

Apesar de entendermos que há uma complexidade imbuída nas relações sociais e culturais dos grupos étnicos indígenas, não se tratou do objetivo deste trabalho realizar uma etnografia do garimpo em terras Kayapó e Munduruku. A Antropologia é essencial para o entendimento da cultura, da vida social, bem como das formas de construção de uma sociedade. Porém, uma perspectiva antropológica do garimpo em terras indígenas não foi o foco desta tese, e se trata de campo fértil para pesquisas futuras.

Adotamos nesta pesquisa uma perspectiva interdisciplinar, e utilizamos as arenas políticas como conceito analítico, que visa descrever a passagem dos atores, tanto indígenas quanto não indígenas, de um nível de sociedade para um sistema político, com o objetivo de influenciar o processo coletivo de tomada de decisão. As arenas são uma forma de adentrar este sistema, não através de partidos, ou de grandes movimentos sociais, mas através de negociações específicas que atingem a sociedade como um todo. Desta forma, o conceito de arena é útil para sair da perspectiva da política em um nível macro, e adentrar para o micro, e observar como estes níveis se interinfluenciam. O detalhamento sobre as arenas políticas em torno do garimpo em terras indígenas no Brasil é abordado no quarto capítulo.

Por um lado, Ostrom (1990) na Teoria dos *Commons*, foca no papel central das instituições formais e não formais e das regras estabelecidas para a análise do uso de recursos naturais nas arenas de ação. A autora demonstra através de sua teoria que a realidade pode ser mudada através da ação coletiva, inclusive em se tratando de mudanças conjunturais. As pessoas se agregam, muitas vezes, apesar de pertencerem a estruturas sociais diferentes, uma vez que encontram objetivos comuns nas arenas. Os atores não mudam a estrutura social, mas podem, por situação de algum objetivo em comum, se unir em determinados momentos, e, posteriormente, se desagregar em outros. A análise desta ação coletiva do uso de recursos comuns é o foco da Teoria dos *Commons*.

Por outro lado, para Renn (1992) em uma arena política os grupos sociais utilizam da mobilização de recursos para influenciar o processo coletivo de tomada de decisão. Atores individuais e coletivos maximizam seu poder de influência nos processos decisórios através da mobilização de recursos sociais, já que os indivíduos e grupos somente conseguem

influenciar os processos políticos se tiverem recursos suficientes para obter seus objetivos, apesar das assimetrias óbvias de poder. A busca de recursos por grupos subjugados reduz a assimetria de poderes, como no caso dos Kayapó, que buscaram cientistas, celebridades, líderes internacionais, dentre outros, para apoiá-los em seus objetivos e, com isso, fortalece-os politicamente. Mais detalhes sobre a mobilização de recursos sociais pelos Kayapó, em busca de intervir no processo decisório em relação ao garimpo em terras indígenas, são abordados no segundo capítulo.

A teoria de Renn (1992) não considera as arenas como sistemas organizacionais como Ostrom, e sim como uma metáfora das ações políticas em um processo decisório. Um dos componentes essenciais para a metáfora de arena de Renn são os elementos amplificadores da questão, como, por exemplo, a mídia, que interpreta as narrativas e as relata ao público geral. Para Silvino (2019) a opção de Renn por representar o elemento amplificador na arena, evidencia o papel crucial das narrativas e da comunicação entre os atores.

Para Hanningan (2022), assim como para Renn, arenas políticas são vistas como metáforas, que visam descrever um cenário político de tomada de decisão, no qual diversos atores tentam influenciar os processos decisórios. Na visão de Hanningan, o autor mais formalmente ligado ao construcionismo social, arenas, bem como os problemas ambientais, não devem ser considerados como fatos dados, mas sim, como construções sociais. Atores individuais e coletivos se posicionam nas arenas através de narrativas socialmente construídas, sendo que, nem sempre as reivindicações dos atores correspondem às suas necessidades reais, mas tratam da natureza política ligada àquela questão. Baseados na leitura de Renn e Hanningan, nesta tese buscamos evidenciar as narrativas em torno do garimpo em terras indígenas, a fim de auxiliar na elucidação dos processos decisórios nas arenas. As narrativas sobre o garimpo em terras indígenas são tratadas no terceiro capítulo.

A abordagem de arena utilizada nesta tese foi desenvolvida por Ferreira e colaboradores² (FERREIRA, 2005, 2012) sob uma perspectiva híbrida de arenas, entendendo-as

² Destacam-se também outras pesquisas que se desenvolveram no Laboratório de Conflitos e Negociações em Arenas Ambientais do NEPAM: CALDENHOF, 2013; CALVIMONTES, 2013; CAMPOS, 2001, 2006; CREADO, 2011; CREADO et al., 2008; DE MORAES; FERREIRA; DE THEIJE, 2021; DI GIULIO et al., 2014; EL SAIFI, 2015; FEITAL, 2019, 2014; FERREIRA, 2004; FERREIRA et al., 2017; MENDES et al., 2006; SILVINO, 2019; VIANNA, 2008; VIGLIO, 2012.

tanto em uma visão que foca a estrutura social, e a ação coletiva de uso de recursos comuns; quanto na mobilização de recursos sociais a fim de maximizar a influência dos atores no processo de tomada de decisão, e com isso, reduzir as assimetrias de poder entre os grupos com diferentes posições na estrutura social; bem como na interpretação de como as narrativas podem influenciar o processo decisório (HANNIGAN, 2022; OSTROM, 1990, 2011; RENN, 1992).

A necessidade da utilização de um conceito híbrido de arenas, em detrimento do *frame* tradicional, se deve ao fato de as relações sociais se constituírem, hoje, de maneira tão complexa, que é imprescindível recorrer à adaptação de conceitos para chegar mais próximo à realidade. A abordagem híbrida se utiliza de uma adaptação do conceito de arenas, conforme abordado por Elianor Ostrom, Ortwin Renn e John Hannigan, para um contexto latino-americano, uma vez que: (i) a teoria de Ostrom relativiza a importância do poder nos processos de tomada de decisão, o que leva a não focar nas assimetrias de poder entre os participantes da arena, pois acredita na força das regras para minimizá-las; (ii) Renn se utiliza da teoria da mobilização de recursos de poder, a fim de aumentar as possibilidades de grupos subordinados obterem capacidade de influenciar no processo coletivo de tomada de decisões. Todavia, Renn não compreende as arenas como sistemas organizacionais, como na visão de Ostrom. A abordagem híbrida de arenas foi discutida mais a frente, nos aspectos teóricos da tese.

A análise por meio do conceito das arenas políticas abrange desde o cenário micro até o macro, uma vez que é realizada em todos os níveis de ação (local, regional, nacional e internacional). Nesta tese, nosso foco analítico foram os níveis de ação local e regional. Os níveis de ação nacional e internacional entraram como forma de contextualização e inserção da análise em uma esfera mais abrangente.

Por nível de ação local, se entende as TIs homologadas Capoto/Jarina, Menkragnoti e Baú, da etnia Kayapó e as TIs Muduruku e Sai Cinza da etnia Munduruku, bem como as sedes urbanas dos municípios polo destas etnias, Peixoto de Azevedo (MT), Novo Progresso (PA) e Jacareacanga (PA). Por nível de ação regional, entende-se a região entre os rios Tapajós e Xingu, nos trechos que correspondem às microrregiões hidrográficas do Alto Tapajós e do Alto Xingu, no estado do Pará. Importante ressaltar que as arenas não se tratam de estruturas estáticas, pelo contrário, estão em constante movimento. As pessoas e grupos transitam entre as arenas, nos diversos níveis de ação. Desta forma, a arena é vista como uma unidade dinâmica que se rearranja a partir de conflitos, clivagens e parcerias que configuram uma constante pulsação (FERREIRA, 2005, 2012; SILVINO, 2019).

Um exemplo desta pulsação é a interferência das discussões acerca da regulamentação do garimpo em terras indígenas, que se dá majoritariamente no nível nacional, influenciando o nível de ação local. O governo que se instalou entre os anos de 2019 e 2022 foi marcado por um apoio nada velado à atividade garimpeira, inclusive em terras indígenas. O poder executivo foi responsável por encaminhar ao congresso um projeto de lei visando à regulamentação da atividade garimpeira, dentre outras, nas TIs. Apesar de representantes do executivo ou do poder legislativo, não estarem presentes no nível de ação local, o seu poder de influência no processo decisório mostrou-se decisivo. As mudanças no tabuleiro do xadrez da regulamentação incutiram de esperanças grupos indígenas favoráveis ao garimpo, o que incidiu em transformações nos grupos étnicos estudados.

Dentre outros fatores, devido à expectativa da regulamentação do garimpo no território, um grupo Kayapó favorável à atividade garimpeira decidiu por uma cisão com aldeias contrárias, levando ao abandono da associação que representava a coletividade. O processo de cisão entre as aldeias Kayapó em torno do garimpo foi tratado no segundo capítulo. Apesar da análise se concentrar em uma cisão entre instituições, consideramos cisões em uma perspectiva mais abrangente, como quebras nem sempre estruturais, mas muitas vezes circunstanciais em uma sociedade, que dependem dos conflitos em determinada situação de ação. As cisões vão além da institucionalidade e da bipolaridade. Dentro das ontologias indígenas essas cisões possuem podem ser múltiplas, como por exemplo uma cisão geracional, na qual há tendência de os jovens defenderem a integração com a sociedade nacional e os mais velhos, a etnicidade; ou uma cisão em torno de atividades econômicas a serem realizadas dentro do território; dentre outras origens de cisões que podem resultar em rupturas circunstanciais ou estruturais nas sociedades indígena.

A análise das arenas políticas em torno do garimpo em terras indígenas pode ser uma poderosa ferramenta para coletar ideias que nascem no nível local, a partir da experiência dos atores, e que podem ser convertidas em políticas públicas, em direção a uma sociedade mais sustentável. Um exemplo de atitudes inovadoras em direção à sustentabilidade é a auto-organização dos Kayapó em instituições legalmente constituídas, e que se mostram capazes de angariar recursos de poder para manter o território relativamente livre da atividade garimpeira. As transformações em direção à sustentabilidade nas arenas do garimpo em terras indígenas foram abordadas no segundo capítulo.

Em termos metodológicos, foram realizadas entrevistas semiestruturadas e não estruturadas com atores em todos os níveis de organização social. A maior parte das entrevistas realizadas foi gravada e transcrita, sendo que parte delas foi feita em conjunto com

colegas do projeto *Gold Matters*. O método de amostragem dos atores foi o ‘Bola de Neve’, no qual um entrevistado indica o outro, para realização da próxima entrevista. Para os críticos desta metodologia, existe uma tendência a entrevistar somente atores ligados a um dos polos da questão. Esta tendência foi minimizada pela busca de diversos tipos de informantes, visando ampliar o espectro dos atores selecionados.

As impressões de campo se deram por observação direta, e foram anotadas em diário de campo. Foram utilizados também dados documentais provenientes de relatórios de fontes oficiais, tanto de instituições indígenas, quanto de órgãos públicos; cartas oficiais vinculadas a diversas instituições; atas de reuniões; informativos vinculados às instituições indígenas; material midiático; entrevistas públicas de agentes relevantes na arena; notícias vinculadas a meios de comunicação; projetos de lei, dentre outros.

O primeiro trabalho de campo foi realizado no período entre julho e agosto de 2019, e o segundo trabalho de campo entre dezembro de 2019 e janeiro de 2020. Cabe ressaltar as inúmeras dificuldades vivenciadas na realização do campo desta tese devido (i) à pesquisa ter sido impactada em seu percurso pela pandemia de COVID-19, o que impossibilitou uma imersão mais aprofundada no campo; (ii) ao estado de violência pungente nas localidades de campo, em especial em relação aos Munduruku. Nesta etnia foram registrados episódios que remetem a um estado de guerra civil, contando com queima de residências de lideranças e de sedes de instituições indígenas contrárias ao garimpo; (iii) à dificuldade de contato com os grupos favoráveis e contrários ao garimpo, em uma situação de extrema polarização. A entrada no campo via um destes grupos dificultou/impediu o contato com os grupos opositores, principalmente no contexto dos Munduruku. Devido a todas estas dificuldades, a coleta de dados provenientes de fontes documentais foi essencial. Mais detalhes sobre a metodologia foram tratados no tópico relativo a aspectos metodológicos.

Justificativa, perguntas de pesquisa e objetivos

Na região entre o Alto Tapajós e o Alto Xingu, é possível observar uma constante disputa entre os múltiplos atores institucionais e sociais nas arenas em torno do garimpo em terras indígenas. Esta pesquisa visou descrever a configuração destas arenas, focando nos níveis de ação local e regional, onde os interesses e disputas entre os diferentes atores interferem em questões determinantes para reprodução social dos povos indígenas que ali habitam, bem como da sociedade, em geral.

A realização deste trabalho se justifica dentro de um contexto em que os conflitos nas arenas de disputa em torno da atividade garimpeira em TIs se intensificam em todos os níveis de organização social. Dentre esses conflitos e suas consequências, pudemos observar, especialmente no período relativo ao recorte histórico-temporal adotado nesta tese: i) o recrudescimento da polarização em torno de discussões acerca da regulamentação do garimpo em TIs; ii) a violência como pedra de toque das relações sociais do garimpo, culminando, muitas vezes em conflitos armados, queima de maquinários e ameaças físicas e psicológicas; iii) o fortalecimento de um discurso baseado em uma narrativa anacrônica de incorporação do indígena à sociedade nacional; iv) a proposição de projetos de lei que passam, muitas vezes, por cima de direitos adquiridos pelos povos indígenas; v) a alarmante situação de emergência em saúde de populações indígenas de contato recente, como consequência do contato com garimpeiro; dentre outros.

Levando em consideração o cenário descrito acima, entendemos como urgente a necessidade de reflexão sobre a forma como se dão as relações sociais nestas arenas. Almejamos assim, com essa pesquisa, trazer à luz a configuração dos conflitos, negociações, narrativas e recursos mobilizados pelos principais atores sociais envolvidos, bem como as direções das transformações sociais vivenciadas, nos níveis local e regional. Nesse cenário, alguns questionamentos surgiram, dentre os quais:

1. Como se dá a configuração dos atores, dos recursos mobilizados, narrativas, negociações e conflitos nas arenas do garimpo em terras indígenas?
2. Quais os elementos influenciam os indígenas no processo decisório?
3. Nestas arenas há ideias que possam contribuir para construção de políticas públicas de base sustentável?
4. Como o processo decisório produz mudanças sobre a sociedade, e quais as direções dessas transformações?

A partir destas perguntas de pesquisa, seguem abaixo os objetivos da tese:

Objetivo Geral: Analisar a configuração das arenas do garimpo em terras indígenas, com foco nas etnias Kayapó (dos subgrupos Mekragnotire e Metuktire) e Munduruku, incluindo os conflitos, alianças, narrativas, estratégias, negociações e recursos mobilizados pelos atores, bem como as possíveis direções das transformações sociais, nos níveis de ação local e regional.

Objetivos Específicos

1. Aprofundar o levantamento bibliográfico sobre conflitos e arenas em torno do garimpo em terras indígenas;
2. Identificar os atores sociais e institucionais que fazem parte das arenas do garimpo em terras indígenas, nos níveis de ação local e regional;
3. Analisar as principais narrativas que influenciam essas arenas;
4. Discutir os principais recursos de poder mobilizados, conflitos, alianças, estratégias e negociações dos atores nas arenas;
5. Analisar como o processo decisório produz mudanças sobre a sociedade, e quais as possíveis direções dessas transformações.
6. Investigar ideias que possam contribuir para construção de políticas públicas de base sustentável.

Esta tese foi organizada da seguinte forma: uma introdução; quatro capítulos, sendo o primeiro teórico-metodológico e os três capítulos posteriores baseados nos resultados obtidos; e as considerações finais do trabalho. O capítulo teórico-metodológico descreveu os fundamentos teóricos e metodológicos adotados na pesquisa.

O segundo capítulo desta tese trouxe como discussão central os principais elementos que influenciam o processo de tomada de decisão dos Kayapó em relação à manutenção/incursão da atividade garimpeira no território. O ponto de partida foi a observação, em campo, de um processo de cisão entre aldeias da etnia Kayapó, na qual o garimpo é considerado elemento central no conflito entre os grupos envolvidos. No terceiro capítulo, identificamos e discutimos as principais narrativas que envolvem as arenas do garimpo em terras indígenas. O quarto capítulo desta tese buscou descrever as arenas envolvendo o garimpo em terras indígenas, com foco nas etnias Kayapó e Munduruku. Destacamos a configuração destas arenas, os atores envolvidos, as principais estratégias, conflitos e recursos mobilizados nas disputas para influenciar os processos decisórios.

1. ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

Neste capítulo, foram abordados os principais aspectos teórico-metodológicos que embasaram a tese. A primeira seção trouxe uma revisão de literatura abrangente acerca do garimpo em terras indígenas no Brasil. A sessão que segue, trouxe os principais aspectos legais vinculados ao tema, com vistas a situar o leitor quanto ao *status quo* em relação à legislação brasileira.

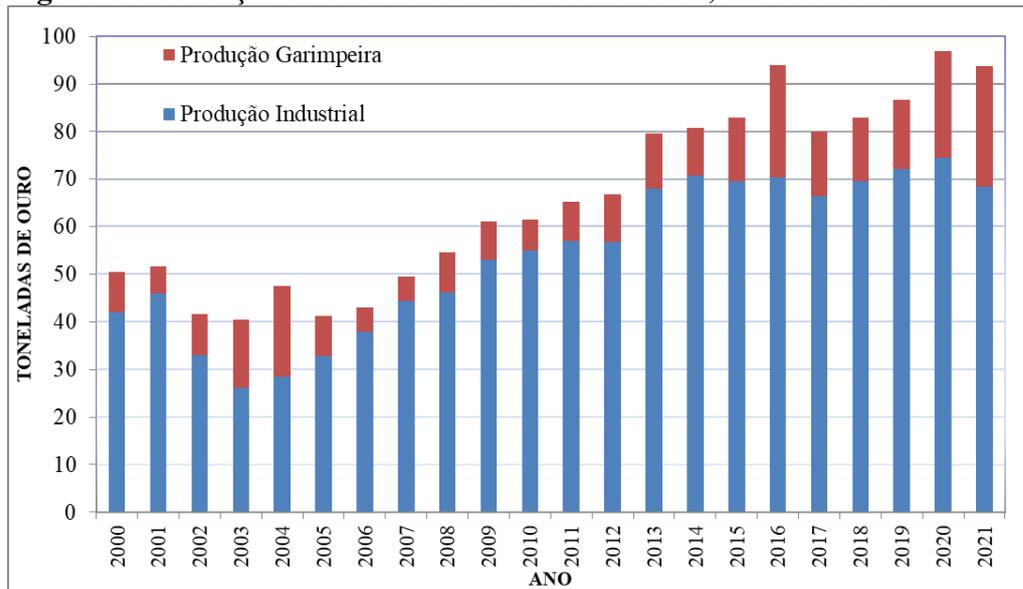
Após situar o leitor na literatura, partimos para caracterizar os aspectos teóricos que sustentam a tese. O foco foi dado nas teorias referentes a arenas políticas, conflitos sociais e transformações em direção a sociedades sustentáveis. O tópico final deste capítulo refere-se às metodologias adotadas, no qual foram descritos detalhes acerca dos trabalhos de campo; técnicas utilizadas na realização de entrevistas, seleção de atores e na observação direta; bem como dos documentos e material midiático utilizado para complementar as observações realizadas em campo.

1.1. Garimpo em terras indígenas na área de estudo

O garimpo é uma atividade que sustenta a vida de milhares de pessoas no Brasil. De acordo com DELVE (2024) a estimativa é de que haja, hoje, no país entre 75.000 e 860.000 garimpeiros, número que abrange tanto a extração aurífera, quanto de outros minerais. Porém, deve-se atentar para a dificuldade e imprecisão deste número, uma vez que a maior parte dos garimpeiros se encontra em situação de informalidade (KOLEN; DE THEIJE; MATHIS, 2013), o que leva a dificuldades de acesso e obtenção de informações precisas referentes a estas populações.

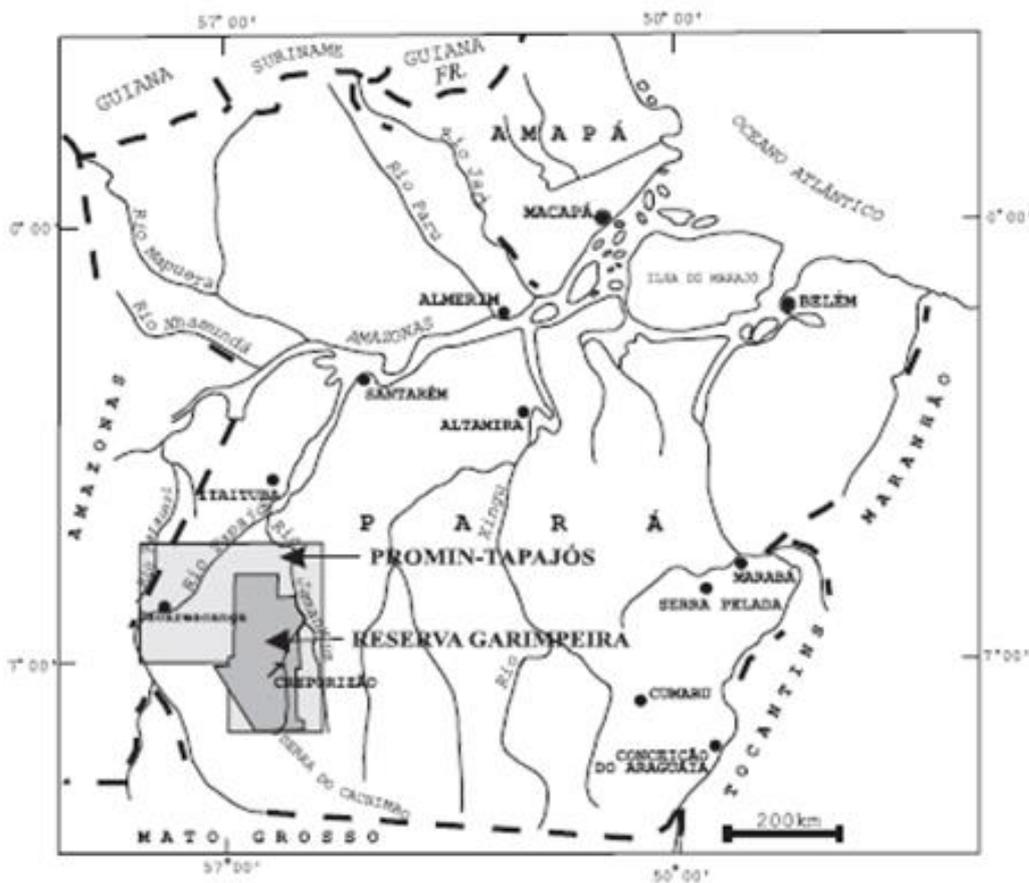
De acordo com Nico e colaboradores (2024), dentro do universo da produção de ouro brasileira ao longo do século XXI (figura 1.1), 82% do ouro produzido foi proveniente de operadores industriais e 18% de mineradores de pequena escala. Cabe ressaltar que a alta informalidade no setor pode subestimar a participação do garimpo na produção de ouro, no nível nacional, já que muitas vezes o ouro é escoado por vias ilegais (JUNIOR; DE CARVALHO, 2023), que não passam pelos instrumentos oficiais de medição de produção.

Figura 1.1 Produção de ouro brasileira no século XXI, em toneladas



Fonte: Adaptado de Nico et al. (2024), a partir de dados da Agência Nacional da Mineração (ANM).

Figura 1.2 Província Mineral Tapajós e da Reserva Garimpeira Tapajós

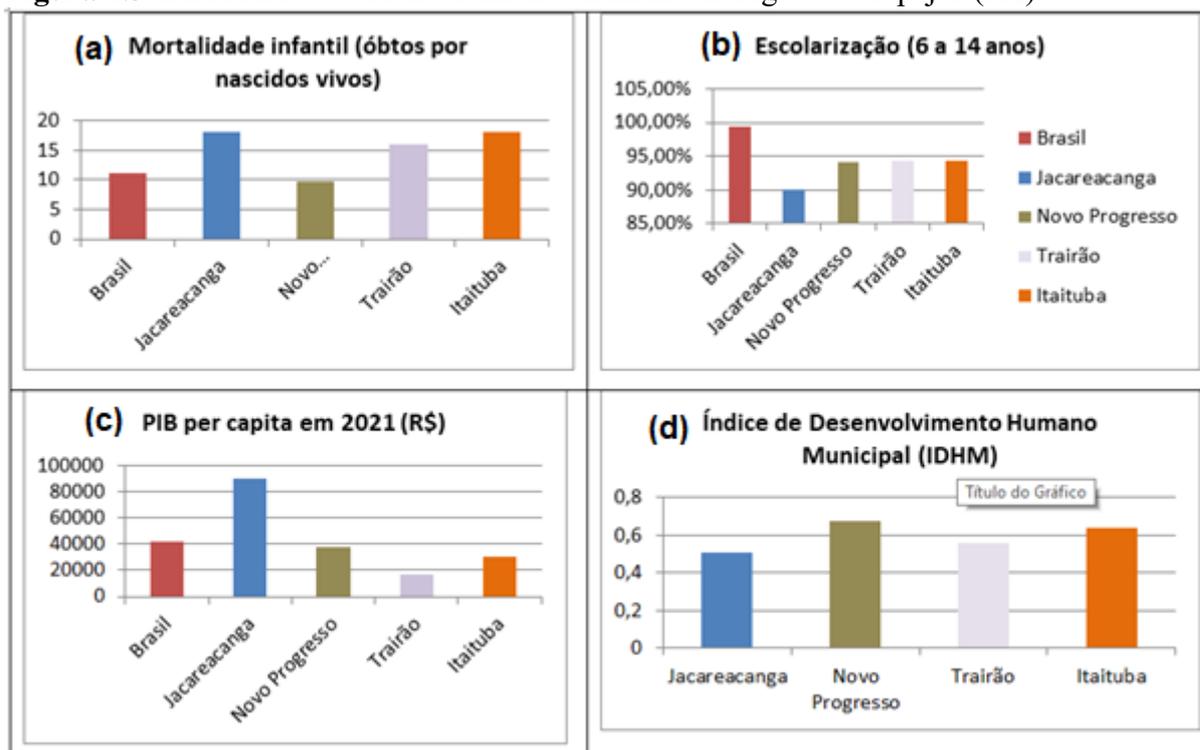


Fonte: Coutinho (2008a).

No universo do garimpo de ouro no Brasil, destaca-se a região de Tapajós, analisada nesta tese, pela sua importância e representatividade no cenário nacional. Esta

região está inserida na Província Mineral de Tapajós (Figura 1.2) que possui área de 80.650 km², localizada no sudoeste do Estado do Pará e parte no Estado do Amazonas, caracterizada por uma expressiva produção de ouro, principalmente aluvionar. Esta região consiste na maior área de garimpo do Brasil e um dos depósitos de ouro mais importantes do mundo (COUTINHO, 2008; KOLEN, DE THEIJE e MATHIS, 2013). O garimpo de ouro emprega diretamente 35.000 garimpeiros na região de Tapajós (JUNIOR; DE CARVALHO, 2023).

Figura 1.3 Indicadores de desenvolvimento humano da região de Tapajós (PA)



Fonte: Elaboração da autora com base em IBGE (2024).

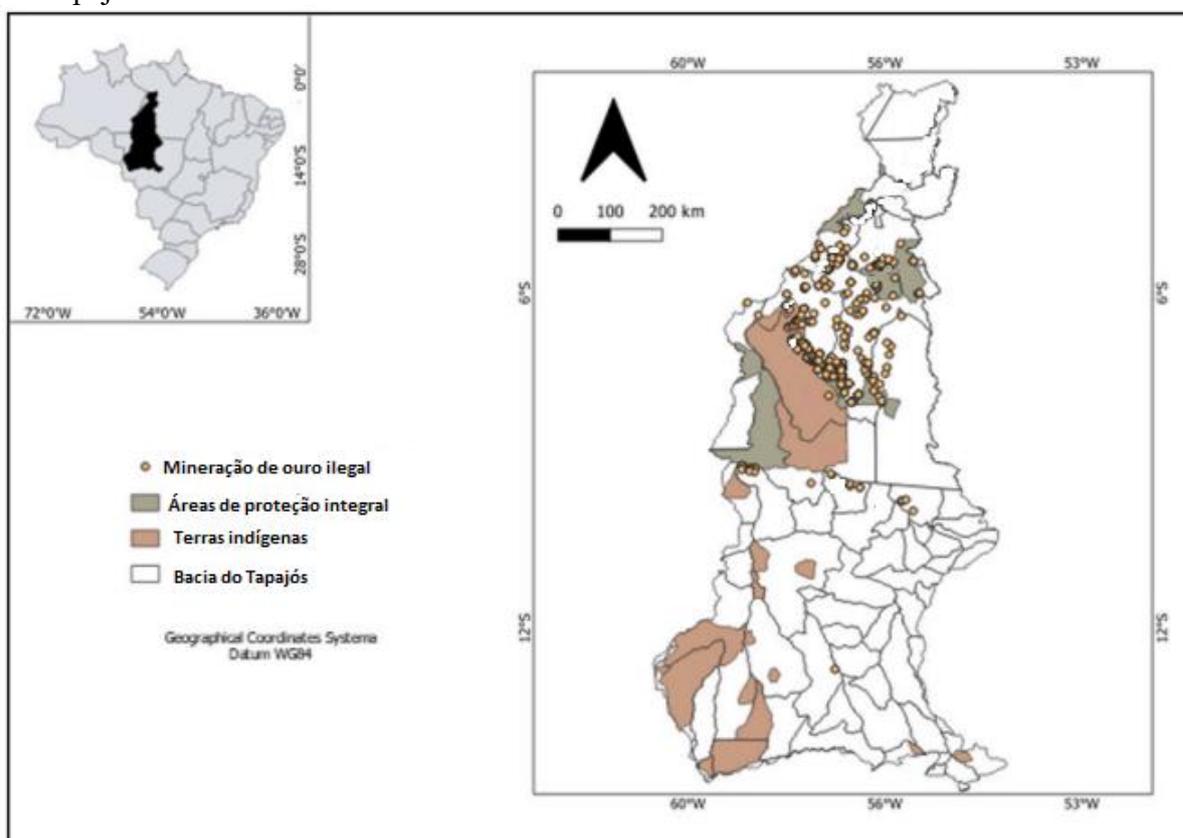
Apesar de presenciar décadas de exploração aurífera, a região de Tapajós tem índices de desenvolvimento inferiores à média do país, conforme o Censo Demográfico de 2022 (figura 1.3). Destaca-se o município de Jacareacanga (PA), que possui a maior população indígena do estado, representando 59,13% da população do município, conforme dados do Censo 2022 (MARTINS, 2023). Segundo dados do IBGE (2024), o município possui um baixo índice de desenvolvimento humano (d), elevado índice de mortalidade infantil (a) e baixos índices de escolarização (b), abaixo dos indicadores de outros municípios da região. Porém, contraditoriamente, apresenta um produto interno bruto por pessoa (PIB *per capita*) (c), para o ano de 2021, maior que o dobro do valor nacional, e muito acima da média regional, resultado da extração de ouro nos garimpos da região. Tais dados indicam que a extração de minerais por meio do garimpo, apesar de apresentar potencialidade no incremento

do PIB *per capita* da região, não traz necessariamente melhorias nos indicadores de desenvolvimento humano locais.

Na região de Tapajós os conflitos entre garimpeiros e povos indígenas são iminentes, conforme apontado pelos ‘Relatórios de Violência contra os Povos Indígenas’ publicados anualmente pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), dentre outras fontes bibliográficas (BAPTISTA, 2005; CIMI, 2007, 2010, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017; LIMA; POZZOBON, 2005; SPOSATI, 2012).

Os indígenas da região de Tapajós estão inseridos em um universo essencialmente conflituoso, já que convivem na mesma região diversas formas de uso e ocupação da terra, como Unidades de Conservação, garimpo, agricultura, terras indígenas, dentre outras. Os diversos interesses em relação ao uso de recursos naturais pelos diferentes grupos que ali habitam são fonte de conflitos entre estes grupos. A figura 1.4, abaixo, traz um mapeamento das áreas de proteção integral, terras indígenas e pontos de mineração ilegal na bacia do Tapajós.

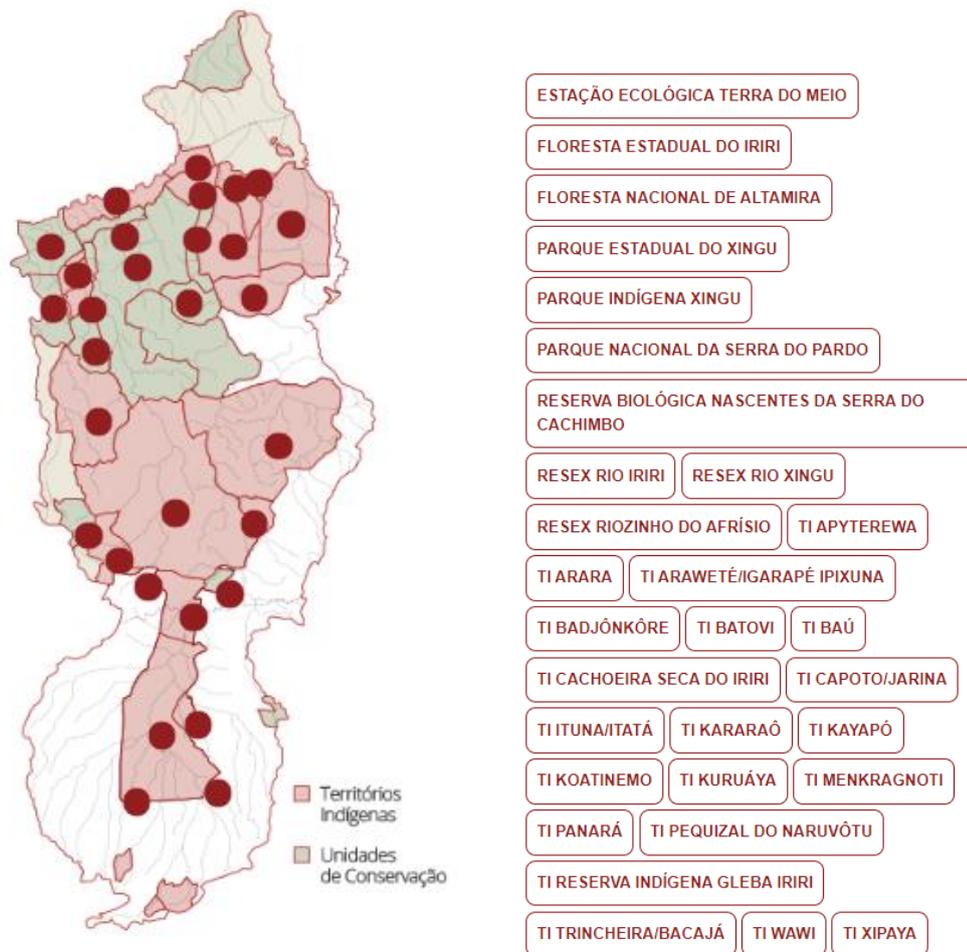
Figura 1.4 Áreas de proteção integral, terras indígenas e pontos de mineração ilegal na bacia do Tapajós.



Fonte: Adaptado de Queiroz et al (2022) com base nos dados do RAISF e Observatório do Mercúrio (2021).

No que tange à região analisada na tese que se localiza na bacia do Rio Xingu, esta é parte integrante do Corredor Xingu de Diversidade Socioambiental, que possui aproximadamente 28 milhões de hectares de extensão, incluindo 21 Terras Indígenas e nove Unidades de Conservação contíguas (XINGU +, [s.d.]). Na figura 1.5, abaixo, é possível visualizar toda a extensão de unidades de conservação e terras indígenas que compõem o Corredor Xingu de Diversidade Socioambiental. Em relação às terras indígenas localizadas na bacia do Xingu que foram analisadas na tese (Capoto/Jarina, Mekragnotire e Baú), estas compõem um reduto de alta conservação ambiental no contexto da região estudada. Este fator trouxe diversidade à análise realizada, já que as relações sociais em torno do garimpo neste contexto divergem do que ocorre nas terras indígenas nas quais a atividade encontra-se instalada, como é o caso dos Mundurucu da bacia do Tapajós.

Figura 1.5 Corredor Xingu de Diversidade Socioambiental



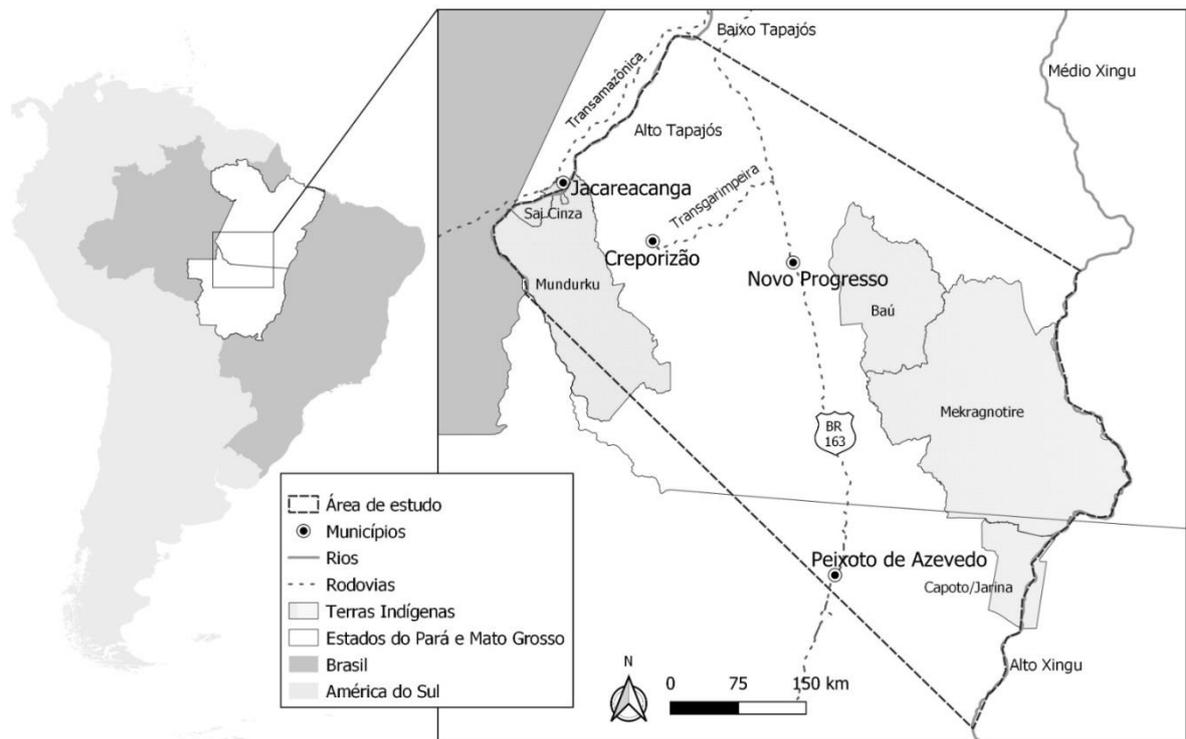
Fonte: XINGU +, [s.d.].

A figura 1.6, de autoria própria, traz um delineamento do nível de ação regional da arena. A região fica localizada entre as microrregiões hidrográficas do Alto Tapajós e o

Alto Xingu, conforme delineado por IBGE (2021). A área conta com as TIs Munduruku e Sai-Cinza (da etnia Munduruku) e Capoto/Jarina, Mekragnotire e Baú (da etnia Kayapó). A região mapeada abarca, também, as sedes urbanas dos principais municípios pesquisados (Jacareacanga, Novo Progresso e Peixoto de Azevedo), e os principais trechos de rodovias dos percursos realizados nos trabalhos de campo por via terrestre.

No que tange às comunidades indígenas estudadas nesta tese, os Kayapó, pertencem à família linguística Jê, e habitam a região amazônica do Brasil, principalmente os estados do Pará e Mato Grosso. De acordo com o Instituto Socioambiental (2021) os Kayapó Mebêngôkre possuem população atual de 11.675 pessoas entre os estados do Pará e Mato Grosso. Existe uma ampla literatura antropológica especializada na etnia, ou, cujos trabalhos fazem parte de um escopo maior, porém, com influência direta de estudos realizados com estes povos, ou com grupos correlatos.

Figura 1.6 Nível de ação regional da arena, com foco nos principais municípios, rodovias percorridas no trabalho de campo e terras indígenas



Fonte: elaborado pela autora.

Podemos citar alguns destes renomados antropólogos, como David Maybury-Lewis, que elaborou um modelo analítico Jê e Bororo, bem como estudos de parentesco e

reflexões sobre a relação entre povos indígenas e o Estado (SZTUTMAN, 2002); Claude Lévi-Strauss, que caracterizou a etnia Bororo segundo uma relação de opostos, o que serviu como base para posterior interpretação das sociedades Jê (LEA, 1999); Terence Turner (1993, 1995, 1965; TURNER; FAJANS-TURNER, 2006), que contribuiu em um amplo espectro em relação aos estudos dos Kayapó, como na cosmologia e ontologia, na política, resistência e ativismo; Anthony Seeger (1979), com pesquisas acerca das práticas musicais tradicionais Kayapó; Viveiros de Castro (1999, 2000), que escreveu sobre aspectos cosmológicos, de parentesco e organização social, resistência e adaptação e a teoria de perspectivismo ameríndio; Vanessa R, Lea (LEA, 2012, 1999), com pesquisas sobre gênero e as matrículas Mebêngôkre; Manuela Carneiro da Cunha (2018a, 2018b), em uma perspectiva bastante ligada à política e aos movimentos sociais, bem como territorialidade, cosmologia e organização social.

Para Turner (1993) a pesquisa antropológica dos povos indígenas na Amazônia se divide entre dois polos distintos. O primeiro deles poderia ser mencionado como pesquisa antropológica “pura”, ou “tradicional”, focada na cultura e nas sociedades. O segundo polo seria uma pesquisa voltada às relações dos povos indígenas com a sociedade nacional. No mesmo sentido, Viveiros de Castro (1999) divide as discussões etnológicas em duas frentes, sendo estas a etnologia “clássica” e a “etnologia do contato”. Turner (1993) argumenta que a tendência destas duas correntes paralelas em se excluírem está se modificando devido ao sucesso inesperado de diversas etnias em manterem sua identidade social cultural e étnica, mesmo em uma situação de pós-contato.

A leitura realizada por estes autores é útil no contexto desta tese. A literatura antropológica, em especial no caso dos Kayapó é ampla e diversa. Em consonância com Turner e Viveiros, priorizamos a escolha metodológica por utilizar, em maior teor, literatura do polo que se debruça sobre as relações dos indígenas com a sociedade nacional, uma vez que este foco nos auxiliou na análise do problema de pesquisa. Porém, considerando que as duas correntes citadas anteriormente não se excluem, os aspectos relativos ao polo “tradicional”, como a cultura e a organização social tradicional, também são levados em consideração na análise, mesmo que indiretamente.

Os Kayapó possuem amplo histórico relacionado ao garimpo de ouro. A lavra mais famosa foi o garimpo “Maria Bonita”, que atraiu mais de dois mil garimpeiros (GOMES, 2012), sendo que, até mesmo a Caixa Econômica Federal mantinha uma agência no local para troca do ouro. Os indígenas recebiam uma porcentagem dos lucros sobre o ouro, e, nos anos 1980, além de mercadorias, foram adquiridos produtos como um avião bimotor. Em

1994, houve uma revolta contra a concessão dos líderes indígenas ao garimpo, e, juntamente com a Polícia Federal, os indígenas expulsaram os garimpeiros de seu território (TURNER, 1995). Posteriormente, em algumas partes das TIs a atividade retornou, até que, em 2002, houve nova revogação dos convênios com madeireiros e garimpeiros (NEVES, 2014). A revogação dos convênios informais com garimpeiros, todavia, não impediu que novos focos da atividade surgissem ao longo do tempo. Mais detalhes sobre os Kayapó e sua relação com o garimpo de ouro são apresentados no segundo capítulo da tese.

Os Munduruku, que se autodenominam Wuy Jugu, cuja língua pertence à família Munduruku, do tronco Tupi, atualmente, são computados como aproximadamente 14.000 pessoas residentes na bacia do rio Tapajós, habitando 130 aldeias (LOURES, 2018). A etnia é conhecida desde os anos 1770, pelo seu expansionismo pelo médio e baixo Tapajós. Os Munduruku desalojavam os antigos moradores destas regiões por meio de guerras, até encontrar não indígenas, passando a assaltar as vilas ribeirinhas. No seu percurso expansionista, os Munduruku não se limitaram à região do Tapajós e do Madeira, alcançando o Xingu e o Tocantins, até os limites orientais da Floresta Amazônica. Por ser um povo extremamente guerreiro, os brancos os recrutaram para enfrentar tribos hostis. Devido à sua associação com os colonizadores, esta etnia conseguiu manter por um longo período sua autonomia e poder político. Somente entre 1912 e 1914 os Munduruku entraram em decadência devido aos processos de depopulação, influência de missionários e desaparecimento de tribos hostis (RIBEIRO, 2017).

Os Munduruku dominavam, no período colonial a região conhecida à época como Mundurukânia, que compreende ao norte do Rio Amazonas, ao Oeste o rio Madeira, a Leste os rios Andirá e Tapajós e ao Sul os rios Maués-Açu, Urariá e Juruena (BARAÚNA, 2022). Hoje os mesmos enfrentam desafios em relação à manutenção e defesa do território devido ao avanço do garimpo. O ouro aluvionar foi primeiramente descoberto no rio das Tropas, afluente do rio Tapajós, na década de 1950. A década de 1980 foi marcada por uma “eorrída pelo ouro” na região, em que foi registrada a presença de 30.000 garimpeiros no interflúvio dos rios Tapajós e Jamanxim. O enorme aporte de garimpeiros na região foi facilitado pela construção das rodovias Transamazônica (BR 230) e a BR 163 no trecho Cuiabá-Santarém, bem como de pistas de pouso na região.

Em 1983, pelo reconhecimento da enorme reserva de ouro existente no subsolo da região, foi criada a Reserva Garimpeira do Tapajós (NEPOMUCENO, 2019; WANDERLEY, 2015). Em 2006, posteriormente à publicação da Portaria do Ministério de Minas e Energia que criou a Reserva Garimpeira Tapajós, foram criadas por meio de decretos, e em

sobreposição à área da reserva garimpeira, diversas unidades de conservação, como a Área de Proteção Ambiental Tapajós e a Floresta Nacional Crepori. Criou-se, assim, mais um elemento que aguçou o conflito pelo uso e ocupação do solo na região.

A Terra Indígena Munduruku foi homologada no ano de 2004 e a Terra Indígena Sai Cinza, em 1991. Pela proximidade com a Reserva Garimpeira Tapajós e pelo grande aporte de ouro no subsolo, essas terras indígenas pertencentes aos Munduruku são, hoje, alvo de constante pressão pela atividade garimpeira. Em 2002, houve o caso do Garimpo “Nova Vida”, onde trabalhavam 300 pessoas, juntamente com seus familiares. A região se tornou palco de conflitos entre indígenas e garimpeiros, que somente foram pacificados após construção de um assentamento para os mineiros fora do território indígena (BAPTISTA, 2005). Após a expulsão dos garimpeiros, houve novas ocupações que culminaram, em 2012, em uma repressão violenta da Polícia Federal à comunidade indígena de Teles Pires, durante a “Operação *El Dorado*”, a qual resultou na morte de um indígena (SPOSATI, 2012). Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), a TI Munduruku sofre um alto índice de ocupação pela atividade garimpeira, passando de 7,45km², em 1985, para 102,16 km² no ano 2020 (FUNAI, 2023).

O garimpo, como atividade central, tem a característica de atrair uma série de funções de apoio necessárias ao meio de vida dos garimpeiros, o que constituiu um contingente de pessoas que vivem da renda gerada pelo ouro, ou outros minerais, sem estarem ligados diretamente à sua extração. A organização social e econômica se efetivou com a formação de pequenas vilas na proximidade dos garimpos, denominadas currutelas, que consistem em centros de serviços que atendem às necessidades dos mineiros (KOLEN, DE SMET e DE THEIJE, 2018). Como características principais da atividade garimpeira, pode-se considerar o trabalho intensivo; sua ocorrência em locais remotos, distantes de centros urbanos; o uso de ferramentas rudimentares, incluindo artefatos artesanais; a predominância da informalidade; o distanciamento das estruturas legais; falta de planejamento e controle de longo prazo da mina; e a invisibilidade em relação às políticas nacionais (DE THEIJE e SALMAN, 2018; HINTON, VEIGA e VEIGA, 2003; KOLEN, THEIJE e MATHIS, 2013).

Em relação especificamente ao uso de ferramentas para extração do ouro, o garimpo na região amazônica passou por mudanças tecnológicas significativas nas últimas décadas. Ainda assim, a atividade continua, até os dias de hoje, utilizando técnicas rudimentares, de baixa tecnologia e recuperação de ouro ineficiente, com partes do processo realizados de forma manual. As principais mudanças em relação à metodologia de extração de ouro se deram na fase da escavação, por meio da introdução das retroescavadeiras, em

meados de 2004 (MASSARO; DE THEIJE, 2018). O período entre o final dos anos de 1970 e início dos anos 1990 é conhecido como "época manual", pois cada fase do processo dependia apenas do trabalho físico. Na década de 1990, houve uma queda abrupta do preço do ouro, e o incremento tecnológico com uso de equipamentos pesados foi possível apenas em 2004, com o aumento do preço do ouro e a pavimentação de rodovias (MASSARO; DE THEIJE, 2018). Na figura 1.7 é possível visualizar técnicas utilizadas pelo garimpo de ouro na região amazônica.

Figura 1.7 Técnicas utilizadas pelo garimpo de ouro na região amazônica.



No sentido horário: bateamento do ouro; extração com retroscavadeira; extração por bico de jato e retroscavadeira; despescagem do ouro. Fonte: acervo da autora.

A introdução das retroscavadeiras, também denominados ‘_PCs’ pelos habitantes da região tornou-se um divisor de águas para a atividade garimpeira, em termos de impactos sociais e ambientais. A partir do início do uso das retroscavadeiras, os impactos negativos da atividade foram multiplicados, uma vez que o incremento na capacidade de extração do solo impacta diretamente no aumento de áreas desmatadas, bem como na capacidade de alteração dos mananciais, no caso da extração do ouro de aluvião. Em se tratando da realidade das terras indígenas, essa mudança tecnológica significou uma alteração ainda mais aguda, uma vez que o desmatamento e a alteração da qualidade dos mananciais impactam diretamente no modo de vida e na capacidade de reprodução física e social destas comunidades.

Os principais impactos ambientais ligados ao garimpo de ouro incluem o desmatamento e a poluição do ar e da água, devido à contaminação por cianeto e mercúrio (DE THEIJE; SALMAN, 2018). A deposição de sedimentos também causa enormes impactos nos rios da Amazônia. Segundo laudo da Polícia Federal (POLÍCIA FEDERAL, 2018) o garimpo despeja no Rio Tapajós no mínimo sete milhões de toneladas de sedimentos por ano. Em relação à perda de florestas, segundo dados do DETER/INPE o desmatamento na Amazônia realizado pela mineração entre os anos de 2015 e 2020 foi equivalente a 405,36 Km² (MODELLI, 2020).

Figura 1.8 Impactos ambientais do garimpo.



Da esquerda para direita: Desmatamento causado por um garimpo ilegal em Castelo dos Sonhos (PA); as águas contaminadas por sedimentos do garimpo no rio Crepori, no distrito de Creporizão (PA). *Fonte:* acervo da autora.

A realidade do garimpo na região estudada não é diferente do que descreve a literatura, no sentido de impactos ambientais. O desmatamento e a mudança da qualidade das águas nos mananciais à jusante das áreas de garimpo afetam o ambiente e as comunidades, como demonstram as fotos da figura 1.8. Na figura, observa-se o desmatamento causado por

um garimpo ilegal em Castelo dos Sonhos, distrito de Altamira (PA), e as águas contaminadas por sedimentos do garimpo no rio Crepori, em Creporizão, distrito de Itaituba (PA).

Figura 1.9 Uso do mercúrio diretamente em curso d'água à montante da terra indígena Baú, da etnia Kayapó



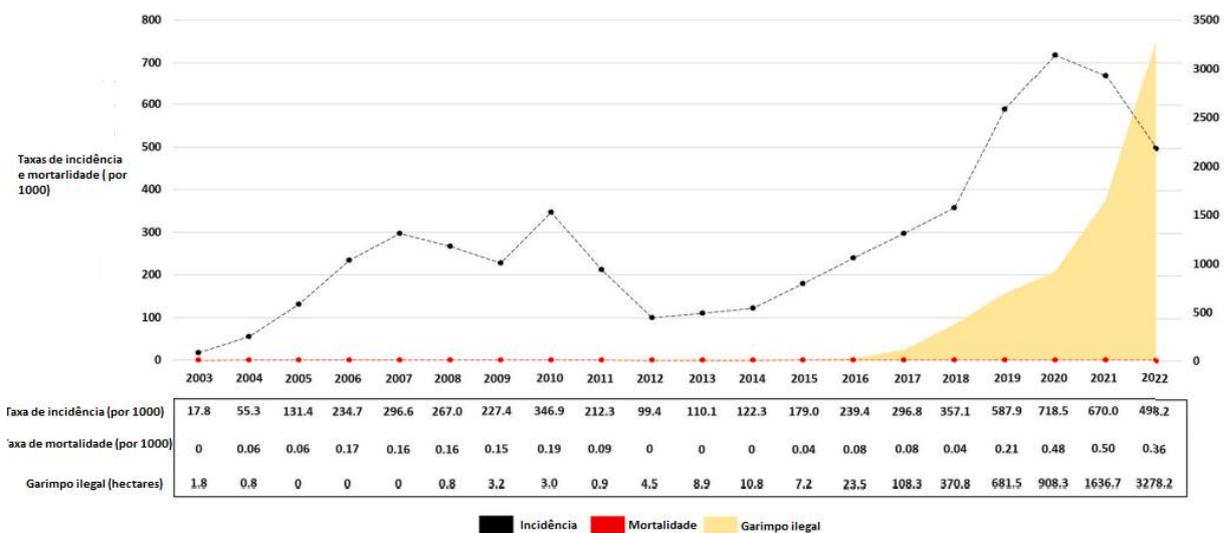
Fonte: acervo da autora.

Na região estudada foi verificada *in loco*, a utilização de mercúrio em curso d'água. A prática pode ser visualizada na figura 1.9, na qual se observa o uso do material para separação do ouro, diretamente em um curso d'água afluente do rio Curuá, um dos principais rios da Terra Indígena Baú, da etnia Kayapó. O uso de mercúrio e cianeto no processo de extração de ouro traz um duplo problema, tanto ambiental, quanto de saúde ocupacional. A exposição mercurial, quando acima dos limites determinados pela Organização Mundial da Saúde pode desencadear neurotoxicidade, perda do controle motor, dentre outras complicações (SÁ et al., 2006). São verificados elevados teores de mercúrio nas populações

residentes em áreas de garimpo, inclusive na região estudada, considerando a comunidade garimpeira, população urbana e comunidades indígenas, bem como contaminação do ar e de peixes (ARAÚJO; SOUZA, 2018; BRABO et al., 1999; CARVALHO et al., 2024; DA SILVA MONTES et al., 2022; GONÇALVES et al., 1999, 2002; LACERDA; SALOMONS, 1992; LINO et al., 2019; MENDES, 2017; MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2019; SÁ et al., 2006; SANTOS et al., 2003; VEGA et al., 2018). Segundo o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON, 2013), somente na bacia do rio Tapajós são liberadas, anualmente, aproximadamente 12 toneladas de mercúrio no ar, subsolo e rios.

A presença do garimpo é associada ao aumento dos casos de malária em indígenas, conforme pesquisa realizada por Martins-Filho e colaboradores (2024), com base em dados de 20 anos de um estudo ecológico. Conforme os autores, apesar da tendência de queda nos indicadores da doença a partir do ano 2020, há uma relação significativa entre o avanço do garimpo e o aumento das taxas de incidência e mortalidade por malária entre a população Yanomami (Figura 1.10). Robortella e colaboradores (2020) chamam a atenção para o fato de que a dificuldade de acesso a grupos isolados, como é o caso dos Yanomami seminômades, induzem à subestimação de dados oficiais. Assim sendo, os dados de incidência e mortalidade reportados por Martins-Filho e colaboradores (2024) podem estar sendo subestimados, em detrimento da impossibilidade de acesso aos grupos Yanomami isolados.

Figura 1.10 Taxas de incidência e mortalidade por malária e disseminação do garimpo de ouro ilegal no território brasileiro Yanomami, de 2003 a 2022.



Fonte: MARTINS-FILHO et al. (2024).

Os dados de saúde referentes aos Yanomami culminaram, no início do ano de 2023, na cobertura midiática da gravíssima crise humanitária vivida pela etnia. A grave crise humanitária instalada entre os Yanomami pode ser representada por mais de 16.000 casos de malária (GARCIA et al., 2022); altas taxas de desnutrição, especialmente em crianças de menos de seis meses; taxas crescentes de hospitalização de crianças por pneumonia nos primeiros meses de vida, ligadas à desnutrição (VEGA et al., 2018). A presença estimada de 20.000 garimpeiros no território, até meados de 2023 (GARCIA et al., 2022) é considerada por muitos como a principal origem da crise. Soma-se a esta situação, o fechamento de pelo menos sete centros de saúde devido a ameaças de garimpeiros, e o efetivo incêndio de uma unidade de saúde (WATTS, 2023).

A relação entre a atividade garimpeira e a deterioração da saúde de populações indígenas pode ser vinculada tanto com doenças veiculadas no contato com os garimpeiros, quanto à dependência que essas populações possuem dos ambientes naturais que habitam. Para Basta (2023), para além das doenças vinculadas à presença de garimpeiros no território, como malária e doenças sexualmente transmissíveis, os impactos ambientais causados pelo garimpo, como a derrubada da cobertura vegetal e a mudança nos ecossistemas aquáticos, resultam no desaparecimento e afastamento de espécies de fauna e flora, que são base da alimentação das comunidades, levando a um quadro intenso de insegurança alimentar.

O garimpo em terras indígenas é, hoje, uma atividade ilegal, assunto tratado no item 1.2 desta tese. A atividade garimpeira pode ser regularizada em determinadas áreas, mas mesmo onde a licença pode ser obtida, a informalidade é o cenário que prepondera, e um dos fatores que mais influencia nas relações sociais em torno do garimpo no Brasil. Neste sentido, De Theije (2020) destaca que a informalidade do setor garimpeiro torna-se um problema especialmente no que diz respeito à intrusão em territórios indígenas e danos ambientais. A omissão do Estado em dar apoio a essas comunidades, as fragiliza e aumenta sua exposição às atividades ilegais. Para Ramos e colaboradores (2020) a atuação do Estado dentro das terras Yanomami, por exemplo, é quase inexistente, principalmente em se tratando de locais mais isolados. Para os autores, devido ao vazio do poder governamental, os garimpeiros acabam por suprir estes vácuos, exercendo o poder que caberia ao Estado, por exemplo, na regulação de tráfego de bens e pessoas e divisão de lucros provenientes da atividade garimpeira.

Em se tratando da região de Tapajós, o garimpo de ouro compreende uma complexa rede, tanto no fornecimento de insumos, equipamentos e serviços, quanto na comercialização do ouro. Essa rede é organizada com base na comercialização do mineral, em nível regional, nacional e internacional, o que ocorre, na maior parte das vezes, de forma

ilegal (JUNIOR; DE CARVALHO, 2023). Conforme Molina e Wanderley (2021) o garimpo de ouro no vale do Tapajós possui perfil empresarial, no qual os donos de garimpo são empresários, e se diferem dos garimpeiros que trabalham nas lavras. Segundo os autores, o garimpo possui apoio de atores com grande poder político e aquisitivo, como empresários locais, deputados e senadores. Os resultados encontrados nesta tese corroboram com esta perspectiva, uma vez que demonstram a existência de parcerias entre os garimpeiros e atores ligados à política, como deputados e senadores, conforme tratado no capítulo 4.

O universo do garimpo ilegal pode ser terreno fértil, inclusive, para associações criminosas, como com o narcotráfico, situação que ocorre na terra indígena Yanomami, em um fenômeno que ficou conhecido como *narcogarimpo*. Este fenômeno é ampliado pela infraestrutura do garimpo e pela facilitação de entrada de facções criminosas no território por meio de garimpeiros (PEREIRA CHAGAS, 2024). Para Viveiros de Castro, no prefácio do Livro *‘A Queda do Céu’* de Davi Kopenawa, o sistema do garimpo é semelhante ao do narcotráfico, e ao colonialismo em geral, uma vez que o “serviço sujo” é feito por homens miseráveis, mas quem financia e controla a atividade e fica com o lucro, está longe do *front* (KOPENAWA, 2015).

Em um contexto repleto de contradições como é o caso do garimpo, Salman e De Theije (2017) argumentam que o conflito é intrínseco à natureza da atividade, devido a diversos fatores, como a ausência de regulação governamental, a localização em áreas remotas e a natureza volátil da atividade. Os autores abordam uma série de conflitos nos quais o garimpo se insere, dentre eles, destacam-se os conflitos sócio-políticos sobre o acesso aos recursos minerais; conflitos ambientais, referentes aos graves impactos causados pela atividade; disputas pelo uso da terra, que podem ocorrer entre os garimpeiros e detentores de concessões de lavra ou com comunidades locais, como madeireiros, ribeirinhos e indígenas. Dentre os grupos sociais tradicionais da Amazônia, em especial os indígenas, o garimpo é, historicamente, vetor de fortes impactos. Para El Saifi (2015) apesar a regulamentação de terras indígenas beneficiar a conservação da biodiversidade, a viabilização do meio de vida dos indígenas, bem como desestimularem a especulação de terras e reduzir a grilagem, essas áreas são alvo de constantes disputas e conflitos quanto à utilização de recursos naturais, em especial os minerais.

Conforme da Silva e colaboradores (2023) o garimpo ocorre em 17 terras indígenas no Brasil, e ocupa área aproximada de 200 km². Tais números correspondem a 5% das terras indígenas presentes no território nacional, e 1,85% da área total destes territórios. Os resultados encontrados pelos autores revelam uma tendência crescente ao incremento do

garimpo no país nos últimos cinco anos, especialmente nas terras indígenas das etnias Kayapó, Munduruku e Yanomami. Destacamos que, de acordo com levantamento realizado pelos autores, os casos analisados nesta tese constam entre os mais relevantes em relação ao garimpo em TIs no Brasil, tanto no nível regional quanto no nacional.

De acordo com Lima e Pozzobon (2005), os indígenas se inserem na estrutura do mercado em três situações típicas: pelo sistema de “adiantamento”, uma espécie de “adiantamento” de mercadorias em troca de produtos florestais; em atividades extrativistas, como a comercialização de madeiras nobres e o garimpo; e em sistemas mediados de comercialização. Para os autores, há duas formas como os indígenas se inserem no mercado: os “povos indígenas de comércio esporádico”, aqueles que se localizam em regiões de difícil acesso e distantes de rotas de trânsito ou mercado, tendo uma compreensão esparsa sobre o valor das mercadorias; e os “povos indígenas de comércio recorrente”, que são as populações que mantêm relações comerciais recorrentes com os “não índios” e compreendem melhor o valor das mercadorias e do dinheiro. Segundo Leonel (1998), os diversos casos de garimpos em TIs se dividem em três categorias: (1) garimpeiros invasores; (2) índios garimpando; (3) exploração mista.

Conflitos têm se acirrado em terras indígenas com elevada intensidade de ocupação pela atividade garimpeira. Notícias veiculadas na mídia cobriram, por exemplo, os ataques sofridos pela aldeia Palimu, na Terra Indígena Yanomami, em maio de 2021, realizados por garimpeiros a tiros e bombas caseiras, após a instalação de barreiras sanitárias para contenção da propagação de COVID-19 (G1, 2021). Também, em maio de 2021, na terra indígena Munduruku foi reportada a queima de casas de lideranças contrárias ao garimpo (AMAZÔNIA REAL, 2021). Em nosso trabalho de campo encontramos um ambiente extremamente polarizado e conflituoso no que tange ao tema do garimpo, em especial entre a população Munduruku, conforme tratado no quarto capítulo da tese.

Para Calvimontes e colaboradores (2020) a emergência da pandemia de COVID-19, trouxe um acirramento dos conflitos pré-existentes em relação ao garimpo, e tornou explícitas desigualdades que surgem na atividade. Para os autores, o recuo das atividades garimpeiras durante a pandemia nunca foi uma realidade. Ademais, durante a crise econômica e sanitária provocada pela pandemia de COVID-19, muitos investidores buscaram o ouro como investimento seguro a fim de proteger seu patrimônio. A cotação do ouro disparou no ano de 2020, apresentando uma valorização de 56,2% em apenas um ano (NOTÍCIAS DE MINERAÇÃO BRASIL, 2020). Para Farias e Jardim Wanderley (2021) a atividade garimpeira e a mineração em terras indígenas e no seu entorno foram fatores

associados à propagação da pandemia de COVID-19, bem como a ampliação da vulnerabilidade das populações indígenas, com o aumento de adoecimentos e óbitos.

Para além de toda a discussão realizada acerca do garimpo em terras indígenas, e, apesar de este não ser o objetivo desta tese, é importante destacar a importância de interpretar a atividade garimpeira sob a ótica do neocolonialismo e do neoextrativismo, como uma extensão das lógicas colonial e extrativista. Trata-se do histórico cumprimento da função de fornecer matérias primas baratas para a reprodução da acumulação de riquezas de forma alheia a tais territórios. Para Acuña (2015) os conflitos socioambientais envolvendo povos indígenas se relacionam à permanência de um padrão de dominação colonial, que nega as ontologias indígenas. Neste sentido, o avanço das atividades garimpeiras em terras indígenas pode ser interpretado como uma faceta do cerco colonial no Brasil.

Os povos indígenas são expostos, desde o século XVI a frentes de expansão econômica, primeiramente europeia e depois brasileira. A história do relacionamento dessas sociedades originárias com o Estado Nacional se associa à expansão capitalista, sendo caracterizada por inúmeros episódios de represamento, assimilação cultural, deslocamentos forçados e extermínio físico (BORGES, 2016). O quadro de violência é agravado em regiões onde há maior interesse mercantil, sendo distribuído geograficamente conforme áreas consideradas “pioneiras” ou novas zonas onde o capitalismo penetrou com maior intensidade (BRIGHENTI, 2016). Para Porto e Rocha (2022), a vulnerabilidade das comunidades indígenas reflete um colonialismo persistente, no qual o Brasil se insere em uma posição semiperiférica, como exportador de *commodities* produzidas pelos setores estratégicos do neoextrativismo, dentre os quais se insere o garimpo de ouro.

Os principais pontos abrangidos pela literatura acerca do garimpo em terras indígenas no Brasil estão vinculados a aspectos antropológicos, de legislação e aos impactos socioambientais vinculados à atividade, bem como a uma perspectiva de conflitos. Uma perspectiva relacional, como a abordada nesta tese, que busca a descrição das arenas do garimpo em terras indígenas pode abrir novos horizontes de discussão e possui potencialidade para contribuir para o debate do garimpo em terras indígenas no Brasil, no campo das Ciências Sociais.

1.2. Aparato legal ligado ao garimpo em terras indígenas no Brasil

Em termos legais, o garimpo é uma atividade para a qual se pode obter licença no Brasil, em determinadas áreas. Porém, ainda assim, a grande maioria dos mineiros continua em situação de informalidade, sem pagar taxas e descumprindo regulações que visam à conservação ambiental. Esta situação traz insegurança econômica para os mineiros, por não possuírem os títulos das suas áreas de garimpo. A falta de formalidade no setor nas áreas onde é permitida a garimpagem incentiva a organização da atividade conforme as “leis do garimpo”, em que há a predominância de acordos orais, socialmente aceitos entre os envolvidos (KOLEN; DE THEIJE; MATHIS, 2013).

Para Fisher e colaboradores (2021) os inúmeros problemas relacionados à formalização da atividade garimpeira são reunidos sob o rótulo ‘informalidade’. A formalização do garimpo significaria benefício para certos setores da sociedade, porém, os autores criticam que a lógica da formalização é baseada no desenvolvimento de curto prazo e voltada para o financiamento a projetos específicos, em detrimento de focar questões mais amplas, como reformas setoriais, ou a construção de políticas públicas voltadas a ações mais sustentáveis para a atividade.

Em se tratando da legislação brasileira, o código de mineração de 1967 prevê no conceito de garimpo, o trabalho rudimentar e individual de mineração, utilizando-se de aparelhos manuais ou máquinas simples e portáteis (BRASIL, 1967). Porém, a Lei nº 7.805/1989 (BRASIL, 1989) criou as Permissões de Lavra Garimpeira (PLGs), que estabelecem a possibilidade de o garimpo ser realizado individualmente ou mediante concessão a cooperativas, as quais, na prática, funcionam na forma de empresas. Porém, segundo esta lei, as PLGs não podem ser autorizadas em terras indígenas. Para o Ministério Público Federal (2020) a Lei nº 7.805/1989 afastou a premissa de trabalho rudimentar e individual, ampliando o conceito de garimpo para atividades de grande porte e de alto grau de capitalização.

Os autores entendem que a legislação, nos termos em que se encontra atualmente, resulta em contradições com as normas protetivas ao ambiente e da atividade garimpeira tradicional, a qual vem sendo substituída, em grande escala, por atividade de natureza empresarial, sob a denominação de atividade garimpeira. Neste sentido, a não adoção de critérios objetivos para a atividade garimpeira na legislação moderna, abre uma interpretação para que uma ampla gama de empreendimentos possa ser considerada como garimpo. A atividade pode ser exercida por pessoas físicas (até 50 hectares) ou por cooperativas (até

10.000 hectares). Assim, o garimpo, hoje, ainda inclui formas rudimentares de exploração mineral, como faiscação e cata³, porém, também inclui a utilização de equipamentos de alta capacidade, como dragas e balsas, tratores de esteira e escavadeiras hidráulicas.

Em relação ao direito dos indígenas às terras onde habitam todas as constituições republicanas, desde a de 1934, compreendem alguma noção sobre terras indígenas. O texto da Constituição de 1934 torna a posse das TIs inalienável; e a Constituição de 1967 tornou as terras indígenas propriedade da União. Na Constituição de 1988, os direitos dos indígenas foram descritos em um capítulo específico. Dentre os avanços estão o reconhecimento do modo de vida dos indígenas no Brasil, sua capacidade jurídica autônoma e a proteção do Ministério Público Federal (CUNHA, 2018).

O atual texto da Constituição Federal prevê que as terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas se destinem à sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, rios e lagos nelas existentes. O Artigo 231 prevê a possibilidade de mineração em TIs mediante autorização do Congresso Nacional e consulta prévia aos povos afetados, os quais possuem direito de participação nos lucros (BRASIL, 1988). Porém, a mineração, inclusive o garimpo, em TIs ainda não pode ser realizada, uma vez que aguarda regulamentação infraconstitucional, na forma de lei.

Segundo a Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada pelo Decreto N° 10.088/2019 (BRASIL, 2019), no caso da presença de minérios em terras indígenas, foi estabelecida a consulta livre, prévia e informada aos povos que habitam o território, a fim de verificar se os interesses destes povos seriam prejudicados. Desta forma, a realização de atividades minerárias em terras indígenas necessitaria da regulamentação dos artigos 176, § 1º, e 231, § 3º, da Constituição Federal, bem como a oitiva e consulta prévia, livre e informada das comunidades afetadas (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2020).

Justo e colaboradores (2020) realizaram um compilado das principais matérias que tramitam na câmara legislativa, acerca do tema de mineração em terras indígenas. Segundo os autores, foram elencadas 37 propostas que visam regulamentar o tema. Dentre

³Art. 70 do Decreto-Lei n° 227/1967 (BRASIL, 1967).

II - faiscação, o trabalho individual de quem utilize instrumentos rudimentares, aparelhos manuais ou máquinas simples e portáteis, na extração de metais nobres nativos em depósitos de aluvião ou aluvião, fluviais ou marinhos, depósitos esses genericamente denominados faisqueiras; e,

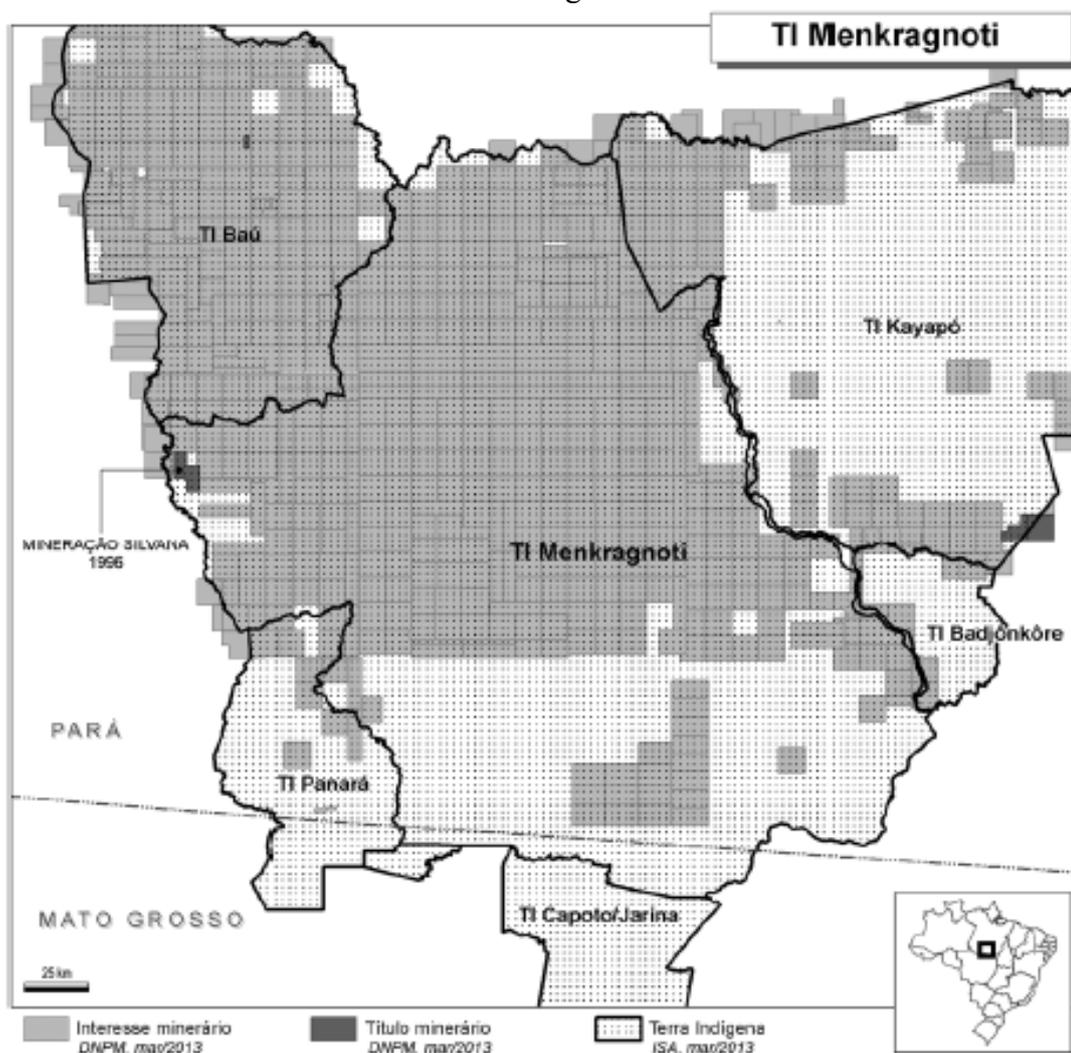
III - cata, o trabalho individual de quem faça, por processos equiparáveis aos de garimpagem e faiscação, na parte decomposta dos afloramentos dos filões e veeiros, a extração de substâncias minerais úteis, sem o emprego de explosivos, e as apure por processos rudimentares.

estas, é dado destaque ao Projeto de Lei (PL) 191/2020, que foi proposto pelo poder executivo em 2020 e retirado de pauta em 2023.

Para Rorato e colaboradores (2020) o projeto de lei proposto representaria uma ameaça para os povos indígenas da Amazônia, uma vez que 15% da área total das TIs da região seriam diretamente afetadas. Esta proposta aumentaria a exposição dos indígenas à violência rural e à contaminação por mercúrio. Siqueira-Gay e colaboradores (2020) consideram que a aprovação da PL 191/2020 poderia acarretar em aumento de 20% no desmatamento de florestas tropicais, em relação à atual política ambiental. Segundo Villén-Pérez e colaboradores (2022), a aprovação do PL191/2020 faria com que as operações de mineração, incluindo o garimpo, afetassem um montante maior que 10 milhões de hectares em 25 terras indígenas, em se tratando de Amazônia Legal. Um total de 43 grupos indígenas isolados seria afetado. Para Prasniewski e colaboradores (2024) qualquer lei que se assemelhe à proposta sugerida no PL 191/2020, beneficiaria alguns grupos, porém implicaria prejuízos econômicos e de qualidade de vida, em larga escala, para comunidades indígenas.

Outra temática que integra as arenas do garimpo em terras indígenas de forma bastante polêmica é o contingente de processos minerários dentro de terras indígenas solicitados na Agência Nacional de Mineração (ANM). Segundo Justo e colaboradores (2020) até setembro de 2020, foram registrados um montante de 3.341 processos de requerimentos, autorizações, concessões ou áreas em disponibilidade parcial ou integralmente dentro de Terras Indígenas. Destes números, 81% se tratam de requerimentos de pesquisa, 9% de autorizações de pesquisa, 6% de requerimentos de lavra garimpeira, e o restante está em tramitação nas demais fases de processos na ANM.

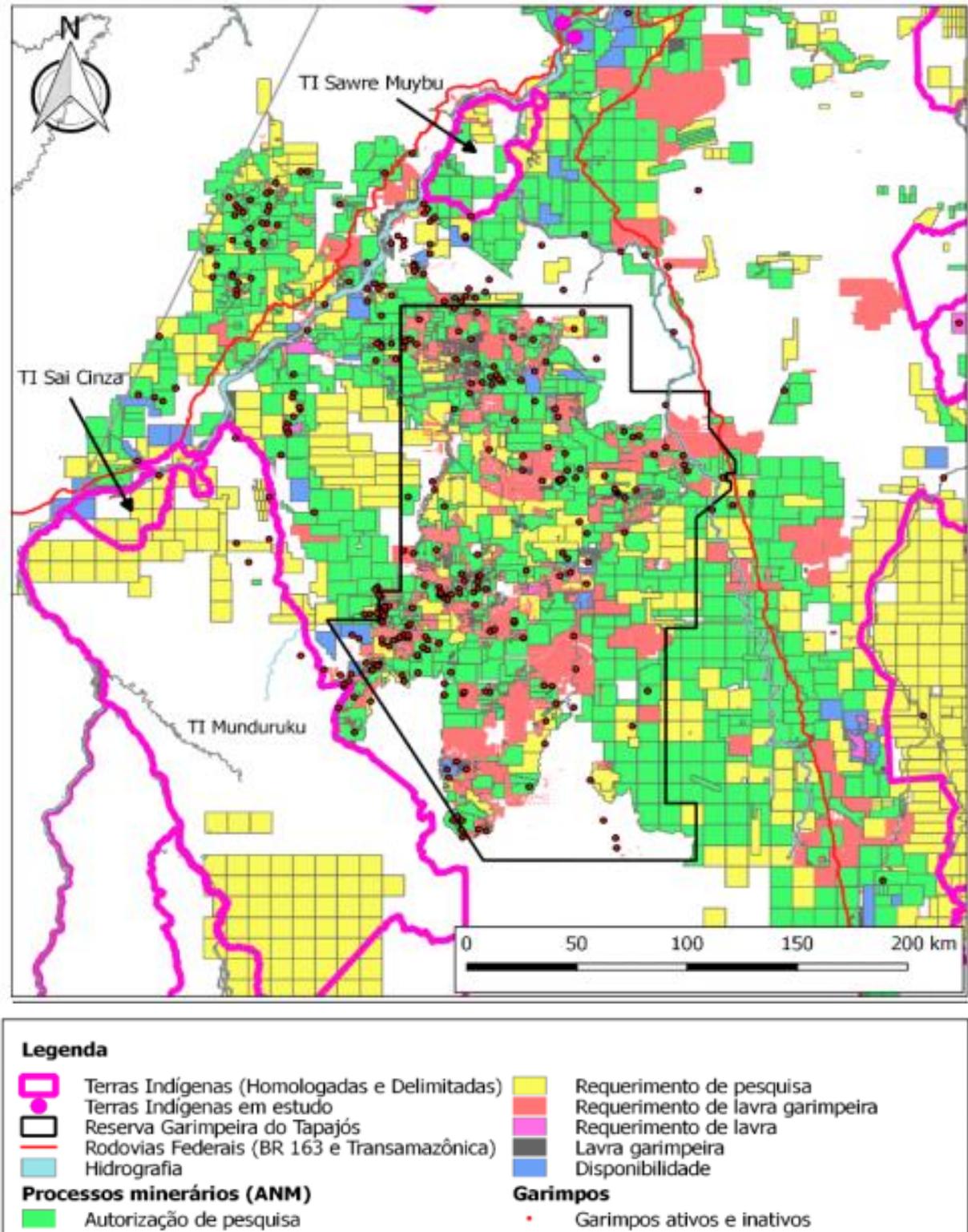
Figura 1.11 Processos minerários na TI Menkragnoti



Fonte: ROLLA; RICARDO, 2013.

É notável o elevado interesse econômico para extração mineral nos territórios estudados. Segundo Rolla e Ricardo (2013), a TI Menkragnoti, do povo Kayapó, possuía, em 2013, o segundo maior contingente de processos de interesse mineral do Brasil, contando com 395 processos solicitados, o que corresponde a 68,8% do território, conforme figura 1.11 acima. Por sua vez, A figura 1.12 abaixo mostra os processos minerários solicitados na ANM para o território dos Munduruku, nas TIs Munduruku, Sai Cinza e Sawre Muybu, no Alto e Médio Tapajós e seu entorno (NEPOMUCENO, 2019).

Figura 1.12 Processos minerários nas TIs Munduruku, Sai Cinza e Sawre Muybu, no Alto e Médio Rio Tapajós

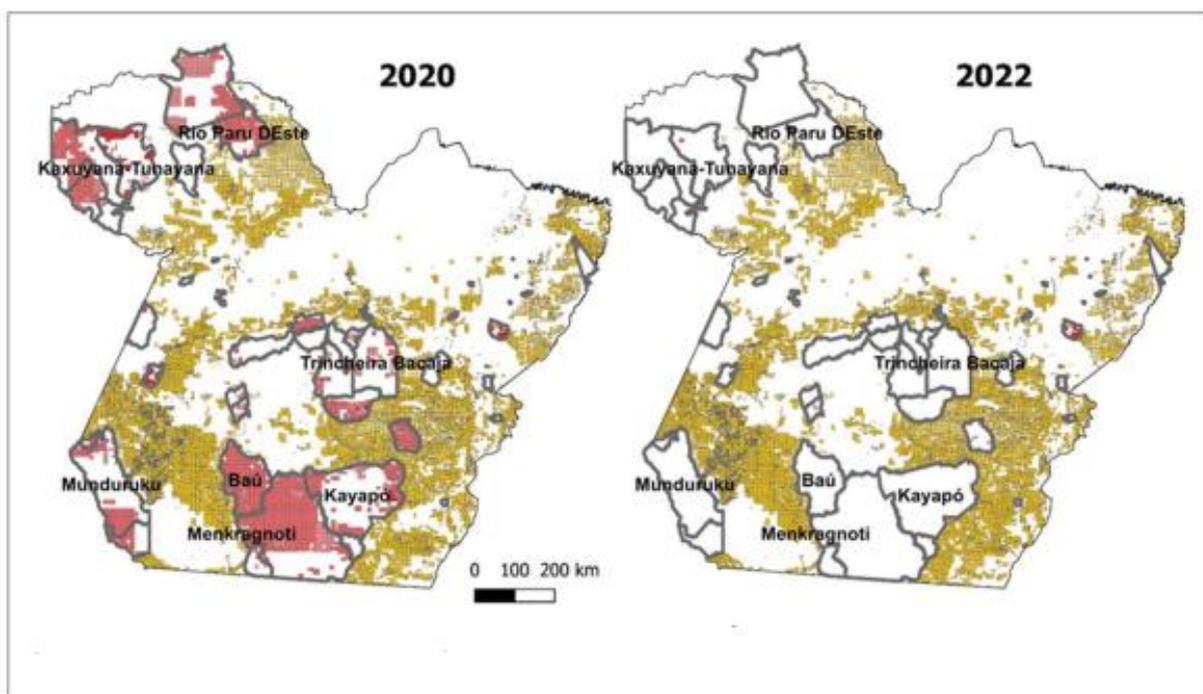


Fonte: NEPOMUCENO, 2019.

Algumas decisões judiciais resultaram na exclusão dos processos minerários em terras indígenas, como foi o caso do estado do Amazonas em 2021 (G1 AMAZONAS, 2021).

Recentemente, em outubro de 2022, o Ministério Público do estado do Pará determinou a remoção dos processos incidentes em terras indígenas da base de dados da Agência Nacional de Mineração, no estado do Pará (Figura 1.13). Ainda assim, essas terras indígenas continuam pressionadas pelos processos minerários em suas fronteiras (VERSTEGEN; RORATO, 2023).

Figura 1.13 Requisições minerárias na Agência Nacional de Mineração em fevereiro 2020 (esquerda) e junho 2023 (direita).



Fonte: VERSTEGEN; RORATO, 2023.

Segundo interpretação do Ministério Público Federal (2020), devido à inexistência de regulamentação infraconstitucional e de dispositivos que prevejam a oitiva das comunidades indígenas, não há fundamento legal nos requerimentos de pesquisa minerária em TIs. Além disso, para os autores, ainda resta uma série de dúvidas referentes à legislação quanto ao garimpo em terras indígenas. Por exemplo, se o direito das comunidades indígenas ao garimpo em seu território asseguraria o direito de usufruto dos minerais contidos no subsolo, ou somente no solo; ou se a atividade pode ser exercida na ótica empresarial, ou apenas para reprodução da cultura dos indígenas. A judicialização, muitas vezes, é o caminho que resta para dar vazão a questionamentos como estes.

1.3. Aspectos teóricos

Este item visou situar o leitor em relação aos principais conceitos e correntes teóricas que embasaram as análises realizadas na tese. A abordagem utilizada foi relacional, uma vez que o próprio conceito de arena é relacional, por focar nas relações sociais existentes entre os atores na arena. Assim sendo, a abordagem relacional focou nas interações existentes que se arranjam em torno da atividade realizada em território indígena na região de estudo. A análise relacional do garimpo em terras indígenas requer um aparato teórico robusto. Foram tratados três abordagens cruciais a este trabalho, sendo eles: arenas políticas, conflitos e transformações para sustentabilidade.

1.3.1. Arenas políticas

As arenas políticas consistem, ao mesmo tempo, tanto de uma abordagem teórica, quanto de uma unidade de análise. Para Ostrom (1990), o conceito de arenas não pode ser representado por uma configuração formal, apesar de poder abarcá-la. Uma arena seria uma situação na qual um tipo particular de ação ocorre. A autora buscou, na Teoria dos *Commons*, analisar a ação coletiva no uso de recursos comuns, com foco no papel estabelecidos por instituições e regras ditadas por instituições formais e não formais, no uso de recursos naturais.

Segundo a autora, instituições podem ser definidas como conjuntos de regras que podem ser utilizadas em diversos contextos, como, por exemplo, os atores elegíveis para tomar as decisões nas arenas, nas ações permitidas ou restritas, e nas regras de agregação utilizadas. Em cada nível de análise, pode haver uma ou mais arenas nas quais os processos de tomada de decisão ocorrem. As regras operacionais ditadas pelas instituições protegem alguns indivíduos, em detrimento da exposição de outros. Uma mudança nas regras do *status quo* deve ser apoiada por um coletivo de indivíduos que consiga exercer autoridade para apoiar as mudanças das regras atuais vigentes na arena.

O *IAD framework*, ou *Institutional Analysis and Development Framework*, desenvolvido por Ostrom (2011), identifica variáveis presentes nas estruturas organizacionais das arenas. Dentre estas variáveis estão instituições, regras que as definem, conjunto de atores, dentre outras. A análise das arenas consiste nas entradas e saídas do *IAD framework* (figura 1.14). A autora traz algumas variáveis que são utilizadas para descrever uma situação de ação, sendo elas: (i) o conjunto de atores; (ii) o posicionamento dos atores na arena; (iii) ações realizadas pelos atores e a ligação com os resultados; (iv) os resultados que advêm das ações dos atores; (v) o nível de controle dos atores sobre suas escolhas; (vi) informações que

os atores possuem sobre as estruturas daquela situação de ação; (vii) os custos e benefícios. Algumas destas variáveis, como o conjunto de atores e o seu posicionamento, foram utilizadas para descrever as arenas nesta pesquisa.

Figura 1.14 Institutional Analysis and Development Framework (IAD).



Fonte: Adaptado de Ostrom (2005).

No cerne do *framework* IAD está o conceito de que uma situação de ação é afetada por variáveis externas, como as condições biofísicas e atributos de uma comunidade, e as regras em uso na arena. A partir do impacto das variáveis externas, são gerados padrões de interações e resultados que retroalimentam tanto as variáveis internas, quanto as externas (OSTROM, 2010). Não nos aprofundaremos no IAD, uma vez que ele foi utilizado, juntamente com a concepção de outros atores sobre arenas, como uma ferramenta para compreensão da realidade empírica.

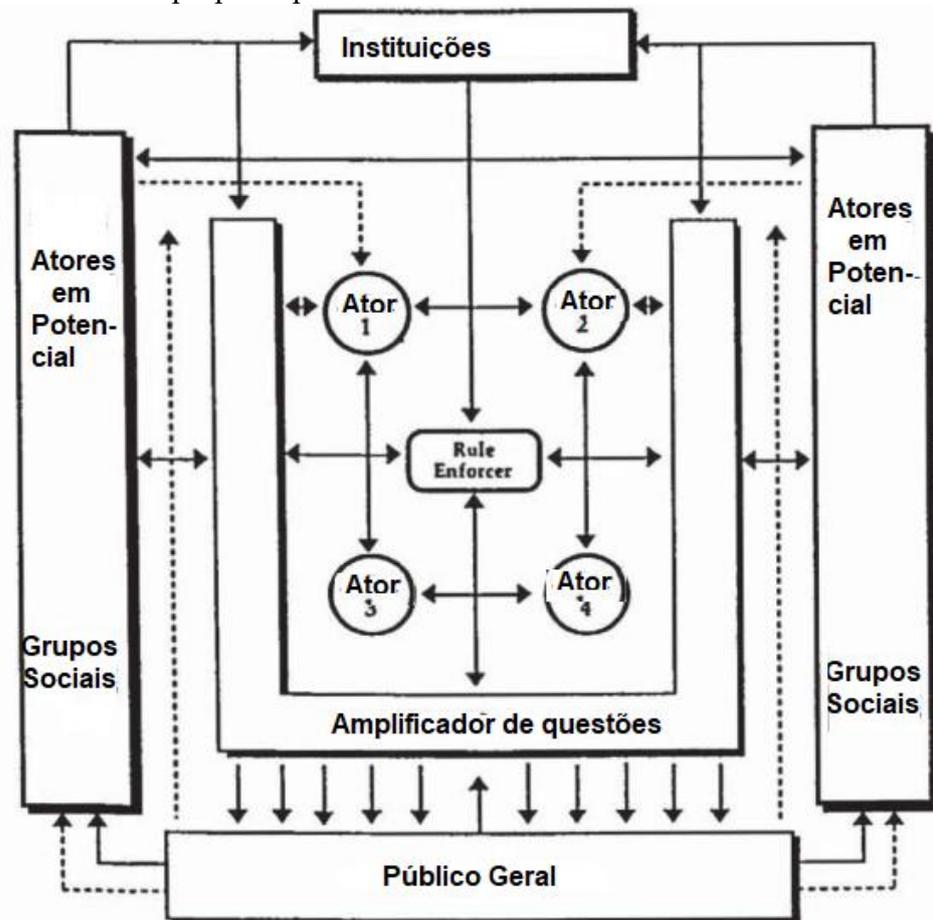
A conceptualização de arenas de Ostrom considera os fatos sociais como os aspectos mais importantes para compreender as arenas, como é o caso de variáveis biofísicas, econômicas e sociais. Arenas são consideradas um como um sistema de variáveis, e resultam em um modelo preditivo das relações sociais com o meio. As interações entre atores são vistas como um jogo regulado por normas. A autora enfatiza a cooperação entre os atores e sua maior contribuição foi demonstrar, empiricamente, que a ação coletiva pode levar ao manejo de recursos naturais compartilhados de forma sustentável (BRONDIZIO; OSTROM; YOUNG, 2009; SILVINO, 2019).

O princípio da teoria de Renn (1992) é que em uma arena política os grupos sociais utilizam da mobilização de recursos sociais para influenciar o processo coletivo de tomada de decisão. As regras e estruturas da arena política também influenciam os resultados,

o que se pode aferir, segundo o autor, no fato de que indivíduos e grupos somente conseguem influenciar os processos políticos se tiverem recursos suficientes para alcançar seus objetivos. Desta forma, os atores agem coletivamente, visando potencializar sua influência no processo de tomada de decisão, por meio da mobilização de recursos.

Para o autor, as arenas envolvem apenas indivíduos ou grupos que possuem a intenção de influenciar os processos decisórios coletivos, ou os processos políticos. Indivíduos que apenas emitam opiniões são irrelevantes para a arena, a menos que tentem influenciar as configurações políticas envolvidas, tendo em vista metas a serem estabelecidas coletivamente e alcançadas. Assumir que os grupos sociais desejam influenciar a política é a única inferência em termos de motivações, intenções e objetivos. Este princípio é importante porque possibilita fornecer parâmetros sobre quais os grupos perseguirão seus objetivos.

Figura 1.15 Modelo da arena proposto por Renn



A figura 1.15 traz a metáfora de arena proposta por Renn (1992). O centro da arena é ocupado pelos atores principais, ou seja, aqueles grupos da sociedade que buscam influenciar as decisões políticas. As arenas possuem conjuntos de regras, dentre as quais estão regras formais a serem escritas e aplicadas por uma agência de regulação. É possível que diversos atores se unam objetivando alterar as regras que organizam e regulam uma arena. Os amplificadores de questões são profissionais que observam a arena e se comunicam com os atores principais, realizam a interpretação de suas narrativas quanto aos fatos e relatam ao público geral. A comunicação feita por estes atores influencia como os recursos são alocados e a eficiência destes no apoio público. São parte da arena também as instituições políticas que são influenciadas e interinfluenciam a arena.

Para Silvino (2019), ao colocar o elemento capacidade de amplificação como central nas arenas políticas, Renn indica que estas podem ser representadas por um lugar político com narrativas que influenciam as decisões coletivas. Neste sentido, as arenas são concebidas como incorporando também espaços virtuais onde as ações políticas dos atores, em determinada questão, são reveladas e destinadas a influenciar decisões políticas. Para a autora, a opção de Renn por representar o potencial amplificador na arena evidencia o papel crucial das narrativas, e da comunicação entre os atores. Assim sendo, os atores individuais ou coletivos que comunicam seus dilemas na arena, e com isto, consolidam suas narrativas, possuem maior força de influenciar o processo de tomada de decisão.

Para Hanningan (2022), arenas são metáforas que descrevem um cenário político no qual diversos atores tentam influenciar os processos decisórios, levando suas reivindicações para os tomadores de decisão. O autor discorre sobre as diferentes perspectivas teóricas nas quais o conceito de arenas encontra-se embebido, como a perspectiva organização-ambiente, das organizações complexas; modelo dramatúrgico das relações sociais, de Goffman; modelo simbólico da política, de Edelman; todos estes elementos unidos por um componente de construcionismo social, que busca olhar para os processos sociais, políticos e culturais que envolvem a visão de risco associado às ações antrópicas sobre o ambiente natural, e, conseqüentemente, a construção de um “estado de crise” percebido.

Hanningan é um autor relacionado ao construcionismo social, e sua visão de arena é a interpretação dos problemas ambientais não como fatos dados, mas como construções sociais nas quais, muitas vezes, grupos de atores se posicionam por meio de narrativas socialmente construídas. Em seu livro *Environmental Sociology*, ele situa a discussão ambiental em relação à ótica da controvérsia realismo *versus* construcionismo. Segundo o

autor, os construcionistas são alvos constantes de críticas por negarem riscos ambientais como o aquecimento global. Porém esta interpretação seria falsa.

Segundo o autor, os construcionistas defendem, na verdade, que é necessário estudar minuciosamente os processos sociais, políticos e culturais que fazem com que algumas variáveis ambientais sejam consideradas inaceitavelmente arriscadas, o que contribuiria para a formação de uma percepção sobre o tema. O construcionismo não se trataria de uma negação da natureza, mas sim de uma abertura de interpretação dos impactos ambientais em relação à construção de interpretações humanas. Além disso, defende que nem sempre os problemas ambientais e as reivindicações dos diversos envolvidos correspondem às suas necessidades reais, mas tratam da natureza política das narrativas ligadas àquela questão.

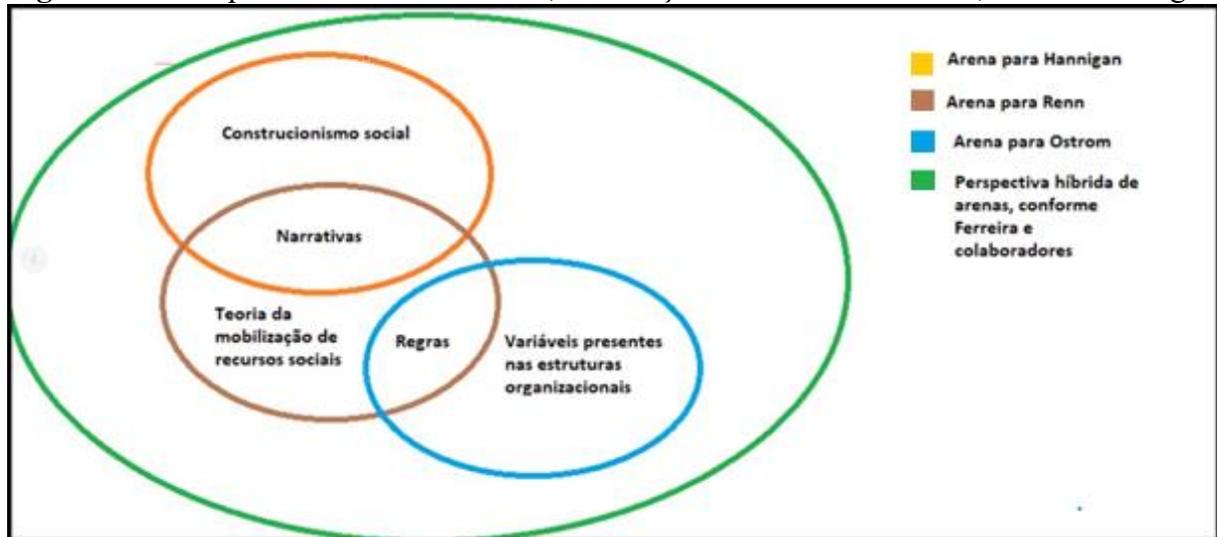
A abordagem de arena utilizada nesta tese foi desenvolvida por Ferreira e colaboradores (FERREIRA, 2005, 2012; FERREIRA et al., 2017), que sustentam sua análise em uma dupla pertença: a estrutura social e a ação coletiva de uso de recursos comuns; bem como localização simbólica onde ocorrem processos de mobilizações de recursos sociais, visando influenciar o processo decisório e diminuir assimetrias de poder; e também na utilização de narrativas para influenciar a tomada de decisão (HANNIGAN, 2022; OSTROM, 1990, 2011; RENN, 1992).

Ferreira e colaboradores entendem que a teoria de Ostrom relativiza a importância do poder nos processos de tomada de decisão, pois acredita na força das regras para minimizá-las, o que a leva a relativizar as assimetrias de poder. Renn e Hannigan por sua vez, não visualizam as arenas como sistemas organizacionais e, ao invés de trata-las como fatos sociais, têm como foco a localização simbólica de ações políticas em um processo de tomada de decisão coletiva. Ademais, Renn se utiliza da teoria da mobilização de recursos de poder, a fim de aumentar as possibilidades de grupos subordinados obterem capacidade de influenciar as decisões. Desta forma Renn e Hannigan se diferenciam, sendo o primeiro mais analítico, pois se baseia fortemente na capacidade dos atores coletivos para minimizar as distorções que produzem as assimetrias de poder. Hannigan é construcionista, no sentido de focar a ação humana em sua circunstancialidade, na atenção dos atores sobre a imprevisibilidade dos acontecimentos factuais em situações complexas.

Desta forma, a abordagem híbrida de arenas políticas, elaborada por Ferreira e colaboradores, traz uma junção da perspectiva organizacional de arena de Ostrom (1990) com a perspectiva de processos de produção e reprodução de narrativas de e Hannigan compreendida através da teoria da mobilização de recursos abordada por Renn na sua conceptualização de arenas políticas. A Figura 1.16, abaixo, traz uma representação gráfica da

perspectiva híbrida de arenas, conforme Ferreira e colaboradores, em relação às teorias de Ostrom, Renn e Hannigan.

Figura 1.16 Perspectiva híbrida de arenas, em relação às teorias de Ostrom, Renn e Hannigan

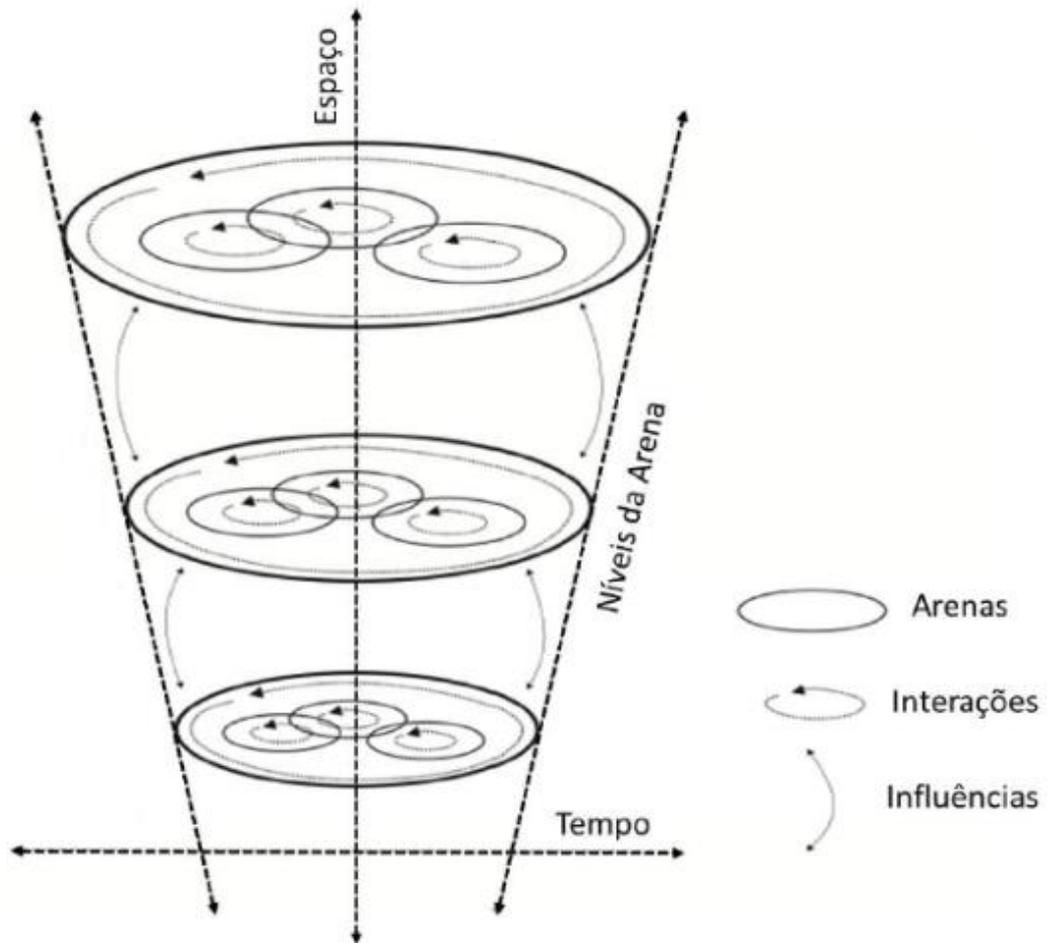


Fonte: Elaboração da autora.

Em se tratando das arenas nas quais ocorrem decisões acerca do uso comum de recursos naturais, Ferreira (2012) propõe que o *framework* híbrido de arenas leva em consideração o trânsito entre ações e comportamentos individuais e coletivos, e ao mesmo tempo uma análise multiescalar (tempo e espaço) e multidimensional (níveis de organização). Os conflitos referentes aos usos de bens comuns são centrais nestas arenas, uma vez que abordam múltiplos atores, interesses e interpretações divergentes. As arenas consistem tanto de uma abordagem teórica, quanto de uma unidade de análise, e representam possibilidades de transformação nos diversos níveis de ação (do local ao global), de forma processual e situacional. Desta forma, a arena é vista como uma unidade dinâmica que se rearranja a partir de conflitos, clivagens e parcerias que configuram uma constante pulsação (FERREIRA, 2005, 2012; SILVINO, 2019).

Na figura 1.17, a seguir, é possível observar que, no modelo conceitual proposto por Ferreira (2012) e representado graficamente por Calvimontes (2013), o papel dos atores em cada nível da arena também é influenciado pela presença e ações dos outros atores, nos outros níveis. Os processos que ocorrem não se restringem, desta forma, a um só nível, sendo que os níveis inferiores influenciam os superiores e vice-versa. As diversas motivações e estratégias dos atores na arena fazem com que aliados em um nível possam ser adversários em outro (CALVIMONTES, 2013; CALVIMONTES; FERREIRA, 2016; FERREIRA et al., 2017).

Figura 1.17 Representação esquemática do modelo conceitual de Arena em Ferreira (2012)



Fonte: Adaptado de Calvimontes (2013).

Silvino (2019) traz uma revisão da literatura referente à perspectiva de arena nas correntes teóricas provenientes das Ciências Políticas. A autora destaca as contribuições teóricas de: Robert Dahl, o qual trouxe a visão de arena, para além de um processo passivo, onde somente a combinação das forças sociais produziam as decisões nos sistemas sociais, para uma estrutura na qual a própria arena política se torna uma força ativa no processo decisório; Nelson W. Polsby, para quem o agrupamento entre os atores é visto como parte essencial na arena política; Theodore Lowi, que retrata as arenas como uma abordagem teórica que compreende disputas, processos e estruturas de poder; e John Hannigan, que diferencia as arenas políticas na questão ambiental das arenas políticas clássicas, uma vez que, nas primeiras, as dimensões biofísicas e ecológicas possuem papel central, enquanto que as arenas políticas clássicas envolvem questões exclusivamente sociais.

Diversos autores analisam a mineração em um contexto de arenas de governança híbrida (GEENEN, 2016; LUNING; PIJPERS, 2017; WALTER; URKIDI, 2017). Para Walter

e Urikidi (2017), a governança híbrida se configura em um processo em que diversos atores, em múltiplos níveis, moldam instituições, em uma perspectiva de “bricolagem institucional”. Este processo, segundo Cleaver e colaboradores (2013), trata-se de uma analogia à forma como as pessoas são capazes de fazer “remendos” em disposições e arranjos sociais previamente existentes, em resposta a situações de mudança. As arenas em torno da mineração podem ser palco para a governança híbrida, uma vez que, para Geenen (2016), as concessões de mineração podem ser consideradas como configurações de “transição”, logo, são mutáveis. Para a autora, os modos de interação mudam ao longo do tempo e entre os diversos atores, podendo acontecer de grupos específicos serem incluídos ou excluídos de decisões acerca de determinados assuntos.

1.3.2. Abordagem de Conflitos

As arenas políticas em torno do garimpo em terras indígenas são terreno fértil para disseminação de conflitos sociais em torno de temas ambientais, uma vez que abarcam interesses de distintos atores e grupos sociais, desde indígenas e garimpeiros, a empresários e políticos. Para Ferreira (2012) e tendo como base as categorias propostas por Väyrynen (1991), é possível fazer a diferenciação de duas grandes filiações teóricas acerca de conflitos nas Ciências Sociais: a) Transformação de conflitos: os conflitos são inerentes aos sistemas sociais e potentes propulsores de mudanças; o consenso é uma contingência e não se vislumbra uma resolução definitiva; b) Resolução de conflitos: nesta perspectiva, os conflitos são vislumbrados como distúrbios na ordem dos sistemas sociais, sendo necessário se atentar a formas de mitiga-los ou solucioná-los. Neste caso, os conflitos são considerados desvios a partir de um estado original ótimo e uma contingência negativa em um sistema equilibrado.

Reimann (2004) fornece três abordagens relacionadas à gestão de conflitos, sendo estas: a solução de conflitos, que se baseia na orientação para soluções ganha-ganha; a resolução de conflitos, na qual eles podem ser reformulados, a fim de se obter uma solução mutualmente aceitável; e transformação dos conflitos, a qual, em longo prazo, resultaria em esforços de consolidação da paz, com superação da violência.

A perspectiva adotada neste trabalho foi a de “transformação de conflitos” de Väyrynen (1991), na qual os conflitos são considerados como inerentes aos sistemas sociais, e poderosos agentes transformadores, sendo que não há vislumbre de resolução definitiva (FERREIRA, 2005, 2012; VÄYRYNEN, 1991). Cabe ressaltar que no enquadramento analisados na tese, os conflitos considerados são os que acontecem em sociedades democráticas, ou o que resta de sociedades democráticas na Amazônia. Isso porque, quem

entra na arena está disposto a negociar, disputar, ganhar o jogo. As lutas armadas, guerra de milícias, assassinatos não se tratam de conflitos, mas de guerra civil. Sendo arenas espaços de conflito e negociação, este tipo de atuação ocorre fora delas, pois não há espaço para negociações.

Para Ferreira (2012) a teoria das “transformações de conflitos”, pode criar condições para desenvolvimento de relações cooperativas. O conflito seria gerado por estruturas sociais e políticas baseadas na desigualdade, e lidar com ele passaria pelo fortalecimento de grupos sociais marginalizados. A compreensão é de que os conflitos são positivos por produzirem mudanças sociais, já que podem incentivar a construção de relações de diálogo e cooperação entre atores desiguais. A principal estratégia consiste em fornecer condições para redução das desigualdades estruturais, com objetivo de produção de um processo de reconstrução social de longo prazo.

Em se tratando do garimpo, especificamente, um grande desafio em relação à atividade é trabalhar o conflito de maneira a compartilhar perspectivas diversas de práticas construtivas, em detrimento de conflitos não construtivos (STIRLING, 2007). Segundo Leach e colaboradores (2012) o envolvimento com as diferentes perspectivas leva ao vislumbre de se trilhar caminhos mais robustos, e, desta forma, pode possibilitar o afastamento de trajetórias insustentáveis. No contexto da atividade garimpeira o conflito é entendido, de forma ampla, envolvendo, conforme De Theije e Salman (2018) um universo de questões que abrangem temas ambientais, territoriais, legais, culturais, dentre outros. Segundo os autores, as causas mais proeminentes de conflitos envolvendo os mineiros são as questões ambientais e disputas acerca dos diversos usos da terra, causadas, muitas vezes, pela deficiência de instituições estatais, as quais liberam concessões sobrepostas a diversos atores locais.

1.3.3. Transformações em direção à sustentabilidade

A análise das arenas políticas em torno do garimpo em terras indígenas pode ser utilizada de forma a auxiliar na coleta de ideias dos atores, no nível local, que podem ser convertidas em políticas públicas, vislumbrando uma sociedade mais sustentável. O conceito de “desenvolvimento sustentável” é constantemente criticado por endereçar-se a uma diversidade de definições. Porém, em se tratando de um conceito contestável, ele está envolto em constantes disputas concernentes ao seu significado. Desta forma, a diversidade dos significados do conceito não deveria indicar falta de precisão, mas a dimensão das lutas políticas nas quais ele está envolvido (LENZI, 2006). Em se tratando de diversas visões sobre

sustentabilidade, para Scoones (2016), a direção das transformações sociais é diretamente determinada pelo tipo sustentabilidade e a ação política envolvida.

Neste trabalho, utilizamos o conceito de sustentabilidade proposto por Yearley (2005) como um patamar mínimo que as sociedades deveriam atingir, envolvendo tanto o âmbito ambiental, como social e econômico da sustentabilidade. Porém, não nos fixaremos a este conceito, uma vez que adotamos uma Estrutura de Transformações de Sustentabilidade, o que facilitará a convergência conceitual (MILLER et al., 2010), enquadrando as abordagens em torno do objetivo de serem efetivamente transformadoras. Desta maneira, buscamos superar a conceituação normativa de sustentabilidade, o que significa reconhecer que este conceito está envolto em novas realidades materiais, bem como em uma heterogeneidade epistemológica através dos olhares de múltiplos atores.

Hinton e colaboradores (2003) e Leach e colaboradores (2012) defendem a adoção de uma abordagem multiescala de ações para a sustentabilidade. Nas arenas no nível local, tal abordagem consistiria na adoção de uma variedade de iniciativas de base inovadora e na presença de associações estruturadas locais, conduzidas por membros da comunidade. Nas arenas nos níveis nacional e internacional, se baseariam na utilização de alta tecnologia e ações impulsionadas por painéis, acordos e convenções internacionais.

Segundo Hilson e McQuilken (2016), a atuação efetiva dos governos, visando formalização e intervenções tecnológicas, não estimula a transformação ambiental, socialmente inclusiva ou economicamente equitativa. Este modelo não tem se mostrado efetivo em realizar uma transformação sustentável, se mostrando, na melhor das hipóteses, como uma ação incremental.

Scoones e colaboradores (2018) apresentam uma visão das três principais abordagens conceituais ligadas às pesquisas de transformações para sustentabilidade, rotuladas estrutural, sistêmica e habilitadora. A abordagem estrutural dá ênfase à necessidade de mudanças estruturais mais profundas, impulsionadas por processos históricos e mudança de interesses. Já a abordagem sistêmica foca na identificação de características peculiares de cada sistema, como, por exemplo, de atores e níveis, como alvos focados para transformações. A abordagem habilitadora possui um foco em processos e capacidades, ao invés de apenas resultados, trazendo elemento das abordagens sistêmica e estrutural, com foco na agência e incertezas das transformações (O'BRIEN 2015 apud SCOONES et al., 2018). A abordagem utilizada nesta tese se aproxima mais a uma visão "habilitadora" das transformações, uma vez que a busca por atores e níveis tangencia a visão adotada de arenas.

Cabe ressaltar a importância de uma visão crítica em relação ao discurso acerca das transformações, uma vez que, atualmente, tem exercido papel central nas arenas da sustentabilidade. Blynthe e colaboradores (2018) trazem uma reflexão crítica, apontando cinco riscos latentes nos discursos de transformações, sendo eles: 1) a transferência do fardo da resposta à mudança aos mais vulneráveis; 2) o discurso das transformações ser utilizado na justificativa do *business-as-usual*; 3) ser dada pouca atenção à diferenciação social; 4) exclusão da possibilidade de não transformação ou do conflito de resistência; 5) falha no reconhecimento do processo político que envolve as transformações. Os autores sugerem como caminhos para redução destes riscos, a politização do discurso das transformações, o que significa evidenciar a sua natureza política; bem como a pluralização dos discursos, com a inclusão de múltiplas visões de transformações.

1.4. Aspectos metodológicos

Neste tópico, foram abordados os aspectos metodológicos da tese. Foram descritas as técnicas utilizadas na seleção dos atores para a pesquisa, bem como na coleta e análise de dados de campo e documentais. Apresentamos os grupos alvo das investigações, dando ênfase aos níveis de ação e papéis desempenhados pelos atores na arena. Os percursos dos trabalhos de campo e as localidades da pesquisa foram apresentados em forma de mapas. O texto também elaborou as principais percepções e dificuldades enfrentadas no processo de campo e na análise dos dados coletados.

1.4.1. Trajetória acadêmica no Doutorado

Esta pesquisa foi realizada como parte do Doutorado em Ambiente e Sociedade do Núcleo de Pesquisas Ambientais (NEPAM/Unicamp). As disciplinas cursadas na instituição forneceram um embasamento teórico-metodológico com objetivo de realizar um trabalho interdisciplinar nas temáticas ambiental, de sustentabilidade e de conservação. Ainda no início da trajetória do doutoramento, a autora se inseriu como pesquisadora no projeto internacional *Gold Matters*, cofinanciado pela FAPESP, cuja líder no Brasil é a orientadora desta tese, Lúcia da Costa Ferreira, o que proporcionou trocas e aprendizagem com pesquisadores de todo o mundo. A figura 1.18 traz imagens de eventos marcantes da trajetória acadêmica da autora.

Figura 1.18 Trajetória acadêmica



No sentido horário: Doutorado em Ambiente e Sociedade do Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais, da Unicamp; Pesquisadores do núcleo brasileiro do projeto *Gold Matters*; Exposição GOLD – Mina de Ouro Serra Pelada, do fotógrafo Sebastião Salgado; Apresentação em *workshop* internacional em Gana. *Fonte:* acervo da autora.

Os trabalhos de campo foram realizados entre julho e agosto de 2019 e entre dezembro de 2019 e janeiro de 2020. Estes foram financiados pelo Projeto *Gold Matters*, pela FAPESP, bem como por verba da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Nesta ocasião, a COVID-19 ainda não era considerada um evento pandêmico, sendo reconhecida como pandemia em março de 2020. O projeto foi cadastrado na Plataforma Brasil, número do CAAE: 26792619.9.0000.8142 e teve aprovação do Comitê

de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais da Unicamp (CEP/CHS) e do Conselho Nacional de Pesquisa (CONEP).

Em fevereiro de 2020, a autora iniciou o doutorado ‘sanduíche’ na *Vrije Universiteit* (VU), ou Universidade Livre, em Amsterdã, Países Baixos (figura 1.19). O ‘sanduíche’ foi financiado pelo Programa Institucional de Internacionalização – CAPES Print, e resultou em parte importante da pesquisa bibliográfica e análise de dados desta tese. Porém, a pandemia de COVID-19 trouxe enorme prejuízo ao doutorado ‘sanduíche’, já que o isolamento social completo foi uma realidade durante parte do período da estadia nos Países Baixos, que durou até julho de 2020.

Figura 1.19 Doutorado sanduíche na Universidade Livre de Amsterdã, em Amsterdã, Países Baixos.



Da esquerda para direita: uso dos laboratórios da Universidade Livre de Amsterdã; edifício da Universidade Livre de Amsterdã. Fonte: acervo da autora.

Nos anos que se sucederam a pesquisa acadêmica foi conciliada com o trabalho na Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado de Minas Gerais (SEMAD) e com a maternidade.

1.4.2. Trabalhos de campo

A pesquisa se iniciou com realização de revisão bibliográfica em relação ao garimpo em terras indígenas. Esta etapa serviu como base para escrever o projeto de pesquisa encaminhado para a Plataforma Brasil, e para direcionar os trabalhos de campo. A primeira parte da pesquisa visou captar as principais características da atividade garimpeira e das comunidades indígenas na região de Tapajós e do Xingu. Esta caracterização vislumbrou alguns objetivos, sendo estes: a busca pelos principais atores individuais e institucionais

envolvidos nas arenas do garimpo em TIs; uma caracterização da atividade garimpeira em termos de legislação e impactos sociais e ambientais; busca pelas formas de organização social em torno da atividade garimpeira e dos grupos indígenas da região. Partindo desta primeira caracterização, foi elaborado um roteiro de entrevistas semiestruturadas (Anexo II), que foram aplicadas aos principais atores envolvidos nas arenas, na região estudada.

O primeiro trabalho de campo foi realizado em conjunto com outros dois pesquisadores do *Projeto Gold Matters*, entre os dias 16/07/2019 e 08/08/2019. Neste campo, parte das entrevistas foi realizada pela autora e outra parte em conjunto com os membros do projeto. Foi percorrida a Rodovia BR-163, entre os municípios de Sinop (MT) e Santarém (PA), contabilizando cerca de 1.300 quilômetros. Foi percorrida, também, a Rodovia Transgarimpeira, que liga os distritos de Morais de Almeida e Creporizão, ambos pertencentes ao município de Itaituba (PA). Em todo o percurso, a principal atividade econômica observada foi o garimpo. A figura 1.20 traz imagens de trechos das rodovias percorridas.

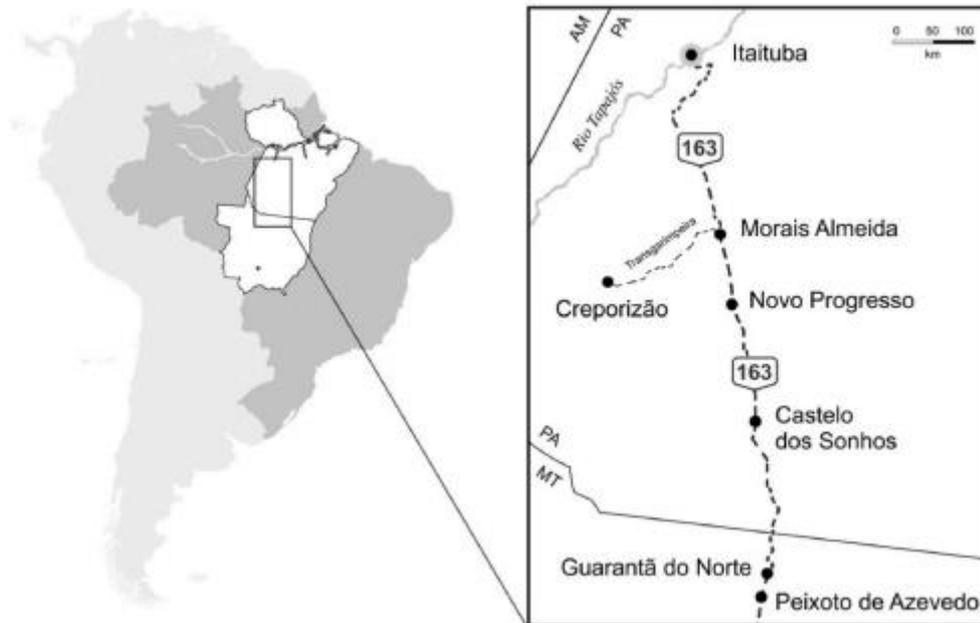
Figura 1.20 Rodovias percorridas



Da esquerda para direita: Rodovia BR 163, no trecho próximo ao município de Novo Progresso (PA); Currutela, ou vila garimpeira, localizada na rodovia Transgarimpeira. *Fonte:* acervo da autora.

No primeiro trabalho de campo, foram realizadas entrevistas nos municípios de Sinop (MT), Peixoto de Azevedo (MT), Castelo dos Sonhos (distrito de Altamira – PA), Novo Progresso (PA), Morais de Almeida e Creporizão (distritos de Itaituba - PA), Itaituba (PA) e Santarém (PA). As entrevistas com indígenas foram focadas nos municípios Peixoto de Azevedo, que é o polo dos Kayapó do subgrupo Metuktire; e Novo Progresso, cidade polo dos indígenas Kayapó do subgrupo Mekragnotire. A figura 1.21, traz a trajetória do primeiro trabalho de campo realizado pela autora.

Figura 1.21 Trajetória do primeiro trabalho de campo da pesquisa

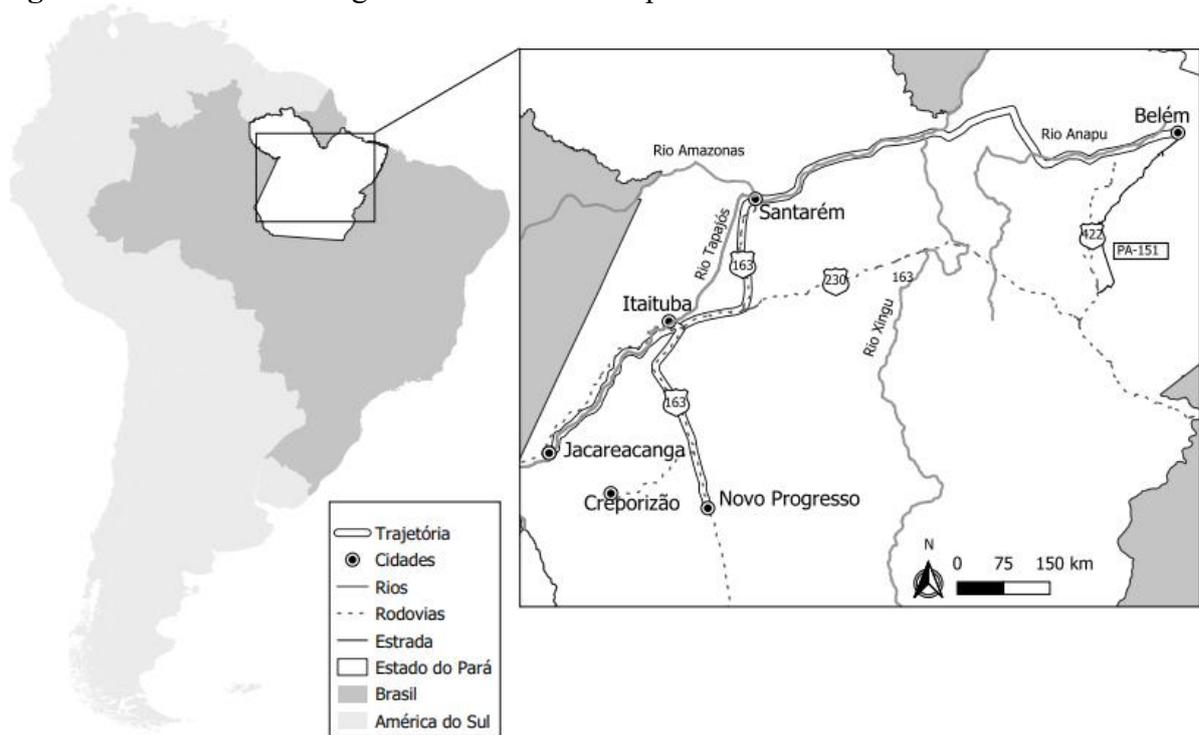


Fonte: Massaro et al. (2022)

O segundo trabalho de campo, realizado entre 25/12/2019 e 21/01/2020, foi focado em três cidades do estado do Pará, sendo elas Belém, Jacareacanga e Novo Progresso. O mapa que representa o segundo trabalho de campo é apresentado na figura 1.22. Em Belém, foram entrevistados atores importantes para a arena no nível regional. Os municípios de Jacareacanga e Novo Progresso foram escolhidos pelo fato de o primeiro se tratar da cidade polo da etnia Munduruku, e o segundo dos Kayapó do subgrupo Mekragnotire.

O trabalho de campo iniciou-se em Belém. O trecho entre Belém e Santarém foi percorrido a barco em uma viagem de 03 dias pelo interior da Amazônia. Partindo de Itaituba, foi percorrida a Transamazônica (BR -230) até o município de Jacareacanga, em um trecho não pavimentado, com diversas regiões de atolamento. A viagem na Transamazônica foi realizada no ônibus oficial da Associação Pusuru, organização que representa parte dos indígenas da etnia Munduruku. O percurso da Transamazônica no ônibus da Associação foi uma oportunidade ímpar, tanto de iniciar a fase de contato com os informantes Munduruku, quanto de praticar a observação direta.

Figura 1.22 Percurso do segundo trabalho de campo



Fonte: Elaborado pela autora.

A escolha metodológica dos percursos relativos ao primeiro e segundo trabalhos de campo foi motivada, tanto pelo fato de o garimpo ser a principal atividade econômica da região, quanto por alguns municípios serem considerados ‘polos’ para as etnias Kayapó e Munduruku. Neste sentido, foi possível entrevistar lideranças das duas etnias a fim de compreender suas posições em relação à atividade garimpeira. Além dos trabalhos realizados nos níveis local e regional, também foi feita pesquisa de campo em Brasília (DF), em outubro de 2019, com vistas a buscar atores relacionados às arenas do garimpo em TIs no nível nacional. A figura 1.23, abaixo, traz fotografias dos trabalhos de campo. No tópico que se segue, foram abordados os principais aspectos relativos aos dados coletados nesta pesquisa.

Figura 1.23 Registros fotográficos dos trabalhos de campo



No sentido horário: Porto de Jacareacanga (PA), de onde partem as embarcações para os garimpos das TIs Munduruku e Sai-Cinza; Chegada ao Porto de Jacareacanga em barco; incursão de barco com destino a uma escola indígena; Percurso realizado pela Rodovia Transamazônica, no ônibus da Associação Indígena Pusuru; Percurso realizado de barco entre Belém (PA) e Santarém (PA); Estátua de garimpeiro, município de Novo Progresso (PA). *Fonte:* acervo da autora.

1.4.3. Dados Coletados

Em relação aos dados coletados em campo, o método de amostragem de informantes utilizado foi o Bola de Neve, ou *Snowball Sampling*, um tipo de amostragem não probabilística, indicado em caso de populações difíceis de encontrar, ou de se estudar. Foram localizados atores-chave, aos quais foi solicitada a indicação de outros atores, e, assim, sucessivamente, formando um quadro de amostragem (BERNARD, 2017). Este procedimento foi realizado para todas as localidades do trabalho de campo. Uma crítica à abordagem por Bola de Neve é a tendência a ouvir apenas um dos lados da questão, já que um ator indica outro, que, provavelmente, está alinhado às suas opiniões. Para mitigar esta tendência, buscamos vários informantes, posicionados em diferentes polos da arena, os quais indicaram outros informantes a serem abordados.

Para coleta de dados, foram utilizadas entrevistas não estruturadas e semiestruturadas. Para Bernard (2017), no primeiro caso, as entrevistas aconteceram seguindo um plano mental, mas com controle mínimo das respostas. Essa metodologia foi escolhida, principalmente, em casos em que o entrevistado não estava disposto a realizar uma entrevista convencional. A maior parte dos dados, entretanto, seguiu a metodologia das entrevistas semiestruturadas, nas quais foi utilizada uma guia de entrevista (Anexo 2), buscando cobrir tópicos específicos. As entrevistas foram gravadas e/ou registradas em diário de campo.

Foram realizadas entrevistas em todos os níveis de ação, com foco no local e regional. O cruzamento de diversas fontes e da visão de múltiplos atores sociais possibilitou o aprofundamento das análises e triangulação das informações. Foram aplicadas entrevistas a diversos atores, dentre eles, garimpeiros, donos de garimpos, líderes de associações garimpeiras, indígenas, líderes de associações indígenas, membros de ONGs e agentes públicos. As linhas gerais das entrevistas variaram de acordo com as categorias dos atores, sendo consideradas três categorias principais: 1) atores relacionados ao garimpo; 2) atores governamentais; 3) indígenas e membros de associações indígenas.

A observação direta também foi utilizada como metodologia da pesquisa de campo, conforme Bernard (2017), a fim de observar pessoas e registrar seu comportamento. As impressões sobre as situações vivenciadas foram registradas em diário de campo. Visando aprofundar a vivência da observação direta das comunidades garimpeiras e a coleta de entrevistas, foram realizadas visitas a garimpos, com a ajuda de guias locais.

Foram utilizadas também informações fornecidas por fontes documentais. Dentre estas, podemos citar relatórios de órgãos públicos; relatórios de instituições indígenas; cartas oficiais vinculadas a instituições indígenas; cartas vinculadas a outras instituições; atas de

reuniões; folhetos informativos; material midiático de *sites* de notícias de circulação nacional e local; *sites* de associações indígenas, ONGs, dentre outros; entrevistas públicas de agentes relevantes na arena; projetos de lei; dentre outras fontes. O Anexo 3 traz um apanhado dos documentos utilizados nesta pesquisa.

O Anexo 1 traz a listagem completa das entrevistas realizadas no âmbito da pesquisa. Foram realizadas 93 entrevistas, contando com 103 entrevistados. No primeiro trabalho de campo, foram realizadas 52 entrevistas, dentre as quais 22 feitas pela autora e 30 em conjunto com os membros do Projeto *Gold Matters* Carlos Henrique Xavier Araújo (à época doutorando do NAP. Mineração/Universidade de São Paulo - USP) e Jorge Calvimontes Ugarte (Pós-doutor pelo NEPAM/Unicamp). No segundo trabalho de campo, foram 35 entrevistas realizadas pela autora. Em outubro de 2019, foram realizadas 06 entrevistas individuais em Brasília, com atores relacionados às arenas em torno do garimpo e dos povos indígenas no nível nacional. A figura 1.24 traz fotos de alguns dos atores entrevistados durante os trabalhos de campo.

Figura 1.24 Registros de entrevistas durante os trabalhos de campo



Acima: entrevistas com garimpeiros; *Abaixo:* entrevista com indígenas. *Fonte:* acervo da autora.

As entrevistas em conjunto abrangeram, além de perguntas relativas a esta tese, temas de interesse dos demais pesquisadores do Projeto *Gold Matters*, como aspectos tecnológicos do garimpo, organização do trabalho nos garimpos, histórias de vida, dentre outros. Foram abordados, também, temas de interesse conjunto, como a organização social dos garimpeiros em cooperativas e aspectos históricos da região. O tempo dedicado às entrevistas coletivas foi dividido entre perguntas relativas a esta pesquisa e à pesquisa dos colegas, sendo que os entrevistados responderam a questionamentos de interesse de todos os pesquisadores envolvidos.

Destacamos a participação, dentre os entrevistados, de membros de diversas instituições da sociedade civil, bem como instituições públicas. Podemos citar lideranças de inúmeras organizações garimpeiras, associações indígenas, ONGs e órgãos governamentais. A figura 1.25 traz fotografias de algumas das instituições cujos membros foram entrevistados.

Em relação às entrevistas com indígenas, estas foram realizadas, em grande parte, dentro das associações indígenas da região, sendo estas: i) Instituto Raoni, no município de Peixoto de Azevedo (MT), que representa o subgrupo Kayapó Metuktire; ii) Instituto Kabu, no município de Novo Progresso (PA), que representa os Kayapó do subgrupo Mekragnotire; iii) Associação Pusuru, no município de Jacareacanga (PA), principal instituição do povo Munduruku. A figura 1.26, mostra imagens das associações indígenas.

Para além das autorizações de pesquisa individuais, como os indígenas possuem uma organização coletiva, foi solicitado autorização de pesquisa aos líderes destas associações. No caso de entrevistas com indígenas de aldeias que não pertencem a essas organizações, foi solicitado autorização às lideranças dessas aldeias. Ressalta-se que as entrevistas com os indígenas não foram realizadas dentro das terras indígenas, mas nos municípios próximos às aldeias. Foi possível alcançar tanto a população residente nos municípios, quanto indígenas que vivem nas TIs, uma vez que muitos transitam com frequência pela cidade para resolver questões da comunidade.

Figura 1.25 Instituições civis e públicas, cujos membros foram entrevistados nesta pesquisa



Da esquerda para direita: *Imagens Acima* - Federação das cooperativas dos garimpeiros do Tapajós (FECOGAT); Cooperativa dos garimpeiros de Morais de Almeida e Transgarimpeira (Coopertrans); Associação dos Mineradores de Ouro do Tapajós; *Imagens do meio* - Associação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB); Ministério Público Federal; *Imagens abaixo* - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). *Fonte:* acervo da autora

Figura 1.26 Fotos das associações indígenas



No sentido horário: Associação Indígena Pusuru; Instituto Kabu; Instituto Raoni, com o presidente da associação, cacique Ropni Metktyre. *Fonte:* Acervo da autora.

Nem todos os atores com os quais foi feito contato puderam fornecer entrevistas, seja pela dificuldade de acesso, ou pela indisponibilidade para concedê-las. Em especial, não foi possível entrevistar as principais lideranças Munduruku contrárias ao garimpo. As tentativas feitas foram seguidas por negativas, uma vez que não foi possível estabelecer uma relação de confiança com estes atores. Ademais, a entrada no campo se deu via Associação Pusuru, que, atualmente, possui um quadro de rivalidade com os principais líderes Munduruku contrários ao garimpo, ligados ao Movimento Ipereğ Ayũ.

Em um contexto de desafios em relação ao acesso aos entrevistados no trabalho de campo, a pesquisa documental foi essencial para obtenção de dados. No caso da pesquisa com os Munduruku, a principal fonte de dados documentais foi a consultas a cartas vinculadas ao blog do Movimento Ipereğ Ayũ (Anexo 3). Estas cartas se tratam de material rico em informações, e que demonstram o posicionamento do Movimento acerca, dentre outros assuntos, do garimpo em terras indígenas.

É importante citar, também, as dificuldades vivenciadas no campo de pesquisa em um ambiente extremamente polarizado e violento. Em especial em relação aos Munduruku, etnia que vive intensos conflitos entre grupos indígenas favoráveis e contrários ao garimpo no território. Por se tratar de uma atividade ilegal, rodeada por violência, o campo teve que ser realizado com muita cautela e segurança, sempre com o apoio de guias locais, e respeitando os limites de acesso estabelecidos. Alguns informantes se negaram a participar, e com outros, foi necessário ganhar sua confiança, com paciência. Foi vivenciada, também, dificuldade em relação a entrevistas realizadas com indígenas, tanto pela necessidade de tradução, quanto pelas barreiras culturais em relação aos temas abordados. A pandemia de COVID-19 também foi um fator que prejudicou as pesquisas de campo, impedindo um maior aprofundamento nas atividades presencialmente.

1.4.4. Análise de dados

A codificação do material foi realizada conforme a metodologia de análise categorial temática. O princípio desta metodologia é a construção de categorias a partir dos temas que emergem das entrevistas. De acordo com Bardin (1977) a classificação dos elementos em categorias consiste em agrupá-los conforme características comuns. O tema é uma unidade de significação que se desprende naturalmente do texto, e uma unidade de registro geralmente utilizada quando o intuito é estudar opiniões, valores etc. A análise temática consiste em encontrar os principais núcleos de sentido cuja frequência ou presença possam nortear a análise.

Classificar elementos implica investigar o que estas informações possuem em comum. Neste trabalho, a categorização foi realizada por sistema de categorias não fornecido, resultando de uma classificação progressiva, com a definição das categorias somente no final do processo (BARDIN, 1977). Para analisar as entrevistas, foram construídas categorias analíticas nativas, de acordo com os temas que emergiram do texto e as principais linhas teóricas referentes ao tema de pesquisa. As categorias surgiram a partir da fala dos entrevistados, dando ênfase a auto-referência dos atores.

Foi realizada uma classificação inicial das entrevistas (tabela 1.1) no software *Atlas.ti 9*, com objetivo de obter um primeiro olhar sobre os dados. Esta análise foi realizada em 58% das entrevistas, e visou captar categorias nativas aos participantes, a partir de temas que emergiram das próprias entrevistas. A partir da categoria *conflitos*, foi gerada uma nuvem de palavras (Figura 1.27), que auxiliou na identificação dos principais temas abordados com os entrevistados.

Tabela 1.1 Categorias iniciais, que emergiram da primeira categorização dos dados

CATEGORIAS INICIAIS
Conflitos
Estado
Parceiros
Organização Social
Regulamentação
Degradação (ambiental/social/cultural)
Visões de futuro
Estratégias dos atores na arena
Território
Meios de subsistência
Tecnologia
Necessidade de acesso a bens e serviços
Organização do trabalho no garimpo
Invasão de garimpeiros em terras indígenas <i>versus</i> contratos informais
Narrativas de desenvolvimento
Narrativas de preservação
Narrativas intermediárias

Fonte: Elaboração própria.

A nuvem de palavras obtida fornece uma ideia significativa de atores e instituições, bem como os recursos em disputa nas arenas do garimpo em terras indígenas. No centro da nuvem encontram-se os principais atores envolvidos nos conflitos, representados pelas palavras *_garimpo_*, *_garimpeiro_* e *_indígenas_*; os recursos naturais em disputa ficam evidenciado nos termos *_terra_* e *_ouro_*; e as instituições envolvidas são representadas por palavras como *_governo_*, *_FUNAI_* (Fundação Nacional dos Povos Indígenas) e *_Kabu_*. Esta

primeira etapa forneceu as bases para construção das categorias analíticas finais que nortearam a análise, tratadas no terceiro capítulo desta tese.

Figura 1.27 Nuvem de palavras relacionada à categoria ‘_conflitos’



Fonte: elaboração da autora via *Atlas.ti 9*.

Tabela 1.2 Categorias de análise

CATEGORIAS DE ANÁLISE
(i) Atividades econômicas e acesso a bens e serviços
(ii) Conflitos pelos usos da terra
(iii) Propriedade e direito de exploração das terras indígenas
(iv) Aproximação com a cultura não indígena

A partir da categorização inicial representada na tabela 1.1, as entrevistas transcritas foram sistematicamente compartimentalizadas dentro das categorias iniciais adotadas, o que forneceu as bases para construção das categorias analíticas finais que nortearam a análise. Os dados coletados, já compartimentalizados na categorização inicial, foram reorganizados em núcleos de sentido, a partir de ideias-chave, que definiram as categorias finais de análise adotadas neste trabalho, apresentadas na tabela 1.2, acima.

2. ELEMENTOS INFLUENCIADORES DA TOMADA DE DECISÃO DOS KAYAPÓ QUANTO AO GARIMPO NO TERRITÓRIO

2.1. Introdução

Este capítulo se propôs a apresentar uma interpretação sobre o processo de tomada de decisão dos indígenas em relação à atividade garimpeira no território. O foco se voltou às comunidades Kayapó (autodenominados Mebêngôkre), dos subgrupos Mekragnotire e Metuktire, que habitam as Terras indígenas (TIs) Baú, Menkragnoti e Capoto-Jarina, situadas no sudoeste do estado do Pará. O interesse nestas comunidades se deve ao fato de elas terem conseguido obter sucesso na manutenção do território livre do garimpo, quando comparadas a outras TIs que sofrem pressão da atividade garimpeira, como a TI Kayapó, a TI Yanomami e a TI Munduruku.

A análise do processo decisório foi possibilitada pela observação, em campo, de uma cisão entre dois grupos indígenas, cujo principal conflito gira em torno da atividade garimpeira. Desta forma, as motivações que levam grupos favoráveis e contrários ao garimpo, em manter ou afastar a atividade do território foi o objeto do estudo. Importante destacar que, quando falamos em processo decisório em relação ao garimpo em terras indígenas, consideramos que as relações que se conformam entre os atores envolvidos se dão de forma assimétrica, e pendem negativamente para as comunidades indígenas. Essas relações dão origem a negociações assimétricas, em um contexto de assimetria de poder e conhecimento, tanto no sentido social, quanto cultural e econômico, conforme discutido no capítulo 4.

Cabe ressaltar, também, que o processo decisório aqui descrito se restringe à situação vivenciada pela etnia Kayapó, dos subgrupos analisados, na qual os grupos conseguiram alcançar um nível de governança do território e dos recursos de uso comum, que possibilita a manutenção do território livre da atividade garimpeira. Desta forma, é possível se falar em processo decisório, já que os grupos partem de um cenário em que podem optar pela manutenção ou expulsão do garimpo do território. Este pode não ser o caso, por exemplo, das comunidades Yanomami, que vivenciaram, nos últimos anos, a ocupação do território por milhares de garimpeiros, que causaram enormes prejuízos à população.

Partindo do exame do processo decisório dos Kayapó, e da experiência positiva dos subgrupos em relação à governança de recursos naturais coletivos, foi possível traçar cenários de futuros desejados, e efetuar uma análise propositiva, visando a transformações em direção a sociedades mais sustentáveis. As proposições foram feitas na busca por um

delineamento de caminhos a serem seguidos para a elaboração de políticas públicas, a partir da experiência de sucesso dos indígenas no combate ao garimpo no território.

As seções 2.2 e 2.3 abordaram, respectivamente, um breve histórico das relações dos Kayapó com a atividade garimpeira, e os aspectos metodológicos da pesquisa. O tópico 2.4 trouxe à luz a descrição do processo de cisão entre os grupos Kayapó em torno de divergências quanto à atividade garimpeira, enquanto o item 2.5 analisou os elementos que influenciaram o processo decisório. O tópico 2.6, abordou os aspectos de transformações em direção à sustentabilidade nas arenas do garimpo em terras Kayapó. O item 2.7 traz as principais conclusões do capítulo.

2.2. Garimpo e os Kayapó: breve histórico

A história pós-contato do grupo indígena Kayapó na Amazônia brasileira foi altamente impactada pela pressão e presença da atividade garimpeira. Os Kayapó são formados por diversos subgrupos, que apresentam rivalidades históricas e políticas. A principal divisão política da etnia se dá entre os Kayapó da margem oeste do rio Xingu, no estado do Pará, autodenominados “Povo do Xingu” e os da margem leste do rio Xingu, conhecidos como “Povo do Pará” (TURNER, 1995).

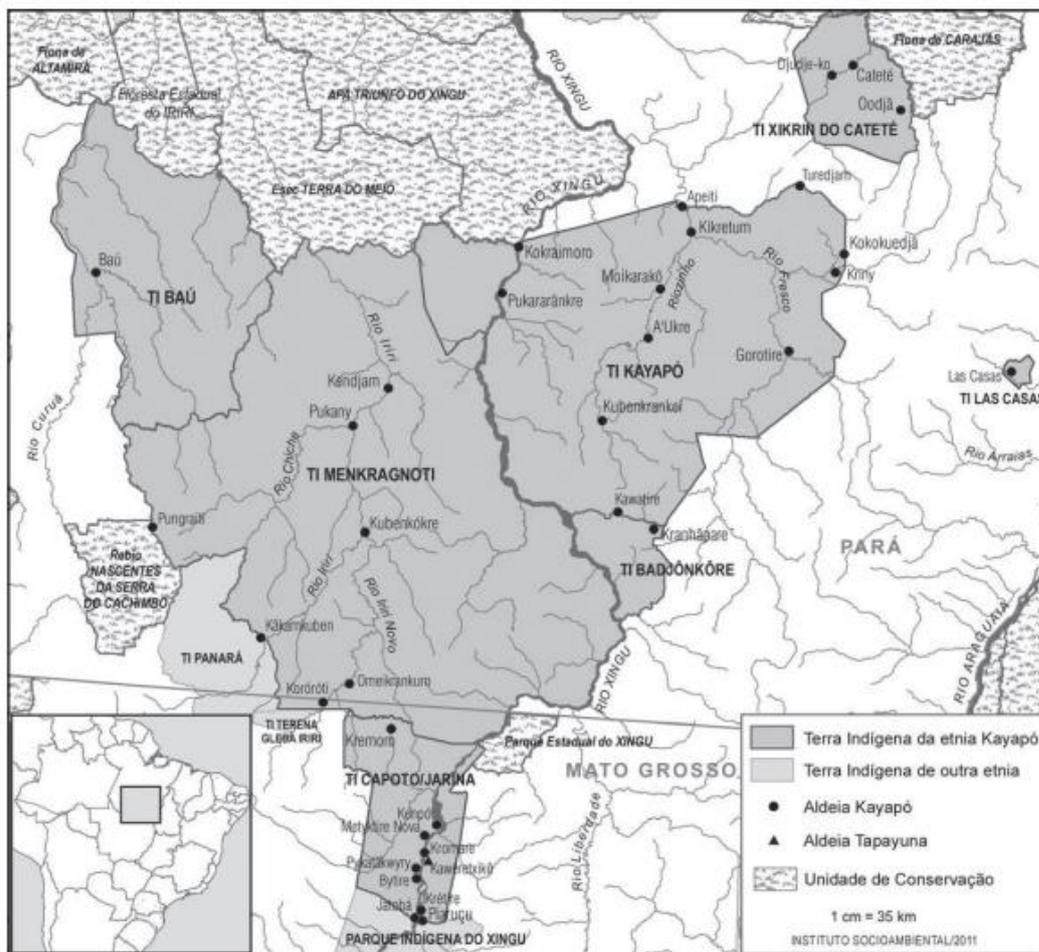
Os Kayapó do Xingu foram contatados de maneira pacífica pelos irmãos Villas Boas, e induzidos, através do oferecimento de presentes, à sua livre associação ao hoje denominado Parque Indígena do Xingu (TURNER, 1993). Parte dos grupos do “Xingu” teve o apoio do Parque Nacional do Xingu e da Organização Não Governamental (ONG) *Rain Forest Foundation*, fundada em 1990, pelo cantor Sting e pelo cacique Raoni, um dos principais líderes Kayapó, como resultado de uma campanha de Raoni na Europa (TURNER, 1995).

O primeiro contato dos Gorotire, (subgrupo que vive na margem leste do rio Xingu, na TI Kayapó) com a sociedade Nacional foi em 1937, em busca de proteção contra uma facção rival. O grupo foi removido várias vezes e dizimado por epidemias a apenas 100 indivíduos, dez anos após o contato inicial, em Nova Olinda. Ao contrário do “Povo do Xingu”, o “Povo do Pará” teve pouco apoio do Estado brasileiro ou de outras entidades privadas, com exceção da aldeia *A'Ukre*, que, desde 1990, esteve no centro de alguns projetos de desenvolvimento da ONG *The Body Shop and Conservation International*. A conexão histórica e o tipo de contato estabelecido com a sociedade nacional foram fatores decisivos

para a divisão política entre os grupos. Além disso, esses fatores influenciaram o envolvimento histórico dos subgrupos indígenas com o garimpo (TURNER, 1993).

Na década de 1980, milhares de garimpeiros invadiram as terras dos Gorotire. No início, os indígenas rejeitaram o garimpo, porém, posteriormente, concordaram em fazer contratos informais com garimpeiros, em troca de uma porcentagem do ouro extraído. A nova renda dos Gorotire chamou a atenção de outros subgrupos, que, com isso, passaram também a fazer contratos informais com garimpeiros em seus territórios. Desde 1987, os Mekragnotire, das terras indígenas Baú e Menkragnoti, passaram a fazer contratos com garimpeiros, a exemplo dos Gorotire. A única exceção foi o subgrupo Metuktire, da terra indígena Capoto-Jarina. A forte liderança de Raoni e de outros indígenas, bem como o apoio recebido do Parque Nacional do Xingu, podem explicar, em parte, a resposta dessas comunidades à pressão do garimpo em seus territórios (VERSWIJVER, 2010). Na figura 01, abaixo, pode-se observar as terras indígenas do povo Kayapó, no sudoeste do estado do Pará.

Figura 2.1 Terras Indígenas do povo Kayapó



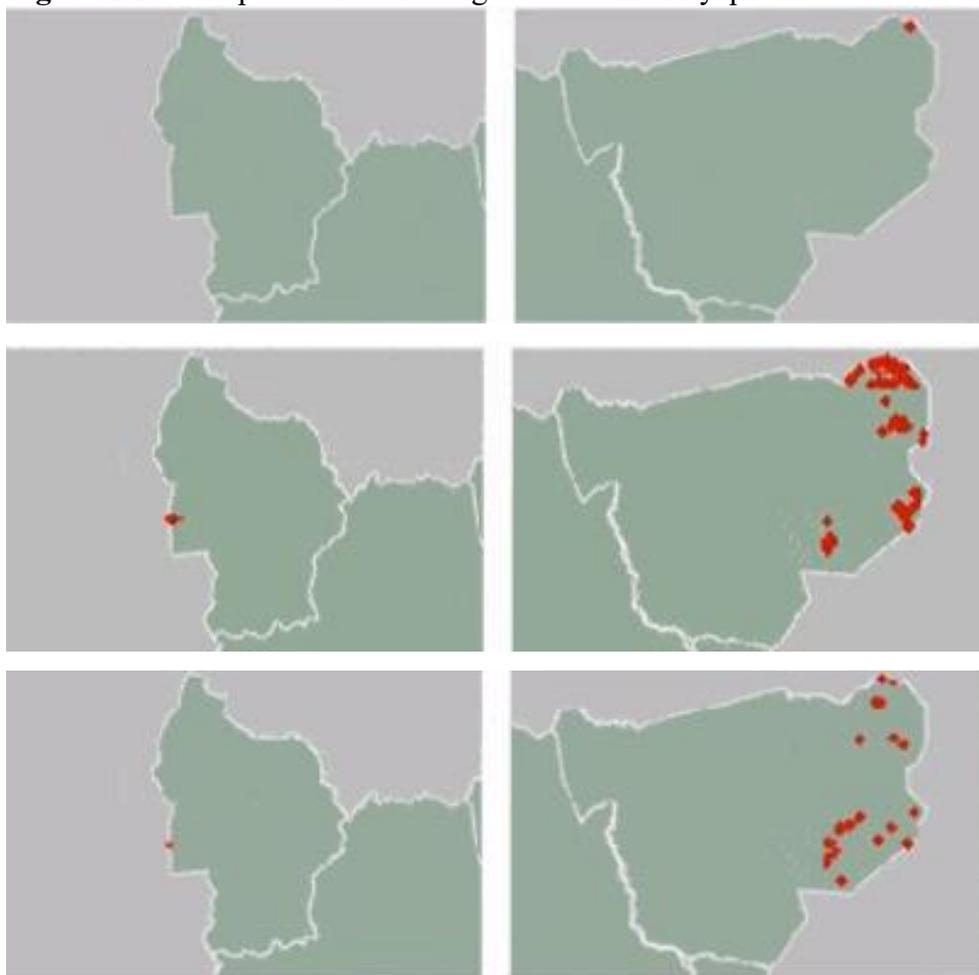
Fonte: Instituto Socioambiental (2011).

Ainda nos anos 1980, em resposta às incursões dos garimpeiros a suas terras, os Kayapó começaram a pressionar o Estado pela demarcação dos territórios. O ponto mais alto do conflito se deu em 1985, quando um grupo armado Gorotire ocupou a pista de pouso do garimpo Cumaru (HORAK, 1998). Tal fato ensejou grandes negociações com o Estado brasileiro, o que, com o apoio de atores nacionais e internacionais, como ONGs, celebridades e companhias privadas, culminou na demarcação da Terra Indígena Kayapó (CONKLIN; GRAHAM, 1995; HORAK, 1998; RABBEN, 2004; ZANOTTI, 2011). As atividades extrativistas, como garimpo e extração madeireira passaram, então, a ser realizadas somente com a aprovação dos Kayapó, e com um retorno dos lucros obtidos (HORAK, 1998).

Em 1995, os Gorotire se revoltaram contra qualquer atividade extrativista, expulsando garimpeiros e madeireiros de seus territórios. Seguindo o exemplo, todos os líderes das aldeias Kayapó decidiram, por unanimidade, expulsar tanto garimpeiros quanto madeireiros dos territórios. Essa decisão foi aplicada em todas as áreas, com exceção das TIs Baú e Bakajara (TURNER, 1995). No entanto, este evento não marcou o fim do garimpo nos territórios dos Kayapó, uma vez que a atividade logo recomeçou em várias áreas. Em 2002, os Mekragnotire decidiram novamente revogar contratos com garimpeiros e madeireiros. Após esta última decisão, algumas aldeias como Baú (terra indígena Baú) e Gorotire (terra indígena Kayapó) continuaram com o garimpo nos territórios (VERSWIJVER, 2010). Recentemente, a partir do ano de 2016, as terras do povo Kayapó, em especial a TI Kayapó, voltaram a ser alvo crescente da atividade garimpeira, conforme mostram os gráficos da figura 2.2.

No histórico apresentado, podemos verificar um movimento cíclico entre os Kayapó, no qual as aldeias ora expulsam, ora apoiam o garimpo, o que demonstra mudanças na estrutura das comunidades. Os próximos tópicos lançam luz aos elementos que influenciam este processo decisório, para os subgrupos estudados.

Figura 2.2 Garimpo nas Terras Indígenas da etnia Kayapó



TI Baú (*esquerda*) e TI Kayapó (*direita*); *de cima para baixo*: anos 2016; 2019; 2022. *Fonte*: Adaptado de G1 Meio Ambiente (2023), baseado em dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

2.3. Metodologia

A situação de ação abordada neste capítulo teve foco local, e se concentrou na cisão observada entre dois grupos Kayapó, cujo embate central se configura em torno da atividade garimpeira no território. Os dois grupos são: O Instituto Kabu (IK), associação indígena principal representante do subgrupo Mekragnotire, que possui posicionamento contrário à atividade; e as aldeias favoráveis ao garimpo que decidiram deixar a organização, por discordarem de seu posicionamento em relação ao garimpo.

Para analisar a situação de ação apresentada, foram entrevistados indígenas e lideranças da etnia Kayapó, pertencentes aos dois grupos, bem como membros não indígenas do IK. Não foi realizada incursão nas TIs, sendo que as entrevistas com indígenas foram realizadas, em sua maioria, na sede do IK, em Novo Progresso (PA), e na residência de lideranças favoráveis ao garimpo. Foram realizadas, também, entrevistas com lideranças

indígenas e membros do Instituto Raoni (IR), que representa o subgrupo Metuktire, com sede em Peixoto de Azevedo (MT). Apesar de a cisão observada não ter ocorrido neste subgrupo, a coleta de entrevistas com membros do IR foi essencial para uma análise abrangente do processo decisório.

Esta pesquisa buscou trazer à tona as posições dos múltiplos atores nas arenas, visando influenciar o processo decisório sobre garimpo em terras indígenas. Foram realizadas 93 entrevistas, sendo 63 individuais e 30 em conjunto com pesquisadores do Projeto *Gold Matters*⁴, na região localizada entre o Alto Tapajós e o Alto Xingu, no sudoeste do estado do Pará (Figura 2.3). A maior parte das entrevistas foi gravada e transcrita, sendo que algumas foram anotadas em caderno de campo. Foram entrevistados diversos atores, dentre eles, indígenas, líderes de associações indígenas, garimpeiros, donos de garimpos, líderes de associações garimpeiras, membros de organizações não governamentais (ONGs) e agentes públicos.

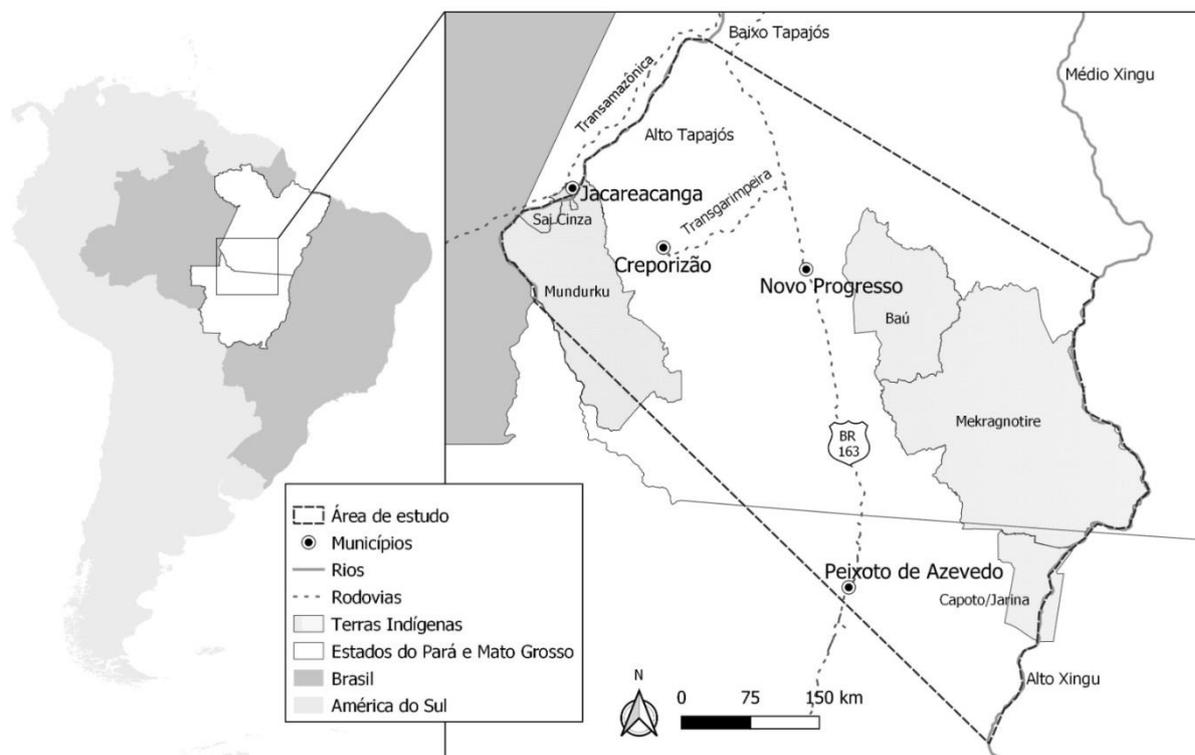
As entrevistas foram realizadas em dois trabalhos de campo, no período de julho a agosto de 2019 e dezembro de 2019 a janeiro de 2020. Também foram realizadas entrevistas em Brasília (DF), em outubro de 2019. Destacamos que o período temporal no qual ocorreu a coleta de dados correspondeu a um momento peculiar na história do Brasil, em relação à temática do garimpo em terras indígenas. Neste período, o então líder do executivo apresentava um posicionamento abertamente favorável à regulamentação da atividade garimpeira em terras indígenas. Tal fato foi determinante para a análise dos dados, uma vez que permeou as relações sociais em todos os níveis de ação.

Os dados coletados em campo foram complementados por dados documentais, provenientes de: entrevistas com os atores relevantes na arena, veiculadas na mídia; *sites* vinculados às instituições indígenas; cartas oficiais das instituições indígenas, dentre outras; documentos oficiais de órgãos governamentais, como projetos de lei e relatórios; notícias e outros materiais midiáticos. O método de amostragem de informantes utilizado foi o *Bola de Neve*⁴, no qual um entrevistado indica o próximo informante a ser abordado. A observação

⁴ Pesquisadores que participaram do primeiro trabalho de campo: Carlos Henrique Xavier Araújo (doutorando do NAP.Mineração/Universidade de São Paulo - USP) e Jorge Calvimontes Ugarte (Pós-doutor pelo NEPAM/Unicamp)

direta também foi utilizada a fim de observar pessoas e registrar seu comportamento, com as principais impressões sendo registradas em diário de campo.

Figura 2.3 Região de localização do estudo, com foco nos principais municípios, rodovias percorridas no trabalho de campo e terras indígenas



Fonte: elaborado pela autora.

Nos tópicos que se seguem, descrevemos o processo de cisão entre as aldeias Kayapó em torno do garimpo, e os elementos que influenciam os indígenas no processo decisório em relação ao garimpo no território.

2.4. Garimpo e cisão entre aldeias Kayapó

A história pós-contato da etnia Kayapó esteve intimamente ligada ao garimpo de ouro, como exposto no tópico 2.2. A expulsão de garimpeiros e madeireiros das terras Kayapó, em meados dos anos 1990, estimulou a adoção de novas estratégias de organização por essas comunidades, o que gerou novas configurações sociais. Baseados na auto-organização, esses grupos indígenas optaram por formar associações legalmente constituídas, visando encontrar alternativas para incrementar a autonomia e a governança sobre o território, bem como ampliar o aporte de recursos financeiros (TURNER, 1995).

Atualmente, a maior parte dos Kayapó pertence a associações indígenas legalmente constituídas, cujos escopos se concentram na captação e administração de recursos financeiros, aplicados em projetos voltados à proteção das fronteiras e ao incentivo de atividades econômicas sustentáveis. As principais associações são o Instituto Raoni (que representa parte do subgrupo Metuktire), o Instituto Kabu (que representa parte do subgrupo Mekragnotire) e Associação Floresta Protegida (que representa parte do subgrupo Gorotire). A organização dos Kayapó em torno dessas associações foi descrita no tópico 2.5.2.

Apesar dos pontos positivos propostos por essas associações, em nosso trabalho de campo foi possível observar um processo de cisão entre algumas aldeias Kayapó e o IK, resultando no abandono da organização por estes grupos. Os líderes alegam que não se sentem efetivamente representados pelo IK, e, assim, instituíram uma nova associação para dar legitimidade a seu desejo de expandir ou incorporar atividades econômicas à comunidade, em especial o garimpo, conforme descrito no quarto capítulo da tese.

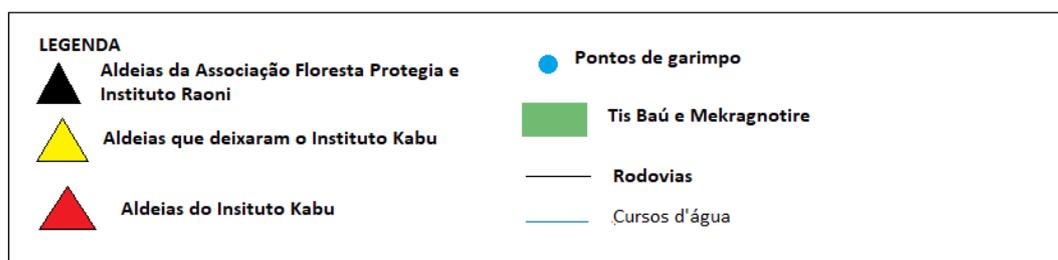
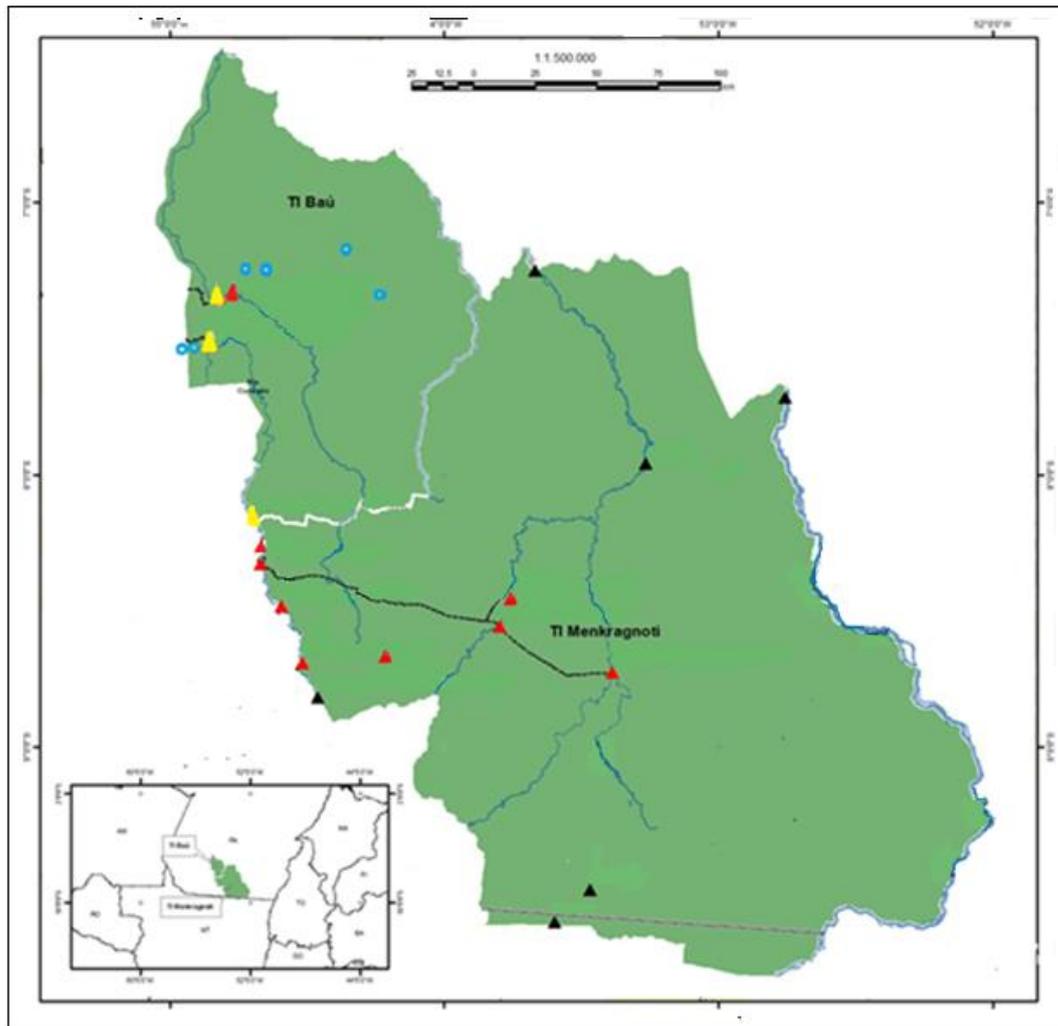
Ao considerar os conflitos como processos sociais imbuídos de poder disruptivo e transformador das sociedades (VÄYRYNEN, 1991), apesar da violência intrínseca nas relações com o garimpo, é possível vislumbrar um lastro de positividade relacionado a estes conflitos, no caso estudado. Ao que nossa análise indica a fricção com a atividade garimpeira provocou mudanças estruturais entre os Kayapó, e os motivou a construir novas estratégias, visando alcançar futuros sustentáveis. Essas mudanças ocorreram tanto de um ponto de vista de etnicidade, quanto na reprodução do modo de vida dos grupos envolvidos. As clivagens e novas agregações causadas pelo conflito se mostram de tal magnitude que não podem ser facilmente desfeitas por novas regras e configurações sociais.

A figura 2.4, abaixo, demonstra espacialmente o conflito, com informações coletadas no IK acerca das aldeias que deixaram a associação, bem como dos pontos de garimpo no território. As informações referentes aos pontos de garimpo são provenientes de um mapa de situação referente ao ano de 2014, do Programa Básico Ambiental – PBA BR 163, cedido pelo Instituto Kabu. Em termos éticos, não foram revelados os nomes das aldeias que deixaram a associação, apesar deste dado ser público na mídia (SASSINI, 2022). Ademais, o mapa se trata de uma adaptação de informações do projeto de monitoramento encaminhado aos próprios financiadores dos projetos Kayapó à época, logo sem prejuízo de exposição do instituto.

É possível observar espacialmente no mapa o sucesso alcançado pelos Kayapó no combate ao garimpo no território. Podemos observar que apesar do processo de cisão, a maior parte das aldeias dos subgrupos analisados se posicionou favorável a continuar afiliada às

associações indígenas, e a não praticar a atividade garimpeira. Outro fator que chama a atenção são as poucas áreas de lavra garimpeira no território. Conforme entrevista realizada com um coordenador do IK, a maior parte dos pontos de lavra visualizados no mapa trata-se da atividade manual, sem uso de maquinaria pesada. O garimpo realizado com maquinário se localiza apenas no ponto mais à borda esquerda do mapa, exatamente no local de disputa delineado neste capítulo.

Figura 2.4 Aldeias pertencentes aos Institutos KABU, Instituto Raoni e Associação Floresta Protegida (AFP) nas TIs Baú e Menkragnoti e aldeias em processos de cisão



Fonte: Elaboração própria, adaptado do Programa Básico Ambiental – PBA BR 163, do Instituto Kabu

Zanotti e Charnella (2008) descrevem complicações observadas em relação a uma parceria intercomunitária entre os Kayapó. As complicações podem ser parcialmente explicadas pelo fato de as comunidades se formarem em torno de vastas redes de relações sociais e históricas, cujo passado e a política desempenham papéis fundamentais no presente. Nem sempre estes processos são visíveis, e os desafios são incrementados, uma vez que envolvem aldeias em constante mudança. Para as autoras, o processo de cisão entre aldeias Kayapó é a manifestação mais abrupta e dramática de divisão da comunidade. Na nossa análise, apesar das facetas negativas do conflito, este também se trata do vetor de mudança social, que produziu novas configurações sociais, e permitiu, neste caso, transformações em direção à sustentabilidade.

Nossos dados reforçam resultados encontrados por Turner (1995), que descreve como a distribuição monetária desigual das riquezas provenientes do garimpo e outras atividades extrativistas apresentam efeitos na política intraldeia e intensifica o conflito entre os próprios indígenas, visando ao acesso a recursos comuns. O impacto de fatores externos na cisão entre aldeias Kayapó está registrado em literatura por diversos autores (BAMBERGER, 1979; CHERNELA; ZANOTTI, 2014; TURNER, 1965; VERSWIJVER, 1992).

O conflito registrado em nossa atividade de campo pode ser ilustrado pelo posicionamento oficial no *site* do IK (2021), acerca da associação de algumas aldeias com garimpeiros, e a conseqüente cisão vivenciada entre os grupos favoráveis e contrários ao garimpo.

Pela primeira vez em uma década, lideranças de aldeias Mekrãnotí decidiram se associar a garimpeiros. Na Assembleia anual do Instituto Kabu realizada em abril de 2019, três aldeias da TI Baú se desligaram do Instituto, já que o PBA-CI [Componente Indígena do Plano Básico Ambiental] da [rodovia] BR-163 prevê a sua paralisação se aldeias estiverem envolvidas em ilícitos.

A cisão entre as aldeias e o IK foi formalizada na “Assembleia Geral do Instituto Kabu” do ano de 2019, conforme ata registrada que não foi divulgada neste trabalho para não expor a identidade dos participantes da pesquisa. A citação abaixo ilustra precisamente o processo de fissão - Ata da Assembleia Geral do Instituto Kabu do ano de 2019, os nomes das aldeias foram preservados:

Liderança nova da aldeia [...] falou sobre atividade ilegal na TI Baú e afirmou que a aldeia [...] decidiu ficar com as atividades de extração de ouro (garimpo), considerado pela lei como atividade ilegal. [...] liderança de [...] na TI Baú, também informou que sua comunidade vai explorar o garimpo. [...] aldeia [...] na TI Baú, também afirmou que sua comunidade estava decidida a

trabalhar com extração de ouro, resultando em três (03) aldeias da TI Baú que resolveram deixar o Instituto Kabu para operar com atividades ilegais.

Em 2022, após ações da Polícia Federal de retirada dos garimpeiros de uma área conhecida como Pista Nova, houve assinatura de um acordo por escrito para interrupção das atividades ilegais na Terra Indígena Baú. O acordo foi assinado no dia 23 de setembro de 2022, na base da Operação Guardiães do Bioma, em Novo Progresso (PA), que se trata de uma operação integrada permanente conduzida pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública. O documento foi assinado por representante das aldeias favorável ao garimpo e das aldeias contrárias ao garimpo, contando com assinatura de um representante da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) e representante da Operação Guardiães do Bioma. O primeiro item do acordo é: “Não haverá qualquer atividade ilícita na TI [terra indígena] Baú, seja garimpo ou extração de madeira, bem como qualquer atividade que contrarie a legislação atual” (SASSINI, 2022)⁵.

2.5. Elementos influenciadores da tomada de decisão quanto ao garimpo no território indígena: o caso dos Kayapó

A partir do registro do processo de cisão entre os grupos Kayapó pertencentes ao IK e as aldeias que deixaram esta instituição com objetivo de realizar o garimpo no território, discutiremos nossas hipóteses quanto aos principais elementos influenciadores do processo decisório, sendo estes: (i) o impacto das necessidades, abordado no tópico 2.5.1; (ii) organização social, liderança e autodeterminação, assunto tratado no item 2.5.2; (iii) as relações com o Estado, abordadas no tópico 2.5.3.

2.5.1. O impacto das necessidades

Desde a época dos primeiros contatos com os europeus, a técnica de acostumar os indígenas ao uso de artigos mercantis foi utilizada como uma das formas de aliciamento e controle dos brancos sobre os povos originários. Em uma etapa posterior à do contato, a obtenção dos artigos era condicionada à participação dessas populações nas atividades produtivas como mão de obra. A inserção de elementos estranhos à tribo atua de duas formas sobre a cultura: i) por meio da criação de necessidades, que demandam, para sua satisfação, a

⁵ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2022/10/aldeias-de-terra-indigena-dividida-pelo-garimpo-fazem-acordo-por-escrito-para-barrar-atividade.shtml>>. Acesso em 03/10/2023.

subordinação à cultura dominante; ii) ensejando mudanças culturais de diferentes graus de profundidade à comunidade (RIBEIRO, 2017).

A economia autossuficiente dos povos indígenas começou, assim, a desintegrar-se pela pressão de necessidades novas que carecem do comércio com os colonizadores, para serem satisfeitas, sendo que o grau de necessidade de cada comunidade varia de acordo com o processo vivenciado pela tribo. A satisfação das novas necessidades criadas conduziria os indígenas, em uma etapa final, à submissão ao sistema de produção moderno (RIBEIRO, 2017). Os trabalhos de Darcy Ribeiro mostravam preocupação em relação a investigar a assimilação dos indígenas e sua transformação em um “índio destribalizado”, baseado em uma teoria que considerava que a cultura seria composta por traços que poderiam ser perdidos. As gerações seguintes de antropólogos problematizaram essa questão, partindo da noção que, em diversos casos, as sociedades indígenas atuam na reconstituição de uma identidade diferenciada (COHN, 2001).

Em relação à tomada de decisão baseada nas necessidades, Bourton escreve a “Teoria das Necessidades” como um quadro alternativo ao “realismo político” por teóricos como Hans Morgenthau. No realismo político, a tomada de decisão era estudada levando em consideração os equilíbrios de poder e a dissuasão como temas centrais, sem levar em consideração conteúdos comportamentais dos indivíduos. Para Bourton (2001) existem necessidades inerentes ao ser humano que não podem ser suprimidas, que tornam a dissuasão, muitas vezes, irrelevante na sociedade. A resolução de conflitos se daria, desta maneira conforme solução dos problemas comportamentais e sociais, ao invés de suprimi-los ou coagi-los.

Para o autor, existem limites para a capacidade humana de se conformar, logo, as instituições e as normas sociais necessitam se ajustar às necessidades humanas (BOURTON, 1997). O autor afirma que, apesar de os conflitos serem definidos em termos físicos, existem valores humanos não materiais e necessidades envolvidas. Em todos os casos de conflitos, há necessidades imateriais a satisfazer, que provocam as agressões, por exemplo, a necessidades de reconhecimento e identidade. Desta forma, a principal fonte de conflitos é a luta para satisfazer as necessidades humanas não materiais (BOURTON, 1998).

Em termos de necessidades imateriais, Turner (1993) ilustra bem como elas são criadas nas comunidades Kayapó, a partir do contato com o colonizador. O autor descreve o processo vivenciado em todos os níveis sociais, desde o individual, até o nível de relação com a sociedade nacional, no qual há uma identificação com posições ambivalentes, entre a cultura indígena e a brasileira. Por um lado, existe uma luta para afirmar a autonomia e identidade

indígena, enquanto por outro, uma busca por uma aparência derivada de bens da sociedade industrial.

Em nossos dados, ficou evidenciada a centralidade das necessidades materiais e imateriais, em relação ao processo decisório quanto ao garimpo em terras indígenas. Membros dos grupos que apoiam a atividade utilizam como principal argumento o fato de o garimpo atender a algumas necessidades materiais e imateriais da comunidade. Nesse sentido, o líder de uma aldeia que mantém o garimpo em seu território se posiciona, conforme trecho de entrevista realizada pela autora em janeiro de 2020:

O garimpo é crime pra nós indígenas. Mas é bom pra ajudar as pessoas. Por exemplo, se acontecer alguma coisa lá na aldeia, uma emergência, a gente pede, faz solicitação lá na SESAI [Secretaria Especial de Saúde Indígena], pede avião. Aí demora [...]. Com o dinheiro do garimpo a gente pode ajudar as pessoas, assim, a ter uma vida boa.

Horak (1998) argumenta que, no caso dos Kayapó, há evidências de que ligações políticas desenvolvidas gradualmente com a sociedade nacional previamente ao processo de captura de recursos naturais em grande escala, podem prover à comunidade indígena experiência e recursos de poder para responder de forma eficaz a esta captura de recursos. O autor argumenta que a resistência bem sucedida dos Kayapó permitiu que estes exercessem uma autoridade duradoura à sua base de recursos. Os principais motivos pelos quais essa resistência à captura de recursos naturais foi bem sucedida se devem a dois fatores: i) à mobilização política realizada pelos indígenas; ii) à mudança instrumental no regime de recursos.

Em relação à mudança no regime de recursos, a experiência de participação de aldeias Kayapó em projetos que objetivam a extração e comercialização de produtos não madeireiros da floresta foi pesquisada por Zanotti (2009). Os indígenas manifestaram preferência por projetos desta natureza, dentre outros motivos, por gerarem uma renda de longo prazo, pela manutenção da continuidade de seus meios de subsistência e pela obtenção de um nível máximo de participação dentro da comunidade.

Em relação à associação dos Kayapó com o garimpo, podemos concluir que a inserção das comunidades em projetos que objetivam o suprimento de necessidades por meio de atividades sustentáveis, se trata de condição *sin ne qua non* para a proteção dos territórios contra a atividade garimpeira. A intervenção das associações indígenas, que coordenam estes projetos no cotidiano da comunidade, funciona de forma a amortecer a pressão externa pela captura de recursos naturais, e a afastar o risco de lideranças passarem a apoiar o garimpo no

território. Neste sentido, o presidente do Instituto Kabu argumenta em entrevista realizada pela autora em janeiro de 2020:

Nós não queremos *kubein* [pessoas não indígenas] entrando na nossa terra. Todos os caciques não gostam de madeireiro entrar e garimpeiro. Porque nós estamos mexendo em projeto de castanha, cumaru e demais projetos.

A fala do presidente do Instituto Kabu se dá no sentido de que a atividade garimpeira não é necessária à comunidade, como forma de atendimento a necessidades materiais e imateriais de seus membros. A partir do fortalecimento de um modelo eficaz de governança de recursos naturais coletivos, possibilitado pela captação e administração de recursos financeiros por meio das associações indígenas, torna-se possível incrementar a proteção dos territórios indígenas contra a atividade garimpeira.

2.5.2. Organização social, liderança e autodeterminação

Para Turner (1993) os indígenas amazonenses assistiram a um fenômeno inesperado, o sucesso de muitas tribos de manterem sua identidade social, cultural e étnica, ao mesmo tempo em que adquiriam habilidades em aspectos da cultura nacional, como o domínio da língua portuguesa e a inserção nas telecomunicações. Uma parte importante deste processo foi o desenvolvimento da autoconsciência cultural e da consciência étnica. Os povos originários perceberam que a afirmação da cultura e tradição indígena era parte essencial da luta política pela manutenção de seus territórios, dos seus recursos de poder e de sua autodeterminação.

A partir dessa tomada de posição de proteção da importância étnica, o mundo assistiu ao surgimento dos indígenas como atores políticos, não apenas em nível local, mas também nacional e global. Isso tem provocado uma inversão das ideias de uma capacidade limitada de resistência de minorias oprimidas e categorias sociais marginalizadas (TURNER; FAJANS-TURNER, 2006). Os Kayapó têm uma posição central nessa virada de jogo, assumindo papel de liderança em todos os níveis de organização social.

A tendência à autodeterminação pode ser verificada entre os Kayapó, por exemplo, em um fenômeno que Turner (1993), ironiza como “Colonizando os colonizadores”, no qual os Kayapó demonstraram reter recursos de poder e conhecimento suficientes para tomar postos dentro das instituições brasileiras, como Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), e mesmo com um indígena assumindo a presidência do Parque Nacional do Xingu, na década de 1990.

Em relação à utilização dos recursos comuns, o autor demonstra como, no caso dos Kayapó do subgrupo Gorotire, que tiveram que lidar com milhares de garimpeiros

invadindo seu território na década de 1980, estes conseguiram obter certo controle em relação à extração dos recursos naturais. Os indígenas desenvolveram estratégias para controlar a extração do ouro à revelia de seus interesses, assegurando a obtenção de parte nos lucros e o controle das minas. Em atitude aparentemente paradoxal, parte dos lucros obtidos pelo ouro e pelo mogno extraído dos territórios Kayapó foram utilizados em estratégias de proteção territorial. A fiscalização e monitoramento do território dispndia custos com patrulhas aéreas, rádios e barcos de comunicação, e deslocamento para reuniões e manifestações em Brasília, tal como por ocasião da Constituinte de 1988 (ZIMMERMAN et al., 2001).

Os Kayapó colocavam em prática, assim, estratégias eficientes de defesa e controle do próprio território, apesar de ironicamente estarem ligadas ao desmatamento e à extração de ouro. Os anos de 1995 e 2002 foram marcos em que os Kayapó decidiram por expulsar madeireiros e garimpeiros do território. Porém, o garimpo reincidiu e se intensificou no território dos Gorotire (ZIMMERMAN et al., 2001).

Os esforços das mobilizações dos Kayapó começaram a ser capitalizados em torno de dois movimentos, que se deram nos níveis nacional e internacional, sendo estes: i) movimentos indígenas e conservacionistas; ii) reformas da Consituição brasileira de 1988 (RAMOS, 1998; ZANOTTI, 2011). Na virada do século XXI, os Kayapó angariavam recursos para capitalizar diversos tipos de parcerias, seja na extração de madeira, contratos de comércio justo ou alianças comunidade-conservação. Com a realização destas alianças, o cenário parecia apontar para um futuro de segurança territorial e autonomia (ZANOTTI, 2011).

Os Kayapó perceberam, então, a necessidade de se organizarem em instituições aos moldes da sociedade nacional. A primeira associação intercomunitária foi a Associação Iprenre, fundada em 1993 por um dos líderes do subgrupo Metuktire. Essa iniciativa serviu de incentivo para outras comunidades Kayapó, que passaram a se auto-organizar seguindo o mesmo modelo (TURNER, 1995). O Instituto Raoni e a Conservação Internacional, duas ONGs, estabeleceram programas para ajudar nos esforços de conservação e demarcação territorial (ZIMMERMAN et al., 2001), dentre outras associações que surgiram representando os interesses dos Kayapó.

As associações Kayapó fazem parte de uma estratégia de organização social, na qual os indígenas se reúnem em torno de instituições legalmente constituídas, nos moldes da sociedade nacional, porém, que, ao mesmo tempo, são representativas das comunidades. Dentro desta organização formal, os Kayapó ampliam suas possibilidades de capitalizar parcerias e recursos, bem como aumentam os recursos de poder e a influência nas esferas

regional, nacional e internacional. Desta foram, o grupo consegue incrementar o controle sobre a captura de recursos no território e assegurar atividades econômicas para as comunidades, que se encontram inseridas na economia mercantil.

As aldeias que optam por participar das associações têm inúmeras vantagens, como, no caso do Instituto Kabu, a possibilidade de ser parte do Projeto de Alternativas Econômicas Sustentáveis (Anexo 3), que apoia desde a produção até a comercialização dos produtos Kayapó; e o Projeto de Gestão Territorial, que dá condições para que os próprios indígenas monitorem os limites do território. Ao encontrarem algum foco de atividades ilícitas, a situação é repassada diretamente ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e à FUNAI, que são acionados para atuar na fiscalização *in loco*. Em contrapartida, as aldeias integrantes são proibidas de participar de atividades ilícitas no território, como, por exemplo, o garimpo. Um dos coordenadores do IK comenta sobre a atuação da organização em entrevista realizada pela autora em janeiro de 2020:

A Coordenação e Monitoramento atua para coordenar toda essa execução de recurso; alternativas econômicas, que era para prover, ajudar os indígenas nas atividades de coleta de castanha, cumaru, extração de óleo de babaçu, artesanato... Hoje se você for ali vai ver uma loja, já tem uma loja do Instituto Kabu, que comercializa no Brasil e fora do país também, já. Tem muita comercialização. Participa de todas as feiras da Rosenbaum em São Paulo. Tem um público bem grande. [...] Fiscalização e monitoramento, que é dar condições para que os próprios indígenas monitorem seus limites, impedindo a invasão de madeireiro, garimpeiro tal... quando eles identificam, aí tem uma parceria com o IBAMA.

O sucesso dos Kayapó dos subgrupos Mekragnotire e Metuktire em manter o território livre do garimpo está diretamente associado à atuação das organizações indígenas, bem como à coesão dos grupos em torno dessas associações. A maioria das aldeias tem optado por fazer parte das associações e, quando grupos decidem por realizar atividades ilegais, são desligados destas, e perdem os benefícios. Este foi o caso da cisão observada em nosso trabalho de campo, que resultou no desligamento dos grupos pró-garimpo, conforme ata de Assembleia Geral do IK, a qual não foi divulgada com fins de preservação da identidade dos envolvidos. Em relação à atuação do IK no combate ao garimpo, um coordenador do Instituto se posicionou em entrevista realizada pela autora em janeiro de 2020:

Aqui no Instituto Kabu, se não tivesse aqui desde 2008, certamente isso aqui estava tudo tomado de garimpo, igual a outras aldeias, igual do lado leste, que estava com muito problema lá de garimpo. Aqui, historicamente o Baú tinha garimpo na década de 80, tal, sempre teve. Mas atualmente, assim, depois que o Kabu entrou, fez uma parceria muito forte com o IBAMA.

Figura 2.5 Loja Kayapó Menkrãgnoti



Fonte: Acervo da autora - julho 2019.

Figura 2.6 Produtos comercializados pelos Kayapó



No sentido horário: cesto kayapó; cestos e remos; sementes de cumaru; itens de vestuário estilizados. Fonte: Acervo da autora - julho 2019.

As figuras 2.5 e 2.6, acima, trazem, respectivamente, imagens da Loja Kayapó Menkrãgnoti, administrada pelo IK, que tem como objetivo comercializar os produtos dos Kayapó, e imagens de alguns produtos comercializados na loja.

As declarações do coordenador do Instituto Kabu são corroboradas por falas de garimpeiros, em relação à atuação da associação no combate ao garimpo no território. Neste sentido, um garimpeiro que trabalha em Novo Progresso se manifestou em entrevista realizada pela autora em janeiro de 2020:

Todo dono de máquina experiente na área, ele nem mete a cara entendeu? A pessoa que foi mexer lá [em áreas sob jurisdição do Instituto Kabu], ele não tinha experiência nenhuma. Aí de tanta pressão, de tanta pressão, ele não aguentou. Trabalhava um dia, daí começou a fazer rondas, aí se tava trabalhando no centro da floresta tinha que parar, porque a fiscalização tava na área. Se tava no centro da floresta, tinha que ficar em silêncio porque a fiscalização tava na estrada.

Em relação ao Instituto Raoni, sua área de abrangência são as TIs Capoto-Jarina, Panará e parte da TI Menkragnoti. O instituto foi criado em 2001, como resultado de uma campanha do Cacique Raoni à Europa, e sua criação foi apoiada pelo presidente da França à época, Jacques Chirac, pelo cantor Sting, dentre outras personalidades. As principais frentes de atuação são, como no IK, a vigilância do território e o incentivo de atividades econômicas sustentáveis. Em relação à atuação do IR, e à forte coesão do grupo em torno da associação, o Coordenador geral comenta, em entrevista da autora, julho de 2019:

Todas as aldeias da Capoto-Jarina e da Menkragnoti, e do Panará, todas, elas são associadas ao Instituto Raoni. Todas. Aqui não tem ninguém que fala... ah eu não quero participar, eu quero ficar fora, não tem. Todas. Todas, todas faz parte do Instituto Raoni, hoje. Amanhã a gente não sabe, né? Mas hoje todas faz parte, e a nossa linha é essa: nós buscamos evitar pescador, garimpeiro, madeireiro. [...] nós aqui, graças a Deus, nós não temos nada, nós não temos um garimpo dentro da nossa terra Capoto-Jarina.

Para além das ações de fiscalização realizadas pelo IR, a liderança do Cacique Raoni, um dos mais emblemáticos líderes indígenas no cenário nacional e internacional, se mostrou central na coesão das aldeias em torno de um ideal de conservação. O poder de influência desta liderança torna este ator individual um aglutinador de forças em torno da narrativa de preservação da floresta e da cultura indígena, conforme descrito no quarto capítulo da tese. A atuação do Cacique fica evidenciada na entrevista realizada pela autora com o líder, em julho de 2019:

Eu sou de luta, de ambiente, de unir os povo pela floresta, rio, animais, povo indígena também... pra gente defender né... desde muito tempo atrás... defendendo ainda hoje também. [...] porque eu tô defendendo o que tem de árvore, o que tem de mato ainda [...] aqui no Brasil também falei com várias autoridades... homem branco... ó... não pode exploração de madeira, de garimpo.

O poder de influência do líder irradia para o entorno das terras indígenas, e se mostra como um elemento decisivo para manutenção do território livre da atividade garimpeira. Conforme entrevista realizada com um funcionário do Instituto Raoni, em julho de 2019:

Essa área nossa, ela ainda se tem muito respeito pelo modo que ela foi conquistada, pela luta dos Kayapó, do Raoni, do Megarom, dos indígenas mais velhos. Então o entorno dela, a maioria das fazendas que tá no entorno, os fazendeiros conhecem essa historia, e sabem dos problemas, sabem da luta do Raoni, sabem do que ele é capaz, sabem da força política que ele tem. Então acaba esse respeito tendo um vigor ainda hoje, muita gente conhece essas historia dos Kayapó aqui do Mato Grosso. Então eles mesmos comentam que eles sabem dos riscos, que jamais eles entrariam.

Conforme demonstrado na discussão realizada neste tópico os fatores organização social, liderança e autodeterminação se mostraram essenciais no que tange à manutenção do território livre do garimpo, no caso estudado, dos Kayapó dos subgrupos Metuktire e Mekragnotire. A auto-organização em instituições que se mostram eficientes na gestão territorial, e em apoiar meios de renda para a comunidade, funciona como uma alternativa às pressões que a atividade garimpeira exerce sobre o território. Neste sentido, a coesão do grupo em torno destas associações, de ideias de conservação, do desenvolvimento de atividades sustentáveis, e em torno de lideranças tradicionais, tem como efeito uma blindagem ao avanço do garimpo no território.

2.5.3. As relações com o Estado

A atuação do Estado e as relações com as diversas instituições que o constituem são um fator que influencia nas arenas do garimpo em terras indígenas. A atuação do Estado é interpretada também como uma arena, na qual diversos atores individuais e coletivos buscam influenciar processos de tomada de decisão. Zanotti (2011) argumenta, com base em revisão bibliográfica, que as campanhas expansionistas realizadas pelo Estado, para além do objetivo de afirmar a soberania nacional, visaram a controlar e redefinir propriedades, recursos naturais e culturais. Neste sentido, as narrativas hegemônicas defendem que as mudanças associadas à modernidade tratam do poder de coerção do Estado, em busca de regular a extensão territorial ocupada por grupos tradicionais, bem como implicar uma noção de cidadãos nacionais a essas populações.

Durante o governo militar, na década de 1960, predominaram narrativas e ações com o objetivo de realizar a integração da Amazônia ao território nacional. Neste período, com a criação do Plano de Integração Nacional (PIN) e sob os lemas “integrar para não entregar” e “terras sem homens para homens sem terra”, foram implantados projetos

agropecuárias e de infraestrutura na Amazônia brasileira, atraindo homens de todo o país em busca dos subsídios do governo. A partir da década de 1970, e se expandindo rapidamente na década de 1980, houve a criação e o crescimento de centros urbanos em torno dos territórios Kayapó. A construção da rodovia que liga São Felix do Xingu a áreas de fronteira de expansão, foi um ponto de inflexão na dinâmica de uso do solo na região. A partir deste evento, os Kayapó se viram pressionados pelo surgimento atividades minerárias, criação de gado, pequenas fazendas de assentamentos agrícolas e pela extração madeireira (MERTENS et al., 2002). O interesse do Estado brasileiro na atividade garimpeira pode ser observado na manutenção de um escritório da Caixa Econômica Federal, durante os anos de 1980, na mina Maria Bonita, a maior do território dos Gorotire. A agência do tesouro fazia um papel de mediador entre os indígenas e os garimpeiros, pesando o ouro, cuja pesagem era posteriormente conferida pelos Kayapó (TURNER, 1991).

Em termos teóricos, neste trabalho não entendemos o Estado como uma formação social estática e coerente. Partimos da perspectiva de que o Estado não pode ser considerado um bloco monolítico, pois há uma multiplicidade de formas, que o colocam em constante mutação. Destarte, o Estado também não ocupa um lugar específico, tendo em vista que ele se atualiza constantemente e se transfere para os conteúdos sociais, em um processo recíproco de transformação (LEINER, 2003; SOUZA LIMA, 2002). Partimos, também, da definição de Estado por Weber “*O Estado é aquela comunidade humana que, dentro de determinado território (...) reclama para si (com êxito) o monopólio da coação física legítima (...)*” (WEBER, 1982, p. 98).

Em termo de governo e políticas públicas, este trabalho considera as concepções de Höfling (2001), na qual o Estado é um conjunto de instituições que não formam um bloco monolítico e que possibilitam a atuação de um Governo. Governo se trata de um grupo de programas e projetos que alguns atores sociais, como políticos e técnicos, propõem à sociedade. Estes se relacionam à configuração política de determinado governo, que desempenha o papel de Estado por um período de tempo. Por sua vez, as políticas públicas são entendidas como o “Estado em ação”.

Nesta mesma perspectiva, Turner e Fajans-Turner (2006) argumentam que o Estado brasileiro não deve ser interpretado sob a ótica de uma “entidade monolítica”, que assumiria um monopólio concreto da ideologia e da política econômica, no nível nacional. Pelo contrário, o Estado se trata de um conjunto heterogêneo de atores e agências, com direcionamentos e projetos próprios. Muitos destes atores se opõem, em graus variados, às políticas desenvolvimentistas impostas pelo chefe de Estado. Conforme os autores, neste

contexto, os Kayapó desenvolveram ferramentas e recursos de poder para cooptar, a seu favor, parte destes poderes estatais, nas suas lutas contra os próprios governos federais e estaduais.

No caso do garimpo em terras Kayapó, vemos as relações com Estado e governo como primordiais para a tomada de decisão dos indígenas em relação ao garimpo no território. Por um lado, a ineficiência da atuação do Estado junto a essas populações, em relação a políticas públicas, principalmente, nas áreas de saúde e educação, é um dos motivos constantemente citados como motivação para manter as atividades garimpeiras no território. Neste sentido, um jovem indígena, de uma aldeia favorável ao garimpo argumenta, em entrevista realizada pela autora, em janeiro de 2020.

Og garimpo pode ajudar educação, saúde... a FUNAI também. Os garimpos hoje, eles ajudam o aluno pra entrar na universidade agora. Porque era antes com as ONG [Instituto Kabu], não ajudava os aluno a entrar na universidade. Porque os índio quando termina o ensino médio tem que entrar na universidade. Porque como são muitos que já terminou o ensino médio, porque não tem condição de ir pra Universidade, não tem condição [...] Porque os índio tem que entrar na universidade, tem que se formar e voltar pra tratar das aldeias, pra ajudar as pessoas.

Segundo Ramos e colaboradores (2020) a atuação do Estado dentro das terras Yanomami, por exemplo, é quase inexistente, principalmente em se tratando de locais mais isolados. Para os autores, devido ao vazio do poder estatal, os garimpeiros acabam por suprir estes vácuos, exercendo o poder que caberia ao Estado, por exemplo, na regulação de tráfego de bens e pessoas e divisão de lucros provenientes da atividade garimpeira. O mesmo fenômeno foi observado no caso dos Kayapó, uma vez que os garimpeiros oferecem às comunidades serviços que fariam parte de um escopo de atuação estatal, como transporte e abertura de estradas. Este vazio estatal gera uma dependência dos indígenas para como os garimpeiros, como demonstram as falas de um dono de garimpo e de um garimpeiro da região de Morais de Almeida (PA) e Novo Progresso (PA), respectivamente.

Eu tinha um certo acesso com eles [Kayapó], porque na época eu abri estrada para eles, quando mexia com madeira, então nós temos amizade. [Entrevista coletiva julho de 2019. Participantes: Raíssa Resende de Moraes, Carlos Henrique Xavier Araújo e Jorge Calvimontes Ugarte].

Eles [indígenas Kayapó favoráveis ao garimpo] fizeram uma vaquinha e compraram uma Hilux. Mas agora não têm mais dinheiro para abastecer a caminhonete e ficam pedindo. [Garimpeiro, entrevista realizada pela autora em janeiro de 2020].

Levando em consideração a concepção Weberiana de Estado, este é visto por garimpeiros e indígenas ligados ao garimpo, como forte elemento de coação, materializado pela fiscalização ambiental, realizada pelo IBAMA. Assim sendo, para as comunidades

indígenas e garimpeiras, ora o estado é visto como ausente, e ora como excessivamente presente, exercendo sua função primordial de reprimir. Neste sentido, uma liderança indígena que apoio o garimpo expressa, em entrevista realizada pela autora - julho de 2019:

Se o IBAMA chega aqui e queima tudo as coisa, quem vai ser prejudicado vai ser nós. Então o cara vai querer matar nós... Isso nós não tem defesa, entendeu?

Entre estes extremos da atuação do Estado, sob a ótica da conservação, conforme explicitado por Turner e Fajans-Turner (2006), os Kayapó foram capazes de capitanear apoio do Estado em diversas parcerias, projetos e ações. É possível verificar que os indígenas que se unem em torno das narrativas de conservação, colecionam inúmeras alianças com diversas entidades estatais. Sem essas alianças, em especial com o IBAMA, não seria possível realizar trabalhos como o de monitoramento do etnoterritório. Ademais, particularmente o Instituto Kabu, recebia, até 2020, de responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura Terrestre (DNIT), o Componente Indígena do Plano Básico Ambiental (PBA-CI ou PBAI) da BR 163, e detém o compromisso da Eletrobrás e da Norte Energia de financiar projetos por 35 anos, devido ao licenciamento da Usina de Belo Monte (*site* do INSTITUTO KABU⁶). Em relação à parceria com o IBAMA, um dos coordenadores do Instituto Kabu comenta:

Tem uma parceria com o IBAMA [...] Primeiro, não deixa entrar [invasores], vai conversar... porque assim, quem tem poder é o IBAMA e a FUNAI em alguma fiscalização. O Kabu e os indígenas não têm, mas como é o território deles, eles podem impedir que eles entrem. Se resolver entrar a força, eles vão chamar o IBAMA para poder fazer a autuação, prender, né, alguma coisa nesse sentido.

Outro parceiro fundamental para estes atores é o Ministério Público Federal (MPF), que se trata de um aliado importante para as associações indígenas que se posicionam contrariamente ao garimpo. O MPF é autor de inúmeras ações civis públicas contrárias ao garimpo em terras indígenas. Além disso, atua como um aglutinador de atores institucionais em prol das causas das comunidades, e, assim, consegue elevar o poder de negociação destas em pautas importantes. Segue, abaixo, a manifestação de um coordenador do IK em relação à atuação do MPF, em entrevista concedida à autora em janeiro de 2020.

É difícil dos Kayapó chegar lá em Brasília, conseguir falar às vezes com o DNIT, com Casa Civil. Ela [procuradora do MPF em Altamira] chamando, ela convocando é diferente. Ela convoca, o pessoal vai e atende e reúne todo mundo no mesmo espaço.

⁶ Disponível em: <<https://www.kabu.org.br/administracao-de-projetos/>>. Acesso em 12/12/2023.

As políticas ditadas pelo governo também se mostraram de extrema importância na arena de decisão sobre o garimpo em terras Kayapó. Desde sua pré-campanha presidencial, o ex-presidente demonstrava apoio a garimpeiros e ao garimpo em terras indígenas. Por meio de flexibilização na legislação e da fiscalização ambiental o governo tentou cumprir suas promessas (COSTA; FELLET, 2022). Nossos dados apontam para uma forte correlação entre a cisão de aldeias favoráveis ao garimpo com o IK, e as promessas do último governo de regularização da atividade garimpeira em terras indígenas. Neste sentido, o grupo específico de indígenas apoiadores do garimpo, via no governo um aliado, que atenderia a suas demandas. Encorajados por um possível cenário de regulamentação da atividade garimpeira, decidiram pela cisão. Neste sentido uma liderança Kayapó ligada ao garimpo comenta, em entrevista realizada pela autora, em janeiro de 2020:

A gente não tá contra de governo. Nós tem um grupo que é a favor de governo, o projeto de governo. Porque o governo anterior, nós não temos apoio do governo anterior. Mas esse governo a gente tem. A gente confia muito neles por causa de regularização, que estão abrindo as portas para os indígenas. Então para o governo Bolsonaro, e outros políticos, deputados, senadores, entendeu? Isso a gente tem apoio [...].

Para além das declarações do ex-presidente, o esvaziamento da fiscalização ambiental do IBAMA realizado durante este período fortaleceu na sociedade um estado de anomia, que pode ser entendido, segundo Durkheim (1999), como a quebra das regras que regem uma sociedade, que não poderia funcionar sem regras estabelecidas para o todo social. Dessa forma, as parcerias do IK com o IBAMA se viram enfraquecidas, o que trouxe uma sensação de impunidade e um empoderamento dos grupos favoráveis ao garimpo. Neste sentido o líder Kayapó favorável ao garimpo continua:

Ano passado quando o outro governo comandava o Brasil, teve várias fiscalização do IBAMA por causa do Instituto Kabu. E, hoje, o Instituto Kabu não tem mais o apoio do IBAMA. Se a gente botar o garimpo, alguma coisa aqui dentro, eles podem fazer denúncia várias vezes, quantas quiser, e ninguém aparece. Hoje eles podem ir em Brasília, pode ir aonde for, chega lá vai encontrar com nossos apoiadores.

As relações com um estado não monolítico se mostraram como elemento essencial do processo de tomada de decisão dos Kayapó, em relação ao garimpo no território. Por um lado, as parcerias capitaneadas na ótica da conservação tornam possíveis os projetos das associações indígenas, visando à proteção do etnoterritório e a viabilização de atividades sustentáveis. Em outro espectro da questão, o Estado é visto como ausente, e incapaz de levar aos indígenas serviços essenciais, o que agrava a vulnerabilidade, e consequente, a pressão pela atividade garimpeira. Ainda, foi verificada correlação entre o processo decisório em relação ao garimpo e as políticas adotadas por governos, em relação à atividade garimpeira.

2.6. Transformações em direção à sustentabilidade nas arenas do garimpo em terras Kayapó

Levando em consideração a discussão dos itens anteriores, de como as comunidades Kayapó utilizam de uma governança própria para lidar com a questão do garimpo no território, uma abordagem transformadora pode ser útil para vislumbrar futuros mais sustentáveis para os atores envolvidos, e para a sociedade como um todo. Estas observações se dão em um contexto de intensificação de conflitos pré-existentes, principalmente após a pandemia de COVID-19 (CALVIMONTES et al., 2020).

Os principais desafios para transformações em direção à sustentabilidade em relação ao garimpo são as barreiras estruturais de um setor minerário que vislumbra a sustentabilidade como um paliativo para permitir o crescimento econômico, em detrimento de ações ambientais. Outro ponto focal é a fragilidade das políticas públicas em torno da atividade garimpeira. As principais oportunidades visualizadas são as práticas locais, as quais podem abrir janelas de oportunidades para ações transformadoras (FISHER et al., 2021; FISHER; BRONDIZIO; BOYD, 2022; MASSARO et al., 2022). Neste cenário, é urgente buscar por iniciativas locais, a partir da experiência dos atores, que possam ser convertidas em políticas públicas em direção a uma sociedade mais sustentável, nas arenas do garimpo em terras indígenas, conforme configuradas no quarto capítulo da tese.

A experiência das comunidades Kayapó estudadas, de sucesso no controle ao garimpo, motivado pela organização social, e por um sistema de governança dos recursos naturais coletivos, consiste em uma destas janelas de oportunidade, quando visualizada sob a perspectiva de transformações em direção a sociedades mais sustentáveis. Tal experiência se insere dentro de um cenário maior em que, segundo Brondízio e colaboradores (2021), a Amazônia se tornou uma incubadora de projetos de inovação locais, que pretendem reduzir as desigualdades e assimetrias históricas na região. Essas iniciativas de base, tanto individuais quanto coletivas, têm papel crescente nos esforços para atingir uma sociedade mais sustentável. Segundo os autores, embora as iniciativas sejam locais, elas se conectam com governos em múltiplos níveis, organizações não governamentais, dentre outros atores.

Para Oviedo e Senra (2023), o fortalecimento das comunidades, por meio da normatização de sistemas agrícolas tradicionais e o combate às atividades ilegais pode evitar o crescimento da atividade no território. Os benefícios associados a estas práticas seriam um fortalecimento na cadeia de produtos da sociobiodiversidade, da prática de gestão territorial e a promoção de transmissão de saberes. Os resultados encontrados nesta pesquisa corroboram

com a análise realizada por Torres-Wong e Jimenez-Sandoval (2022) que estudaram uma comunidade indígena no México que sofre com a pressão da indústria mineral. Para os autores, a adoção de um modelo de governança de recursos indígenas se contrapõe com o modelo de governança de recursos pelo Estado/companhias, e levou a um quadro de sucesso no combate à mineração no território. Eles constataram que a figura da Assembleia Comunitária é essencial para proibir os projetos extrativistas indesejados, porém, o mecanismo de tomada de decisão somente opera corretamente devido à inserção da comunidade em um sistema de gestão de recursos naturais eficiente.

A despeito do processo de cisão entre aldeias favoráveis e contrárias ao garimpo, registrado no tópico 2.4, o modelo de governança de recursos naturais adotado pelos Kayapó se mostrou, em grande escala, capaz de combater o garimpo no território. Cada etnia indígena possui um universo de características antropológicas, logo o sucesso dos Kayapó não pode, simplesmente, ser replicado a outras comunidades. Porém, consideramos este caso potencialmente transformador para futuros mais sustentáveis. Isso porque se trata de um exemplo, que pode ser utilizado no desenvolvimento de políticas públicas que visem fortalecer o combate de atividades ilegais nas TIs.

Esta tese demonstra que um caminho possível para a criação de políticas públicas voltadas ao combate ao garimpo em TIs é o fortalecimento da autodeterminação e do protagonismo das comunidades indígenas, representadas pelas suas associações. Neste sentido, essas organizações devem ser munidas de conhecimento e de poder para administrar recursos financeiros, como os do Fundo Amazônia, sendo esta uma forma de recompensa aos serviços ecossistêmicos prestados pela conservação da floresta e da biodiversidade. Consideramos aqui a definição de serviços ecossistêmicos do *Intergovernmental Platform on Biodiversity and Ecosystem Services* (IPBES), que trata os serviços como benefícios provenientes dos ecossistemas, porém sem uma relação direta ou indireta com as necessidades humanas, e considera esses serviços como benefícios passíveis de valoração (SINISGALLI et al., 2022).

Neste sentido, as organizações indígenas que tenham por objetivo a conservação devam ser formalmente reconhecidas pelo Estado pelos serviços ecossistêmicos prestados, como administradoras de recursos de fundos nacionais e internacionais, voltados a este fim. Um possível modelo a ser seguido é o de cogestão, entre as associações indígenas e a FUNAI, bem como outros órgãos representantes do espectro conservacionista do Estado, mediante um conjunto de regras e normativas a serem estabelecidas, e que passem por uma ampla consulta a todas as etnias interessadas.

2.7.Considerações parciais

Neste capítulo, trouxemos à luz o processo de tomada de decisão dos Kayapó dos subgrupos Mekragnotire e Metuktire em relação ao garimpo no território. A situação de ação analisada foi uma cisão entre uma associação indígena contrária ao garimpo e grupos favoráveis à atividade, que decidiram por deixar a organização, devido ao desejo de realizarem garimpo no território. A partir desta análise pudemos traçar os principais elementos que influenciam na tomada de decisão destes grupos, em relação ao garimpo.

O impacto das necessidades materiais e imateriais sobre as comunidades indígenas inseridas em uma economia mercantil se mostrou central no processo de tomada de decisão. Membros dos grupos que apoiam a atividade garimpeira no território utilizam como principal argumento o fato de o garimpo atender a algumas necessidades materiais e imateriais da comunidade. Por outro lado, os grupos contrários ao garimpo apostam no fortalecimento da governança de recursos naturais coletivos, realizado a partir da administração de recursos financeiros por associações indígenas. A partir deste modelo, torna-se possível apresentar formas alternativas de atividades econômicas para a população, e com isso, coibir atividades ilícitas no território.

A organização social, liderança e autodeterminação dos Kayapó no caso estudado se mostraram como elementos que proporcionam a coesão do grupo em torno de ideais de conservação. Neste sentido, a coesão do grupo em torno de associações que representam a comunidade, e que proporcionam o desenvolvimento de atividades sustentáveis e a fiscalização do etnoterritório; bem como a agregação destes grupos em torno de lideranças tradicionais, trazem elementos de coesão ao grupo, e recursos de poder suficientes para promover o enfrentamento e blindagem ao avanço do garimpo no território.

As relações com um Estado não monolítico são outro tópico apontado como capaz de influenciar a tomada de decisão dos Kayapó em relação ao garimpo. O Estado é interpretado como uma entidade não monolítica, constituída por instituições e agências com direcionamentos próprios. As parcerias com entes estatais, capitaneadas pelos Kayapó, visando à conservação do território viabilizam seus projetos e atividades sustentáveis. Por outro lado, a omissão do Estado em fornecer serviços básicos a estas populações são o ponto de partida para que o garimpo adentre o território.

Interpretamos que a forte organização social dos Kayapó, um modelo de governança de recursos naturais, e um sistema eficaz de fiscalização do etnoterritório atuam como uma forma de blindagem à atividade garimpeira. Apesar do processo de cisão

vivenciado entre as aldeias, o sucesso destas comunidades em deter o garimpo no território trata-se de uma janela de oportunidades, quando visualizada no prisma da busca por sociedades mais sustentáveis. A experiência dos Kayapó possui a potencialidade de inspirar políticas públicas que visem à contenção da atividade garimpeira em territórios indígenas, também, para outras etnias.

3. NARRATIVAS NAS ARENAS DO GARIMPO EM TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL

3.1. Introdução

Este capítulo apresenta uma interpretação acerca das principais narrativas envolvendo o garimpo em terras indígenas no Brasil. A análise se deu a partir dos casos da etnia Kayapó (autodenominados Mebêngôkre), dos subgrupos Mekragnotire e Metuktire, e da etnia Munduruku. Ambas as etnias habitam terras indígenas (TIs) localizadas no sudoeste do estado do Pará, na região entre as microrregiões hidrográficas do Alto Tapajós e o Alto Xingu, conforme delineado pelo IBGE (2021).

A análise das narrativas foi realizada focando nos níveis de ação local e regional, nos quais a maior parte da coleta de dados foi realizada. A interpretação das narrativas foi feita em conexão com a das arenas políticas em torno do garimpo em terras indígenas, realizada no quarto capítulo da tese, a qual explicitou os principais atores, conflitos, estratégias e recursos mobilizados pelos atores nas arenas. Assim sendo, este capítulo tem como objetivo localizar, discutir e analisar as narrativas que organizam os grupos sociais, em torno do objetivo comum de influenciar o processo decisório nas arenas da atividade garimpeira em terras indígenas, no Brasil.

Para Ostrom (1990), na Teoria dos *Commons*, o foco da análise das arenas é a ação coletiva do uso de recursos comuns. A realidade pode ser modificada pela ação coletiva, através da agregação e desagregação dos atores, em torno de objetivos comuns nas arenas. A autora considera centrais na análise, os papéis das instituições formais e não formais, e as regras estabelecidas. Renn (1992), defende que atores individuais e coletivos maximizam seu poder de influência nos processos decisórios através da mobilização de recursos sociais, a fim de influenciar o processo coletivo de tomada decisão e diminuir as assimetrias de poder entre os grupos envolvidos. Para o autor, as arenas podem ser consideradas como metáforas, em que as narrativas exercem um papel crucial na comunicação entre os atores. Hanningan (2022) também considera as arenas como metáforas, ou construções sociais, sendo que os atores se posicionam nestas através de narrativas socialmente construídas.

A abordagem de arena utilizada nesta tese foi desenvolvida por Ferreira e colaboradores (FERREIRA, 2005, 2012; FERREIRA et al., 2017), sob uma perspectiva híbrida de arenas, entendendo-as tanto na perspectiva da estrutura social, e na análise da ação coletiva de uso de recursos comuns; quanto na mobilização de recursos sociais a fim de influenciar as decisões, e diminuir assimetrias de poder; bem como na utilização de narrativas

para influenciar o processo decisório (HANNIGAN, 2022; OSTROM, 1990, 2011; RENN, 1992). O *frame* híbrido considera que a teoria de Ostrom relativiza a importância do poder nas tomadas de decisão, o que leva a desconsiderar as assimetrias. Já a teoria de Renn, por sua vez, não considera as arenas no seu aspecto estrutural, mas cumpre o papel de analisar as assimetrias de poder, por meio da teoria da mobilização de recursos sociais.

Víglío e colaboradores (2019) evidenciam a contribuição da análise de narrativas na perspectiva das arenas sociais, na compreensão de como os discursos estabelecidos podem influenciar decisões políticas. Neste contexto, utilizamos neste trabalho o conceito de narrativas políticas, conforme Roe (1994)

—Histórias-cenários e argumentos – que são usados por uma ou mais partes de uma controvérsia para garantir (ou seja, estabelecer ou certificar) ou estabilizar (ou seja, fixar ou tornar estável) as suposições para formulação de políticas em face da incerteza, complexidade ou polarização da questão” (p. 3, tradução livre).

Hermwille (2016) propôs um modelo, no qual as narrativas são concebidas como intermediários, entre estruturas internas dos indivíduos e o coletivo social, construindo uma ligação entre a microestrutura do indivíduo e a macroestrutura social. Porém, essas relações não devem ser entendidas de forma determinística, sendo que os indivíduos podem escolher as narrativas que entendem como mais adequadas. Entretanto, cabe ressaltar que, quando os indivíduos expõem uma determinada narrativa, este ato a reforça dentro do ciclo de estruturação.

Para Víglío e colaboradores (2019), os estudos realizados por Hermwille comprovam que em sociedades em transição, as narrativas podem influenciar processos decisórios e na delimitação do espaço do que é politicamente viável. Na mesma esteira, Feital (2019) conclui que as narrativas adotadas por atores dominantes nas arenas das mudanças climáticas globais, possuem ressonância e implicações nas ações políticas adotadas. Neste contexto, o estudo das narrativas em torno do garimpo em terras indígenas pode auxiliar na elucidação dos processos de tomada de decisão dos atores nas arenas sociais, bem como dos processos políticos nos quais estes atores estão imbricados.

As concepções acerca do ouro e de sua extração, em especial em um contexto de garimpo em terras indígenas, são múltiplas, uma vez que há inúmeros grupos sociais envolvidos. Muitas vezes, essas concepções são conflitivas, e passam por visões cosmológicas, políticas e éticas distintas (IUBEL, 2020). Em vista desta complexidade, Hook (2019) argumenta sobre a importância de ampliar o debate sobre a mineração em terras

indígenas, para além do enquadramento das narrativas binárias entre o tradicional e o moderno, em relação aos meios de subsistência destas comunidades.

Este capítulo está organizado em quatro seções. O tópico 3.2 descreve a metodologia utilizada nos trabalhos de campo e na análise de dados, a fim de buscar as categorias analíticas que deram origem às narrativas descritas. O item 3.3 trouxe à tona a discussão das narrativas, vinculadas à análise de arenas políticas do garimpo em terras indígenas. Os próximos tópicos trataram das narrativas do garimpo em terras indígenas, detalhando, no item 3.3.1, a Narrativa do Garimpo como Elemento de Integração/Assimilação dos Indígenas à Sociedade Nacional (GIA); no tópico 3.3.2, a Narrativa do Garimpo como Ameaça à Reprodução da Identidade Étnica e Conservação (GAC); e na seção 3.3.3, a Narrativa do Garimpo como Atividade Passível de Sustentabilidade (GAS) e Narrativa do Garimpo como Atividade Insustentável (GAI). As conclusões são trazidas na seção 3.4.

3.2. Metodologia

Para realizar o traçado das narrativas do garimpo em terras indígenas, foram utilizados dados provenientes das entrevistas realizadas *in loco* nas regiões dos trabalhos de campo, bem como dados documentais, provenientes de: *sites* vinculados às instituições pesquisadas; entrevistas veiculadas na mídia, com os atores relevantes na arena; cartas oficiais das instituições pesquisadas; documentos oficiais de órgãos governamentais, como projetos de lei e relatórios; notícias e demais materiais midiáticos. O método de amostragem de informantes utilizado foi o “Bola de Neve”, no qual um informante indica o próximo a ser entrevistado. A observação direta também foi utilizada como metodologia da pesquisa de campo, a fim de observar pessoas e registrar seu comportamento. As impressões sobre as situações vivenciadas foram registradas em diário de campo.

O primeiro trabalho de campo desta pesquisa foi realizado em conjunto com outros dois pesquisadores do *Projeto Gold Matters*, entre os dias 16/07/2019 e 08/08/2019. As trajetórias adotadas foram: o percurso da Rodovia BR-163, entre os municípios de Sinop (MT) e Santarém (PA), contabilizando cerca de 1.300 quilômetros percorridos; e o percurso pela rodovia Transgarimpeira, entre Morais e Almeida e Creporizão, no Pará (figura 3.1). Foram realizadas entrevistas em diversas localidades, nas quais a principal atividade econômica é o garimpo. O segundo trabalho de campo, realizado entre 25/12/2019 e 21/01/2020, foi focado nos municípios de Jacareacanga (PA), por ser a cidade polo da etnia Munduruku e Novo Progresso (PA), por ser município polo do povo Kayapó, do subgrupo

Mekragnotire (Figura 3.2). Foram realizadas, também, entrevistas em Brasília (DF), com atores relevantes para a arena no nível nacional.

Figura 3.1 Trajetória do primeiro trabalho de campo

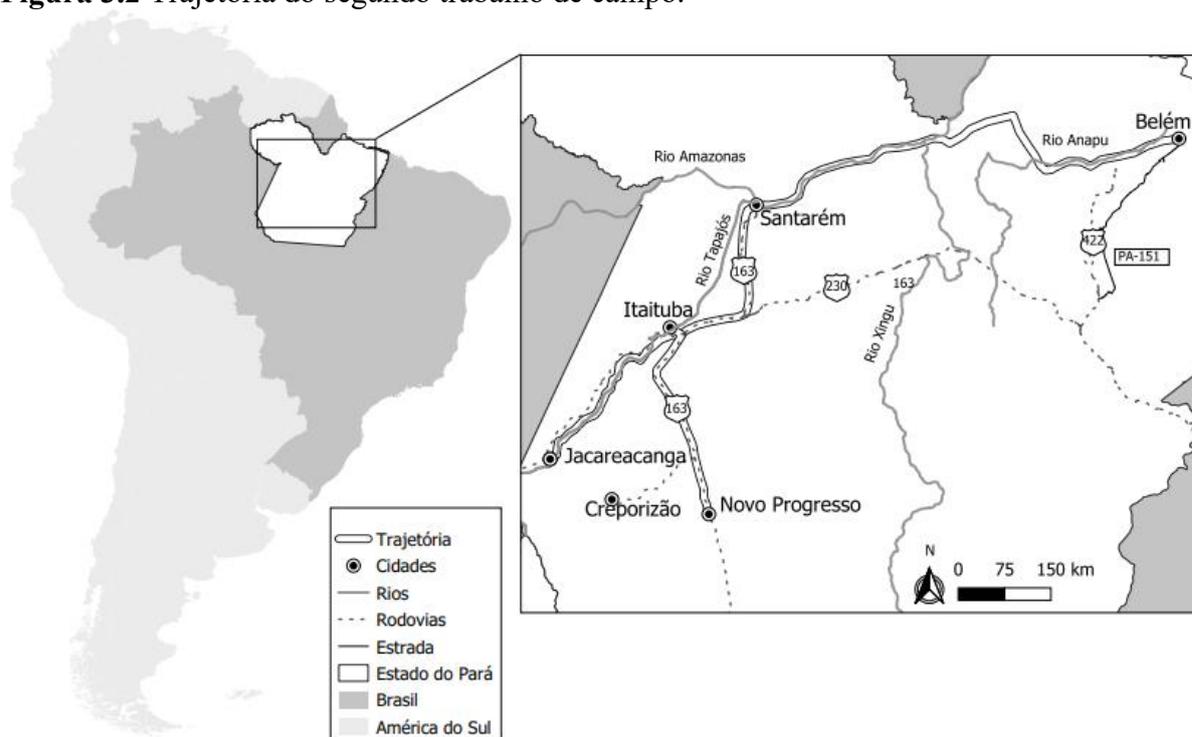


Fonte: Massaro et al. (2022)

O traçado das narrativas buscou trazer à tona posicionamentos de múltiplos atores nas arenas do garimpo em terras indígenas, com foco nos níveis de ação local e regional. Foram realizadas 93 entrevistas semiestruturadas e abertas, sendo deste total, 63 individuais e 30 em conjunto com pesquisadores do projeto *Gold Matters*⁷. A maior parte das entrevistas foi gravada e transcrita, sendo que o conteúdo de algumas foi anotado em caderno de campo. Foram aplicadas entrevistas a diversos atores, dentre eles, garimpeiros, donos de garimpos, líderes de associações garimpeiras, indígenas, líderes de associações indígenas, membros de organizações não governamentais (ONGs) e agentes públicos. As entrevistas com indígenas foram realizadas, em sua maioria nas sedes das associações indígenas, sendo que não foi realizada incursão em TIs.

⁷ Pesquisadores: Carlos Henrique Xavier Araújo (à época doutorando do NAP.Mineração/Universidade de São Paulo - USP) e Jorge Calvimontes Ugarte (Pós-doutor pelo NEPAM/Unicamp)

Figura 3.2 Trajetória do segundo trabalho de campo.



Fonte: elaborado pela autora.

A construção das narrativas se deu a partir da categorização das entrevistas realizada com os atores nos trabalhos de campo. Foi realizada uma categorização inicial dos dados no software *Atlas T.I Cloud*, conforme a metodologia de análise categorial temática. O princípio desta metodologia é a construção de categorias a partir dos temas que emergem das entrevistas. Para analisar as entrevistas, foram construídas categorias analíticas nativas, de acordo com os temas que emergiram do texto e as principais linhas teóricas referentes ao tema de pesquisa. As categorias surgiram a partir da fala dos entrevistados e dos dados documentais, dando ênfase à fala dos atores. A partir da categorização inicial, os dados foram reorganizados em núcleos de sentido, a partir de ideias-chave, que definiram as categorias finais de análise. Abaixo, na tabela 3.1, segue o quadro com as categorias finais de análise, adotadas neste trabalho.

Tabela 3.1 Categorias de análise

CATEGORIAS DE ANÁLISE
(i) Atividades econômicas e acesso a bens e serviços
(ii) Conflitos pelos usos da terra
(iii) Propriedade e direito de exploração das terras indígenas
(iv) Aproximação com a cultura não indígena

Fonte: elaboração própria.

O próximo passo foi a construção das narrativas, a partir das categorias finais de análise. Foi possível verificar que os grupos de atores defendiam posicionamentos convergentes, dentro de cada uma das categorias formuladas. Estes posicionamentos foram agrupados em grandes polos, dando origem às narrativas.

3.3. Narrativas nas arenas do garimpo em terras indígenas no Brasil

Nesta pesquisa, ao interligar a análise das narrativas à das arenas políticas, consideramos que as narrativas assumem o papel de organizar as arenas, aglutinando atores que buscam influenciar um processo decisório. As narrativas delineadas se encontram diretamente relacionadas à descrição das arenas políticas em torno do garimpo em terras indígenas, realizada no quarto capítulo da tese.

Ao tratar das arenas do garimpo em terras indígenas, foram identificadas quatro narrativas preponderantes, sendo elas: i) Narrativa do Garimpo como Elemento de Integração/Assimilação dos Indígenas à Sociedade Nacional (GIA); ii) Narrativa do Garimpo como Ameaça à Reprodução da Identidade Étnica e Conservação (GAC); iii) Narrativa do Garimpo em Terras Indígenas como Atividade Passível de Regulamentação/Sustentabilidade (GAS); iv) Narrativa do Garimpo em Terras Indígenas como Atividade Insustentável (GAI). Nos próximos tópicos, foram explicitadas e descritas em detalhes cada uma das quatro narrativas apontadas neste trabalho.

3.3.1. Narrativa do Garimpo como Elemento de Integração/Assimilação dos Indígenas à Sociedade Nacional (GIA)

Na Narrativa do Garimpo como Elemento de Integração/Assimilação dos Indígenas à Sociedade Nacional (GIA) a aproximação cultural das comunidades indígenas à ‘comunhão nacional’ é vista como positiva, tanto para sociedade, quanto para os povos originários. Os argumentos inseridos nesta narrativa se aproximam, muitas vezes, de ideais

assimilacionistas ou integracionistas. Adotamos aqui os conceitos cunhados por Ribeiro (2017), que imputam uma diferenciação das noções sociológicas de *assimilação* e *integração*. Para o autor, *assimilação* se refere à fusão de determinada população à sociedade nacional, com parte indiferenciada desta. Enquanto isso, a *integração*, evoca uma *acomodação recíproca*, e uma coexistência, que segundo o autor, para os povos indígenas variam de acordo com o grau de integração e dependência (*isolados, contato intermitente, contato permanente e integrados*).

Historicamente, esta narrativa se encontra imbuída extensivamente na ideologia assimilacionista, amplamente propagada na sociedade e aceita como hegemônica até a promulgação da Constituição Federal de 1988. A primeira política indigenista no Brasil foi a criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), em 1910. A criação do SPI foi diretamente relacionada à atuação do então porta-voz do exército Cândido Mariano da Silva Rondon. Ainda que marcada por uma visão positivista e eurocêntrica, Rondon, propunha a defesa dos povos originários, em um contexto de sangrentas lutas por terra (KYRILLOS, 2015). Segundo Ribeiro (2017), a própria formulação da política indigenista do SPI se baseou no positivismo e no evolucionismo de Augusto Comte, que propunha uma ‘*evolução*’ espontânea das populações indígenas, quando livres de pressões externas e amparadas pelo Estado. Neste ínterim, o SPI pretendia transformar os indígenas em lavradores, com sua completa assimilação à sociedade nacional.

A ideologia assimilacionista tomou fôlego durante os governos militares, especificamente na década de 1970, com a criação do Programa de Integração Nacional (PIN), que proclamava o interesse em unificar um país com dimensões continentais. Os principais lemas do programa, “*integrar para não entregar*” e “*terras sem homens para homens sem terra*”, ignoravam a presença prévia de povos indígenas, quilombolas, posseiros, ribeirinhos, dentre outros grupos que viviam na região (SANTOS, 2019).

Dentre as transformações deste período, Kyrillos (2015) destaca o surgimento da FUNAI (Fundação Nacional dos Povos Indígenas). No contexto de surgimento da FUNAI ainda predominava a ideia da assimilação dos povos indígenas à sociedade nacional, uma vez que seu funcionamento estava vinculado a um bom desenvolvimento do PIN. Outro marco da visão assimilacionista da época, foi a promulgação do Estatuto do Índio (Lei nº 6001/1973), que, em seu primeiro capítulo, já propunha preservar as culturas e integrar os povos indígenas à “*comunhão nacional*”, de modo progressivo e harmonioso.

Até a Constituição Federal de 1988, o paradigma assimilacionista era hegemônico, sendo que a ruptura formal se deu com a promulgação do texto constitucional. A

grande vitória dos povos indígenas foi a supressão de qualquer menção à integração dos povos originários à sociedade brasileira do texto final (KYRILLOS, 2015). Porém, apesar de, formalmente, o assimilacionismo ter sido derrotado na Constituinte, esta ideologia ainda permeia fortemente a sociedade, o que pôde ser evidenciado pela força que assume nas narrativas em torno do garimpo em terras indígenas, evidenciadas neste capítulo.

Os argumentos utilizados pelos atores da GIA foram analisados conforme as categorias analíticas, descritas na tabela 3.1, sendo elas: i) atividades econômicas e acesso a bens e serviços; ii) conflitos pelos usos da terra; iii) propriedade e direito de exploração das terras indígenas; iv) aproximação com a cultura não indígena. A tabela 3.2, abaixo, resume os principais argumentos dentro de cada uma destas categorias. A tabela também retrata os atores que defendem cada uma das linhas argumentativas, e os níveis de atuação destes nas arenas, com foco nos níveis local e regional.

Nas tabelas 3.2, 3.3 e 3.4 que seguem abaixo, são apresentados os principais argumentos utilizados pelos atores que defendem as narrativas encontradas, para cada uma das categorias listadas na tabela 3.1. Em termos éticos, é necessário esclarecer que os cargos ocupados pelos agentes público e membros de ONGs, bem como os nomes das associações indígenas e das organizações garimpeiras a que estão vinculados os atores entrevistados, foram suprimidos das tabelas supracitadas, com finalidade de preservar a identidade dos entrevistados.

Conforme pode ser verificado na tabela 3.2, a GIA tem como principais defensores, nos níveis de atuação local e regional, líderes indígenas que apoiam o garimpo no território, garimpeiros, donos de garimpo e líderes de associações garimpeiras. Organizações garimpeiras que atuam no nível nacional também compõe esta narrativa. Cabe ressaltar que essas narrativas não são isoladas, pelo contrário, existe dinâmica dos atores na arena, como é o caso de um coordenador de organização indígena contrária ao garimpo que defende ideias referentes a esta narrativa.

Tabela 3.2 Principais argumentos utilizados na narrativa do Garimpo como Elemento de Integração/Assimilação dos Indígenas à Sociedade Nacional' (GIA)

Categoria analítica	Principais argumentos	Atores	*Níveis de ação
(i) Atividades econômicas e acesso a bens e serviços	A partir do contato dos povos originários com a sociedade nacional, desenvolve-se nos indígenas a necessidade de acesso a bens de consumo, tecnologia e serviços como saúde, educação, telecomunicações, etc. Segundo esta linha argumentativa, para suprir estas necessidades, os indígenas precisariam desenvolver atividades econômicas em seus territórios. O garimpo seria uma dessas fontes de renda. Neste argumento, o garimpo é defendido, com base na ideia de que ele serve à finalidade de suprir necessidades materiais e imateriais das comunidades indígenas	Liderança de aldeia favorável ao garimpo ^a	(R); (L)
		Garimpeiro ^b	(L)
		Garimpeiro indígena ^c	(L)
		Donos de garimpo ^d	(L)
		Presidente de associação indígena ligada ao garimpo ^a	(R); (L)
		Presidente de organização garimpeira	(N); (R); (L)
		Funcionário da METAMAT ^e	(R); (L)
(ii) Conflitos pelos usos da terra	Existem muitas unidades de proteção ambiental e terras indígenas na Amazônia. Essas áreas competem com outros usos da terra, como o garimpo e a agricultura mecanizada, e impactam o desenvolvimento econômico do país. Neste argumento as áreas de proteção ambiental e as terras indígenas devem ser reduzidas ou não devem ter seu tamanho aumentado, em detrimento do uso da terra para outros fins, mais alinhados com o desenvolvimento nacional	Indígena Kayapó	(L)
		Dono do jornal local	(R); (L)
		Presidente de organização garimpeira	(R); (L)
		Político local ^d	(R); (L)
		Garimpeiros	(L)
(iii) Propriedade e direito de exploração das terras indígenas	Os povos indígenas devem ter a mesma liberdade que os não indígenas de exercer atividades econômicas em seu território. Neste ponto de vista, alguns atores indígenas argumentam que não possuem a obrigação de serem os 'protetores da floresta' e desejam se dissociar desta imagem, se aproximando da ideia de proprietários	Donos de garimpo	(L)
		Funcionário da SEMMA ^f	(L)
		Presidente de organização garimpeira	(R); (L)
		Funcionário de associação indígena contrária ao garimpo ^a	(R); (L)
		Presidente de associação garimpeira ^b	(R); (L)
		Garimpeiros	(L)
		Presidente de associação garimpeira	(R); (L)
(iv) Aproximação com a cultura não indígena	Os povos indígenas deveriam "evoluir" ou "desenvolver-se", o que significa, neste ponto de vista, que estes deveriam tornar-se mais semelhantes à sociedade nacional. Tal intento seria alcançado por meio da inserção dos indígenas nos moldes do mercado capitalista, seja pela educação formal, ou pela condução de atividades econômicas como o garimpo ou a agricultura mecanizada.	Presidente de associação indígena ligada ao garimpo ^a	(R); (L)
		Funcionário da SEMMA ^f	(L)
		Garimpeiros	(L)
		Funcionário da METAMAT ^e	(R); (L)
		Dono de garimpo	(L)
		Presidente de organização garimpeira ^d	(N); (R); (L)
Indígena Kayapó	(L)		

Legenda: (a) Indígena da etnia Kayapó; (b) garimpeiro; (c) Indígena da etnia Munduruku; (d) dono de garimpo; (e) Companhia de Mineração Matogrossense; (f) Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Itaituba (PA); *Níveis de Ação: (N) nacional; (R) Regional; (L) local. *Fonte:* elaboração própria.

Na categoria (i) o garimpo é citado como elemento que supriria parte das necessidades materiais e imateriais dos povos indígenas. Essas necessidades são geradas após o contato com a sociedade nacional, e demandam, para sua satisfação, a subordinação à cultura dominante, ou ensejam mudanças culturais de diferentes graus de profundidade às comunidades (RIBEIRO, 2017). Nas categorias (ii) e (iii), a disputa pelos territórios indígenas fica evidenciada, bem como uma influência do liberalismo econômico, na concepção de que o indígena deve ter liberdade para empreender no território; também fica evidenciado o desejo e o direito dessas comunidades em ascender socialmente; enquanto na categoria (iv), os atores defendem a noção positivista de ‘evolução’ dos povos indígenas para um ‘estágio avançado de desenvolvimento’. Essa concepção está arraigada na crença do ‘mito da modernidade’ e na ‘falácia do desenvolvimentismo’ que defendem que o desenvolvimento moderno europeu deve ser seguido unilateralmente por todas as culturas (DUSSEL, 1988).

O foco deste capítulo encontra-se nos níveis de ação local e regional, e não tem como objetivo esgotar a discussão das narrativas no nível nacional. Porém, no contexto desta pesquisa, a eleição, em 2018, de um presidente de extrema direita, com estreita ligação com o militarismo, modificou a dinâmica das narrativas em torno do garimpo em terras indígenas, em todos os níveis de ação das arenas. Neste contexto, a GIA ganhou força e passou a ocupar um papel central nas discussões acerca do tema. A argumentação utilizada pelo ex-presidente Bolsonaro era muito clara, e nada velada, a favor da assimilação dos povos indígenas à sociedade nacional. Neste sentido, em busca de “índios emancipados”, que não fossem tratados como “animais em zoológicos”, o ex-presidente afirma:

Mais de 15% do território nacional é demarcado como terra indígena e quilombolas. Menos de um milhão de pessoas vivem nestes lugares isolados do Brasil de verdade, exploradas e manipuladas por ONGs. Vamos juntos integrar estes cidadãos e valorizar a todos os brasileiros (MAZUI, 2019).

Especificamente em relação à mineração e ao garimpo em TIs, o ex-presidente realizou durante seu mandato uma campanha ostensiva, afirmando incisivamente seu intuito de regulamentar atividades minerárias, dentre outras, nestes territórios. Neste sentido, o então líder do executivo declara:

Não há um plano nesse sentido, há uma intenção. Até porque não é só a [Terra Indígena] Raposa Serra do Sol, são várias outras reservas enormes, riquíssimas, que o mundo está de olho lá. Então, acreditamos nós que, para integrar o índio à sociedade, não custa nada buscar uma maneira de explorar de forma racional essas grandes áreas (G1, 2022).

A guinada que representou o governo em direção a valores ligados ao ideal da assimilação dos indígenas à sociedade brasileira, insuflou ânimos e acirrou conflitos, e

permeou a análise das arenas do garimpo em terras indígenas em todos os níveis de ação, para este contexto específico, conforme tratado no quarto capítulo da tese.

3.3.2. Narrativa do ‘Garimpo como ameaça à reprodução da identidade étnica e conservação’ (GAC)

Os defensores da narrativa do garimpo como ameaça à reprodução da identidade étnica e conservação (GAC) cultuam o valor de preservação, tanto da identidade étnica dos povos indígenas, quanto do território, e do ambiente. Nesta perspectiva, o garimpo em TIs é considerado lesivo à reprodução social e identitária dos indígenas, e à conservação da floresta, devendo, desta forma, ser combatido.

Esta narrativa surge, historicamente, como uma contraposição à GIA. Segundo relatos de Ribeiro (2017), quando o SPI foi criado, no ano de 1910, borbulhava na sociedade brasileira uma forte insatisfação em relação à atuação virulenta do Estado em relação aos povos indígenas. Na época, em busca dos esforços para expansão e progresso da sociedade nacional, o Estado respondia com batalhas sangrentas à resistência de muitas tribos à invasão de seus territórios. Organizações civis, mídia, assembleia legislativa, instituições filantrópicas, dentre outras, exigiam providências.

O autor atribui esta tomada de consciência da sociedade, em partes, às conferências do Marechal Rondon. Ele demonstrava, com seus métodos persuasórios, que não era mais possível que o Estado atuasse conforme teses de incapacidade dos indígenas à civilização, ou do uso da força e dizimação dos povos indígenas, para obtenção do progresso. A formação do SPI estava imbuída na ideologia dominante à época, que previa a integração completa dos indígenas à sociedade, porém refutando a virulência, e substituindo-a pela noção positivista de ‘evolução’ (RIBEIRO, 2017)(RIBEIRO, 2017).

O ponto culminante para uma virada na concepção do indigenismo brasileiro, partindo de uma base ‘assimilacionista’ para uma base ‘isolacionista’ foi a constituição, em 1961, pelos irmãos Villas Boas, do hoje denominado Parque Indígena do Xingu (DE MENEZES BASTOS, 1987). A criação do parque foi fruto de uma campanha política, abarcando atores proeminentes no plano nacional e internacional. Segundo o autor, a campanha foi centralizada em torno de duas mensagens, sendo elas: i) a conservação do ambiente e do território, em termos de flora e fauna; ii) a proteção física e sociocultural dos grupos indígenas residentes no território.

A Constituinte de 1988, que contou com ampla participação indígena, foi outro marco histórico no fortalecimento da GAC. A aprovação do artigo 231 da Constituição

Federal representou enorme vitória para os povos originários, no que tange aos direitos sobre seus territórios e sobre a reprodução de sua identidade étnica. De acordo com Kyrillos (2015) este foi o ponto de inflexão na derrota formal do assimilacionismo, como projeto de Estado. Conforme artigo 231 da Constituição Federal de 1988:

São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à união demarca-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

Nos dias de hoje, a GAC ganhou fôlego e apoio de grande parte da sociedade civil, bem como da comunidade internacional, ONGs e setores do governo, se tornando, assim, amplamente debatida e difundida. Os debates relacionados GAC são amplificados pela mídia, que, conforme Renn (1992), observam a arena e se comunicam com os atores principais, realizam sua interpretação quanto aos fatos e relatam ao público geral.

A tabela 3.3, abaixo, resume os principais argumentos dentro da GAC, bem como os atores e níveis de atuação nas arenas, com foco nos níveis de ação local e regional. As mesmas categorias analíticas relacionadas no tópico 3.1 foram utilizadas na análise.

Tabela 3.3 Principais argumentos utilizados na Narrativa do Garimpo como Ameaça à Reprodução da Identidade Étnica e Conservação (GAC)

Categoria analítica	Principais argumentos	Atores	*Níveis de ação
(i) Atividades econômicas e acesso a bens e serviços	Trabalhar com garimpo não é necessário aos povos indígenas, uma vez que o envolvimento com atividades econômicas sustentáveis pode suprir as necessidades da população. As atividades econômicas sustentáveis são mais adequadas ao modo de vida das comunidades indígenas, e devem ser incentivadas, seja pelas associações indígenas ou pelo Estado.	Presidente de associação indígena contrária ao garimpo ^a	(N); (R) (L)
		Funcionário de associação indígena contrária ao garimpo	(L)
		Garimpeiro	(L)
		Coordenador da FUNAI ^b	(R); (L)
		Político local ^c	(R); (L)
		Coordenador do ICMBio ^d	(R); (L)
		Os impactos ambientais negativos ligados ao garimpo comprometem as atividades tradicionais dos indígenas, como a pesca e a caça. Tal situação pode levar a um cenário de insegurança alimentar, ao comprometimento da saúde da população e ao êxodo do território.	Agente da PF ^c
	Funcionária do DSEI ^{f, g}		(R); (L)
	Coordenador do ICMBio ^d		(R); (L)
	Garimpeiro		(L)
	Funcionário de associação indígena contrária ao garimpo		(R); (L)
	Coordenador da FUNAI ^b		(R); (L)
	Funcionário da APIB ^{g, h}		(N); (R)
	Deputado Federal	(N)	

(ii) Conflitos pelos usos da terra	As áreas indígenas devem ser mantidas, ou expandidas. A defesa das terras indígenas contra o garimpo é fundamental para a manutenção do modo de vida das comunidades. Nesta visão, o território não se dissocia do modo de vida indígena, bem como da saúde da população. A preservação dos ecossistemas também é fundamental para a reprodução da identidade étnica, para as próximas gerações.	Funcionária do DSEI ^{f,g}	(R); (L)
		Presidente de associação indígena contrária ao garimpo ^a	(N); (R) (L)
		Presidente de associação indígena contrária ao garimpo ^a	(I); (N) (R); (L)
		Coordenador do IBAMA ⁱ	(R); (L)
		Liderança Kayapó	(R); (L)
		Funcionário de associação indígena contrária ao garimpo	(L)
(iii) Propriedade e direito de exploração das terras indígenas	As áreas de preservação ambiental e terras indígenas não são privadas, pertencem à União. Desmatá-las, em detrimento de um modo de produção econômico agressivo, é um prejuízo para toda a sociedade. O garimpo é visto como um vetor que acelera a destruição do ambiente e, conseqüentemente, da cultura indígena. A preservação dos ecossistemas tem um papel central, para alguns grupos de indígenas que assumem o papel de 'protetores da floresta'. Estes indígenas desejam viver na floresta, a partir dos recursos naturais coletivos provenientes dela.	Funcionário de associação indígena contrária ao garimpo	(L)
		Funcionário de associação indígena contrária ao garimpo	(L)
		Funcionária do DSEI ^{f,g}	(R); (L)
		Funcionário de associação indígena contrária ao garimpo	(L)
		Presidente de associação indígena contrária ao garimpo ^a	(I); (N) (R); (L)
		Funcionário de associação indígena contrária ao garimpo ^a	(L)
(iv) Aproximação com a cultura não indígena	O garimpo representa um fator que aumenta a exposição das comunidades indígenas à sociedade nacional. O contato com o garimpo não implica apenas na atividade em si, mas aumenta a exposição dos indígenas a outros elementos como a prostituição, modificação nos hábitos alimentares, consumo de entorpecentes e bebida alcoólica, dentre outros. A presença da atividade garimpeira em terras indígenas pode aumentar os conflitos internos e contribuir para a degradação da organização social, bem como levar a modificações drásticas no modo de vida das comunidades.	Funcionário da SEMMA ^j	(L)
		Presidente de organização garimpeira	(R); (L)
		Funcionário de associação indígena contrária ao garimpo	(L)
		Membro do ISA ^k	(N); (R)
		Índigena Kayapó	(L)
		Deputado Federal	(N)
		Coordenador do ICMBio ^d	(R); (L)
Funcionário de associação indígena contrária ao garimpo	(L)		

(a)Índigena Kayapó; (b)Fundação Nacional dos Povos Indígenas (PA); (c) Índigena Munduruku; (d) Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; (e) Polícia Federal; (f) Distrito Sanitário Especial Indígena Kayapó Mato Grosso; (g) Índigena de outras etnias; (h) ONG Articulação dos Povos Indígenas do Brasil; (i) Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis; (j) Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Itaituba (PA); (k) ONG Instituto Socioambiental; *Níveis de Ação: (I) internacional; (N) nacional; (R) Regional; (L) local. *Fonte:* elaboração própria.

Conforme pode ser observado na tabela 3.3, a GAC é largamente propagada, nos níveis de atuação local e regional, por lideranças indígenas de associações contrárias ao garimpo, membros de associações indígenas contrários ao garimpo, agentes públicos e ONGs. Demonstrando, mais uma vez, a dinâmica entre as arenas, foi verificado o posicionamento de um garimpeiro e de um presidente de cooperativa de garimpeiros na esfera desta narrativa.

Para os atores que defendem a GAC, na categoria relativa às atividades econômicas (i), os indígenas possuem outras formas, para além da atividade garimpeira, de prover as necessidades materiais e imateriais, vivenciadas pelas comunidades originárias, a partir do contato com a sociedade nacional. O garimpo se conforma como uma ameaça aos meios de subsistência tradicionais das comunidades, o que poderia trazer, inclusive, insegurança alimentar para essas populações. Nas categorias relacionadas ao território (ii) e (iii), as terras indígenas não são privadas, e são parte do modo de vida da comunidade, logo, devem ser preservada para assegurar a identidade étnica. Em relação à categoria do polo cultural (iv), o garimpo é tratado como um elemento que induz à degradação do território, da saúde e da cultura indígena, devendo, assim, ser combatido.

Hook (2019) argumenta que existe uma contradição nas narrativas de subsistência indígena ligadas ao cultivo da terra, que são tratadas como concepções “nobres” de cunho conservacionista, enquanto, na realidade, muitas destas comunidades estariam envolvidas no garimpo de ouro. Defende, assim, que as estratégias de sobrevivência ameríndias são, atualmente, “híbridas”, e não tradicionais, o que legitimaria a participação destas comunidades na atividade garimpeira. Porém, para Zanotti (2011), que estudou as relações de comunidade-conservação entre o Kayapó, a hibridização não tem a capacidade de retratar com precisão todas as interações, ou suas territorialidades, por não captar pontos críticos e momentos de inflexão nas relações entre os atores.

Diversos autores retratam as relações entre indígenas e o garimpo de ouro (TURNER, 1993, 1995; ZIMMERMAN et al., 2001), nas quais há um retorno financeiro do garimpo para a comunidade. Porém, simplesmente entender os indígenas como híbridos, devido a estas interações, não leva em consideração as profundas assimetrias de poder que perpassam as relações em torno da atividade garimpeira em terras indígenas, conforme tratado no segundo capítulo da tese. Assim sendo, não há o que se falar em “narrativas falsas”, conforme defendido por Hook (2019), para as narrativas de subsistência indígena, ligadas ao cultivo da terra. Julgar o mérito das narrativas não faz sentido quando as consideramos como parte de uma arena política, na qual possuem o papel de organizar posicionamentos, aglutinando atores em busca de influenciar um processo decisório.

3.3.3. Narrativas do Garimpo em terras indígenas: Atividade Passível de Regulamentação/Sustentabilidade *versus* e Atividade Insustentável

O marco inaugural da Narrativa do Garimpo em terras indígenas como atividade passível de regulamentação/ sustentabilidade (GAS) e da Narrativa do Garimpo em TIs como atividade insustentável (GAI) foi a promulgação da Constituição Federal de 1988, que iniciou toda uma arena de discussão acerca da regulamentação da atividade garimpeira em TIs. O atual texto constitucional prevê que as terras tradicionalmente ocupadas pelos povos originários se destinem à sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, rios e lagos nelas existentes. O Artigo 231, § 3º, prevê a possibilidade de mineração nessas áreas, mediante autorização do Congresso Nacional e consulta prévia aos povos afetados, os quais possuem direito de participação nos lucros. Porém, a mineração em TIs ainda não possui regularidade, uma vez que aguarda regulamentação infraconstitucional, na forma de lei.

A regulamentação do garimpo em terras indígenas trata-se de um assunto extremamente controverso, que exalta ânimos e movimenta atores na arena. Foram inúmeras as tentativas de tratar a matéria no congresso. Justo e colaboradores (2020) realizaram um compilado das principais matérias que tramitam na câmara legislativa acerca do tema, no qual foram elencadas 37 propostas de regulamentação. O alto número de propostas demonstra o interesse no tema, mas também a sua natureza controversa, já que, apesar dos esforços do legislativo, não foi possível chegar a uma solução econômica e socialmente viável para a sociedade e para os grupos envolvidos.

A eleição em 2018, de um governo favorável ao garimpo em terras indígenas foi um fator que fortaleceu posicionamentos em apoio à regulamentação. Para além dos posicionamentos abertamente favoráveis à regulamentação, poder executivo foi responsável por enviar para Câmara dos Deputados o Projeto de Lei (PL) 191/2020 (BRASIL, 2020). O projeto, retirado pelo atual presidente da república, previa a regulamentação da mineração, garimpo, a geração de energia hidrelétrica, a exploração de petróleo e gás e a agricultura em larga escala em TIs. A tramitação, no congresso nacional, de um projeto de lei favorável à regulamentação do garimpo em TIs, apoiado pelo líder do poder executivo, insuflou ânimos e deu força às narrativas favoráveis à atividade.

Na GAS, a discussão acerca da regulamentação da atividade garimpeira em TIs se insere no centro das tratativas sobre sustentabilidade, nos níveis local e regional. É importante localizar as discussões sobre sustentabilidade na mineração em um contexto de constante tensão e polaridade nos debates, o que deriva dos diferentes usos do conceito, de acordo com

interesses políticos, desejos e visões de futuro (MASSARO et al., 2022). Para Fisher e colaboradores (2021), as narrativas em torno da sustentabilidade, em um contexto de discussões sobre o garimpo, refletem assimetrias de conhecimento e de poder, e incorporam, por exemplo, julgamentos sobre quais interesses devem ser incluídos ou excluídos do processo de tomada de decisão.

Nos níveis de ação local e regional, os atores expressam ideias ligadas à sustentabilidade, sem diretamente usar estes termos. A sustentabilidade é evocada em relação a possíveis melhorias que a regulamentação poderia acarretar à atividade garimpeira, em termos de mitigação de impactos sociais e ambientais. Tais constatações corroboram as observações de que objetivos de sustentabilidade intermediários, que podem ser traduzidos em minimização de danos e redução de impactos ambientais, são o pano de fundo da discussão do garimpo responsável na Amazônia (MASSARO et al., 2022).

Ao contrário do que ocorre nos níveis de ação local e regional, em que a regulamentação possui centralidade nas discussões, no nível nacional a categoria ‘garimpo sustentável’ foi evocada como parte de uma estratégia de convencimento da sociedade, de que haveria viabilidade na atividade garimpeira em TIs. Um dos principais atores representantes deste posicionamento foi o presidente da FUNAI, Marcelo Augusto Xavier, conforme expresso em entrevista ao programa “Brasil em Pauta” da TV Brasil (2021):

Toda atividade realizada em terra indígena, há um prévio controle rigoroso pelos órgãos ambientais e indígenas. Nada é feito de forma sodada. Tudo é feito de forma estudada. Haverão estudos de impacto ambiental, haverá necessidade de licença prévia do empreendimento. O DNPM certamente participará na autorização de pesquisa da lavra (...) ou seja as coisas não são feitas de forma sodada e nem para prejudicar os interesses dos indígenas. Muito pelo contrário. É feito para compor o interesse dos indígenas com o desenvolvimento sustentável. Ou seja, toda atividade que se pretende dentro de terras indígenas deve ser feita de forma sustentável, preservando o meio ambiente.

Dada a discussão acerca das narrativas ligadas à sustentabilidade e regulamentação da atividade garimpeira em terras indígenas, a tabela 3.4, abaixo, traz os principais argumentos relativos à GAS e à GAI, com foco nos níveis de ação local e regional. A tabela também retrata os atores que defendem cada uma das linhas argumentativas, e os níveis de atuação destes nas arenas.

Tabela 3.4 Argumentos em relação à regulamentação/sustentabilidade do garimpo em terras indígenas, na GAS e GAI.

Narrativa	Principais Argumentos	Atores	*Níveis de Ação
(i) Narrativa do Garimpo em Terras Indígenas como Atividade Passível de Regulamentação /Sustentabilidade e (GAS)	Com a regulamentação do garimpo em terras indígenas, as condições impostas pela lei serão seguidas e os principais impactos socioambientais, mitigados. Desta forma, os impactos do garimpo realizado de forma irregular poderiam ser maiores do que em um cenário com a atividade regulamentada. Seria uma composição do interesse dos indígenas com o desenvolvimento sustentável. Ou seja, a partir da regulamentação, a tendência é que as atividades que se pretendem dentro de terras indígenas serão feitas de forma sustentável, preservando o ambiente.	Garimpeiros ^a	(L)
		Funcionário de associação indígena contrária ao garimpo ^b	(L)
		Liderança de aldeia favorável ao garimpo ^b	(R); (L)
		Presidente de organização garimpeira	(R); (L)
		funcionário da CASAI ^c	(L)
		Funcionário de associação indígena contrária ao garimpo ^b	(L)
		Presidente de associação indígena ligada ao garimpo ^b	(R); (L)
		Presidente de organização garimpeira	(N); (R) (L)
		Presidente de organização garimpeira	(N); (R) (L)
		Presidente de organização garimpeira ^a	(L)
		Garimpeiro	(L)
		Presidente de organização garimpeira	(R); (L)
		(ii) Narrativa do Garimpo em Terras Indígenas como Atividade Insustentável (GAI)	A expansão do garimpo não deve se dar em qualquer território. Nos locais onde o garimpo é ilegal, a exemplo de unidades de conservação e terras indígenas, este não deve ser realizado. É preciso estar muito atento à narrativa de garimpo sustentável / regulamentado, pois ela poderia ser utilizada com finalidade de avanço para territórios que não comportam a atividade, ou mesmo a atividade regularizada. A regulamentação não significa que as regras serão seguidas, e que a consulta aos povos indígenas será realizada corretamente. Além disso, há atores que argumentam que a impossibilidade da regulamentação se deve ao fato de os impactos nas áreas garimpadas serem, possivelmente, irreversíveis.
Coordenador do ICMBio ^c	(R); (L)		
Coordenador da FUNAI ^f	(R); (L)		
Funcionário da APIB ^{g, h}	(N); (R)		
Membro do ISA ⁱ	(N); (R)		
Funcionários de associação indígena contrária ao garimpo ^b	(L)		
Presidente de associação indígena contrária ao garimpo ^b	(N); (R) (L)		
Presidente de associação indígena contrária ao garimpo ^b	(I); (N) (R); (L)		
Liderança munduruku ^j	(R); (L)		
Funcionário da CASAI ^c	(L)		
Funcionário de associação indígena contrária ao garimpo ^b	(L)		
Funcionário de associação indígena favorável ao garimpo	(L)		
Se o garimpo for regulamentado em terras indígenas, haverá um incentivo para que estes povos trabalhem com a atividade. Mesmo os grupos que hoje são contrários tenderão a mudar de posicionamento e praticar o garimpo, em detrimentos de outras atividades. Esta realidade pode acelerar os processos de degradação ambiental, aumentar os conflitos internos e contribuir na degradação da organização social e modificação drástica na cultura dos povos indígenas			

Legendas: (a) garimpeiro; (b) Indígena da etnia Kayapó; (c) Casa de Saúde Indígena; (d) Ministério Público Federa; (e) Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (f) Fundação Nacional dos Povos Indígenas de Indígenas (g) Articulação dos Povos Indígenas do Brasil; (h) Indígena de outras etnias (i) Instituto Socioambiental; (j) Indígena da etnia Munduruku.*Níveis de Ação: (I) internacional; (N) nacional; (R) Regional; (L) local. *Fonte:* elaboração própria.

Conforme observado na tabela 3.4, a GAS tem como principais defensores, nos níveis local e regional, líderes indígenas que apoiam o garimpo no território, garimpeiros, donos de garimpo e líderes de associações garimpeiras. Nesta narrativa, o garimpo em terras indígenas seria uma realidade aceitável, caso houvesse uma validação político-institucional, por meio do processo de regulamentação da atividade. Desta forma, impera aqui a percepção de que o garimpo seria passível de sustentabilidade, caso seguisse um conjunto de regras pré-estabelecidas dentro de uma institucionalidade.

Conforme tabela 3.4, os atores ligados à GAI são representados, majoritariamente, por lideranças indígenas de associações contrárias ao garimpo, membros de associações indígenas contrários ao garimpo, agentes públicos e ONGs. Estes atores consideram o garimpo como uma atividade insustentável no contexto das terras indígenas, e que a atividade não deve ser expandida para estes territórios, de forma alguma.

Entre as narrativas GAS e GAI existem posicionamentos de atores em todo o espectro da arena, que discutem a possibilidade, ou não, da regulamentação do garimpo em terras indígenas, a depender de uma série de fatores, dentre eles:

1. Um marco legal bem elaborado, consoante com estudos antropológicos avançados;
2. O reforço da fiscalização poderia contribuir para maior controle da atividade garimpeira em terras indígenas, caso essa fosse regulamentada. Certas etnias possuem sistemas próprios de fiscalização, solução que, caso incentivada, poderia contribuir para obter maior controle do garimpo no território;
3. Os indígenas deveriam negociar algumas regras, como por exemplo: o percentual que ficaria para a comunidade; limitação do fluxo de garimpeiros adentrando o território; não entrada de álcool, drogas e prostituição; proibição da entrada de garimpeiros nas aldeias; solicitação de permissão dos indígenas para trabalhar nas terras; dentre outros;
4. Estudo caso a caso, pois cada comunidade tem suas especificidades. Devem ser previsto dispositivos capazes de captar as particularidades das diferentes etnias, a fim de garantir que o desejo de cada comunidade seja respeitado, bem

como a forma de exploração adequada a cada realidade. Pode ser necessário fazer uma consulta a todas as nações indígenas para decidir a questão.

5. Estudar a possibilidade de regulamentar o garimpo exclusivamente indígena. Neste caso, a atividade deveria ser realizada somente pela população indígena, evitando a intrusão de não indígenas no território. Alguns atores se manifestaram em relação à regulamentação do garimpo indígena apenas para as riquezas do solo, e não as do subsolo.

3.4. Considerações parciais

Neste capítulo, apresentamos as narrativas relacionadas às arenas do garimpo em terras indígenas no Brasil. A análise se deu a partir dos casos estudados da etnia Kayapó, subgrupos Mekragnotire e Metuktire, e da etnia Munduruku, ambas que habitam terras indígenas do sudoeste do Pará. Foram identificadas quatro narrativas nesta pesquisa, sendo elas: i) Narrativa do Garimpo como Elemento de Integração/Assimilação dos Indígenas à Sociedade Nacional (GIA); ii) Narrativa do Garimpo como Ameaça à Reprodução da Identidade Étnica e Conservação (GAC); iii) Narrativa do Garimpo em Terras Indígenas como Atividade Passível de Regulamentação/Sustentabilidade (GAS); iv) Narrativa do Garimpo em Terras Indígenas como Atividade Insustentável (GAI).

Na GIA o garimpo é interpretado como um elemento de aproximação cultural das comunidades indígenas à sociedade nacional. Nesta perspectiva, esta aproximação é considerada como um fator positivo, tanto para sociedade, quanto para os povos originários. Os argumentos inseridos nesta linha argumentativa se aproximam, muitas vezes, de ideais assimilacionistas ou integracionistas. Na GAC, o garimpo é considerado como uma ameaça à reprodução da identidade étnica e conservação ambiental, desta forma, sendo considerado um elemento prejudicial às comunidades indígenas. As principais linhas argumentativas desta narrativa se relacionam a ideias de conservação, tanto da identidade étnica dos povos indígenas, quanto do território, e do ambiente.

Para atores que defendem a GAS, o garimpo em terras indígenas seria aceitável caso fosse regulamentado pelo poder legislativo, e caso a atividade obtivesse as devidas licenças. Desta forma, para os atores que defendem esta narrativa, o garimpo seria passível de sustentabilidade, caso seguisse um conjunto de regras pré-estabelecidas dentro de uma institucionalidade. Já para os atores que se manifestam sob o espectro da GAI, o garimpo se trata de uma atividade insustentável dentro de terras indígenas, independentemente de estar,

ou não, regulamentado nestes territórios. Entre as narrativas GAS e GAI existem posicionamentos que discutem a regulamentação do garimpo em terras indígenas, a depender de uma série de fatores, como, por exemplo, o embasamento da legislação em estudos antropológicos avançados e o fortalecimento da fiscalização ambiental.

4. Arenas em torno do garimpo e dos povos indígenas no Brasil – Uma análise a partir dos casos dos povos Kayapó e Munduruku, do estado do Pará

4.1. Introdução

Este capítulo apresenta uma interpretação acerca das arenas do garimpo em terras indígenas (TIs) no Brasil. A análise foi realizada a partir dos casos da etnia Kayapó (autodenominados Mebêngôkre), dos subgrupos Mekragnotire e Metuktire, e da etnia Munduruku, ambos os grupos vivem em terras indígenas no sudoeste do Pará. Destacamos a configuração destas arenas, os principais atores envolvidos direta e indiretamente nas disputas, bem como suas conexões com as narrativas utilizadas para influenciar os processos decisórios. Analisamos as principais estratégias utilizadas pelos atores, as negociações, os conflitos e alianças que surgem, e os recursos mobilizados nas disputas para influenciar os processos decisórios. A análise teve como foco os níveis de ação local e regional. As relações que ocorrem nos níveis de ação nacional e internacional foram inseridas na contextualização e inserção da discussão em uma esfera mais abrangente.

A escolha metodológica das etnias Kayapó e Munduruku tornou-se extremamente relevante, uma vez que as relações sociais em torno da atividade garimpeira se dão de forma distinta nos dois casos. Dentre os Kayapó dos subgrupos Mekragnotire e Metuktire, a atmosfera é de sucesso em se tratando do combate e controle ao garimpo no território, cenário alavancado pela organização social dos próprios indígenas. Já entre os Munduruku, partes das TIs encontram-se largamente ocupadas pela atividade garimpeira, em uma situação de perda parcial do controle do território pelas autoridades tradicionais.

Para Ostrom (1990), que escreveu a Teoria dos *Commons*, o fator central na análise das arenas é a ação coletiva do uso de recursos comuns. Os atores se agregam e se segregam conforme seus objetivos, visando influenciar os processos decisórios. Desta forma, a autora defende que a realidade pode ser modificada a partir da ação coletiva. A autora considera como centrais na análise, o papel de instituições formais e não formais, e as regras estabelecidas. Renn (1992), por sua vez, defende que grupos sociais mobilizam recursos de poder, a fim de influenciar o processo coletivo de tomada de decisões, e diminuir as assimetrias entre os atores que buscam influenciar o processo decisório. Tanto para Renn, quanto para Hanningan (2022) as arenas são interpretadas como metáforas de um lugar simbólico de tomada de decisão, sendo que as narrativas possuem papel central na compreensão de discursos estabelecidos.

A abordagem de arena utilizada neste capítulo foi desenvolvida por Ferreira e colaboradores, sob uma perspectiva híbrida de arenas sociais (FERREIRA, 2005, 2012; FERREIRA et al., 2017), em uma junção das teorias desenvolvidas por Ostrom, Renn e Hanningan. Na perspectiva híbrida, a teoria de Ostrom relativiza a importância do poder nos processos de tomada de decisão, o que leva a desconsiderar as assimetrias de poder. Enquanto isso, a visão de Renn não leva em consideração as arenas no seu aspecto estrutural, mas se utiliza da teoria da mobilização de recursos sociais para explicar como os grupos sociais subjugados diminuem as assimetrias e maximizam sua influência nas arenas, através da mobilização de recursos sociais. A importância das narrativas nas arenas também é destacada na perspectiva híbrida, com base nas teorias de Renn e Hanningan, ao considerar as arenas em seu aspecto simbólico, e como narrativas socialmente construídas influenciam o processo decisório.

O capítulo está organizado em sete seções. O tópico 4.2 descreveu a metodologia utilizada nos trabalhos de campo e no traçado das arenas do garimpo em terras indígenas no Brasil. O item 4.3 analisou as arenas em associação com as narrativas. As seções 4.4 a 4.6 delinearão as arenas nos níveis local e regional. O tópico 4.4 tratou da Arena da Integração com a Sociedade Nacional (AISN); o item 4.5, descreveu a Arena do Fortalecimento da Identidade Étnica e da Conservação Ambiental (AFIEC); e a seção 4.6, descreveu a Subarena da Regulamentação do Garimpo em Terras Indígenas (SRGTI). O item 4.7 trouxe as conclusões do capítulo.

4.2. Metodologia

A análise das arenas do garimpo em terras indígenas foi realizada focando nos níveis de ação local e regional, nos quais a maior parte da coleta de dados foi realizada. Não se trata do objetivo deste capítulo descrever as arenas nos níveis nacional e internacional. Elementos destes níveis de ação foram utilizados sob a ótica de se interconectarem e influenciarem as arenas locais.

Os dados utilizados para o traçado das arenas foram provenientes de pesquisa realizada em dois trabalhos de campo e de fontes documentais. A metodologia de seleção de informantes foi a ‘Bola de Neve’, na qual um entrevistado indica o próximo a ser abordado. Para minimizar o viés da priorização de apenas um dos lados da questão, diversos informantes foram selecionados. As entrevistas foram semiestruturadas e abertas, sendo que a maioria delas foi gravada e transcrita. As entrevistas nas quais não houve possibilidade de gravação, foram anotadas em caderno de campo. Este instrumento também foi utilizado para realizar

anotações provenientes da observação direta dos atores em campo. As entrevistas com indígenas foram realizadas, em sua maioria, nas sedes das associações representativas de cada etnia. Não foi realizada incursão em TIs.

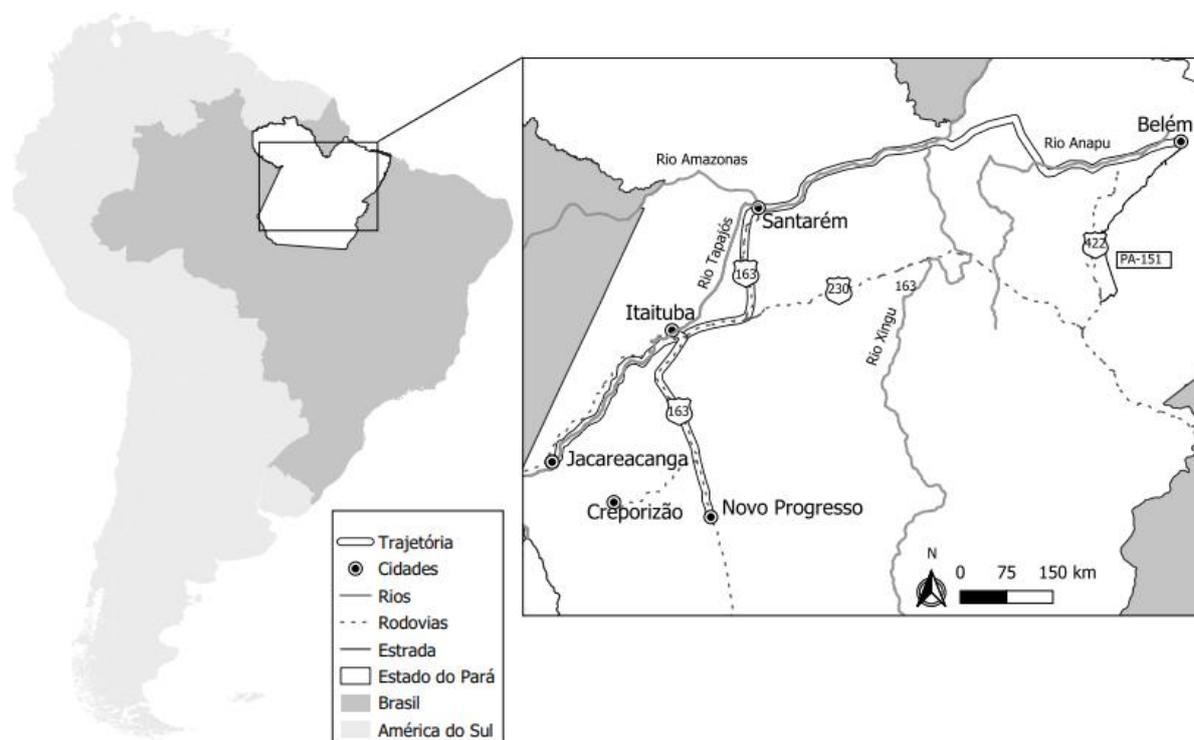
O primeiro trabalho de campo desta pesquisa foi realizado em conjunto com outros dois pesquisadores do *Projeto Gold Matters*, entre os dias 16/07/2019 e 08/08/2019. Em todo o percurso de campo, a principal atividade econômica da região é o garimpo. A trajetória adotada nesta primeira incursão foi o percurso da Rodovia BR-163, entre os municípios de Sinop (MT) e Santarém (PA), contabilizando cerca de 1.300 quilômetros percorridos. Foi percorrida, também, a rodovia Transgarimpeira entre Morais de Almeida e Creporização, ambos distritos de Itaituba (PA). O percurso do primeiro trabalho de campo pode ser visualizado na figura 4.1. O segundo trabalho de campo, realizado entre 25/12/2019 e 21/01/2020, foi focado nos municípios de Jacareacanga (PA), por ser a cidade polo da etnia Munduruku e Novo Progresso (PA), por ser município polo do povo Kayapó, do subgrupo Mekragnotire. A figura 4.2 traz a trajetória do segundo trabalho de campo. Também foram realizadas entrevistas com atores importantes na arena no nível nacional, em Brasília (DF).

Figura 4.1 Trajetória do primeiro trabalho de campo



Fonte: Massaro et al. (2022)

Figura 4.2 Percurso do segundo trabalho de campo



Fonte: Elaborado pela autora.

Esta pesquisa buscou trazer à tona as posições dos múltiplos atores na arena para influenciar o processo decisório sobre garimpo em terras indígenas. Foram realizadas 93 entrevistas semiestruturadas e abertas, sendo 63 individuais e 30 em conjunto com pesquisadores do projeto *Gold Matters*⁸. Foram aplicadas entrevistas a diversos atores, dentre eles, garimpeiros, donos de garimpos, líderes de associações garimpeiras, indígenas, líderes de associações indígenas, membros de Organizações Não Governamentais (ONGs) e agentes públicos.

Nem todos os atores com os quais foi feito contato puderam fornecer entrevistas, seja pela dificuldade de acesso, ou pela indisponibilidade para concedê-las. Em especial, não foi possível entrevistar as principais lideranças Munduruku contrárias ao garimpo. As tentativas de contato feitas foram seguidas por negativas, uma vez que não foi possível estabelecer uma relação de confiança com estes atores. Importante destacar o contexto de

⁸ Pesquisadores: Carlos Henrique Xavier Araújo (à época doutorando do NAP.Mineração/Universidade de São Paulo - USP) e Jorge Calvimontes Ugarte (Pós-doutor pelo NEPAM/Unicamp)

violência vivenciado por esta etnia, com episódios que remetem a uma guerra civil, como a queima, por garimpeiros, de casas de lideranças e associações indígenas contrárias ao garimpo. Nesta situação extremamente polarizada, a entrada no campo se deu pela Associação Pusuru, que possui rivalidades com os membros do Movimento Ipereğ Ayũ, principal organização indígena contrária ao garimpo. Este fato pode ter influenciado na dificuldade de acesso aos membros do Movimento Ipereğ Ayũ.

Com finalidade de captar, ainda que parcialmente, os posicionamentos do Movimento Ipereğ Ayũ acerca do garimpo em terras indígenas foram utilizadas notícias e fontes documentais. A principal fonte de documentos foram as cartas dos Munduruku, veiculadas, desde 2014, por meio do *blog* do Movimento Ipereğ Ayũ. As cartas veiculam diversos posicionamentos do grupo, inclusive em relação ao garimpo, e fortalecem uma narrativa interna e externa, contrária à atividade garimpeira no território. Outra fonte essencial de dados documentais foi o material midiático, com notícias relativas a eventos relevantes para a arena. A busca por material midiático foi fundamental, uma vez que este capítulo foi escrito ‘no calor’ dos acontecimentos, e ainda há pouca publicação científica relacionada ao tema.

Outras fontes documentais utilizadas foram *sites* das instituições relevantes na arena, cartas de diversos atores, atas de reuniões, informativos, projetos de lei e relatórios oficiais de instituições relevantes. Finalmente, acerca dos dados coletados, é necessário destacar que os trabalhos de campo foram realizados em um período histórico-político peculiar, entre os anos de 2019 e 2022, no qual foi eleito no Brasil um governo de extrema direita, que se declarava abertamente favorável ao garimpo em terras indígenas. Tal posicionamento do líder maior da nação perpassou todos os níveis da arena, interferindo diretamente nos processos decisórios, no nível local.

4.3. Arenas do garimpo em terras indígenas no Brasil e suas narrativas

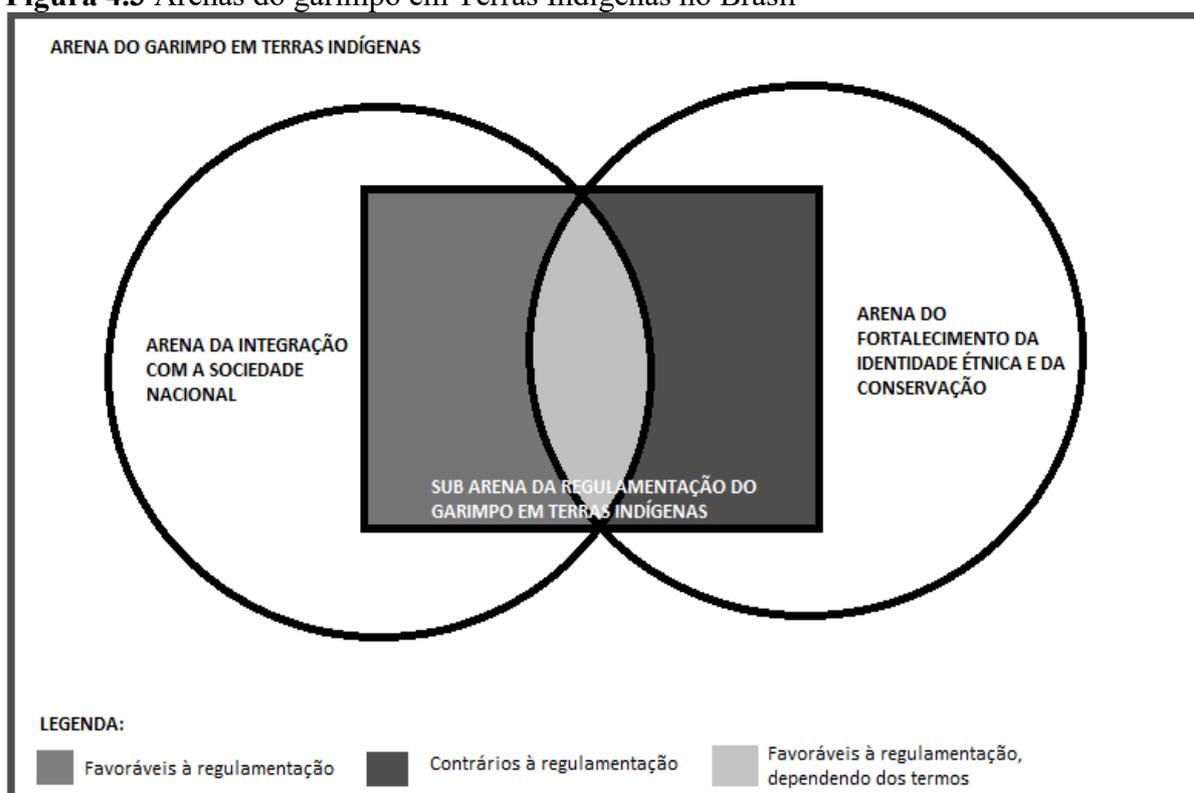
No terceiro capítulo desta tese, descrevemos o processo histórico do surgimento das narrativas em torno do garimpo em terras indígenas no Brasil. Os resultados encontrados apontam para quatro narrativas nas arenas do garimpo em TIs, sendo elas: i) Narrativa do Garimpo como Elemento de Integração à Sociedade Nacional (GIA); ii) Narrativa do Fortalecimento da Identidade Étnica e da Conservação Ambiental (GAC); iii) Narrativa do Garimpo como Atividade Passível de Regulamentação/Sustentabilidade (GAS); e iv) Narrativa do Garimpo como Atividade Insustentável (GAI).

A GIA é influenciada pela ideologia assimilacionista hegemônica na sociedade, desde a colonização, até a criação da política indigenista, com a criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI). No início de sua criação, a política indigenista brasileira estava imbuída na ideologia assimilacionista e positivista, que visava à ‘evolução’ das comunidades indígenas para integração à sociedade nacional. A atuação dos irmãos Villas Boas na criação do Parque Nacional Indígena do Xingu, significou um ponto de inflexão, no qual se fortaleceram os grupos sociais que defendiam a GAC.

Outro ponto culminante foi a Constituinte de 1988, que, com ampla participação indígena, reconheceu o direito dos povos indígenas sobre seus territórios, e o direito à reprodução da identidade cultural e étnica. A Constituinte, ao legislar sobre a extração de riquezas minerais em terras indígenas, decide que a extração somente poderia ser efetivada mediante a regulamentação infraconstitucional, na forma de lei. Este foi o marco inicial da GAC e da GAI, uma vez que o tema da regulamentação suscitou e ainda suscita inflamados debates na sociedade.

A análise das narrativas se insere dentro da discussão das arenas políticas do garimpo em TIs, realizada neste capítulo. Os dois temas se vinculam, uma vez que os discursos socialmente construídos podem influenciar nos processos decisórios e na delimitação do espaço do que é politicamente viável (VIGLIO et al., 2019). Sendo assim, o papel das narrativas nas arenas é o de organizar os atores em torno de consensos e, desta feita, tornar possível a sua agregação e segregação, com finalidade de perseguir o objetivo de influenciar o processo decisório.

A figura 4.3, abaixo, propõe uma ilustração da conformação das arenas do garimpo em TIs. É possível observar o surgimento de duas arenas diametricamente opostas, sendo elas: a Arena da Integração com a Sociedade Nacional (AISN), cuja narrativa preponderante é a GIA; e a Arena do Fortalecimento da Identidade Étnica e da Conservação Ambiental (AFIEC), que tem como elemento aglutinador a GAC. No interior destas duas arenas foi representada a Subarena da Regulamentação do Garimpo em Terras Indígenas (SRGTI). Esta subarena é caracterizada por posicionamentos de consenso dentro de cada uma das arenas anteriores e posicionamentos favoráveis à regulamentação, a depender dos termos, registrados em ambas as arenas.

Figura 4.3 Arenas do garimpo em Terras Indígenas no Brasil

Fonte: As autoras.

Nas próximas seções, analisaremos cada uma das arenas descritas, bem como a subarena da regulamentação, com foco analítico nos níveis de ação local e regional.

4.4. Arena da integração com a sociedade nacional' (AISN)

A arena da integração com a sociedade nacional tem como principais atores, nos níveis de ação local e regional, líderes indígenas favoráveis ao garimpo no território, garimpeiros, membros de associações garimpeiras, e alguns agentes públicos. A ideia principal nesta arena é a visão do garimpo de forma positiva, como um elemento que possibilitaria aos indígenas um aceno à perspectiva da integração à sociedade nacional. Conforme Leite (1987), nesta perspectiva positivista, o papel do Estado junto aos indígenas seria de redentor destas populações. O caráter pedagógico da proteção convidaria os indígenas à evolução uma vez que mostraria a estes os benefícios da Humanidade e os caminhos para incorporação dos indígenas aos moldes do trabalho ocidental. Neste seção, apresentamos os posicionamentos dos atores, bem como parcerias, conflitos, estratégias e recursos mobilizados pelos grupos envolvidos na AISN.

4.4.1. Negociações assimétricas e o engajamento compulsório no garimpo

O contato dos indígenas com os garimpeiros é intermediado por lideranças ligadas ao garimpo. Essas lideranças são a ponte entre a comunidade e os garimpeiros, e são responsáveis por todo tipo de negociações. Ribeiro (2017) explica o fenômeno de surgimento de novas lideranças ligadas à economia mercantil como parte do processo de engajamento compulsório, cujo conceito segue abaixo.

O processo básico constituiu, portanto, uma violentação da vida econômica tribal e resultou na sua subordinação a uma economia mais ampla de caráter mercantil. Desde que tem início esse trânsito de autarquia à dependência, o destino das tribos passa a ser regido por uma vinculação externa tendente a se consolidar e a se tornar cada vez mais opressiva. A isto é que chamamos engajamento compulsório para salientar seu caráter de dominação e sua natureza coercitiva (RIBEIRO, 2017, p. 299).

Segundo o autor, no processo de engajamento compulsório, é comum que a autoridade tradicional, proveniente de postos como chefes de aldeias e líderes tribais, seja transferida a figuras ligadas ao mercado mercantil. A autoridade passa a ser, então, controlada por estes novos líderes, que têm domínio sobre os bens e a vida econômica. Neste ínterim, desaparecem lideranças antigas e surgem lideranças estranhas à comunidade, ou, mesmo sendo líderes de dentro do próprio grupo tribal, são elementos que exercem poder através de autoridades externas. Desta forma, o modo de exercício do poder é direcionado a servir estas autoridades.

Entre os grupos Kayapó estudados, e entre algumas aldeias Munduruku, os contratos informais com os garimpeiros se dão em torno da cessão ao direito de explorar o ouro no território, em troca do retorno de dez por cento dos lucros obtidos. O mesmo percentual também é relatado Hook (2019) para comunidades indígenas da Guyana e por Cremers e colaboradores (2013), em um contexto externo às TIs, como valor pago aos donos do garimpo, ou seja, quem descobriu o veio de ouro.

Para Ribeiro (2017), em um primeiro contato entre indígenas e colonizadores se dá entre iguais, em um nível simétrico. Com o crescente contato, essas relações assumem a forma de dominação. Segundo o autor, quando um grupo indígena se torna dependente de um grupo estranho, provedor de bens, ocorre um processo de incorporação, ou atualização histórica, o que pode acabar por inserir os indígenas, muitas vezes, em um sistema econômico regional como reservas de mão de obra.

Nesta esteira, apesar de os indígenas favoráveis ao garimpo considerarem os garimpeiros como parceiros, para que houvesse realmente uma parceria, os dois lados da negociação deveriam estar equilibrados, ambos ganhando, em negociações que ocorressem

em condições de igualdade. Pelo contrário, a combinação de fatores em torno das relações sociais do garimpo em TIs, deixa o grupo dos indígenas em situação desfavorável em detrimento dos garimpeiros, configurando uma relação de poder assimétrica, logo, as negociações se dão de forma assimétrica. As assimetrias ocorrem em todos os sentidos, social, cultural e econômico. A situação de assimetrias vivenciada pelas comunidades indígenas leva a uma situação em que estes grupos se veem obrigados a buscarem recursos de poder em outros níveis de organização política, a fim de minimizar a disfunção da sua atuação, gerada por essas assimetrias.

As assimetrias nas relações podem ser verificadas, por exemplo, no nível de conhecimento e controle que os indígenas possuem das relações produtivas do ouro. Muitas vezes, os indígenas não possuem meios de controlar a quantidade de minerais extraída, sendo comum que as contas não fechem e a arrecadação dos indígenas acabe ficando muito aquém do combinado. Outro ponto essencial que demonstra as assimetrias, é a posição que os garimpeiros, juntamente com algumas lideranças indígenas ocupam, de preenchimento de vazios estatais. A presença do Estado é fraca, ou, muitas vezes ausente na realidade da Amazônia legal. Esta ausência se torna um recurso de poder a favor dos garimpeiros no xadrez das relações sociais em torno do garimpo em terras indígenas. Em relação aos serviços prestados pelos garimpeiros aos indígenas, em troca da retirada do ouro, um indígena Munduruku que trabalha no garimpo comenta, em entrevista concedida à autora em dezembro de 2020:

O dono do aldeia que tiver perto do garimpo, a gente ajuda ele, sabe. Por exemplo umas três máquinas pra ajudar ele. Ele precisa escola, precisa água encanada, precisa da pista, a gente manda fazer. É assim que funciona. Ainda tem porcentagem que a gente paga pra eles. A porcentagem é dez por cento.

O mesmo processo é descrito no caso dos Yanomami, conforme relatam Ramos e colaboradores (2020). A configuração advinda das relações entre os grupos cria uma dependência dos indígenas para com os garimpeiros, e para com o ouro proveniente do garimpo. Desta forma, as assimetrias se consolidam, pesando negativamente para as comunidades indígenas na balança das negociações em torno do garimpo.

Consideramos aqui que os indígenas possuem poder de agência em relação às decisões sobre a ocupação do território por atividades econômicas, inclusive o garimpo. Porém, é difícil, nas circunstâncias vivenciadas por estas comunidades, de grandes assimetrias em relação aos garimpeiros, não se falar de aliciamento, em especial de lideranças, para a atividade garimpeira. Apesar de entendermos que o termo aliciamento simplifica as relações altamente complexas que ocorrem entre os atores, em alguns momentos é difícil para os

indígenas, aproximados de uma sociedade mercantil, não se seduzirem pelas propostas econômicas oferecidas pelos garimpeiros.

4.4.2. Cisão de aldeias Kayapó em torno do garimpo – estratégias dos grupos favoráveis à atividade garimpeira

No caso dos Kayapó Mekragnotire, foi verificada em campo a cisão entre aldeias que se posicionam de forma contrária ao garimpo nos territórios, e aldeias favoráveis à atividade, conforme descrito no segundo capítulo da tese. O conflito central ocorre entre o Instituto Kabu (IK), representante da maior parte dos indígenas Mekragnotire, e que possui posicionamento contrário ao garimpo, e aldeias que decidiram romper com o IK, por seu posicionamento favorável à atividade garimpeira. Um dos principais pontos de conflito é o fato de o IK ser responsável, juntamente com a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) e com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), por um programa de fiscalização contínua no interior do território, visando eliminar os focos de garimpo e de outras atividades ilegais.

A principal estratégia do grupo indígena favorável ao garimpo, após a cisão, foi a criação de uma nova associação indígena. As lideranças acreditam que a constituição desta nova associação poderia auxiliar na concretização do desejo do grupo, de se inserir em um mercado mais abrangente de atividades econômicas. Outra estratégia ventilada, que também foi identificada entre os grupos Munduruku favoráveis ao garimpo, seria a criação de cooperativas indígenas, que pudessem operar tanto com atividades ‘tradicionalis’ quanto com extração de ouro, agropecuária, dentre outras atividades econômicas.

Estratégia semelhante foi colocada em prática por atores externos às comunidades indígenas Kayapó. Em dezembro de 2022, a Justiça Federal acolheu determinação do Ministério Público Federal para suspensão da ‘Cooperativa Indígena de Extração, Produção, Comercialização, Agroindústria, Florestal, Mineral, de Recursos Hídricos e de Crédito de Carbono Kayapó’. A cooperativa foi criada pelo cantor e ex-deputado federal Sérgio Reis e atuava com exploração mineral dentro da terra indígena Kayapó, do subgrupo Gorotire. Segundo o processo judicial, foram encontrados indícios de que as lideranças indígenas não apoiavam a criação da cooperativa (BRASIL, 2022).

A situação de conflito entre as aldeias Kayapó teve nova repaginação, em 2022, a partir da instauração da Operação Guardiães do Bioma⁹, na etapa realizada no município de Novo Progresso (PA). Trata-se de uma operação integrada permanente, entre inúmeras agências, órgãos e ministérios federais. A pressão instaurada pela presença do Estado na região foi o elemento central que culminou na assinatura de um acordo entre as aldeias contrárias e favoráveis à atividade garimpeira, que haviam passado pelo processo de cisão. Os termos do acordo preveem a não realização de atividades ilícitas na terra indígena, como o garimpo e a extração de madeira. O documento foi assinado por membros dos grupos favorável e contrário ao garimpo, bem como por integrantes da FUNAI e da Operação Guardiães do Bioma (SASSINI, 2022).

4.4.3. Alianças como a política partidária e o recrudescimento dos conflitos, com a eleição de um governo favorável ao garimpo em TIs

A inserção na política partidária trata-se de uma estratégia utilizada pelos indígenas, tanto no nível de ação local, como regional e nacional. Em especial, os Munduruku têm seguido esta estratégia no nível local, elegendo vereadores indígenas e até o vice-prefeito de Jacareacanga (PA). Em relação ao posicionamento de vereadores indígenas eleitos no município, a *Carta dos Cacique Munduruku*¹⁰, publicada no blog do Movimento Ipereğ Ayũ, principal grupo expoente contrário ao garimpo, argumenta que estes vereadores não possuem legitimidade de falar em nome dos Munduruku, o que explicita um conflito entre os atores.

Estamos aqui manifestando e pedindo socorro, porque os próprios políticos e vereadores estão nos matando, ajudando a poluir nossos rios, dialogando com governo em nome do nosso povo. Não aceitamos que nenhum vereador fale nem sobre regularização de garimpo e mineração nas nossas terras [...]. Nenhum vereador está autorizado em falar em nome do nosso povo Munduruku.

No nível nacional, a entrada na política partidária trata-se de uma das estratégias vislumbradas pelos povos indígenas contrários ao garimpo, para diminuir as assimetrias de poder em relação a outros setores da sociedade nacional. À época da coleta de dados desta pesquisa, era eleita a primeira deputada federal indígena do Brasil, Joênia Wapichana. A

⁹ Operação permanente, conduzida pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, que objetiva o combate ao desmatamento ilegal, queimadas e incêndios, e a proteção de terras indígenas, bem como a desarticulação de organizações criminosas.

¹⁰ Vide Anexo 3 – Carta dos caciques Munduruku, disponível em <<https://cimi.org.br/2019/10/caciques-munduruku-afirmam-nao-aceitamos-que-nenhum-vereador-fale-sobre-regularizacao-de-garimpo-e-mineracao-nas-nossas-terras/>>

eleição da deputada foi um elemento que reduziu as assimetrias de poder dentro do congresso nacional, dando força e visibilidade ao Movimento Indígena, uma vez que os povos indígenas tinham ali uma representante direta. A deputada foi responsável pela criação da Frente Parlamentar Mista de Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas (FPMDDPI) no Congresso Nacional, considerado um espaço de grande relevância para a pauta indígena e ambiental.

Crítica dos projetos de regulamentação do garimpo e mineração em terras indígenas, a deputada foi responsável pela criação dos Projetos de Lei N° 2159/22, com regras para rastrear a comercialização e transporte de ouro no país e Projeto de Lei N° 2933/22, que prevê punição de prisão para mineração ilegal em terras indígenas. Joênia não foi reeleita no pleito eleitoral de 2022, porém foi convidada a integrar a pasta da FUNAI como primeira presidente indígena da fundação, ato simbólico em termos da representatividade e do protagonismo alcançado pelos povos indígenas no Brasil. Reforçando as tratativas de representatividade dos povos indígenas na política partidária, foram eleitos 05 deputados federais auto identificados como indígenas nas eleições de 2022.

No polo oposto da arena, as alianças dos indígenas favoráveis ao garimpo com o governo e com membros do legislativo mostraram-se fundamental nesta análise. O ex-presidente abriu as portas do Palácio do Planalto para receber indígenas favoráveis ao garimpo (EXAME, 2020). O então ministro do meio ambiente Ricardo Salles sobrevoou territórios Munduruku durante operação ambiental e levou de ‘carona’ para reunião em Brasília, indígenas favoráveis ao garimpo em avião oficial da Força aérea brasileira (CARNEIRO, 2020). A relação direta de indígenas ligados ao garimpo com políticos também foi demonstrada em nossos dados, como é o caso de trecho de entrevista realizada com uma liderança Kayapó ligada ao garimpo, realizada em janeiro de 2020, pela autora:

A gente tem, assim, nossos aliados, tem seus deputados e senadores [...]. E tem outros parentes que têm, também, senador e deputado. Não é só minha aldeia. Porque tem várias aldeias que querem desenvolver as atividades dentro das terras indígenas. Então, no caso, não é só na minha, porque tem várias. Se tu for em outro estado, você procura alguém que pode fazer que nem eu tô fazendo aqui, eles explicam a mesma coisa. Eles têm deputado, tem senador, tem estadual, tudo, eles falam.

No mesmo sentido, um indígena Munduruku ligado ao garimpo comenta, em relação à ligação com a política, em entrevista concedida à autora em janeiro de 2020:

A gente tem nossos amigos, é direto o contato. Principalmente o [líder] à frente da cooperativa. Já foi lá em Brasília né. Direto com o Governo Federal. Assim ele passou a informação pra nós.

Tanto entre os Munduruku quanto entre os Kayapó, os conflitos na arena se acirraram intensamente no contexto histórico e político específico, no qual o ex-presidente do país prestava constantes declarações favoráveis aos garimpeiros e à regulamentação do garimpo em TIs. Neste contexto, os grupos favoráveis ao garimpo em ambas as etnias consideravam o ex-presidente como um aliado de primeira linha. Estes atores consideravam seu mandato como uma chave para atingir o objetivo de utilizar, em maior escala, os recursos minerais de seus territórios. Neste sentido, o mesmo líder Kayapó favorável ao garimpo continua:

A gente não ta contra de governo. Nós tem um grupo que é a favor de governo, o projeto de governo. [...] Já Fizeram muitas reuniões. [...] O governo vem conhecendo as nossas realidades, entendeu? [...]hoje nós somos porta aberta do governo, das políticas né.

Para além das declarações do presidente, o esvaziamento da fiscalização ambiental trouxe à sociedade um estado de anomia, que pode ser entendido, segundo Durkheim (1893), como a quebra das regras que regem uma sociedade, que não poderia funcionar sem regras estabelecidas para o todo social. Dentre os Munduruku, alguns episódios possuem peso simbólico e material deste acirramento de conflitos. Um deles foi o incêndio criminoso realizado por garimpeiros na casa de uma das principais lideranças contrárias ao garimpo, em maio de 2021. Também se destaca o ataque dos garimpeiros à Associação de Mulheres Indígenas Munduruku – Wakomborum (ARAGÃO, 2021). No caso dos Kayapó Mekragnotire, a atmosfera da provável regulamentação da atividade garimpeira em TIs e o enfraquecimento da fiscalização ambiental, foi o estopim para a cisão entre os grupos favoráveis e contrários ao garimpo, descrita na seção 4.4.2.

4.4.4. ‘Índios que querem produzir’ – Aliança Interétnica com o ‘Grupo de Agricultores e Produtores Indígenas’

Os indígenas favoráveis ao garimpo, tanto da etnia Kayapó, quanto Munduruku, se uniram em torno da narrativa de ‘_índios que querem produzir’. Eles defendem o posicionamento de que os indígenas são ‘_donos’ de suas terras, e que têm direito de produzir nelas, sejam alimentos, em grande escala, ouro, ou outras atividades econômicas. Argumentos semelhantes foram registrados no terceiro capítulo da tese, em se tratando da GIA.

Tanto os Kayapó quanto os Munduruku favoráveis ao garimpo, tecem alianças interétnicas nos níveis regional e nacional com um grupo autodenominado ‘_Grupo de Agricultores e Produtores Indígenas’. O grupo, que possui adeptos de diversas etnias por todo o país, se identifica com a ideia do ‘_índio produtor’ e de que ‘_garimpeiro não é bandido, é trabalhador’, e defende a utilização de parte das reservas indígenas com finalidade de produzir

em escala empresarial. Este posicionamento é demonstrado na Carta do grupo de agricultores e produtores indígenas¹¹, datada de março de 2021, e publicada no site da FUNAI:

Este grupo somos nós que nos denominamos Grupo de Agricultores e Produtores Indígenas do Brasil. Não queremos mais viver de assistencialismo e nem da caridade de ninguém. Habitamos em torno de 35 milhões de hectares de terras, onde é possível desenvolver todo tipo de atividade produtiva e que pode alavancar o desenvolvimento dos Povos Indígenas, das regiões onde estes Povos estão inseridos e, claro, do nosso Brasil.

A reunião do grupo de indígenas produtores ocorre em torno do exemplo dos indígenas Parecis, que há mais de 15 anos entraram no agronegócio como produtores de soja, e que no ano de 2019 foram responsáveis pelo cultivo de 10.000 hectares dentro da área da reserva. Apesar da produção de soja nunca ter obtido licença ambiental, e as multas pela produção ultrapassarem 140 milhões de reais (GLOBO RURAL, 2019), o grupo vê na atitude dos Parecis um exemplo a ser seguido. O “4º Encontro do Grupo de Agricultores Indígenas do Brasil” foi realizado em 2019, com a presença do então ministro do meio ambiente Ricardo Salles e da ministra da Agricultura Tereza Cristina (MURATORI, 2019). Acerca deste encontro, e dos planos do Grupo de Agricultores Indígenas do Brasil, liderança Kayapó ligada ao garimpo comenta, em entrevista realizada pela autora, em janeiro de 2020.

A gente já fez reunião ano passado, em fevereiro...Campo Novo do Parecis, a gente recebeu o ministro de meio ambiente, o Ricardo Salles, e a Cristina. [...] Fizemos lá no ano passado em Parecis. Veio muita gente. A única aldeia que participou aqui foi nós aqui. [...] Agora a gente tá fundando uma organização dentro de Brasília. A gente vai fundar, que nem a ISA [Instituto Socioambiental]. Depois que a gente fundar essa organização em Brasília, a sede vai ser em Brasília, tem essa articulação. [...] A gente não quer mais ficar sempre pra trás, a gente tem que pensar em futuro.

A existência deste grupo de indígenas interessados em produzir em escala empresarial foi inflacionada, instaurando no debate público a ideia de que os povos indígenas estavam divididos entre os que querem e os que não querem produzir em larga escala. O marco mais notável da exacerbação do papel exercido pelo grupo dos indígenas agricultores e produtores foi o discurso do ex-presidente Bolsonaro na 74ª Assembleia Geral das Nações Unidas. Na reunião, o ex-presidente, na tentativa de legitimar seus posicionamentos perante a comunidade internacional, leu uma carta assinada pelo grupo, teoricamente representando os povos originários do Brasil. Na carta, o grupo defendia a eleição de uma indígena alinhada ao

¹¹ Vide no Anexo III – Carta do Grupo de Agricultores de Produtores Indígenas

governo como representante dos povos indígenas do Brasil perante a comunidade internacional (MURATORI, 2019).

4.5. Arena do Fortalecimento da Identidade Étnica e da Conservação Ambiental (AFIEC)

A arena do fortalecimento da identidade étnica e da conservação ambiental tem como principais representantes, nos níveis local e regional, líderes indígenas, membros de associações indígenas contrárias ao garimpo, agentes públicos, ONGs ambientalistas, e entidades públicas. Os defensores desta narrativa cultuam o valor do fortalecimento da identidade étnica dos povos indígenas, e da preservação do território e do ambiente. Nesta perspectiva, o garimpo em terras indígenas é considerado lesivo à reprodução social e identitária, bem como à conservação da floresta, devendo, desta forma, ser combatido. As próximas seções detalham os principais conflitos, alianças, recursos mobilizados e estratégias que permeiam a AFIEC.

4.5.1. Alianças e estratégias dos Kayapó no combate ao garimpo - uma experiência de sucesso

Conforme descrito no segundo capítulo da tese, os Kayapó dos subgrupos Mekragnotire e Metuktyre experimentam uma atmosfera de sucesso em relação ao combate e controle do garimpo no território. Este sucesso é impulsionado pela organização social dos indígenas em associações legalmente constituídas, aos moldes da sociedade nacional, em uma estratégia de ampliação de recursos financeiros, de poder e de influência. As associações são dirigidas por representantes da etnia, e contam com consultoria de profissionais não indígenas. O processo coletivo de escolha dos representantes do Instituto Kabu, a associação representante do subgrupo Mekragnotire, está representado abaixo, em trecho de entrevista concedida à autora em janeiro de 2020, por um coordenador do Instituto:

[A associação] é dirigida por uma diretoria, que é o presidente, diretor financeiro e diretor administrativo. É eleito de 4 em 4 anos. [...]Essa eleição geralmente, é pelas lideranças que vão lá, e não é nem as vezes por voto, mas eles vão lá e reafirma. Se indicar alguém, aí eles vão lá, se tiver todo mundo de acordo, eles vão se comunicando entre si, discutindo até chegar um ponto de consenso.

As principais estratégias de ação do IK se concentram sobre dois pilares principais: i) alternativas econômicas sustentáveis¹², no qual o instituto presta consultoria e organiza todo o processo, desde a coleta ou produção, até o beneficiamento, escoamento e venda dos produtos de origem florestal e artesanato; ii) gestão territorial, em que é realizado um programa de fiscalização do etnoterritório pelos próprios indígenas. Quando encontrado algum foco de atividade ilegal, os indígenas acionam a FUNAI e o IBAMA, que acompanham a fiscalização no território, para tomarem as providências cabíveis.

Para realizar estes projetos, os indígenas contam com parcerias de diversas organizações governamentais e não governamentais. Os Kayapó buscam também o apoio de celebridades e líderes de prestígio da sociedade como um recurso social para conferir confiança à sua pauta. A indicação do Cacique Raoni Metuktyre ao prêmio nobel da paz no ano de 2020 é um outro exemplo de mobilização de recursos sociais com finalidade de conferir prestígio ao líder da etnia, e com isso reduzir as assimetrias de poder na arena.

Conforme site do IK¹³, a instituição conta como principal parceiro o Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (DNIT), por meio do Plano Básico Ambiental da BR-163, componente indígena (DNIT, 2006). Porém este plano não foi renovado em 2020, e sua renovação encontra-se em processo de judicialização. Outras fontes de financiamento são o Projeto Kayapó, financiado pela Eletrobrás e Norte Energia, por consequência do licenciamento da usina de Belo Monte; Fundo Kayapó, que recebe aportes financeiros do Fundo de Conservação Global e Fundo Amazônia, gerido via Fundo Brasileiro da Biodiversidade (FUNBIO); Legado Integrado da Região Amazônica (Projeto Lira), financiado pelo Fundo Amazônia e Fundação Betty e Gordon Moore.

Entre os Kayapó, a estratégia da criação de associações representativas das comunidades acontece de forma bem sucedida, em termos de coesão grupal. A maior parte das aldeias opta por participar destas organizações, sendo que, entre os Metuktire a adesão é total, conforme entrevista com o coordenador geral do Instituto Raoni, instituição que representa os Kayapó Metuktire. Este fator é essencial para garantir a coesão das comunidades ao processo decisório em relação ao garimpo no território, e, conseqüentemente, a manutenção das TIs livres da atividade garimpeira. A união grupal trata-se de condição *sine qua non* para o sucesso em relação ao combate ao garimpo no território.

¹² Vide Anexo 3 – Informativo sobre alternativas econômicas

¹³ Disponível em < <https://www.kabu.org.br/administracao-de-projetos/>>, consulta em 28/09/2023

Outro aspecto fundamental na manutenção da coesão grupal, em especial, em se tratando dos Metuktire, é a presença de uma liderança forte, no caso o Cacique Raoni Metuktire. Trata-se de um ator individual que transita na arena entre os níveis local, regional, nacional e internacional, e retorna novamente ao nível local, munido de elementos que reforçam seu poder de influência. O respeito e autoridade impostos por Raoni, bem como seu poder de articulação, compõem elementos favoráveis aos grupos que se aglutinam em torno da narrativa de conservação ambiental e étnica.

Figura 4.4 Liderança Munduruku e Cacique Raoni Metuktire, no primeiro ‘_Chanado do Raoni’, em 2020.



Fonte: Blog do Movimento Ipereğ Ayũ¹⁴.

No nível regional, os indígenas tecem alianças ‘_pela floresta em pé’, com grupos que possuem proposições semelhantes, a fim de discutir estratégias comuns para atuação em temas essenciais aos povos indígenas. O Cacique Raoni é um dos grandes articuladores, e

¹⁴ Disponível em < <https://movimentoiperegayu.wordpress.com/2020/01/22/carta-munduruku-no-encontro-indigena-na-aldeia-piracu-ti-capoto-jarina/>>

convoca os encontros regionais denominados ‘_Chamados do Raoni’, na TI Capoto Jarina. A primeira convocação para os ‘_Chamados do Raoni’ se deu no ano de 2020, e um segundo encontro reuniu 800 indígenas na Aldeia Piraçu, em julho de 2023 (G1 MT, 2023). A figura 4.4. retrata alianças traçadas em um destes encontros, entre o Cacique Raoni e uma liderança Munduruku.

Outro evento importante de articulação dos grupos indígenas da AFIEC, no nível regional, são os encontros do Xingu+, realizados anualmente desde o ano de 2013. Os encontros são realizados entre membros das etnias que habitam o Corredor Xingu de Diversidade Socioambiental, com parceria de ONGs como o Instituto Socioambiental (ISA) e Imaflora. O papel destas articulações, tanto dos ‘_Chamados do Raoni’, quanto dos encontros do Xingu+, são o fortalecimento de alianças e o traçado de estratégias, entre representantes de diversas etnias, que se agrupam em torno da GAC.

4.5.2. O garimpo e o esvaziamento das esferas tradicionais de tomada de decisão Munduruku

Esta seção se concentra em lançar luz ao processo de tomada de decisão dos Munduruku, em relação ao garimpo no território. Dentre os Munduruku, a instância maior do processo decisório ocorre de maneira coletiva, por meio de convocação de uma Assembleia Geral pelos caciques, conforme trecho do Protocolo de Consulta Munduruku (POVO MUNDURUKU, 2014), abaixo.

nenhuma associação Munduruku decide pelo povo Munduruku, nenhuma associação responde pelo nosso povo. As decisões do nosso povo são tomadas em assembleia geral, convocada por nossos caciques. São os nossos caciques, reunidos, que definem a data e o local da assembleia geral e convidam os Munduruku para participar dela. Nas assembleias, as nossas decisões são feitas depois de discussão: nós discutimos e chegamos a um consenso. Se for preciso, discutimos muito. Nós não fazemos votação. Se não houver consenso, é a maioria que decide.

Em relação ao papel da Assembleia Geral na instância decisória Munduruku, o presidente da Associação Pusuru, uma das principais associações representantes da etnia, se pronuncia, em entrevista concedida à autora em janeiro de 2020:

Aqui na Terra Indígena Munduruku tem 141 aldeias, são 141 Caciques, e todas essas aldeias participam da Assembleia, são 600 indígenas nessa Assembleia. [...] A população que decide o que pode fazer o que não pode. Então tudo que nós fizermos, tudo que a gente faz aqui, depende da comunidade e do povo em geral [...].

Outras instâncias de poder dos Munduruku são as associações indígenas, e a figura do Cacique Geral. Em relação às demais instâncias de poder, o presidente da Associação Pusuru continua:

Nós temos as associação locais [...]. Eles respondem só local, pela aldeia. Essa instituição [Associação Pusuru] que é a associação maior, responde pelo povo em geral. E tem um cacique geral. Ele responde pelo povo. Cada aldeia tem um cacique. 141 caciques, e cada um responde na sua aldeia, igual a associação.

Apesar das decisões dos Munduruku serem tomadas em Assembleia Geral, no caso específico do processo decisório em relação à manutenção do garimpo em áreas preexistentes, ou ampliação para novas áreas, a Assembleia Geral Munduruku e a autoridade do Cacique Geral estão passando por um processo de esvaziamento de poder. A autoridade tradicional está sendo transferida para figuras ligadas ao mercado mercantil, no caso os líderes indígenas associados ao garimpo, caracterizando parte do processo de engajamento compulsório (RIBEIRO, 2017), conforme discutido na seção 4.4.1. Em relação aos conflitos com o Cacique Geral, um indígena Munduruku que trabalha com o garimpo comenta, em entrevista concedida à autora em janeiro de 2020:

Nós queria tirar ele, né, o cacique geral porque não tava ajudando a gente né. [...] Ele atrapalha. Além de pagar o recurso quando faz a viagem, por exemplo ele vai fazer reunião em Itaituba e Jacaré, a gente deposita dinheiro pra ele, aonde for. Mas mesmo assim ele fica contra a gente. Tem hora que ele...ah... vou tirar os garimpeiros, mandar denunciar. Aí a gente fica fora dele.[...] Hoje cacique geral pra nós não existe. [...] hoje ele vai com esse pessoal que são contra.

O esvaziamento de poder das esferas tradicionais de tomada de decisão dos Munduruku, em relação à atividade garimpeira, é demonstrado pelo descumprimento da Decisão da Assembleia Geral do povo Munduruku do ano de 2017, que determinou a remoção do garimpo de todo o território¹⁵. Também pode ser percebido na inobservância do posicionamento do Cacique Geral Munduruku¹⁶, contrário ao garimpo.

Tais decisões coletivas e baseadas na autoridade tradicional não impediram a manutenção e ampliação da atividade garimpeira no território, como mostra a figura 4.5, que traz o mapeamento da atividade garimpeira entre os anos de 2017 e 2021. Embora tenha ocorrido a determinação de retirada do garimpo pela instância máxima de decisão da comunidade, segundo o Greenpeace Brasil, baseado em dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) o garimpo se intensificou nos territórios Munduruku (CASEMIRO; STABILE, 2023).

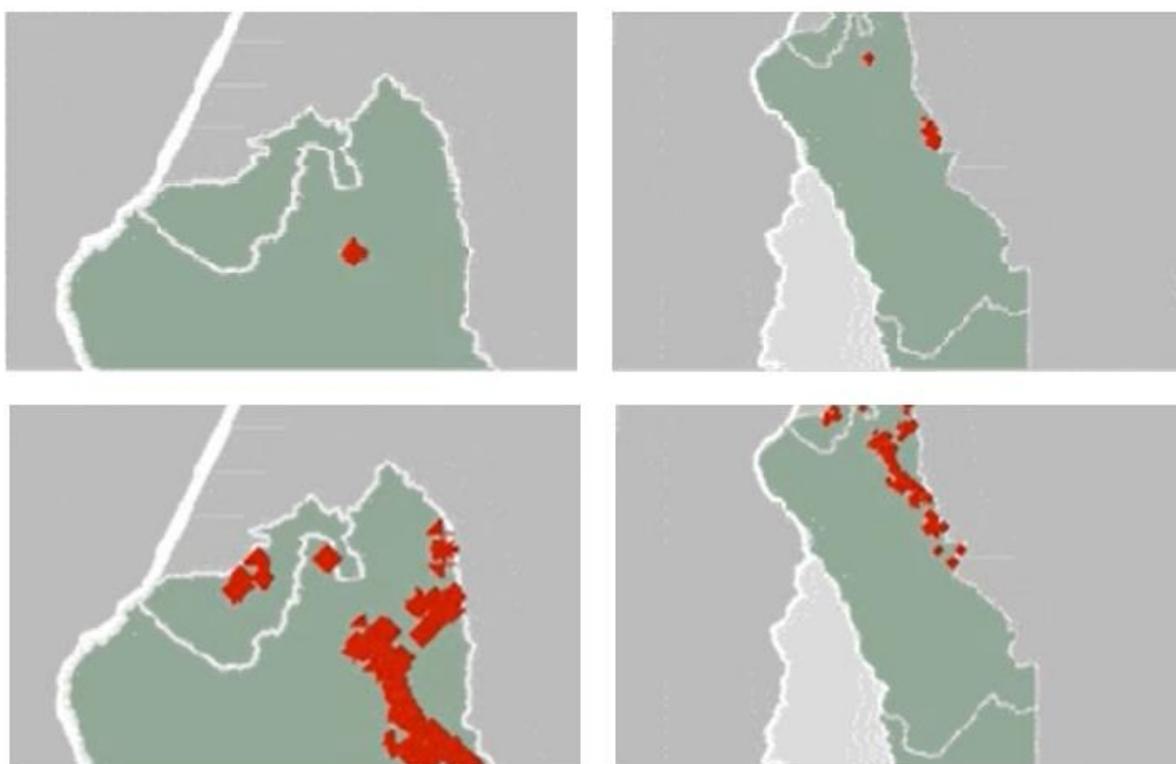
¹⁵ Vide Anexo 3 – Comunicado para autoridades ambientais e MPF, Funai

¹⁶ Vide Anexo 3 – Carta do Povo Munduruku da região do Rio Cururu, Anipiri, Rio Tapajós e Kajeredi para exigir o fechamento dos garimpos no território Munduruku, assinada, entre outros atores, pelo Cacique Geral Munduruku.

Apesar da maior parte dos Munduruku serem contrários ao garimpo, culminando em decisão da Assembleia Geral de retirada da atividade do território, essa tomada de decisão não é acompanhada, como no caso dos Kayapó, por um sistema eficiente de governança, em relação aos recursos naturais coletivos, o que torna essa decisão vulnerável. Outro fator que aumenta essa vulnerabilidade é a falta de coesão dos Munduruku em relação às associações que os representam, que estão imersas em conflitos diretamente relacionados ao garimpo, o que é descrito na seção a seguir.

A análise realizada nesta seção auxilia na elucidação da situação contraditória vivenciada pela etnia, na qual são amplificadas pela mídia narrativas de grupos que afirmam que os Munduruku são contrários ao garimpo, quando o que ocorre no território é a escalada da atividade garimpeira.

Figura 4.5 Garimpos em TIs do povo Munduruku 2017- 2021



Esquada: TI Sai-Cinza; *Direita:* TI Munduruku. *Acima:* 2017; *Abaixo:* 2021. *Fonte:* Adaptado de G1 Meio Ambiente (CASEMIRO; STABILE, 2023).

4.5.3. ‘Nenhuma associação Munduruku decide pelo povo Munduruku’ – conflito de representatividade perante a sociedade nacional

Os Munduruku adotam estratégia semelhante à dos Kayapó, se organizando em associações formalmente constituídas, a fim de aumentar seu poder de influência junto à sociedade nacional. Concomitantemente com a constituição destas associações, há o

surgimento de novas lideranças, que possuem um papel de interface com o mundo dos não indígenas. Eles sabem bem o Português, trabalham com novas tecnologias e são os articuladores com a sociedade nacional. Iubel e Leirner (2019) descrevem processo semelhante no complexo multiétnico rionegrino, no qual o surgimento de novas lideranças se dá pela inflação de uma nova classe política, fenômeno que ocorre de forma paralela à manutenção de posições tradicionais, e, dialeticamente, assegurando o status de pertencimento àquela tradição cultural.

De acordo com a FUNAI / PPTAL / GTZ (2008) o povo Munduruku da Terra Indígena Munduruku é representado por duas organizações sendo elas: Cimat — Conselho Indígena Munduruku do Alto Tapajós; e Associação Pusuru, ambas as organizações criadas em 1992 com sede na cidade de Jacareacanga (PA). Paralelamente à existência destas organizações, conforme Loures (2017), em 2012 se iniciou o Movimento Ipereğ Ayũ, que na língua Munduruku pode ser interpretado como *‘o povo que sabe se defender’*, ou *‘que não é fácil de enganar’*, ou ainda *‘que não é fácil de pegar’*. O início do movimento se deu com o incêndio à delegacia de Jacareacanga (PA), em protesto à morte do indígena Lelo Akay. Desde então, o Movimento Ipereğ Ayũ se mostrou, dentre outras pautas, como ator proeminente contra a instalação do Complexo Hidrelétrico do Tapajós.

Atualmente, o Movimento atua como principal organização Munduruku com posicionamento contrário ao garimpo no território, colecionando inúmeras manifestações e cartas direcionadas à sociedade brasileira, com manifestação veementemente contrária à atividade garimpeira (Anexo 3). Conforme Loures (2017), na II Assembleia do Movimento Ipereğ Ayũ foi deliberada realização de *‘ação contra o garimpo *pariwat*’* ou garimpo dos brancos. A partir de então, membros do Movimento realizaram incursões no território, juntamente com a FUNAI, com o objetivo de retirar garimpeiros do território. Conforme a autora, outra frente de atuação do grupo é de denunciar os garimpos em terras Munduruku aos órgãos federais.

No caso dos Munduruku, a estratégia de organização em associações não proporciona a mesma coesão ao grupo, como no caso dos Kayapó Mekragnotire e Metuktire, em que quase a totalidade das aldeias adere a estas organizações. Nos últimos anos, inúmeras

associações indígenas têm surgido, representando grupos específicos¹⁷. A fragmentação da comunidade em torno de diversas organizações, e o conflito em torno de ONGs são temas pautados por uma liderança Munduruku ligada à Associação Pusuru, em entrevista concedida à autora em janeiro de 2020:

Surgiram muitas cooperativas pequenas, associações pequenas e também ONGs, então a população indígena ficou dividida, tem pessoas que apoiam a *Greenpeace* que é a ONG que está mais perto de nós, e tem outros que não gostam.[...] esses conflitos acredito eu que sejam, porque essas ONGs ficam querendo dividir o povo Munduruku, porque a ideia deles é preservar a floresta, o projeto Floresta em pé.

Um dos principais atores que apoiam os indígenas contrários ao garimpo, dentre os Munduruku é a ONG ambientalista *Greenpeace Brasil*. Esta parceria entre os grupos contrários ao garimpo e organizações não governamentais, é um elemento de conflito entre os indígenas Munduruku. O conflito e a fragmentação do grupo também são destacados por um indígena Munduruku que trabalha com o garimpo, conforme entrevista concedida à autora em janeiro de 2020:

Essas pessoas [contra garimpo] estão atrapalhando muito a gente. Eles têm pessoal de ONG né. Eles ficam metendo na cabeça deles. Eles manda fazer documento, manda denunciar garimpo direto. Manda pra fora pro governo federal, mas o governo é a favor do garimpo, o que faz engavetar a denuncia deles. Aí fica dividindo a gente. Eles que estão mandando dividir a gente.

É possível verificar a fragmentação no grupo dos Munduruku, simbolizada pela disputa de poder e de influência entre o Movimento Ipereğ Ayũ e a Associação Indígena Pusuru. O Movimento Ipereğ Ayũ é um ator coletivo que aglutina diversas associações indígenas em torno da GAC. De acordo com Loures (2018), no ano de 2018 as organizações que se reconheciam no Movimento Ipereğ Ayũ eram: Da'uk, Wixaximã, Pusuru, Kerepo e Pahihp. Entretanto, as associações e o Movimento são entidades independentes, e assumem posições de oposição, e mesmo de conflito, em determinados momentos. Neste sentido, o Ipereğ Ayũ acusa a associação Pusuru de ter realizado um golpe no ano de 2013, e eleito uma

¹⁷ Assinam o Comunicado do povo Munduruku: –Somos contra o garimpo e mineração em terra indígena” do dia 27/09/2019 as associações indígenas: Movimento Munduruku Ipereğ Ayũ, Associação das Mulheres Munduruku Wakoborun, Associação Indígena Pariri (Médio Tapajós), Associação Dace (Teles-Pires), Associação Wuyxaximã, Associação Indígena Pusuru, Associação Kurupsare, CIMAT (CIMI, 2019). Segundo dados do ISA estão registrados em Jacareacanga, município sede dos Munduruku as seguintes associações indígenas: Associação Da'uk, Associação de Mulheres Munduruku Wakoborun, Associação Indígena Kurupsare, Conselho Indígena Munduruku do Alto Tapajós, Kerepo - Associação de Produtores Indígenas (ISA, [s.d.]).

Diretoria representada por de indígenas –escolhidos”, com influência do poder público local, que apoiavam a instalação dos projetos hidrelétricos.

Com a recrudescência do garimpo nos territórios Munduruku, a atividade garimpeira passou a ser o novo ponto focal de fricção entre os grupos. O episódio da eleição da diretoria, em 2013, em conjunto com o agravamento da crise de ocupação do território pela atividade garimpeira, ampliaram os conflitos existentes no grupo, dentre eles o de representatividade junto à sociedade nacional. Tal posicionamento conflitivo pode ser observado no Trecho da –Carta do Povo Munduruku”, vinculada ao Blog do Movimento Ipereğ Ayũ (Anexo 3). Na carta, o Movimento Ipereğ Ayũ acusa a Associação Pusuru de se posicionar favoravelmente ao projeto de lei nº 191/2020, de regulamentação da mineração, garimpo e outras atividades econômicas em terras indígenas, sem consulta prévia ao povo Munduruku. Um trecho da carta segue abaixo:

E também queremos dizer à Associação Indígena Pusuru (AIP) que não mais representa o nosso Povo Munduruku, porque ela é integracionista com os políticos, não direciona segundo o que estabelece seu estatuto. E ainda usa o nome do nosso Povo Munduruku para agilizar a PL 191, sem consultar o nosso Povo.

A frase citada no Protocolo de Consulta do Povo Munduruku ‘Nenhuma associação Munduruku decide pelo povo Munduruku’ simboliza, em grande parte, o ambiente de luta política por representatividade, que se instaurou junto às associações indígenas que representam a etnia. Porém, o aspecto mais relevante deste conflito de representatividade, é analisar como um ambiente conflitivo instaurado entre instâncias de poder dos Munduruku fragiliza o processo coletivo de tomada de decisão em relação à atividade garimpeira. Esta vulnerabilidade abre brechas para ampliar processos de negociação favoráveis ao garimpo no território, que ocorrem à parte das instâncias coletivas de tomada de decisão.

4.6. Subarena da Regulamentação do Garimpo em Terras Indígenas (SRGTI)

A investigação da Subarena da Regulamentação do Garimpo em Terras Indígenas (SRGTI) foi realizada levando em consideração que o conceito de arena permite realizar uma análise onde as esferas legais e ilegais estão articuladas em campos de negociação, o que tem o efeito de tencionar as decisões acerca dos aspectos legais da ação social. Neste sentido, o surgimento desta subarena considera analisar como os atores locais, em ambas as esferas, buscam influenciar o processo decisório da regulamentação. Este capítulo não objetiva esgotar a descrição das arenas em torno da regulamentação do garimpo em TIs no nível nacional, uma vez que a coleta de dados não foi realizada neste sentido. Nosso foco foi

observar como o tema da regulamentação afeta os atores nos níveis de atuação local e regional.

A principal controvérsia na SRGTI no período da pesquisa girava em torno do Projeto de Lei (PL) 191/2020 (BRASIL, 2020), proposto pelo líder do executivo à época e retirado pelo atual presidente da república. O PL previa a regulamentação da mineração, garimpo, geração de energia hidrelétrica, exploração de petróleo, gás e de agricultura em larga escala nas TIs. Porém, o projeto não garantia a decisão dos indígenas sobre o futuro de seus territórios, prevendo apenas uma etapa de oitiva das comunidades afetadas. A oitiva consistiria, segundo o projeto de lei, em uma explicação e divulgação dos objetivos do empreendimento, a ser realizado dentro das TIs. Porém, a decisão em relação à sua implementação caberia ao congresso nacional, e as comunidades não possuiriam o poder de veto. Especificamente em relação à lavra garimpeira, e apenas para esta atividade, o projeto de lei cita a necessidade de ‘_consentimento_’ da comunidade.

No nível nacional, o PL 191/2020 foi tratado como um assunto importante para a presidência da república, sendo pautado no regime de tramitação prioritária no congresso nacional. O próprio presidente da FUNAI à época se posicionou favorável ao PL (OLIVEIRA, 2021). A prioridade do chefe do executivo em pautar este projeto foi responsável por mudanças profundas em todos os níveis das arenas do garimpo em TIs, tema que foi abordado em tópicos anteriores.

Em se tratando de atores do congresso nacional, no polo da arena favorável à aprovação do PL 191/2020 se encontravam, em especial, políticos da Frente Parlamentar Agropecuária (FPA), mais conhecida como ‘_Bancada ruralista_’, que contribuiu com 54,5% dos votos que aprovaram o requerimento de urgência de tramitação do projeto (SCOFIELD, 2022). No polo oposto, destaca-se a Frente Parlamentar Mista de Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas (FPMDDPI) que, além de buscar apoio no congresso para barrar o PL 191/2020, realizou parcerias com a sociedade civil e outras organizações contrárias ao PL, com o objetivo suspender sua tramitação.

A FPMDDPI lançou, em 2022, a Carta Aberta Contra o PL 191/2020¹⁸. A carta reuniu mais de 600 assinaturas, dentre as quais, de deputados, senadores, organizações da sociedade civil, organizações indígenas, dentre outros atores individuais e coletivos relevantes

¹⁸ Vide Anexo 3 – Carta Aberta contra o PL 191/2020. Disponível em <https://wwfbr.awsassets.panda.org/downloads/carta_manifesto_fpmddpi.pdf>

na arena. As associações indígenas Kayapó Instituto Kabu’, Instituto Raoni’ e Associação Floresta Protegida’ assinaram a carta. Entre os Munduruku, as associações signatárias foram a Associação das Mulheres Munduruku Wakoborũn’, Associação Da'uk’ e Associação Indígena Pariri’.

A Carta Aberta foi lançada no Acampamento Terra Livre (ATL) de 2022 (Figura 4.6), que reuniu mais de 7.000 indígenas de 200 etnias, acampados em Brasília. O ATL é a mobilização nacional dos povos indígenas do Brasil, realizada em um encontro anual desde o ano de 2004, a fim de reivindicar do Estado atenção aos direitos destas populações. O ATL gerou no ano de 2022 uma carta ao então pré-candidato à Presidência Luiz Inácio Lula da Silva¹⁹ na qual as principais organizações indígenas de base, em conjunto com a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), se posicionam formalmente contra o garimpo em terras indígenas. Uma das principais pautas do ATL 2022 foi a oposição ao PL 191/2020.

Outro evento fundamental foi o Ato Pela Terra’ (Figura 4.7), protesto convocado pelo cantor Caetano Veloso que reuniu, na Esplanada dos Ministérios, artistas, organizações indígenas e da sociedade civil e manifestantes contra o chamado Pacote da Destruição’, dentre os quais se encontrava o PL em questão. A manifestação ocorreu, simbolicamente, de forma concomitante à votação do pedido de urgência na tramitação do PL 191/2020. Marcaram presença nas manifestações a APIB, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), *Greenpeace* Brasil, Observatório do Clima, ClimaInfo e Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)(COELHO, 2022).

A pressão popular causada pela mobilização da sociedade civil, em especial do Movimento Indígena, foi um fator crucial que pesou na balança das negociações pelo PL 191/2020 no congresso federal, o qual foi engavetado’, após aprovação da tramitação em urgência. Após as intensas manifestações contrárias ao PL, atores relevantes, como o Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), se posicionaram oficialmente em oposição à PL 191/2020 (IBRAM, 2022).

¹⁹ Vide Anexo 3.

Figura 4.6 Ato contrário ao PL 191/2020, no Acampamento Terra Livre 2022



Fonte: Brasil de Fato/Andressa Anholete²⁰.

Figura 4.7 Caetano Veloso no palco do ‘Ato pela Terra’, contrário ao ‘Pacote da Destruição’ do governo federal



Fonte: Brasil de Fato/Mídia Ninja²¹

²⁰ Disponível em < <https://www.brasildefato.com.br/2022/04/08/indigenas-de-todo-o-brasil-ocupam-brasilia-em-defesa-de-seus-direitos-e-territorios>>.

²¹ Disponíveis em < <https://www.brasildefato.com.br/2022/04/08/indigenas-de-todo-o-brasil-ocupam-brasilia-em-defesa-de-seus-direitos-e-territorios>>

No nível de ação local, em se tratando do tema específico do PL 191/2020, a principal estratégia das associações indígenas contrárias ao projeto de lei, tanto entre os Kayapó, quanto entre os Munduruku, foi a publicação de inúmeras cartas e comunicados oficiais, se manifestando contrariamente à matéria²². Estas cartas foram escritas com intuito de veicular o posicionamento destes grupos, e fortalecer uma narrativa interna e externa, contra o projeto lei.

Outra linha de atuação, no nível nacional, é a judicialização de projetos de lei de possível cunho inconstitucional. Atores como a APIB e a FPMDDPI utilizam da judicialização de atos legislativos e de possíveis violações aos direitos dos indígenas como uma de suas principais estratégias de atuação. Estes atores também questionam atos instituídos por agências governamentais, como no caso da FUNAI, que, de certa forma, legisla por meio da publicação de atos normativos. Desta forma, o poder judiciário, em última instância, o Supremo Tribunal Federal (STF), funciona como um ator importante na arena, que possibilita um contrapeso em relação aos poderes legislativo e executivo.

No nível internacional, outra estratégia utilizada pela APIB é o acionamento da comunidade internacional. Um dos casos mais recentes foi denúncia realizada pela organização à Organização das Nações Unidas (ONU), referente à aprovação do Marco Temporal pelo Congresso Nacional, mesmo após a matéria ter sido considerada inconstitucional pelo STF (STABILE, 2023). A mesma estratégia foi utilizada pela APIB, em conjunto com o Instituto Socioambiental (ISA), Observatório do Clima e WWF Brasil para denunciar à ONU o ex-presidente por violações aos direitos humanos, em relação aos povos indígenas, e por destruição do ambiente (CHADE, 2022).

Para além dos posicionamentos polarizados em relação ao PL 191/2020, existe um espectro mais amplo na arena, que trata do tema da regulamentação. Na SRGTI, existem atores que se manifestam veementemente contrários ao tema da regulamentação, que se inserem na AFIEC. Outros atores se manifestam favoravelmente à regulamentação, e se inserem na AISN. Existem, também, posicionamentos que ora tangencia uma, ora a outra arena, considerados como posicionamentos intermediários. Estes são defendidos por atores de ambos os polos da arena. Neste espectro, os atores acreditam que a regulamentação pode ser possível caso haja uma negociação entre as partes, e que haja a imposição de determinadas

²² Vide Anexo 3.

regras' a serem seguidas. A possibilidade, ou não, da regulamentação do garimpo em TIs dependeria, neste ponto de vista, de uma série de fatores, os quais foram descritos no terceiro capítulo da tese.

As tabelas 4.1 e 4.2, que seguem abaixo, se tratam de quadros síntese deste capítulo. O Quadro Síntese I (tabela 4.1) traz um resumo dos principais conflitos e alianças nas arenas do garimpo em terras indígenas para os casos estudados, em todos os níveis de atuação. O Quadro Síntese II (tabela 4.2), adaptado de Renn (1992), aborda os principais recursos sociais, por setores, meios e motivações, utilizados pelos atores individuais e coletivos a fim de reduzir das assimetrias de poder nas arenas.

Tabela 4.1 *Quadro Síntese I: Conflitos e alianças nas arenas do garimpo em terras indígenas nos níveis de ação local, regional, nacional e internacional*

Nível de ação	Conflitos	Alianças
Local	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Indígenas favoráveis ao garimpo associados a garimpeiros, em conflito com indígenas contrários ao garimpo aliados às associações indígenas ou a ONGs ➤ Conflitos de indígenas favoráveis ao garimpo com autoridades tradicionais ➤ Conflitos entre associações indígenas em torno do garimpo 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Indígenas contrários ao garimpo aliados a associações indígenas ou a ONGs ➤ Indígenas favoráveis ao garimpo aliados a garimpeiros
Regional	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Conflitos entre indígenas e garimpeiros favoráveis ao garimpo com o IBAMA e Polícia Federal 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Alianças de indígenas contrários ao garimpo com o IBAMA, Polícia Federal, Funai, dentre outras instituições ➤ Alianças interétnicas 'pela floresta em pé, e entre 'Índios que querem produzir'
Nacional e Internacional	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Conflitos quanto à regulamentação do garimpo em terras indígenas 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Alianças de indígenas contrários ao garimpo com celebridades e líderes de prestígio no nível nacional e internacional ➤ Lideranças indígenas e líderes garimpeiros se aliando à políticos e ao líder do executivo ➤ Grupo dos 'Índios que querem produzir' aliados ao líder do executivo

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 4.2 *Quadro Síntese II: Recursos sociais mobilizados para diminuir assimetrias de poder nas arenas do garimpo em terras indígenas: setores, meios e motivações*

Recursos	Setor dominante	Meio de ação	Motivação
Dinheiro/Ouro	Economia	Transferência de capital/ouro	Incentivos econômicos
Poder	Política	Coação	Punição
		Preenchimento dos vazios deixados pelo Estado	Conformidade
Influência social	Sistema Social	Busca por apoio de celebridades, líderes de prestígio da sociedade	Confiança
		Inscrição do líder indígena —Caçue Raoni” ao Prêmio Nobel da Paz	Prestígio
Compromisso de valor	Cultura	Ideia difundida de que “garimpeiro não é bandido, é trabalhador”	Solidariedade
		Indígenas que assumem a identidade de “Protetores da Floresta”	Unidade cultural
Evidências	Ciência	Metodologia	Impactos esperados
		Narrativas	

Fonte: elaboração própria, adaptado de Renn (1992).

4.7. Considerações parciais

Este capítulo trouxe à luz a análise das arenas do garimpo em terras indígenas no Brasil, nos níveis local e regional, partindo dos casos de duas etnias amplamente pressionadas pelo garimpo: os Kayapó e os Munduruku. Analisamos as principais estratégias utilizadas pelos atores, as negociações, os conflitos e alianças, e os recursos mobilizados nas disputas para influenciar os processos decisórios.

Observamos o surgimento de duas arenas diametricamente opostas, a Arena da Integração com a Sociedade Nacional (AISN). A ideia principal nesta arena é a visão do garimpo de forma positiva, como um elemento que possibilitaria aos indígenas um aceno à perspectiva da integração à sociedade nacional; e a Arena do Fortalecimento da Identidade Étnica e da Conservação Ambiental (AIEC). Os defensores desta narrativa cultuam o valor do fortalecimento da identidade étnica dos povos indígenas, e da preservação do território e do ambiente. Nesta perspectiva, o garimpo em terras indígenas é considerado lesivo à reprodução social e identitária, bem como à conservação da floresta, devendo, desta forma, ser

combatido. No interior destas duas arenas foi representada a Subarena da Regulamentação do Garimpo em Terras Indígenas (SRGTI), com posicionamentos em relação à regulamentação, que ora tangenciam a AISN, ora a AIEC.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para compreender as mudanças sociais relacionadas ao garimpo de ouro em terras indígenas, nos níveis local e regional para as etnias Kayapó e Munduruku, foram levantadas inicialmente algumas perguntas de pesquisa: i) Como se dá a configuração dos atores, dos recursos mobilizados, narrativas, negociações e conflitos nas arenas do garimpo em terras indígenas? ii) Quais os elementos influenciam os indígenas no processo decisório? iii) Nestas arenas há ideias que possam contribuir para construção de políticas públicas de base sustentável? iv) Como o processo decisório produz mudanças sobre a sociedade, e quais as direções dessas transformações?

Para responder a estas perguntas de pesquisa, foi necessário perseguir o objetivo geral desta tese, de analisar as configurações das arenas políticas do garimpo em terras indígenas, incluindo as narrativas, conflitos, estratégias, negociações, alianças, recursos mobilizados, bem como as direções das transformações sociais. Neste intuito, adotamos nesta tese uma perspectiva interdisciplinar e relacional, com o entendimento de que os atores passaram de um nível de sociedade para a penetração destes grupos no sistema político, com o objetivo de influenciar o processo coletivo de tomada de decisão.

As etnias analisadas foram os Kayapó dos subgrupos Mekragnotire e Metuktire e os Munduruku, ambas habitando o sudoeste do Estado do Pará. A relevância da escolha dessas comunidades se deve ao fato de que as relações sociais em torno da atividade garimpeira se dão de forma distinta nos dois casos. Nos subgrupos Kayapó analisados, a atmosfera é de sucesso em se tratando do combate e controle ao garimpo, cenário alavancado pela organização social do grupo. Apesar deste sucesso, aldeias favoráveis ao garimpo decidiram por cindir com os grupos contrários, com o objetivo de ampliar a atividade no território. Já entre os Munduruku, parte da reserva se encontra largamente ocupada pelo garimpo, em um processo de perda parcial do controle das decisões sobre o território pelas autoridades tradicionais. Tendo como pano de fundo essas diferenças, foi possível traçar cenários comparativos entre as duas etnias, em um paralelo útil para analisar o problema no nível nacional.

O recorte espacial adotado na tese também favoreceu a obtenção de resultados relevantes à interpretação do problema, já que a região estudada, entre o Alto Tapajós e Alto Xingu, no estado do Pará, agrega tanto amplas jazidas minerais, quanto um emaranhado de terras indígenas e unidades de proteção ambiental, o que torna iminentes os conflitos na região. O recorte temporal, estabelecido como o período do governo do ex-presidente Jair

Messias Bolsonaro, tornou a análise ainda mais relevante, por obter um ‘retrato’ de um momento ímpar para a questão na história do Brasil, no qual o líder do executivo se pronunciava inequivocamente favorável à regulamentação do garimpo nos territórios indígenas.

O objetivo específico de aprofundar o levantamento bibliográfico sobre conflitos e arenas em torno do garimpo em terras indígenas foi abordado no capítulo teórico-metodológico, no qual foi realizada ampla revisão bibliográfica relativa ao tema, bem como dos aspectos relacionados à legislação. O objetivo específico de identificar os atores sociais e institucionais que fazem parte das arenas do garimpo em terras indígenas, nos níveis de ação local e regional foi focalizado na concepção multiautores, essencial para evidenciar os aspectos das arenas entre os diversos grupos envolvidos. Ficou evidenciado que os principais grupos de atores sociais e institucionais que participam das arenas são os garimpeiros, donos de garimpos, líderes de associações garimpeiras, indígenas, líderes de associações indígenas, organizações não governamentais, agentes públicos, dentre outros. Foi possível, desta forma, evidenciar a multiplicidade de atores e instituições envolvidas em diversos tipos de parcerias, bem como em negociações e conflitos, e no estabelecimento de estratégias conjuntas visando influenciar a tomada de decisão.

A ‘linha mestra’ que orienta a tese, e interliga os três capítulos de resultados trata-se da análise e descrição das arenas em torno do garimpo em territórios indígenas no Brasil. Os três capítulos em questão analisam estas arenas, cada um sob uma perspectiva específica. As situações de ação inicialmente propostas, bem como os processos decisórios analisados também se tratam de elementos que compõe esta ‘linha mestra’, uma vez que estão no cerne das discussões dos três capítulos de resultados.

As seguintes situações de ação foram analisadas na tese, como um todo: i) o sucesso dos subgrupos Kayapó em controlar o garimpo no território; ii) A cisão entre aldeias Kayapó favoráveis e contrárias ao garimpo, com objetivo de ampliar a atividade garimpeira no território; iii) A perda de controle do processo decisório relativo ao garimpo pelas autoridades tradicionais Munduruku; iv) Os atores locais buscando influenciar o processo decisório da regulamentação do garimpo em terras indígenas. No caso desta pesquisa, consideramos que a maior parte das situações de ação analisadas se transformou em arenas. Neste sentido, os atores envolvidos se viam como sujeitos portadores de poder de decisão, e queria influenciar no tipo de atividade econômica permitida ou proibida no território. Este poderia não ser o caso, se os atores apesar de se inserirem em situações de ação conflituosas, não se decidissem por agir coletivamente, com o intuito de influenciar o processo decisório. Se este fosse o caso,

as situações de ação não passariam a compor arenas. Em se tratando de processos decisórios, os seguintes processos foram analisados: a) processo decisório quanto à ocupação do território indígena pela atividade garimpeira; b) atores locais se organizando, a fim de influenciar o processo de regulamentação do garimpo em terras indígenas.

O segundo capítulo da tese visou analisar o processo decisório que gerou a cisão entre as aldeias Kayapó em torno do garimpo, já descrita anteriormente. Importante destacar que, neste caso, os grupos indígenas alcançaram um nível de governança do território e dos recursos naturais que possibilita a manutenção do território livre da atividade garimpeira. Desta forma, foi possível analisar o processo decisório dos grupos, levando em consideração as assimetrias de poder e a violência direta e indireta embutida nestes processos.

Em se tratando do processo decisório dos Kayapó, ficou evidente a centralidade das necessidades materiais e imateriais dos indígenas na tomada de decisão. Membros dos grupos que apoiam a atividade garimpeira utilizam como principal argumento o fato de o garimpo atender necessidades da comunidade. Os grupos contrários argumentam que o garimpo não é necessário à comunidade, uma vez que a organização em associações que obtiveram sucesso na governança do território e dos recursos coletivos possibilita a estes grupos o acesso a fontes de renda advindas de atividades sustentáveis. Neste sentido, estes indígenas argumentam que a atividade garimpeira não distribui a riqueza equitativamente para toda a comunidade, e é comum o acúmulo dos recursos para grupos específicos.

Outros fatores que influenciam no processo decisório são a organização social, liderança e autodeterminação dos indígenas. Elementos como a coesão do grupo em torno de associações que representam as comunidades, de ideias de conservação, do desenvolvimento de atividades sustentáveis, e em torno de lideranças tradicionais produzem como efeito uma blindagem ao avanço do garimpo no território.

As relações com o Estado e com o governo também se mostraram primordiais na análise do processo decisório. Por um lado, a ineficiência da atuação governamental junto aos indígenas cria um vácuo, que é parcialmente preenchido pelos garimpeiros, criando, assim, uma relação de dependência das comunidades. Por outro lado, o Estado, materializado pela fiscalização ambiental, é visto por garimpeiros e indígenas ligados ao garimpo, como forte elemento de coação. Entre estes extremos da atuação, sob a ótica da conservação, os Kayapó colecionam inúmeras alianças com diversas entidades governamentais, bem como privadas. As políticas ditadas pelo governo também se mostraram de extrema importância na arena. Nossa análise aponta para uma forte correlação entre o processo de cisão observado entre os

Kayapó e o encorajamento do governo à regulamentação da atividade garimpeira em terras indígenas.

O objetivo específico de analisar as narrativas que influenciam as arenas foi abordado no terceiro capítulo. No texto, foi levantado o contexto histórico e social no qual as narrativas em torno do garimpo em terras indígenas partem de uma interpretação de base assimilacionista, que considera como positiva a fusão dos indígenas à comunhão nacional para uma concepção que visa à conservação do ambiente e à proteção dos povos indígenas. Neste contexto, surge a Narrativa do Garimpo como Elemento de Integração/Assimilação dos Indígenas à Sociedade Nacional, que se encontra imbuída extensivamente na ideologia assimilacionista; e a Narrativa do Garimpo como Ameaça à Reprodução da Identidade Étnica e Conservação, que surge em contraposição à primeira, e cultua o valor da conservação da identidade étnica e do território.

As narrativas em torno da regulamentação da atividade garimpeira surgiram a partir da Constituição Federal de 1988, que previu a extração de riquezas minerais em terras indígenas mediante regulamentação infraconstitucional. A principal controvérsia durante o período da pesquisa girava em torno do Projeto de Lei 191/2020, que previa a regulamentação da mineração, garimpo, geração de energia hidrelétrica, exploração de petróleo e gás e de agricultura em larga escala nos territórios. A tramitação deste projeto de lei gerou comoção nacional, e foi um fator de modificação profunda nas relações sociais em torno do garimpo, acirrando conflitos e exigindo a construção de novas estratégias pelos grupos sociais envolvidos, em todos os níveis de atuação das arenas.

No quarto capítulo, descrevemos e analisamos as arenas políticas do garimpo em terras indígenas no Brasil. O objetivo específico de discutir os principais recursos de poder mobilizados, conflitos, alianças, estratégias e negociações dos atores nas arenas foi abordado no quarto capítulo da tese, bem como o objetivo de analisar como o processo decisório produz mudanças sobre a sociedade, e quais as direções dessas transformações. Este último objetivo também foi abordado no segundo capítulo.

A análise das arenas políticas apresentou profunda sinergia com a descrição das narrativas, e foi possível observar o surgimento de duas arenas diametricamente opostas, organizadas em torno das narrativas descritas: i) a Arena da Integração com a Sociedade Nacional, que trata de maneira positiva o garimpo, como elemento que aproximaria os indígenas aos valores cultuados pela sociedade nacional. Esta narrativa está arraigada no mito da modernidade e na falácia do desenvolvimentismo, que defendem que a modernidade europeia deve se estender a todas as populações. Também se baseia no direito de

ascensão social, tanto para os indígenas, quanto para os garimpeiros; e ii) a Arena do Fortalecimento da Identidade Étnica e da Conservação Ambiental, cujos principais consensos se dão em torno do garimpo como elemento prejudicial à identidade étnica e a conservação do ambiente. No interior destas duas arenas foi representada a Subarena da Regulamentação do Garimpo em Terras Indígenas, marcada por posicionamentos favoráveis e contrários à regulamentação da atividade.

O conflito central no nível de ação local das arenas se dá entre as instituições indígenas contrárias ao garimpo e os indígenas favoráveis ao garimpo, aliados aos garimpeiros. Enquanto isso, no nível regional, os indígenas contrários ao garimpo tecem alianças interétnicas pela ‘floresta em pé’, com grupos que possuem proposições semelhantes. Os indígenas favoráveis ao garimpo se uniram em torno da narrativa de ‘índios que querem produzir’ e tecem alianças interétnicas nos níveis regional e nacional com um grupo autodenominado ‘Grupo de Agricultores e Produtores Indígenas’, que defende a utilização de parte das terras indígenas com finalidade de produzir em escala empresarial.

O contato com as comunidades é intermediado por lideranças indígenas que decidiram apoiar a atividade garimpeira, que são responsáveis por todo tipo de negociações. A tomada de decisão é carregada de assimetrias de poder, que, de forma geral, pendem negativamente para os indígenas. A combinação de fatores deixa os grupos indígenas em situação desfavorável em detrimento dos garimpeiros, configurando uma relação de poder assimétrica, logo, as negociações ocorrem, também, de forma assimétrica. As assimetrias se dão em todos os sentidos, social, cultural e econômico. A situação de assimetrias vivenciada obriga os indígenas a buscarem recursos de poder em outros níveis de organização política, para minimizar a disfunção da sua atuação, gerada por essas assimetrias.

A pressão do garimpo, dentre outras formas de extrativismo, levou a mudanças circunstanciais e estruturais nas sociedades indígenas estudadas. Sendo assim, foi possível investigar indícios da formação de novas sociedades, no sentido de novas organizações sociais, tanto entre os Kayapó, quanto entre os Munduruku. No caso dos Munduruku, as mudanças estruturais podem ser visualizadas no esvaziamento das esferas decisórias tradicionais, para decisões ligadas ao garimpo. O poder de decisão está sendo transferido para as lideranças ligadas à atividade garimpeira. Apesar de os direcionamentos gerais das comunidades serem decididos coletivamente, no caso específico de decisões acerca do garimpo, a Assembleia Geral Munduruku e a autoridade do Cacique Geral não são mais capazes de impedir a manutenção e ampliação da atividade garimpeira no território. É possível verificar a fragmentação do grupo, também, na disputa de representatividade e de

poder de influência entre as associações que representam a comunidade, sendo que um dos principais pontos de fricção trata-se de discordâncias acerca do garimpo.

Entre os Kayapó, apesar da violência imbuída nas relações em torno da atividade garimpeira, é possível vislumbrar um lastro de positividade nestes conflitos. Indícios de novas sociedades que surgiram a partir da fricção com a atividade garimpeira, se demonstram na capacidade deste grupo étnico de desenvolver novas estratégias políticas e de governança do território, visando alcançar futuros sustentáveis. O modelo de governança de recursos comuns adotado pelos Kayapó se mostrou, em grande escala, capaz de combater o garimpo no território, e um exemplo potencialmente transformador para futuros mais sustentáveis. Isso porque as práticas adotadas pelas comunidades podem inspirar o desenvolvimento de políticas públicas que visem a fortalecer o combate ao garimpo e outras atividades ilegais nos territórios indígenas.

A busca por novas sociedades é uma questão provocativa. Trata-se de uma pergunta para além de uma tese, mas não é por sua complexidade que não nos debruçaremos sobre ela. A análise institucional realizada na tese, da formação de associações, cooperativas etc, está longe de tratar de formação de novas sociedades. Porém, buscamos dar um salto, mesmo que pequeno, para além desta análise institucional, no intuito de encontrar indícios das direções para as quais as mudanças sociais estão ocorrendo. O processo de mudança, analisado dentro do próprio momento histórico incute em desafios adicionais para vislumbrar as direções das transformações.

Em relação ao objetivo específico de investigar ideias que possam contribuir para construção de políticas públicas de base sustentável, esta tese demonstra possíveis caminhos na adoção de políticas públicas de combate ao garimpo em terras indígenas, voltadas ao protagonismo e autodeterminação das comunidades, representadas pelas associações indígenas. Sugerimos que essas organizações sejam formalmente reconhecidas como administradoras de recursos financeiros provenientes de fundos nacionais e internacionais voltados à conservação da floresta e da biodiversidade, como por exemplo, o Fundo Amazônia. A destinação destes recursos a essas organizações se daria como forma de recompensa aos serviços ecossistêmicos prestados por essas comunidades, pela conservação da biodiversidade e da floresta. O modelo adotado deveria ser a nosso ver, o de cogestão com a FUNAI e outros órgãos representantes do espectro conservacionista do Estado.

Em relação às contribuições teóricas, consideramos que o quarto capítulo mobilizou todo o referencial sobre arenas políticas abordado na tese. Neste ínterim, o capítulo identificou tanto variáveis presentes nas estruturas organizacionais das arenas, como, por

exemplo, conjuntos de atores, posicionamento dos atores na arena, e as regras que norteiam as relações sociais; quanto abordou também o aspecto de arenas que buscam por recursos sociais mobilizados com finalidade de influenciar as decisões; bem como realizou uma análise relacionada às narrativas, ao considerar que o papel delas é o de organizar os atores em torno de consensos com finalidade de influenciar o processo decisório.

Ao considerar as arenas políticas tanto sob uma perspectiva das estruturas organizacionais, quanto na teoria da mobilização de recursos sociais, bem como na busca por narrativas que organizam os atores em torno de consensos, consideramos que a análise realizada no capítulo 4 trata-se de uma aplicação estrita da Abordagem Híbrida das Arenas, conforme descrita no Capítulo Teórico-Metodológico da tese.

Um dos avanços alcançados na tese é demonstrar a influência da empiria para a teoria de arenas, sendo que a teoria retroalimenta a empiria, e vice-versa. Os dados empíricos tratados aqui produziram alterações na abordagem teórica inicial. Podemos citar algumas dessas alterações: em primeiro lugar, o trabalho demonstrou que nem toda situação de ação potencialmente conflituosa produz a decisão de construir arenas com o objetivo de influenciar o processo decisório, mas no caso específico desta pesquisa, a maior parte das situações de ação se transformou em arenas.

Em segundo lugar, considerando que nem todos os atores estão dispostos a entrar na arena, muitos dos que compreendiam a narrativa conflituosa decidiram por não adentrar na busca por influenciar o processo decisório. Estes atores não foram desconsiderados na pesquisa, e não podem deixar de ser mencionados, dado que as escolhas de entrevistas tentaram abarcar também as pessoas que reconhecem as narrativas, porém que preferem não penetrar a arena. A diferença na abordagem teórica inicial é de que na teoria das arenas, estas envolvem apenas indivíduos ou grupos que possuem a intenção de influenciar os processos decisórios coletivos, e não consideram indivíduos que apenas emitem opiniões.

Outro elemento que a pesquisa empírica que sustenta essa tese trouxe para a discussão sobre arenas é a capacidade de maleabilidade do conceito, na medida em que este carrega toda a circunstancialidade da situação onde a ação se desenvolve, contrapondo-se às abordagens estruturalistas. Podemos observar, assim, como as situações foram se compondo com o passar do tempo, inclusive na possibilidade de alianças. O que une os atores em um agrupamento são objetivos comuns, que muitas vezes mudam, a depender da circunstancialidade.

É importante citar os desafios vivenciados, em especial em relação aos trabalhos de campo desta pesquisa. O garimpo em terras indígenas se trata de um tema de forte

polarização dentro das etnias estudadas, o que resulta em um ambiente conflituoso e até mesmo perigoso para realização da pesquisa de campo. Em especial em relação aos Munduruku, os conflitos entre os grupos favoráveis e contrários à atividade garimpeira são intensos, logo, o trabalho de campo foi realizado com cautela, com apoio de guias locais. A pandemia de COVID-19 também foi um fator que prejudicou as pesquisas de campo, impedindo um maior aprofundamento nas atividades presencialmente. Não foi possível adentrar os territórios indígenas, uma vez que tal ato demandaria um longo período de estadia nas localidades, com finalidade de conquistar a confiança dos indígenas, e, a partir daí realizar uma incursão segura e respeitosa aos territórios. Ademais, dentre os Munduruku, não foi possível contato com os indígenas contrários ao garimpo, já que a inserção no campo se deu por meio do grupo opositor, não sendo possível estabelecer uma relação de confiança com estes atores.

Por outro lado, é importante ressaltar que a abordagem relacional adotada nesta tese não exige a realização de uma etnografia. As entrevistas realizadas, em justaposição com a análise documental, permitiram traçar as relações na arena com uma interpretação próxima da realidade. Outras abordagens, como por exemplo, a etnográfica além de exigirem mais tempo no campo, focalizariam nosso olhar para uma localidade, geralmente com preponderância de um grupo de atores específico, garimpeiros ou indígenas por exemplo. Na abordagem de arenas, conseguimos tratar tanto a questão em um nível local, quanto em outros níveis de ação, pois avaliamos a influência de atores de outros níveis de ação, nos processos decisórios locais.

As discussões realizadas nesta tese abrem um espectro para novas pesquisas, em especial, em se tratando de aproveitar, em uma futura abordagem, a contribuição da etnografia para abordar melhor a situação de cisão vivenciada por estas etnias; outro aspecto pertinente para pesquisas futuras seria destrinchar as diferenças entre situação de ação e arena nos casos e nos territórios estudados; cabe também estudar o papel desempenhado pelas ONGs mais atuantes na região para a configuração social dessas novas sociedades emergentes.

Outra temática que pode ser abordada em pesquisas futuras é o conflito geracional em torno do garimpo nas terras indígenas. A imersão dos jovens em uma cultura diferente dos ancestrais, na qual o contato com o capitalismo é mais intenso, parece torna-los mais susceptíveis a alianças com garimpeiros no território. A relação entre o garimpo e as religiões também é outra temática a ser abordada. Apesar da presença forte de religiosos no território, que se utilizam de ferramentas como a bíblia online em Munduruku, não pudemos aferir que os atores relacionados às religiões penetrem diretamente na arena, já que eles não foram

citados pelos entrevistados. Porém pode ser o caso destes atores exercerem uma influência indireta nas arenas, que merece ser investigada.

A tese contribuiu na proposição de alternativas para criação de projetos que de fato sejam passíveis de receber direcionamento de fundos nacionais e internacionais, como por exemplo, o Fundo Amazônia, com finalidade de criar alternativas conservacionistas para os grupos sociais hoje envolvidos. As contribuições alcançadas neste trabalho sugerem alternativas para que estes fundos beneficiem diretamente os atores locais relacionados com as atividades conservacionistas, pelos serviços ecossistêmicos prestados por estes atores. Pesquisas futuras podem abordar com maior profundidade formas de aplicação destes fundos às organizações indígenas, conforme sugerido em nossos resultados.

A concepção relacional adotada nesta tese não havia sido, até então, abordada na literatura acerca do garimpo em terras indígenas no Brasil. Ao trazer à luz os processos sociais ligados à tomada de decisão, bem como à formação de novas sociedades no nível local e regional, a descrição das arenas políticas do garimpo em terras indígenas, se mostrou, a nosso ver, amplamente capaz de contribuir com o debate sobre o tema no campo das Ciências Sociais e para a pesquisa interdisciplinar sobre conservação.

REFERÊNCIAS

- ACUÑA, R. M. The politics of extractive governance: Indigenous peoples and socio-environmental conflicts. **The Extractive Industries and Society**, v. 2, n. 1, p. 85–92, jan. 2015.
- AMAZÔNIA REAL. **Garimpeiros atacam aldeia e incendiam casa de liderança Munduruku**. Disponível em: <<https://amazoniareal.com.br/garimpeiros-atacam-aldeia-e-incendiam-casa-de-lideranca-munduruku/>>. Acesso em: 29 out. 2021.
- ARAGÃO, T. Garimpeiros atacam sede de mulheres Munduruku, no Pará. **Amazônia Real**, 25 mar. 2021.
- ARAÚJO, P. C.; SOUZA, J. N. **Avaliação das emanações de Mercúrio em Garimpos Brasileiros: Fontes de emissão e rotas de processamento**. Rio de Janeiro: CETEM/MCTIC, 2018.
- BAMBERGER, J. Exit and voice in central Brazil: the politics of flight in Kayapó society. Em: **Dialectical societies: the Ge and Bororo of central Brazil**. [s.l.] Harvard University Press, 1979. p. 130–146.
- BAPTISTA, F. M. Descascando o abacaxi da mineração em terras indígenas. Em: RICARDO, F.; ROLLA, A. (Eds.). **Mineração em Terras Indígenas na Amazônia Brasileira**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2005. p. 123–133.
- BARAÚNA, M. **Guerras indígenas na Mundurukânia: Mura x Munduruku (1768 - 1795)**. 1. ed. [s.l.] Appris, 2022.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BASTA, P. C. Garimpo de ouro na Amazônia: a origem da crise sanitária Yanomami. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 39, p. e00111823, 2023.
- BERNARD, H. R. **Research Methods in Anthropology: Qualitative and Quantitative Approaches**. 6. ed. New York, London: Rowman & Littlefield, 2017.
- BLYTHE, J. et al. The dark side of transformation: latent risks in contemporary sustainability discourse. **Antipode**, v. 50, n. 5, p. 1206–1223, 2018.
- BORGES, J. C. —A sociedade brasileira nos fez pobres?: assistência social e autonomia étnica dos povos indígenas. O caso de Dourados, Mato Grosso do Sul. **Horizontes Antropológicos**, v. 22, n. 46, p. 303–328, dez. 2016.
- BOURTON, J. W. Conflict Resolution: Towards Problem Solving. **Peace and conflicts studies journal**, v. 4, 1997.
- BOURTON, J. W. Conflict resolution: The human dimension. **The International Journal for Peace Studies**, v. 3, 1998.
- BOURTON, J. W. Conflict Provention as a Political System. **International Journal of Peace Studies**, v. 6, 2001.
- BRABO, E. DA S. et al. Níveis de mercúrio em peixes consumidos pela comunidade indígena de Sai Cinza na Reserva Munduruku, Município de Jacareacanga, Estado do Pará, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 15, n. 2, p. 325–332, abr. 1999.
- BRASIL. 277. Decreto Lei n.º 277, de 28 de fevereiro de 1967. Decreta o Código de Mineração. . 28 fev. 1967.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. . 1988.

- BRASIL. 7805. Lei n° 7.805, de 18 de Julho de 1989. Altera o Decreto-Lei n°227, de 28 de fevereiro de 1967, cria o regime de permissão de lavra garimpeira, extingue o regime de matrícula, e dá outras providências. . 18 jul. 1989.
- BRASIL. 10088. Decreto Lei n.º 10.088, de 05 de novembro fevereiro de 2019. Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal que dispõem sobre a promulgação de convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho - OIT ratificadas pela República Federativa do Brasil. . 5 nov. 2019.
- BRASIL. PL 191/2020. . 6 fev. 2020.
- BRASIL, J. F. **Decisão id 1402151755. Processo n. 1001893-94.2022.4.01.3905. Subseção Judiciária de Redenção-PA.** Redenção - PA, 30 nov. 2022. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/documentos/2022/decisao_suspensao_cooperativa_garimpo_kayapo_30_nov_2022.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2024
- BRIGHENTI, C. A. Colonialidade do poder e a violência contra os povos indígenas. **Revista Percursos**, p. 103–120, 27 abr. 2016.
- BRONDIZIO, E. S. et al. Making place-based sustainability initiatives visible in the Brazilian Amazon. **Current Opinion in Environmental Sustainability**, v. 49, p. 66–78, 1 abr. 2021.
- BRONDIZIO, E. S.; OSTROM, E.; YOUNG, O. R. Connectivity and the Governance of Multilevel Social-Ecological Systems: The Role of Social Capital. **Annual Review of Environment and Resources**, v. 34, n. Volume 34, 2009, p. 253–278, 21 nov. 2009.
- CALDENHOF, S. B. L. **Mudanças sociais, conflitos e Instituições na Amazônia: os casos do Parque Nacional do Jaú e da Reserva Extrativista do Rio Unini.** Campinas: UNICAMP, 2013.
- CALVIMONTES, J. **Bandidos na Serra do Mar? Conflitos, estratégias e usos múltiplos dos recursos naturais na Mata Atlântica.** Tese de Doutorado—Campinas: NEPAM - UNICAMP, 2013.
- CALVIMONTES, J. et al. Small-scale gold mining and the COVID-19 pandemic: Conflict and cooperation in the Brazilian Amazon. **The Extractive Industries and Society**, v. 7, n. 4, p. 1347–1350, nov. 2020.
- CALVIMONTES, J.; FERREIRA, L. D. C. Bandidos na Serra do Mar? Conflitos, estratégias e usos múltiplos dos recursos naturais na Mata Atlântica de São Paulo. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 38, 31 ago. 2016.
- CAMPOS, S. V. **Mudanças Sociais e Conservação Ambiental na Estação Ecológica Juréia-Itatins: o caso dos despraiados.** Dissertação de Mestrado—Campinas: UNICAMP, 2001.
- CAMPOS, S. V. **Jaú em Jogo: mudanças sociais e conservação ambiental no Parque Nacional do Jaú (AM).** Tese de Doutorado—Campinas: UNICAMP, 2006.
- CARNEIRO, T. MPF questiona FAB sobre voo que levou garimpeiros do PA para reunião com ministro Salles em Brasília | Pará | G1. **G1**, 09 2020.

- CARVALHO, V. H. V. et al. Genomic investigation on genes related to mercury metabolism in Amazonian indigenous populations. **Science of The Total Environment**, v. 923, p. 171232, 2024.
- CASEMIRO, P.; STABILE, A. Garimpo aumentou 787% em terras indígenas entre 2016 e 2022, aponta Inpe. **G1**, 11 fev. 2023.
- CHADE, J. Indígenas e ambientalistas protocolam denúncia contra Bolsonaro na ONU. **UOL**, 11 2022.
- CHERNELA, J.; ZANOTTI, L. Limits to Knowledge: Indigenous Peoples, NGOs, and the Moral Economy in the Eastern Amazon of Brazil. **Conservation and Society**, v. 12, n. 3, p. 306, 2014.
- CIMI. **Violência contra os povos indígenas no Brasil, dados de 2006 a 2007**. [s.l.] Conselho Indigenista Missionário, 2007.
- CIMI. **Violência contra os povos indígenas no Brasil, dados de 2010**. [s.l.] Conselho Indigenista Missionário, 2010.
- CIMI. **Violência contra os povos indígenas no Brasil, dados de 2012**. [s.l.] Conselho Indigenista Missionário, 2012.
- CIMI. **Violência contra os povos indígenas no Brasil, dados de 2013**. [s.l.] Conselho Indigenista Missionário, 2013.
- CIMI. **Violência contra os povos indígenas no Brasil, dados de 2014**. [s.l.] Conselho Indigenista Missionário, 2014.
- CIMI. **Violência contra os povos indígenas no Brasil, dados de 2015**. [s.l.] Conselho Indigenista Missionário, 2015.
- CIMI. **Violência contra os povos indígenas no Brasil, dados de 2016**. [s.l.] Conselho Indigenista Missionário, 2016.
- CIMI. **Violência contra os povos indígenas no Brasil, dados de 2017**. [s.l.] Conselho Indigenista Missionário, 2017.
- CIMI. **Povo Munduruku bloqueia estrada no Pará em protesto contra mineração em terras indígenas**. Disponível em: <<https://cimi.org.br/2019/10/povo-munduruku-bloqueia-estrada-no-para-protesto-contramineracao-terras-indigenas/>>. Acesso em: 29 set. 2024.
- CLEAVER, F. et al. Beyond negotiation? Real governance, hybrid institutions and pastoralism in the Usangu Plains, Tanzania. **Environment, Politics and Development Working Paper Series**, v. 61, 2013.
- COELHO, R. D. **Convocada por Caetano, mobilização nacional contra retrocessos ambientais ganha apoio do MST**. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2022/03/04/convocada-por-caetano-mobilizacao-nacional-contraretrocessos-ambientais-ganha-apoio-do-mst>>. Acesso em: 4 abr. 2024.
- COHN, C. Culturas em transformação: os índios e a civilização. **São Paulo em Perspectiva**, v. 15, p. 36–42, abr. 2001.
- CONKLIN, B. A.; GRAHAM, L. R. The Shifting Middle Ground: Amazonian Indians and Eco-Politics. **American Anthropologist, New Series**, v. 97, n. 4, p. 695–710, 1995.

- COSTA, C.; FELLET, J. Imagens mostram avanço do garimpo ilegal na Amazônia em 2019. **BBC News Brasil**, 25 jul. 2022.
- COUTINHO, M. G. DA N. **Província mineral do Tapajós: geologia, metalogenia e mapa previsional para ouro em SIG**. Rio de Janeiro: CPRM, Serviço Geológico do Brasil, 2008a.
- COUTINHO, M. G. N. Geologia geral da Província Mineral do Tapajós. Em: COUTINHO, M. G. N. (Ed.). **Província Mineral do Tapajós: Geologia, metalogenia e mapa previsional para ouro em SIG**. Rio de Janeiro: CPRM, Serviço Geológico do Brasil, 2008b. p. 35–72.
- CREADO, E. S. J. et al. Entre “tradicional” e “modernos”: negociações de direitos em duas unidades de conservação da Amazônia brasileira. **Ambiente & Sociedade**, v. 11, p. 255–271, 2008.
- CREADO, E. S. J. **Lugares de vida, espaços de lembrança: conflitos e restrições socioambientais no Parque Nacional do Jaú (AM)**. São Paulo: Annablume - FAPESP, 2011.
- CREMERS, L.; KOLEN, J.; DE THEIJE, M. (EDS.). **Small-scale gold mining in the Amazon: the cases of Bolivia, Brazil, Colombia, Peru, and Suriname**. Amsterdam, The Netherlands: Centre for Latin American Studies and Documentation, 2013.
- CUNHA, M. C. D. ÍNDIOS NA CONSTITUIÇÃO. **Novos estudos CEBRAP**, v. 37, p. 429–443, dez. 2018.
- DA CUNHA, M. C. Índios na Constituição. **Novos Estudos**, n. 112, p. 428–443, 2018a.
- DA CUNHA, M. C. **Cultura com aspas**. São Paulo: Ubu Editora, 2018b.
- DA SILVA, C. F. A. et al. The drivers of illegal mining on Indigenous Lands in the Brazilian Amazon. **The Extractive Industries and Society**, v. 16, p. 101354, 2023.
- DA SILVA MONTES, C. et al. The legacy of artisanal gold mining and its impact on fish health from Tapajós Amazonian region: A multi-biomarker approach. **Chemosphere**, v. 287, p. 132263, 2022.
- DE MENEZES BASTOS, R. J. Exegeses yawalapití e kamayurá da criação do Parque Indígena do Xingu ea invenção da saga dos irmãos Villas Boas. **Revista de Antropologia**, p. 391–426, 1987.
- DE MORAES, R. R.; FERREIRA, L. D. C.; DE THEIJE, M. **Elementos influenciadores da tomada de decisão dos Kayapó quanto ao garimpo no território**. Anais do X Encontro Nacional ANPPAS. **Anais...** Em: X ENCONTRO NACIONAL ANPPAS. Campinas: 2021.
- DE THEIJE, M. Forever informal. Em: **Global Gold Production Touching the Ground: Expansion, Informalization and Technological innovational**. Switzerland: Springer Nature Switzerland, 2020. p. 135–151.
- DE THEIJE, M.; SALMAN, T. Conflicts in marginal locations: Small-scale gold-mining in the Amazon. Em: LAHIRI-DUTT, K. (Ed.). **Between the Plough and the Pick: Informal, artisanal and small-scale mining in the contemporary world**. 1st. ed. [s.l.] ANU Press, 2018. p. 261–274.

- DI GIULIO, G. M. et al. Propostas metodológicas em pesquisas sobre risco e adaptação: experiências no Brasil e na Austrália. **Ambiente & Sociedade**, v. 17, p. 35–54, dez. 2014.
- DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- DUSSEL, E. Was America Discovered or Invaded? **Concilium**, v. 220, p. 126–134, 1988.
- EL SAIFI, S. **Atores e conflitos de interesses na Região da Terra do Meio, Estado do Pará**. Doutora em Ciências Sociais—Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 14 maio 2015.
- EXAME. **Bolsonaro assina projeto de garimpo em terra indígena**. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/bolsonaro-assina-projeto-de-garimpo-em-terra-indigena/>>. Acesso em: 4 abr. 2024.
- FARIAS, M. C.; JARDIM WANDERLEY, L. O avanço da Covid-19 sobre os povos indígenas amazônicos: A extração mineral como vetor da doença e a luta em defesa dos territórios. **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**, v. 3, n. 1, p. 107, 29 jun. 2021.
- FEITAL, M. **CLIMATE CHANGE AND HUMAN DISPLACEMENT: A SOCIOLOGICAL CONTRIBUTION TO UNDERSTAND TRANSITIONAL SOCIETIES**. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 2019.
- FEITAL, M. D. S. **Conflitos e arenas decisórias de grandes projetos de infraestrutura: uma discussão do Porto de São Sebastião – São Paulo - Brasil**. Tese de Doutorado—[s.l.] UNICAMP, 2014.
- FERREIRA, L. DA C. Dimensões humanas da biodiversidade: mudanças sociais e conflitos em torno de áreas protegidas no Vale do Ribeira, SP, Brasil. **Ambiente & Sociedade**, v. 7, p. 47–66, jun. 2004.
- FERREIRA, L. DA C. Conflitos sociais e o uso de recursos naturais: breve comentários sobre modelos técnicos e linhas de pesquisa. **Política & Sociedade**, v. 7, p. 105–118, 2005.
- FERREIRA, L. DA C. A equação dinâmica entre conflitos sociais, recursos naturais e desastres ambientais: o estado da arte e uma proposta teórica. **VI Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade Anais [...]**, Belém: ANPPAS, 2012.
- FERREIRA, L. DA C. et al. Conflictos entre expansión urbana y cobertura vegetal y sus consecuencias para los cambios ambientales globales: um estudo em el litoral del estado de São Paulo, Brasil. Em: **Clima de Tensão Ação humana, biodiversidade e mudanças climáticas**. Campinas: Unicamp, 2017. p. 29–54.
- Find Data - Brazil**. Disponível em: <<https://www.delvedatabase.org/data/countries/brazil>>. Acesso em: 26 mar. 2024.
- FISHER, E. et al. Transforming matters: sustaining gold lifeways in artisanal and small-scale mining. **Current Opinion in Environmental Sustainability**, v. 49, p. 190–200, abr. 2021.
- FISHER, E.; BRONDIZIO, E.; BOYD, E. Critical social science perspectives on transformations to sustainability. **Current Opinion in Environmental Sustainability**, v. 55, p. 101160, 1 abr. 2022.

- FUNAI. **Relatório Munduruku Projeto de Diagnóstico do Funcionamento dos Polos Base que atendem às Terras Indígenas prioritárias no âmbito da ADPF 709 e Mapeamento das Medicinas Indígenas**. Brasília: [s.n.]. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/Sumario_6885944_Sumario_executivo_Munduruku.pdf>.
- G1. **Garimpeiros atacam pelo oitavo dia seguido comunidade Yanomami em Roraima**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/05/17/garimpeiros-atacam-pelo-oitavo-dia-seguido-comunidade-yanomami-em-roraima.ghtml>>. Acesso em: 29 out. 2021.
- G1. O que frases e medidas de Bolsonaro mostram sobre visão dos indígenas? Veja em 3 pontos. **G1**, 16 mar. 2022.
- G1 AMAZONAS. **Agência Nacional de Mineração é condenada a negar pedidos de exploração em terras indígenas do AM**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2021/08/03/agencia-nacional-de-mineracao-e-condenada-a-negar-pedidos-de-exploracao-em-terras-indigenas-do-am.ghtml>>.
- G1 MT. Mais de 800 indígenas se reúnem no 1º dia do “Chamado do Raoni” em aldeia de MT | Mato Grosso | G1. **G1**, 07 2023.
- GARCIA, H. M. et al. Pandemic of hunger: the severe nutritional deficiency that kills Yanomami ethnic children. **Journal of Pediatric Nursing**, v. 65, p. e1–e2, 2022.
- GEENEN, S. Hybrid governance in mining concessions in Ghana. 2016.
- GEISER, G. C. **LAUDO DE PERICIA CRIMINAL FEDERAL**. Santarém, PA: Polícia Federal, 2018.
- GLOBO RURAL. **Índios plantam soja no Mato Grosso e levantam polêmica | Globo Rural | G1**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/agronegocios/globorural/noticia/2019/03/17/indios-plantam-soja-no-mato-grosso-e-levantam-polemica.ghtml>>. Acesso em: 4 abr. 2024.
- GOMES, M. P. **Os Índios e o Brasil: passado, presente e futuro**. São Paulo: Editora Contexto, 2012.
- GONÇALVES, A. et al. Contaminação do mercúrio em populações de garimpos de ouro em área da Amazônia legal: apurando o diagnóstico da realidade Kayapó. **Salusvita**, p. 37–52, 1999.
- GONÇALVES, A. et al. Intoxicação humana pelo mercúrio: revisão clínica e evidências de genotoxicidade em populações da Amazônia Legal. p. 6, 2002.
- HANNIGAN, J. **Environmental Sociology**. 4. ed. London: Routledge, 2022.
- HERMWILLE, L. The role of narratives in socio-technical transitions—Fukushima and the energy regimes of Japan, Germany, and the United Kingdom. **Energy Research & Social Science**, v. 11, p. 237–246, 1 jan. 2016.
- HILSON, G.; MCQUILKEN, J. Moving overseas? Critical reflections on the implementation of Latin American ethical gold schemes in Sub-Saharan Africa. Em: **Mining in Latin America**. [s.l.] Routledge, 2016. p. 182–207.
- HINTON, J. J.; VEIGA, M. M.; VEIGA, A. T. C. Clean artisanal gold mining: a utopian approach? **Journal of Cleaner Production**, v. 11, n. 2, p. 99–115, mar. 2003.

- HÖFLING, E. D. M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos CEDES**, v. 21, n. 55, p. 30–41, nov. 2001.
- HOOK, A. Mapping contention: Mining property expansion, Amerindian land titling, and livelihood hybridity in Guyana’s small-scale gold mining landscape. **Geoforum**, v. 106, p. 48–67, nov. 2019.
- HORAK, M. Transforming the Traditional: Indigenous Amazonian Resource Regimes and Resource Capture by External Actors -The Case of Brazil’s Kayapo. **The Journal of Environment & Development**, v. 7, n. 1, p. 32–44, mar. 1998.
- IBGE. **Mapa das divisões hidrográficas do Brasil**, 2021.
- IBGE. **Jacareacanga (PA) - Cidades e Estados**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/jacareacanga.html>>. Acesso em: 27 mar. 2024.
- IBRAM. **Posicionamento IBRAM – Mineração em Terras indígenas**. Disponível em: <<https://ibram.org.br/posicionamento-setorial/posicionamento-ibram-mineracao-em-terras-indigenas-2/>>. Acesso em: 4 abr. 2024.
- IMAZON. **Impactos da Garimpagem de Ouro na Amazônia (nº 2)**. Disponível em: <<https://imazon.org.br/impactos-da-garimpagem-de-ouro-na-amazonia-n-2/>>. Acesso em: 29 out. 2021.
- INSTITUTO KABU. **Garimpo e Cisão**. Disponível em: <<https://www.kabu.org.br/garimpo-e-cisao/>>.
- ISA. **8. Sudoeste do Pará**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/SudestedoPara.pdf>>. Acesso em: 2 abr. 2024.
- ISA. **Organizações indígenas - Povos Indígenas no Brasil**. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Organiza%C3%A7%C3%B5es_ind%C3%ADgenas>. Acesso em: 29 set. 2024.
- IUBEL, A. F. Terras de Ouro: Narrativas e experiências indígenas e não indígenas acerca do garimpo de ouro na Amazônia Brasileira. **Anuário Antropológico**, n. v.45 n.1, p. 289–305, 11 jan. 2020.
- IUBEL, A.; LEIRNER, P. Políticas da hierarquia e movimentos da política no alto Rio Negro: algumas transformações indígenas. **Etnografica**, n. vol. 23 (2), p. 391–413, 1 jun. 2019.
- JUNIOR, C. DE M. B.; DE CARVALHO, L. G. Transformations in artisanal and small-scale gold mining work and production structures in the tapajós region of Brazil’s amazon. **Resources Policy**, v. 83, p. 103597, 2023.
- JUSTO, A. P. et al. **MINERAÇÃO EM TERRAS INDÍGENAS: UM POSICIONAMENTO NECESSÁRIO**. FEBRAGEO - Federação Brasileira de Geólogos, , 6 dez. 2020. Disponível em: <<https://www.febrageo.org.br/downloads/Minera%C3%A7%C3%A3o-em-Terras-Ind%C3%ADgenas.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2024
- KOLEN, J.; DE SMET, E.; DE THEIJE, M. –We are all Garimpeiros:” Settlement and Movement in Communities of the Tapajós Small-Scale Gold Mining Reserve: We Are All Garimpeiros. **The Journal of Latin American and Caribbean Anthropology**, v. 23, n. 1, p. 169–188, mar. 2018.

- KOLEN, J.; DE THEIJE, M.; MATHIS, A. A. Formalized small-scale gold mining in the Brazilian Amazon: an activity surrounded by informality. Em: CREMERS, L.; KOLEN, J.; DE THEIJE, M. (Eds.). **Small-scale Gold Mining in the Amazon. The cases of Bolivia, Brazil, Colombia, Peru and Suriname**. Amsterdam: CEDLA, 2013. p. 31–45.
- KOPENAWA, D. **A queda do céu - Palavras de um xamã Yanomami**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- KYRILLOS, G. M. A CONSTITUINTE E A DEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL: QUESTÃO INDÍGENA E SUPERAÇÃO FORMAL DO PARADIGMA ASSIMILACIONISTA. **RJLB**, v. 1, n. 2, p. 703–745, 2015.
- LACERDA, L. D. DE; SALOMONS, W. **Mercúrio na Amazônia: uma bomba relógio química?** Rio de Janeiro, RJ, Brasil: CETEM/CNPq, 1992.
- LEA, V. **Riquezas intangíveis de pessoas partíveis: os Mebêngôkre (Kayapó) do Brasil Central**. São Paulo: Edusp, 2012.
- LEA, V. R. Desnaturalizando gênero na sociedade Mebengôkre. **Revista Estudos Feministas**, p. 176–176, 1999.
- LEACH, M. et al. Transforming innovation for sustainability. **Ecology and society**, v. 17, n. 2, 2012.
- LEINER, P. DE C. A formação do Estado numa perspectiva antropológica. **Revista Estudos Históricos**, v. 2, n. 32, p. 194–205, 2003.
- LEITE, J. C. F. Proteção E Incorporação: A Questão Indígena No Pensamento Político Do Positivismo Ortodoxo. **Revista de Antropologia**, v. 30/32, p. 255–275, 1987.
- LENZI, C. L. **Sociologia ambiental: risco e sustentabilidade na modernidade**. Bauru: Edusc, 2006.
- LEONEL, M. **A morte social dos rios**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998.
- LIMA, D.; POZZOBON, J. Amazônia socioambiental: sustentabilidade ecológica e diversidade social. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 54, p. 45–76, ago. 2005.
- LINO, A. S. et al. Total and methyl mercury distribution in water, sediment, plankton and fish along the Tapajós River basin in the Brazilian Amazon. **Chemosphere**, v. 235, p. 690–700, 1 nov. 2019.
- LOURES, R. The Karodaybi Government and its Invincible Warriors: the Munduruku Ipereğ Ayũ Movement versus large construction projects in the Amazon. **Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology**, v. 15, p. e152404, 8 nov. 2018.
- LOURES, R. S. P. **Governo Karodaybi: o movimento Ipereğ Ayũ e a resistência Munduruku**. Dissertação de Mestrado—Santarém PA: Universidade Federal do Oeste do Pará, 4 abr. 2017.
- LUNING, S.; PIJERS, R. J. Governing access to gold in Ghana: in-depth geopolitics on mining concessions. **Africa**, v. 87, n. 4, p. 758–779, nov. 2017.
- Marcelo Xavier, presidente da Fundação Nacional do Índio**. : Brasil em pauta., 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=8mP9I5gdkWY>>
- MARTINS, V. **Censo do IBGE 2022: Pará tem 80,9 mil indígenas**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2023/08/07/censo-do-ibge-2022-para-tem-809-mil-indigenas.ghtml>>. Acesso em: 27 mar. 2024.

- MARTINS-FILHO, P. R. et al. The increase in cases and deaths from malaria in the Brazilian Yanomami territory is associated with the spread of illegal gold mining in the region: A 20-year ecological study. **Travel medicine and infectious disease**, v. 57, p. 102686, 2024.
- MASSARO, L. et al. Balancing economic development and environmental responsibility: Perceptions from communities of garimpeiros in the Brazilian Amazon. **Resources Policy**, v. 79, p. 103063, 2022.
- MASSARO, L.; DE THEIJE, M. Understanding small-scale gold mining practices: An anthropological study on technological innovation in the Vale do Rio Peixoto (Mato Grosso, Brazil). **Journal of Cleaner Production**, v. 204, p. 618–635, 2018.
- MAZUI, G. Após transferir demarcações para Agricultura, Bolsonaro diz que vai “integrar” índios e quilombolas. **G1**, 2 jan. 2019.
- MENDES, A. B. V. et al. **Processos decisórios envolvendo populações que residem no Parque Nacional do Jaú (AM)**. . Em: III ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE AMBIENTE E SOCIEDADE. 2006.
- MENDES, S. U. R. **Avaliação dos teores de mercúrio em cabelos de crianças residentes em área de garimpo no município de Chapada de Natividade - Tocantins**. Mestrado em Tecnologia Nuclear - Aplicações—São Paulo: Universidade de São Paulo, 8 set. 2017.
- MERTENS, B. et al. Crossing spatial analyses and livestock economics to understand deforestation processes in the Brazilian Amazon: the case of Sao Felix do Xingu in South Para. **Agricultural economics**, v. 27, n. 3, p. 269–294, 2002.
- MILLER, F. et al. Resilience and vulnerability: complementary or conflicting concepts? **Ecology and Society**, v. 15, n. 3, 2010.
- MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Ofício nº 144/2019/PRM/ATM/GAB1**. , 3 abr. 2019. Disponível em: <<https://ox.socioambiental.org/sites/default/files/ficha-tecnica//node/237/edit/2020-08/PRM-ATM-PA-00003283.2019.pdf>>
- MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Mineração ilegal de ouro na Amazônia: marcos jurídicos e questões controversas**. Câmara de Coordenação e Revisão, , 2020.
- MODELLI, L. **Mineração na Amazônia bate recordes de desmate nos últimos dois anos e avança sobre áreas de conservação**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/natureza/noticia/2020/12/06/mineracao-na-amazonia-bate-recordes-de-desmate-nos-ultimos-dois-anos-e-avanca-sobre-areas-de-conservacao.ghtml>>. Acesso em: 29 out. 2021.
- MOLINA, L.; WANDERLEY, L. **O cerco do ouro: garimpo ilegal, destruição e lutas em terras Munduruku**. Brasília: Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, 2021.
- MURATORI, M. Quem é o Grupo de Agricultores Indígenas do Brasil, citado por Bolsonaro na ONU. **Estado de Minas**, 24 set. 2019.
- NEPOMUCENO, Í. T. R. Territórios Munduruku e tensões com garimpos e mineração no Alto e Médio Tapajós. Em: WAGNER, A. et al. (Eds.). **Mineração e garimpo em terras tradicionalmente ocupadas: Conflitos Sociais e Mobilizações Étnicas**. Manaus - AM: UEA Edições, 2019. p. 93–106.

- NEVES, R. C. **O ícone Raoni: líder indígena Mebêngôkre no cenário global**. Mestrado em Antropologia Social—Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 28 mar. 2014.
- NICO, O. M. S. et al. A responsible mining approach to the economic modeling of small-scale gold mining. **World Development Perspectives**, v. 33, p. 100561, 2024.
- NOTÍCIAS DE MINERAÇÃO BRASIL. **Valorização acumulada do ouro atinge 56,2% em 1 ano**. Disponível em: <<https://www.noticiasdemineracao.com/finan%C3%A7as/news/1401005/valoriza%C3%A7%C3%A3o-acumulada-do-ouro-atinge-56-2-em-1-ano>>. Acesso em: 29 out. 2021.
- OLIVEIRA, J. C. Funai defende produção em terras indígenas; oposição denuncia “política anti-indigenista” do órgão - Notícias. **Portal da Câmara dos Deputados**, 11 ago. 2021.
- OSTROM, E. **Governing the commons: the evolution of institutions for collective action**. Cambridge ; New York: Cambridge University Press, 1990.
- OSTROM, E. Doing Institutional Analysis Digging Deeper Than Markets and Hierarchies. Em: MENARD, C.; SHIRLEY, M. M. (Eds.). **Handbook of New Institutional Economics**. Boston, MA: Springer US, 2005. p. 819–848.
- OSTROM, E. Background on the Institutional Analysis and Development Framework: Ostrom: Institutional Analysis and Development Framework. **Policy Studies Journal**, v. 39, n. 1, p. 7–27, fev. 2011.
- OVIEDO, A. F. P.; SENRA, E. B. Modificando a trajetória de degradação do garimpo em Terras Indígenas. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 39, p. e00111223, 4 dez. 2023.
- PEREIRA CHAGAS, R. Narcogarimpo: las afinidades electivas entre los frentes de minería ilegal y la expansión del narcotráfico en la Amazonía brasileira. **URVIO: Revista Latinoamericana de Estudios de Seguridad**, n. 38, p. 32–48, 2024.
- PORTO, M. F. DE S.; ROCHA, D. Neoextrativismo, garimpo e vulnerabilização dos povos indígenas como expressão de um colonialismo persistente no Brasil. **Saúde em Debate**, v. 46, p. 487–500, 2022.
- POVO MUNDURUKU. **Protocolo de Consulta Munduruku - 2014**. , 14 dez. 2014. Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2016/07/Protocolo-de-consulta-Munduruku.pdf>>. Acesso em: 4 abr. 2024
- PRASNIEWSKI, V. M. et al. Economic, environmental and social threats of a mining exploration proposal on indigenous lands of Brazil. **Acta Amazonica**, v. 54, p. e54fo23192, 2024.
- QUEIROZ, J. et al. Socioeconomic cost of dredge boat gold mining in the Tapajós basin, eastern Amazon. **Resources Policy**, v. 79, p. 103102, dez. 2022.
- RABBEN, L. **Brazil’s Indians and the Onslaught of Civilization: the Yanomami and the Kayapó**. Seattle: University of Washington Press, 2004.
- RAMOS, A. R. **Indigenism: ethnic politics in Brazil**. Madison: Univ of Wisconsin Press, 1998.

- RAMOS, A. R. A.; ABRAHÃO, B. A.; RODRIGUES, F. DOS S. Vazios de poder estatal no garimpo Yanomami – Amazônia Brasileira. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 3, p. 15753–15771, 2020.
- REIMANN, C. Assessing the State-of-the-Art in Conflict Transformation. Em: AUSTIN, A.; FISCHER, M.; ROPERS, N. (Eds.). **Transforming Ethnopolitical Conflict**. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften, 2004. p. 41–66.
- RENN, O. The social arena concept of risk debates. Em: KRIMSKY, S.; GOLDING, D. (Eds.). **Social Theories of Risk**. Praeger: Westport, 1992. p. 179–196.
- RIBEIRO, D. **Os índios e a civilização**. São Paulo: Global, 2017.
- ROBORTELLA, D. R. et al. Prospective assessment of malaria infection in a semi-isolated Amazonian indigenous Yanomami community: Transmission heterogeneity and predominance of submicroscopic infection. **PloS one**, v. 15, n. 3, p. e0230643, 2020.
- ROE, E. **Narrative Policy Analysis: Theory and Practice**. Durham e Londres: Duke University Press, 1994.
- ROLLA, A.; RICARDO, F. **Mineração em Terras Indígenas na Amazônia Brasileira**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2013.
- RORATO, A. C. et al. Brazilian amazon indigenous peoples threatened by mining bill. **Environmental Research Letters**, v. 15, n. 10, p. 1040a3, 16 out. 2020.
- SÁ, A. L. DE et al. Exposição humana ao mercúrio na região Oeste do Estado do Pará. **Revista Paraense de Medicina**, v. 20, n. 1, mar. 2006.
- SALMAN, T.; DE THEIJE, M. Analysing conflicts around small-scale gold mining in the Amazon: the contribution of a multi-temporal model. **The Extractive Industries and Society**, v. 4, n. 3, p. 586–594, 2017.
- SANTOS, G. V. DOS. **Conflitos territoriais no Brasil e o Movimento Indígena contemporâneo**. Dissertação de Mestrado—Bauru-SP: UNESP, 2019.
- SANTOS, E. C. DE O. et al. Exposição ao mercúrio e ao arsênio em Estados da Amazônia: síntese dos estudos do Instituto Evandro Chagas/FUNASA. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 6, n. 2, p. 171–185, jun. 2003.
- SASSINI, V. **Aldeias de terra indígena dividida pelo garimpo fazem acordo por escrito para barrar atividade**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2022/10/aldeias-de-terra-indigena-dividida-pelo-garimpo-fazem-acordo-por-escrito-para-barrar-atividade.shtml>>. Acesso em: 2 abr. 2024.
- SCOFIELD, L. Indígenas de todo o Brasil ocupam Brasília em defesa de seus direitos e territórios. **Brasil de Fato**, 8 abr. 2022.
- SCOONES, I. The Politics of Sustainability and Development | Annual Review of Environment and Resources. **Annual Review of Environment and Resources**, n. 41, p. 293–319, 2016.
- SCOONES, I. et al. **Transformations to Sustainability**. [s.l.] ESRC STEPS Centre, 2018.
- SEEGER, A. What Can We Learn When They Sing? Vocal Genres of the Suyá Indians of Central Brazil. **Ethnomusicology**, v. 23, n. 3, p. 373–394, 1979.

- SILVINO, A. S. **A conservação da caatinga entre arenas políticas do semiárido brasileiro**. Tese de Doutorado—Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2019.
- SINISGALLI, P. A. DE A. et al. Discussão crítica do conceito de serviços ecossistêmicos. Em: JACOBI, P. R. et al. (Eds.). **Governança ambiental na macrometrópole paulista face à variabilidade climática**. São Paulo: Fapesp, 2022. p. 397–409.
- SIQUEIRA-GAY, J. et al. Proposed Legislation to Mine Brazil's Indigenous Lands Will Threaten Amazon Forests and Their Valuable Ecosystem Services. **One Earth**, v. 3, n. 3, p. 356–362, set. 2020.
- SOUZA LIMA, A. C. (ED.). **Gestar e gerir: estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- SPOSATI, R. Selvageria estatal contra o povo Munduruku. Em: CIMI (Ed.). **Violência contra os povos indígenas no Brasil, dados de 2012**. [s.l.: s.n.]. p. 20–30.
- STABILE, A. Indígenas brasileiros denunciam na ONU “violação frontal” com Marco Temporal no Congresso e cobram veto de Lula. **G1**, 09 2023.
- STIRLING, A. Risk, precaution and science: towards a more constructive policy debate: talking point on the precautionary principle. **EMBO reports**, v. 8, n. 4, p. 309–315, 2007.
- SZTUTMAN, R. Do dois ao múltiplo na terra do um: a experiência antropológica de David Maybury-Lewis. **Revista de Antropologia**, v. 45, p. 443–476, 2002.
- TORRES-WONG, M.; JIMENEZ-SANDOVAL, A. Indigenous resource governance as an alternative to mining: Redefining the boundaries of indigenous participation. **The Extractive Industries and Society**, v. 9, p. 101001, 1 mar. 2022.
- TURNER, T. Da Cosmologia à História: resitência, adaptação e consciência social entre os Kayapó. **Cadernos de Campo (São Paulo - 1991)**, v. 1, n. 1, p. 68–85, 1991.
- TURNER, T. The Role of Indigenous Peoples in the Environmental Crisis: The Example of the Kayapo of the Brazilian Amazon. **Perspectives in Biology and Medicine**, v. 36, n. 3, p. 526–545, 1993.
- TURNER, T. Neoliberal ecopolitics and indigenous peoples: the Kayapo, the “Rainforest Harvest,” and The Body Shop. **Yale F & ES Bulletin**, v. 98, p. 113–127, 1995.
- TURNER, T.; FAJANS-TURNER, V. Political innovation and inter-ethnic alliance: Kayapo resistance to the developmentalist state. **Anthropology Today**, v. 22, n. 5, p. 3–10, out. 2006.
- TURNER, T. S. **Social structure and political organization among the Northern Cayapo**. [s.l.] Harvard University, 1965.
- VÄYRYNEN, R. **New directions in conflict theory: conflict resolution and conflict transformation**. London ; Newbury Park, Calif: Sage Publications, 1991.
- VEGA, C. et al. Human Mercury Exposure in Yanomami Indigenous Villages from the Brazilian Amazon. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 15, n. 6, p. 1051, 23 maio 2018.
- VERSTEGEN, J. A.; RORATO, A. C. Mining requests in Brazil's indigenous lands finally removed, but the battle continues. **Environmental Research Letters**, v. 18, n. 10, p. 101003, 2023.

- VERSWIJVER, G. **The club-fighters of the Amazon: Warfare among the Kaiapó Indians of Central Brazil**. Gent: Rijksuniversitet, 1992.
- VERSWIJVER, G. **O impacto da rodovia br-163 na vida atual dos índios Mekrãnoti: Relatório de Certas Atividades do Instituto Kabu no Quadro do PBA – Componente Indígena (2010)**. Novo Progresso PA: Instituto Kabu, 2010.
- VIANNA, L. P. **De invisíveis a protagonistas: populações tradicionais e unidades de conservação**. São Paulo: Annablume Editora, 2008.
- VIGLIO, J. E. **Usos sociais e políticos da ciência na definição de riscos e impactos ambientais do setor de petróleo e gás**. Campinas: UNICAMP, 2012.
- VIGLIO, J. E. et al. Narrativas científicas sobre petróleo e mudanças do clima e suas reverberações na política climática brasileira. **Sociologias**, v. 21, p. 124–158, 2 set. 2019.
- VILLÉN-PÉREZ, S. et al. Mining threatens isolated indigenous peoples in the Brazilian Amazon. **Global Environmental Change**, v. 72, p. 102398, 2022.
- VIVEIROS DE CASTRO, E. **Etnologia brasileira. O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**, v. 1, p. 109–223, 1999.
- VIVEIROS DE CASTRO, E. Atualização e contra-efetuação do virtual na socialidade amazônica: o processo de parentesco. **Ilha Revista de Antropologia**, v. 2, n. 1, p. 5–46, 2000.
- WALTER, M.; URKIDI, L. Community mining consultations in Latin America (2002–2012): The contested emergence of a hybrid institution for participation. **Geoforum**, v. 84, p. 265–279, ago. 2017.
- WANDERLEY, L. **Geografia do ouro na Amazônia brasileira: uma análise a partir da porção meridional**. Tese de Doutorado—[s.l.] Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.
- WATTS, J. Health emergency over Brazil's Yanomami people. **The Lancet**, v. 401, n. 10377, p. 631, 2023.
- WEBER, M. **Ensaio de Sociologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- XINGU +. **Corredor Xingu**. Disponível em: <<https://xingumais.org.br/corredor-xingu>>. Acesso em: 27 mar. 2024.
- YEARLEY, S. The Value of Environmental Sociology: Towards a Sociology of the Sustainable Society. Em: YEARLEY, S. (Ed.). **Cultures of Environmentalism: Empirical Studies in Environmental Sociology**. London: Palgrave Macmillan, 2005. p. 176–184.
- ZANOTTI, L. Economic Diversification and Sustainable Development: The Role Non-timber Forest Products Play in the Monetization of Kayapó Livelihoods. **Journal of Ecological Anthropology**, v. 13, n. 1, p. 26–41, jan. 2009.
- ZANOTTI, L. The Politics of Possession: The Proliferation of Partnerships in the Brazilian Amazon. **PoLAR: Political and Legal Anthropology Review**, v. 34, n. 2, p. 290–314, nov. 2011.
- ZANOTTI, L.; CHERNELA, J. Conflicting Cultures of Nature: Ecotourism, Education and the Kayapó of the Brazilian Amazon. **Tourism Geographies**, v. 10, n. 4, p. 495–521, 24 out. 2008.

ZIMMERMAN, B. et al. Conservation and development alliances with the Kayapó of southeastern Amazonia, a tropical forest indigenous people. **Environmental Conservation**, v. 28, n. 1, p. 10–22, mar. 2001.

ANEXOS

Anexo1 - Entrevistas realizadas

Local - Data da realização da entrevista	Data da entrevista	Níveis de arena	de	Metodologia	Coletiva/ Individual	Entrevistado(a)s
SINOP -MT (Julho - Agosto/2019): 1º trabalho de campo		Local, Regional		SE	Coletiva	Agente da Polícia Federal
REGIÃO DE PEIXOTO AZEVEDO -MT (Julho - Agosto/2019): 1º trabalho de campo		Transnacional, nacional, regional, local		NE	Individual	Cacique Raoni, liderança Kayapó, presidente do Instituto Raoni
		Regional, Local		SE	Coletiva	Engenheiro da Companhia de Mineração Matogrossense (METAMAT) ¹
				SE	Coletiva	Presidente da Cooperativa Dos Garimpeiros de Moraes Almeida e Transgarimpeira (COOPERTRANS) ¹
				SE	Coletiva	Presidente da Cooperativa dos garimpeiros do Vale do Rio Peixoto (COOGAVEPE)
				SE	Individual	Cacique da etnia Terena ²
				SE	Individual	Cacique da etnia Terena ²
				SE	Coletiva	Presidente da Cooperativa mista dos garimpeiros de Peixoto de Azevedo (COOMIPAZ)
				SE	Individual	Cacique da etnia Terena ³
				SE	Individual	Liderança da etnia Terena ³
				SE	Individual	Funcionária do Dist. Sanitário indígena (indígena Kayapó)
				SE	Individual	Coordenador geral do Instituto Raoni
				SE	Coletiva	Presidente da Cooperativa dos garimpeiros do Vale do Rio Peixoto (COOGAVEPE)
		Local		NE	Coletiva	Dono de draga
				NE	Coletiva	Comerciante e ex-cozinheira de garimpo
				SE	Individual	Funcionário do Instituto Raoni
				SE	Individual	Chefe da Coordenação Técnica Local (CTL) da FUNAI (indígena Kayapó)
				SE	Individual	Dono de garimpo ⁴
				SE	Individual	Dono de garimpo ⁴
				NE	Coletiva	Secretária da Companhia de Mineração Matogrossense (METAMAT)
				SE	Coletiva	Garimpeiro
CASTELO DOS SONHOS -PA (Julho - Agosto/2019): 1º trabalho de campo		Local		NE	Coletiva	Secretária da Cooperativa dos Garimpeiros e Mineradores do Brasil (COOGAMIBRA)
				SE	Coletiva	Subprefeito do distrito de Castelo dos Sonhos
				SE	Individual	Comerciante
				NE	Individual	Indígena Kayapó
				NE	Coletiva	Garimpeiro

		NE	Coletiva	Garimpeiro
		SE	Coletiva	Garimpeiro
		SE	Coletiva	Dono de garimpo
NOVO PROGRESSO -PA (Julho - Agosto/2019): 1º trabalho de campo	Regional,	NE	Individual	Cacique da etnia Kayapó ⁵
	Local	NE	Individual	Liderança Kayapó ⁵
		SE	Individual	Coordenador do Instituto Kabu, etnia Kayapó
	Local	NE	Individual	Funcionária do Instituto Kabu
		NE	Individual	Garimpeiro e comerciante
		NE	Individual	Ex-cozinheira de garimpo
		SE	Individual	Indígena Kayapó, membro do Instituto Kabu
	SE	Individual	Funcionário da Casa de Saúde Indígena (CASAI)	
	SE	Individual	Chefe da Coordenação Técnica Local (CTL) da FUNAI	
MORAIS DE ALMEIDA -PA (Julho - Agosto/2019): 1º trabalho de campo	Local	NE	Coletiva	Comerciante
		NE	Coletiva	Secretária da Cooperativa Dos Garimpeiros de Moraes Almeida e Transgarimpeira (COOPETRANS)
CREPORIZÃO PA (Julho - Agosto/2019): 1º trabalho de campo	Regional, local	SE	Coletiva	Presidente da Cooperativa de Desenvolvimento de Creporizão (Coomidec)
		SE	Coletiva	Dono de garimpo, subprefeito
		SE	Coletiva	Piloto de garimpo
	Local	SE	Individual	Garimpeiro
		SE	Coletiva	Comerciante e dono de garimpo
		NE	Individual	Comerciante
		SE	Coletiva	Dono de garimpo
		NE	Individual	Moradora
	NE	Coletiva	Comerciante	
ITAITUBA -PA (Julho - Agosto/2019): 1º trabalho de campo	Nacional, regional, local	SE	Coletiva	Presidente da Associação das Mineradoras de Ouro do Tapajós (AMOT), dono de garimpo
	Regional, local	SE	Coletiva	Coordenador do ICMBio ⁶
		SE	Coletiva	Coordenador do ICMBio ⁶
		SE	Coletiva	Coordenador do ICMBio ⁶
		SE	Individual	Coordenador do de promoção aos direitos sociais e cidadania da Funai
		SE	Individual	Vice cacique Aldeia Praia do Mangue - Munduruku
	Local	SE	Coletiva	Funcionário do setor de licenciamento Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) ⁷
SE		Coletiva	Funcionária do setor de licenciamento Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) ⁷	
SANTARÉM -PA (Julho - Agosto/2019): 1º trabalho de campo	Nacional, regional	SE	Coletiva	Procurador do Ministério Público Federal e assessor (2 entrevistados) ⁸
		SE	Coletiva	assessor do promotor ⁸
	Regional, local	SE	Coletiva	Coordenador da fiscalização ⁹
		SE	Coletiva	fiscal do IBAMA ⁹
		SE	Coletiva	Agente da Polícia Federal
BRASÍLIA - DF (Outubro/2019)	Internacional, nacional	SE	Individual	Ex-técnico do Fundo Amazônia

	Nacional	SE	Individual	Assessor político da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)
		SE	Individual	Sócio fundador do Instituto Socioambiental (ISA)
		SE	Individual	Superintendente de licenciamento da Agência Nacional da Mineração (ANM) ¹⁰
		SE	Individual	Assessor técnico da Agência Nacional da Mineração (ANM) ¹⁰
		NE	Individual	Assessora da deputada federal Joênia Wapishana
		NE	Individual	Deputado Aírton Faleiro
BELÉM -PA (Dezembro/2019 - Janeiro/2020): 2º trabalho de campo	Regional	SE	Individual	Professora da UFPA, ex-Secretária Adjunta de Estado nas Secretarias de Desenvolvimento Econômico, de Indústria, Comércio e Mineração e de Ciência e Tecnologia.
		SE	Individual	Coordenadora de fiscalização da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS)
		SE	Individual	Diretor da Secretaria estadual de Desenvolvimento econômico, mineração e energia (SEDEME)
SANTARÉM -PA (Dezembro/2019 - Janeiro/2020): 2º trabalho de campo	Local	NE	Individual	Indígena Munduruku
		NE	Individual	ex-funcionária da Casa de Saúde Indígena (CASAI) Jacareacanga
		NE	Individual	Gerente do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora)
ITAITUBA -PA (Dezembro/2019 - Janeiro/2020): 2º trabalho de campo	Local	SE	Individual	Indígena Munduruku, dono de máquinas
	Nacional, regional, local	SE	Individual	Presidente da Federação das cooperativas de garimpeiros do Tapajós (Fecogat)
JACAREACANGA -PA (Dezembro/2019 - Janeiro/2020): 2º trabalho de campo	Regional, local	NE	Individual	Funcionária do Ministério Público Estadual
		SE	Individual	Vice-prefeito indígena
		SE	Individual	Coordenador da Associação Pusuru
	Local	SE	Individual	liderança mundurucu
		SE	Individual	ex-funcionário da CASAI
		NE	Individual	garimpeiro
		SE	Individual	Liderança indígena, garimpeiro
		NE	Individual	fretadores de óleo no porto
		NE	Individual	Garimpeiro
		NE	Individual	Operador de máquinas
		NE	Individual	Garimpeiro indígena
		NE	Individual	Vereadora
		SE	Individual	Secretário Municipal de meio ambiente e turismo
NE	Individual	Comerciante, ex-cozinheira de garimpo		
NOVO PROGRESSO -PA (Dezembro/2019 - Janeiro/2020): 2º trabalho de campo	Regional, local	SE	Individual	Ex-garimpeiro/presidente do sindicato dos garimpeiros /Coordenador de mineração do município
		NE	Individual	Dono de jornal regional Folha do Progresso
		SE	Individual	Presidente da associação indígena a favor do garimpo
		SE	Individual	Presidente da associação indígena a

			favor do garimpo
	SE	Individual	vice-cacique da aldeia Kamaú, Kayapó
	NE	Individual	Grupo de Lideranças indígenas a favor do garimpo
Local	NE	Individual	Consultor da nova Associação Kayapó dos indígenas a favor do garimpo
	SE	Individual	Coordenador do convênio com a PBA da BR 163, do Instituto Kabu
	SE	Individual	Funcionária da SEMMA Novo Progresso
	NE	Individual	Índigena Kayapó, aldeia Kamaú
	NE	Individual	Secretário da Associação Brasileira dos Metais Preciosos (Abramp)
	SE	Individual	Garimpeiro indígena
	SE	Individual	Garimpeiro
Nacional, Regional, Local	NE	Individual	Presidente do Instituto Kabu, indígena Kayapó

SE – Entrevistas Semiestruturadas; NE: Entrevistas não estruturadas

1. a ¹⁰ - números iguais significa que os atores fazem parte da mesma entrevista

Anexo 2 - Roteiro de entrevistas semiestruturadas

1. Dados pessoais
2. Principais parceiros e rivais, a nível local, regional, nacional e internacional
3. Principais recursos mobilizados na arena
4. Cooperativismo na atividade garimpeira
5. Atuação da instituição na em relação ao garimpo e na interface entre o garimpo e os povos indígenas
6. Opinião acerca da atuação de ONGs
7. Relação do garimpo com o licenciamento e fiscalização ambiental
8. Questões referentes à tecnologia nos garimpos
9. Papel da auto-organização/ autogestão
10. Questões referentes ao ambiente, como reflorestamento e uso de mercúrio
11. Relacionamento entre o garimpo e as comunidades indígenas
12. Forma de funcionamento do garimpo em terras indígenas
13. Opinião referente às associações indígenas
14. Questões referentes à organização social dos grupos envolvidos
15. Opinião sobre atuação da FUNAI
16. Visão sobre a implementação de alternativas econômicas nos territórios indígenas
17. Desejos para o futuro/ formas de atingir esses cenários

Anexo 3 - Dados documentais

28/09/2020

Carta Munduruku no encontro indígena na aldeia Piraçu, TI Capoto Jarina. – Movimento Ipereg Ayu

Movimento Ipereg Ayu

Carta Munduruku no encontro indígena na aldeia Piraçu, TI Capoto Jarina.

Publicado em janeiro 22, 2020 por Ipereg Ayu Munduruku

“Entre os dias 14 e 17 de janeiro 2020 participamos do encontro convocado pelo cacique Raoni, na aldeia Piraçu, TI capoto Jarina, São José do Xingu (MT). Na ocasião o povo Munduruku apresentou documento alertando para as ameaças às nossas terras e declarando que continuaremos lutando para defender o território” Carta que foi lido na plenária:

DENÚNCIA DO POVO MUNDURUKU



Nós, povo Mundurucu, do Médio e Alto Tapajós, viemos mais uma vez nos posicionar contra e denunciar os mesmo invasores do nosso território: garimpeiros, madeireiros, turistas e palmiteiros. Os pariwat estão levando Pex (máquina retroescavadeira) para o nosso território, e nós estamos bebendo água suja, comendo aximã (peixe) contaminado pela lama e mercúrio, e por isso viemos denunciar o Presidente da República do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, por está cometendo e incentivando o genocídio, etnocídio e ecocídio, estimulando os madeireiros e garimpeiros a entrar e acabar com a nossos territórios e rios, acabar com a vida das nossas crianças, idosos, caciques, mulheres, guerreiros, pajés e os animais da nossas floresta. Estamos aqui para dizer que esse presidente está nos matando cada vez mais, tirando nossos direitos que estão escritos na Constituição Federal de 1988. Jair Messias Bolsonaro incentiva a nossa morte por meio da mineração, grileiros (que contratam pistoleiros para nos matar) hidrelétricas, ferrovia (Ferrogrão) e arrendamento das Terras Indígenas. O governo está tirando a saúde dos povos indígenas que lutaram tanto para conquistá-la.

Esse governo quer municipalizar a saúde indígena – SESAI, levando os povos indígenas para cidade para morrer na frente dos hospitais que não conseguem nem receber o próprios pariwat (branco) que estão morrendo. Sabemos que esse presidente é etnofóbico, já que ele afirmou publicamente que não vai demarcar nenhum centímetro de terra para os indígenas. Mesmo assim, estamos aqui pra dizer que exigimos que a nosso território seja demarcado como território Sawre Muybu (conhecido como Daje, Kapap Eypi), território Sawre Bapin e demais territórios indígenas, que estão localizados na região no médio Tapajós, município de Itaituba e Trairão, no estado do Pará, está preceitua a Carta Magna do Brasil de 1988 e os acordos Internacionais assinados pelo governo do Brasil. O governo tem interesse de nos expulsar para construir grandes empreendimentos, como Ferrogrão, hidrelétricas, hidrovias e portos, para escoar grande quantidade de grão de soja e milho para China e Europa. Essas empresas multinacionais tem contribuído para aumentar as invasões dos nossos territórios e derramamento de sangue indígena por está comprando soja, carnes, madeira e minérios extraídos ilegalmente dos territórios indígenas. Esses mesmos países, que se consideram desenvolvidos exploram os recursos naturais das Terras Indígenas, exportam turbinas para hidrelétricas que são construídas dentro dos nossos territórios, matando os nossos peixes e barram o nosso rio, que são as nossas estradas, e principal fonte da nossa existência e sobrevivência. Por isso exigimos que não se construa nenhuma hidrelétrica na bacia do rio Tapajós, como Chacorão, Jatobá, São Luís Tapajós e no rio Jamaxim, além de outros empreendimentos que vão matar a nossa vida. Já sofremos com os impactos e destruição do nossos locais sagrado Deko ka'a (morro do macaco), Karobixexe (sete queda), e viemos sofrendo desde que essas hidrelétricas foram construídas e roubaram nossos ITIG'A (urnas), que é a mãe do peixe, jabuti, macaco e outros. Os pajés foram obrigados a resgatar ITIG'A no final do ano de 2019 e levar nossos ITIG'A (urnas) para o local tradicional, de onde foram retirados durante a construção UHE Teles Pires. Nossos ITIG'A (urnas) estavam presos no museu de história de Alta Floresta. Sofremos e perdemos nossas mulheres por causa dos espíritos e pela profanação causada a mãe dos peixes, quando fizeram as hidrelétricas São Manoel e Teles pires. Exigimos que vocês parem de fazer portos graneleiros que esses pó da soja com agrotóxico cai dentro do rio na frentes da nossas aldeias, pois eles estão contaminando o nossos rios e os peixes que comemos. Queremos denunciar também a entrada de pesquisadores financiados por empresas brasileiras e internacionais, para legalizar o garimpo nas Terras Indígenas. Esse governo aliado a essas empresas, não respeita o protocolo de consulta do povo Mundurucu, e ainda afirma que os povos indígenas não tem o direito de poder de veto e de dizer NÃO, e que eles podem entrar e acabar com a nossas vidas. E vocês são culpado pela morte do povo indígenas, vocês governo, empresas e países não aceitam migração!mas estão expulsamos a gente a força dos nossos territórios. São mais de 520 anos que estamos resistindo, e não vai ser agora que vamos parar! Vamos continuar LUTANDO para defender o nosso território! SAWE!SAWE!SAWE!

28/09/2020

Carta Mundurucu no encontro indígena na aldeia Pirapa, TI Capoto Jarina. – Movimento Ipang Ayu



Publicada em: https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=2338259663140584&id=1508210296145529 (https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=2338259663140584&id=1508210296145529)

→ Postado em [Uncategorized](#)

Carta do Povo Munduruku da Região do rio Cururu, Anipiri, Rio Tapajós e Kajeredi para exigir o fechamento dos garimpos no Território Munduruku

O povo Munduruku da região do rio Cururu, Kajeredi e rio Tapajós e suas associações: Da'uk, Movimento Munduruku Ipereg Ayu, Conselho Indígena Missionário do Alto Tapajós, Organização de Educadores Munduruku Arikico, Associação das Mulheres Wakoborun, caciques, professores, profissionais de saúde e demais mulheres, reunidos na aldeia Waro Apompu no período de 20 a 22 de agosto de 2020 para discutir e deliberar sobre o fechamento dos garimpos no território Munduruku e manifestar-se contra o Projeto de Lei que prevê a regulamentação de garimpo e mineração em terras indígenas, vem exigir do Ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles e Ministro da Defesa, MPF e DPU, a execução urgente da operação para fechar todos os focos de garimpos na Terra Indígena: Munduruku e Sai Cinza. Pois, estamos cansados de denunciar as inconstantes violações de direitos e ameaças contra nossas vidas, cometidas pelas ações de garimpeiros dentro de nossas terras. A nossa terra foi demarcada para proteger nossa integridade física, cultural e étnica. Nós exigimos que as autoridades competentes sejam justas e honestas no cumprimento da lei. Os garimpos não tem trazido prosperidades para o povo Munduruku. Pois, há décadas que a atividade de garimpo é praticada nas terras munduruku. No entanto, não há resultados concretos que beneficie nosso povo. O que percebemos é que as ameaças de mortes e intimidações contra as liderança e parceiros que são contrários as atividades tem aumentado muito. Assim como a proliferação de doenças principalmente a malária. Repudiamos enfaticamente o argumento de alguns Munduruku "pró-garimpo" de que a atividade é uma das principais fontes de geração de rendas. Atualmente, existem outras fontes de renda do povo munduruku que são: Aposentadoria, bolsa-família, salário, salário maternidade, farinha, etc. Somos contra as atividades de garimpos, porque, a maior parte da riqueza que é produzida na nossa terra fica concentrada na mão do Grupo Boi na Brasa e demais empresários. E o ouro que circula entre os munduruku, limita-se apenas àqueles que fazem suposto "acordo" com o dono dos maquinários para receber porcentagem. E de poucos munduruku que conseguem vagas para trabalhar no garimpo. Pois, na sua maioria, as vagas são ofertadas para os garimpeiros não-Munduruku. Até mesmo o município de Jacareacanga não se beneficia com a riqueza que é produzida, pois a maioria das pessoas que trabalham no garimpo são oriundas de outros estados. Portanto, senhores Ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles, Ministro da Defesa, MPF e DPU exigimos que a operação para fechar os garimpos na nossa terra possa ser novamente retomada com urgência. Pois, para nós, garimpo só trouxe: Violência, prostituição, destruição, poluição, desmatamento, ameaças de morte e divisão entre nós. Repudiamos também a posição do Ministro do IBAMA Ricardo Salles de aceitar o pedido das supostas lideranças: Adonias Kaba, Josias Manhuari, Waldelirio Manhuari, Marcelo Akay, Ivanildo Akay, Fabiano Koro, Jairo Korap de levá-los para conversar em seu gabinete. Afirmamos e reiteramos que tais pessoas não tem autoridade e nem legitimidade para pronunciar-se em nome do povo munduruku e nem nos representar como líder munduruku, pois não foram legitimados em nenhuma assembleia ou organização Munduruku. São apenas lideranças "pró-garimpo". Isto é, se intitulam como liderança apenas para defender as atividades de garimpos e seus interesses escusos. Mas, nunca se manifestaram para reivindicar melhorias na área de educação, saúde e proteção do nosso território. Por isso exigimos do senhor Ministro do IBAMA Ricardo Salles para garantir a nossa ida também a Brasília para discutir nossa posição contrária às atividades de garimpos, e mostrar a razão pela qual, nós munduruku que habitamos no território e dependemos dos bens naturais, não concordamos com a destruição e poluição de nossos igarapés, rios, açaçais, patawazais, buritizais, e profanações de nossos lugares sagrados, etc.

Enfatizamos também que o povo Munduruku não defende e nem é favor da legalização de garimpos e nem de mineração no nosso território. Entendemos que o processo de legalização de garimpos não impedirá que árvores frutíferas sejam impedidas de ser derrubadas. E também não impedirá que os leitos dos igarapés e rios sejam destruídos. Afirmamos que quem defende as atividades de garimpos são alguns indígenas desaldeados e mestiços. Pois estes moram na cidade de Jacareacanga e Itaituba. Portanto, totalmente dependente do sistema dos brancos. E não mantém relação com o povo que mora em suas aldeias. Por isso, o povo Munduruku vê com muita preocupação o projeto de lei apresentado pelo governo, que defende a regulamentação de garimpos em nossas terras. Pois, estes alguns Munduruku são apenas usados como "laranjas" para assediado, ameaçar e intimidar lideranças que são contrárias ao garimpo. Não aceitamos que o governo tome decisão por nós. Precisamos ser ouvidos e respeitados quanto a nossa decisão. Como prevê a Constituição Federal, Convenção 169 e a Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas da ONU. Exigimos que o Ministro Ricardo Salles respeite o nosso modo de vida. Não são todos os Munduruku que querem usar roupa de grife, 4x4, etc. Pois, a Carta Magna de nosso Estado Democrático de Direitos preceitua que a Terra Indígena é de "Usufruto exclusivo dos Povos Indígenas". E nos assegura o direito de viver da forma que entendemos e queremos. Enfim, não aceitamos mais que nossa terra seja uma fonte de enriquecimento ilícito para os brancos. E nem financiadora de prostituição, tráfico de armas, bebida alcoólicas, drogas, etc. O que vemos atualmente é que quem se enriquece com o ouro extraído da nossa terra, são os donos de postos de gasolina, aeronaves, supermercados, compra de ouro, loja de vendas de peças. Nós exigimos que o Congresso Nacional vete esse Projeto de Lei. Portanto queremos proteção das áreas que ainda não tem focos de garimpos, a saber: Kajeredi, Traíra, Bonilha, Uruá, Parawaduk'ti, Cururu, Waredi, Kapikpik, Anipiri. Pois, a pretensão dos defensores do garimpo é adentrar nos citados rios. Aproveitamos a oportunidade para refutar a frase: "Garimpeiro não é bandido, é trabalhador". Para nós, garimpeiro é bandido sim. Pois, eles nos ameaçam e destroem rios, florestas e invadem nossas terras que são protegidas por lei. **NÃO QUEREMOS REGULAMENTAÇÃO DE GARIMPOS NA NOSSA TERRA.** Queremos sim proteção de toda nossa terra para que possamos sobreviver fisicamente, culturalmente e etnicamente. Refutamos também a afirmação do Ministro Ricardo Salles em entrevista a JP: Quando diz que ele esteve na Terra Indígena Munduruku. E que "São os próprios indígenas que garimpam. Não é essa história de homem branco invadindo Terra Indígena. O homem branco dominando o índio(...). São os próprios indígenas que querem garimpar e viver melhor". Afirmamos ao senhor Ministro Ricardo Salles, que ele esteve na verdade em Jacareacanga. E não na terra Munduruku. E que faz quase 50 anos que a atividade é praticada pelos Munduruku. Entretanto não há melhorias entre o povo. O que vemos são os brancos enriquecendo cada vez mais. E para os Munduruku ficou somente a destruição e o aumento de doenças. Portanto senhor Ministro, seu argumento não se aplica a nossa realidade. Por isso estivemos reunidos para discutir sobre a problemática do garimpo para saber a decisão dos caciques, professores, profissionais de saúde e mulheres presentes. A decisão foi unânime de que as autoridades tem que fechar o garimpo em todo o território Munduruku. Pois, a atividade tem causado muito problema na nossa vida e organização social. Pois, ontem os defensores do garimpo prenderam o avião do Dr. Eric Jayne quando este decolou no aeroporto de Jacareacanga. Seu objetivo era se deslocar para a aldeia Waro Apompu e apresentar o resultado parcial sobre o nível de contaminação do povo Munduruku por mercúrio. E por isso foi ameaçado e impedido de prosseguir sua viagem para aldeia. Os agressores chegaram a apedrejar seu avião.

Diante de todos os fatos expostos, nós exigimos do senhor Ministro Ricardo Salles e do Ministério da Defesa, a execução imediata da Operação Verde Brasil 2 para fechar as atividades de garimpo em todo Território Munduruku. Segue a carta assinada:

Ademir Kaba Munduruku

Ademir Kaba Munduruku- Coord. Assoc. Munduruku DA'UK

Ana Poxo munduruku

Ana Poxo Munduruku- Coord. Mov. Munduruku Ipereg Ayu

João de Deus Kaba munduruku

João de Deus Kaba Munduruku -Vice- Coordenador- CIMAT

Edivaldo Poxo Munduruku

Edivaldo Poxo Munduruku - Organização de Educação Munduruku ARIKICO

Eliane Dace munduruku

Eliane Dace Munduruku - Secretária - Associação das Mulheres Munduruku-Wakoboron

Bruno Amâncio Kaba munduruku

Bruno Amâncio Kaba Munduruku - Chefe dos Guerreiros

Arnaldo A. Caetano munduruku

Arnaldo A. Caetano Kaba Munduruku - Cacique Geral

-Caetano Borio munduruku

Solano Akay munduruku

Geraldo Dace munduruku

Bernardo ATAY munduruku

Luciano SAW munduruku

Operalob Sau munduruku

Gregorio Kiriki munduruku

Zacarias SAW munduruku

Osmar SAW munduruku

Valdomar Kda munduruku

Lamberto Paíhu munduruku

Comunicado para autoridades ambientais e MPF, FUNAI

Publicado em janeiro 18, 2018 por Ipereg Ayu Munduruku



Nós movimento Munduruku Iperegayu comunicamos, com muita dor e vergonha, que a aldeia PV na Terra Indígena Munduruku não existe mais. O garimpo invadiu tudo corrompeu com doenças nossos parentes e matou a floresta e as roças, trazendo doenças, prostituição, uso de álcool entre os homens e mulheres e drogas entre os mais jovens.

O Garimpo é controlado pelos *pariwat* (não indígenas) que pagam parentes para vigiar suas máquinas. A aldeia PV é hoje o principal ponto de doenças e invasões do nosso território, lá tudo é controlado pelos *pariwat*, a pista de pouso que existia para que o atendimento a saúde pudesse chegar até os moradores, foi mudada de lugar, porque atrapalhava o garimpo. Os *pariwat* estão armados e deram armas para os parentes defenderem eles.

Nós movimento Munduruku Iperegayu comunicamos, com muita dor e vergonha, que a aldeia PV na Terra Indígena Munduruku não existe mais. O garimpo invadiu tudo corrompeu com doenças nossos parentes e matou a floresta e as roças, trazendo doenças, prostituição, uso de álcool entre os homens e mulheres e drogas entre os mais jovens.

O Garimpo é controlado pelos *pariwat* (não indígenas) que pagam parentes para vigiar suas máquinas. A aldeia PV é hoje o principal ponto de doenças e invasões do nosso território, lá tudo é controlado pelos *pariwat*, a pista de pouso que existia para que o atendimento a saúde pudesse chegar até os moradores, foi mudada de lugar, porque atrapalhava o garimpo. Os *pariwat* estão armados e deram armas para os parentes defenderem eles.

Muitas vezes o ICMBio, a Funai, o MPF e muitas autoridades foram alertadas sobre esses problemas, mas preferiram ficar nos escritórios ou fazendo reunião. Nada foi feito.

A assembleia do povo munduruku de 2017 decidiu que todos os garimpos deveriam ser fechados. Os caciques do rio das Tropas já não sabem a quem pedir para tirar os garimpeiros.

Nada foi feito e agora os *pariwat* junto com indígenas gananciosos e doentes querem invadir o rio Kadiridi para abrir novo garimpo.

Por causa desse desespero do nosso povo, nós guerreiros e guerreiras do Movimento Iperegayu, decidimos:

- Fazer uma fiscalização contra garimpos e outros invasores no rio Kadiridi, rio das Tropas indo do *waretodí* até o rio Tapajós
- Prender e Expulsar todo *pariwat* da nossa terra
- Destruir todas as máquinas do garimpo no PV
- Denunciar os órgãos responsáveis pela proteção das nossas terras por não fazerem nada.

Jacareacanga, 17 de Janeiro de 2018



Soot Pujtağima
U'ruwamby Jurbit

ASSOCIAÇÃO INDÍGENA PUSURU-AIP
CIMAT-Conselho Indígena Munduruku do Alto Tapajós
CNPJ: 10.221125/0001-03
Aldela Waro Apompu-Jacareacanga-Pá

II Carta dos Caciques

Ajebuyxi gu exirikap tup: Fortalecendo o papel dos caciques

Nós caciques, lideranças, mulheres, pajés e crianças, estamos manifestando contra a ganância, contra a exploração das nossas terras, contra a doença que os pariwat (não indígenas) trouxeram. Essa doença levou nossos parentes para o caminho errado, talvez sem volta.

Aos garimpeiros não indígenas, comunicamos que parem imediatamente os trabalhos e que retirem suas máquinas como PC (retroescavadeiras) e outros equipamentos pesados da nossa casa, Mundurukânia.

Estamos dando o prazo de 3 dias para os garimpeiros saírem das nossas terras. Avisamos também, a todos comerciantes, barqueiros que transportam combustível, parairem imediatamente suas atividades dentro das nossas terras. Assim que o prazo vencer, vamos agir! Vocês estão matando a vida dos nossos filhos! Vamos agir como sempre agimos, porque nós que governamos o nosso território! Temos o Protocolo de Consulta Munduruku e vocês nunca consultaram antes de entrar na nossa casa! Vocês desrespeitam a autoridade dos caciques.

Somos mais de 14.000 mil Munduruku vivendo em 140 aldeias e estamos pintados de vermelho por causa dos pariwat. Vocês, que cavam nossa terra e deixam o seu mercúrio, mataram nosso Rio das Tropas, Rio Kaburua e agora estão matando o Rio Kabitutu. Acabaram com nossos peixes e mataram nossos lugares sagrados do Rio Kaburua (Bilo Cak e Karo Etabek) assim vocês estão nos matando também. Não existe dinheiro algum para pagar a herança que nossos antepassados nos deixaram. Sem nossos lugares sagrados, nosso povo não resistirá.

Por isso, não vamos permitir que continuem destruindo o nosso território! Nossa mãe está gritando socorro (*odaxija*) e vamos continuar nossa luta, para atender o seu chamado, nem que seja com o nosso próprio sangue.

Jacareacanga, 08 de outubro de 2019



Nós, lideranças dos povos Yanomami, Ye'kwana, Kayapó, Xikrin e Munduruku, reunidos em Brasília no Acampamento Luta pela Vida, somos contra o garimpo, uma doença que os brancos estão trazendo para dentro dos nossos territórios. Nós não trocamos ouro pela vida de nossos filhos e nossos netos. O garimpo destrói nossa cultura, nossas florestas, envenena nossos rios, cria conflitos entre nossos parentes e acaba com nossos locais sagrados .

Somos a favor da floresta e do povo brasileiro. Queremos viver bem, com saúde, água limpa e comida para todos. Por isso, exigimos que o governo cumpra a ordem do Supremo Tribunal Federal (STF) e retire os invasores dos nossos territórios.

O governo fala que somos pobres, mas nós somos ricos. Nossa riqueza está na floresta e rios, que nos dão tudo. A floresta é nossa casa, nosso mercado, nossa farmácia.

O governo tenta nos dividir, mas é apenas uma minoria entre os indígenas que apoia essas atividades, sem saber que estão ajudando a destruir seu próprio povo. A maioria dos indígenas é contra o garimpo, pois sabe dos problemas que ele traz, como a contaminação dos rios por mercúrio, malária, HIV, Covid, prostituição, violência, tráfico de drogas e armas e abrindo pistas clandestinas no meio da floresta. Enquanto isso, os empresários brancos enriquecem comprando carros de luxo, helicópteros, armas pesadas, tudo isso às custas da vida dos povos indígenas.

Estamos aqui numa aliança contra o garimpo, contra o PL 191/20, o PL 490/2007 e contra todos esses projetos de morte que o governo defende para roubar nossas terras.

Carta do Povo Munduruku



Nós, Povo Munduruku, hoje dia 10 de abril de 2022, reunimos cinco aldeias localizadas na Terra Indígena Mundurukânia, Aldeia Patuazal, Boca da Estrada, Sawré Muybu, Morro do Careca, Morro do Korap e Waro Apômpu, no Sudoeste do Pará. Vimos por meio desta carta manifestar e demonstrar aos deputados, senadores e o próprio presidente da República, que não queremos a aprovação do PL 191/2020, PL 490/2007 e o Marco Temporal. Sabemos que estes projetos não servirão para os nossos indígenas, e também vão prejudicar os nossos povos indígenas, povos ribeirinhos, povos tradicionais e povos quilombolas. Não aceitamos e jamais aceitaremos estes projetos de morte, por isso, deputados, senadores e presidente da República, respeitem o que nós não queremos, deixe-nos em paz. Nós povos não estamos pedindo a aprovação do PL 191 e nem mineração das nossas terras, nem legalização do garimpo, estamos pedindo **demarcação sim** para aonde ainda está faltando. A Constituição Federal deu o prazo de 5 anos para demarca-la, e ainda o nosso pedido nunca foi atendido. Já estamos 30 anos de luta, pedindo a demarcação. Por isso, queremos que o governo respeite os nossos direitos garantidos na Constituição Federal de 1988.

Repudiamos também a fala do ex-ministro do meio ambiente, Ricardo Salles, que disse que os Munduruku querem minerar. Isso é uma grande mentira! Ricardo Salles nunca ouviu e nem conversou com os nossos caciques. Uma vez ele conversou com as falsas lideranças, porque eles são todos a favor do garimpo ilegal, e o ex-ministro não combateu porque ele mesmo é a favor do garimpo ilegal na Amazônia.

E também queremos dizer à Associação Indígena Pusuru (AIP) que não mais representa o nosso Povo Munduruku, porque ela é integracionista com os políticos, não direciona segundo o que estabelece seu estatuto. E ainda usa o nome do nosso Povo Munduruku para agilizar a PL 191, sem consultar o nosso Povo.

Outra coisa que nós queremos esclarecer, O Josias Manhuari também não é o nosso representante. Ele também usa o nome do povo Munduruku dizendo que queremos a aprovação do PL 191. Ele faz grande mentira porque nunca consultou os nossos caciques e lideranças Munduruku. Portanto, não consideramos ele para representar o nosso Povo.

Os nossos representantes são aqueles que defendem o nosso Povo, as nossas florestas, o nosso território. Os verdadeiros caciques e lideranças são as que estão no Acampamento Terra Livre em Brasília, contra o projeto do governo.

NÃO A PL 191!

NÃO A PL 490!

NÃO AO MARCO TEMPORAL!

Saweee!

Carta VI – Carta do Movimento Munduruku Iperêg Ayû

Nós, caciques, lideranças e os guerreiros (as), viemos através desta cumprimentar os senhores e as senhoras. Aqueles e as aquelas que apoiam o nosso Movimento Munduruku Iperêg Ayû.

Nós, guerreiros (as), fizemos a nossa fiscalização do nosso território. Tiramos e expulsamos os garimpeiros invasores do nosso território e apreendemos os seus maquinários. Agora eles estão nos ameaçando de morte, mas nós não nos intimidamos.

Esse é o primeiro passo. Vamos defender até o fim o nosso território, nosso rio, a nossa floresta, nossas riquezas e nosso povo. Essa é a nossa palavra. Finalizamos esta carta com muita paz e amizade. Sawe! Sawe! Sawe!

Atenciosamente,

Movimento Munduruku Aperêg Ayû.

Aldeia Caroçal Rio das Tropas no Município de Jacareacanga
Oeste do Pará

Fonte: Loures (2018)



MANIFESTO KAYAPÓ CONTRA O GARIMPO

Nós, cerca de 6,2 mil indígenas do povo Mëbêngôkre – Kayapó de 56 comunidades das Terras Indígenas Baú, Capoto/Jarina, Kayapó, Las Casas e Menkragnoti, associadas à Associação Floresta Protegida, ao Instituto Kabu e ao Instituto Raoni, vimos através deste manifesto esclarecer que não compactuamos com manifestações individuais de parentes Kayapó a favor do garimpo. Mais uma vez queremos deixar bem claro que **somos contra o garimpo e qualquer atividade predatória em nossos territórios!**

Repudiamos a forma como o governo federal vem estimulando a invasão de nossos territórios, seja pela retórica que fortalece o crime organizado, seja pela omissão e fragilização dos órgãos responsáveis pela proteção dos territórios indígenas e pelo combate a atividades ilegais e predatórias. Apesar de a grande maioria do povo Kayapó ser contra o garimpo em nossos territórios, a crescente pressão sobre nossas comunidades fez com que algumas poucas lideranças fossem seduzidas pelo ganho financeiro rápido e fácil que o garimpo proporciona. Não autorizamos que eles falem em nome do Povo Kayapó, especialmente porque muitas famílias de suas próprias aldeias não apoiam essa atividade. Como poderíamos ser a favor de uma atividade que gera profundos impactos ambientais e sociais aos nossos territórios e comunidades? Como poderíamos privar nossos filhos e netos de um território preservado para seguirem vivendo segundo nossos usos, costumes e tradições, como garante a Constituição Federal?

Nossos territórios nos dão quase tudo o que precisamos para nosso bem viver. É da caça e da pesca, da coleta de frutos e sementes em nossas florestas e do cultivo de nossos roçados que conseguimos a maior parte de nossos alimentos. É em nossas florestas e cerrados que nossos pajés coletam uma infinidade de produtos que utilizamos em nossa medicina tradicional na prevenção e tratamento de inúmeros problemas de saúde. Foi esse conhecimento tradicional que reduziu o impacto da pandemia da Covid-19 em nossas comunidades, ajudando a nos proteger e tratar nossos doentes. É também de nossas florestas e cerrados que tiramos materiais para a construção de nossas casas, a produção de utensílios que usamos no dia-a-dia e a confecção de artesanatos e enfeites que usamos em nossos rituais tradicionais. É em nossas florestas e rios onde fazemos caçadas e pescarias coletivas que precedem nossos rituais; onde coletamos castanha, cumaru, açaí, entre centenas de outros alimentos e materiais; onde nossas crianças se divertem e aprendem, na prática, com seus pais e especialmente com nossas anciãs e anciões, como ser um Mëbêngôkre.

No entanto, ao longo das cerca de sete décadas de contato, nós, indígenas do povo Mëbêngôkre - Kayapó, passamos a consumir alguns produtos industrializados que não produzimos em nossos territórios, como vestuários, medicamentos e ferramentas que nos auxiliam no nosso dia-a-dia. Assim, hoje, todos nós precisamos de algum dinheiro para suprir nossas necessidades. Mas existem dois caminhos muito diferentes para termos acesso ao dinheiro. Um caminho é o do dinheiro fácil e rápido, que destrói nossos territórios e recursos naturais, traz brigas, envenena nossos rios e comunidades e condena as presentes e futuras gerações a uma vida cada vez pior e mais dependente dos *Kuben* (não indígena). Esse é o caminho do garimpo, da pesca predatória e da madeira! O outro é o caminho do aproveitamento da floresta em pé, do jeito que a gente aprendeu de nossos antepassados e que protege nossos territórios e nosso povo. É esse o caminho de futuro que escolhemos, um caminho que já está trazendo resultados bastante



positivos para nossas comunidades. Aos poucos, nossos projetos de geração de renda através do fortalecimento de cadeias produtivas da biodiversidade e do artesanato Kayapó, assim como de iniciativas de turismo de base comunitária, estão se fortalecendo e demonstrando que não precisamos destruir nossas florestas e rios, nem abrir mão de nosso futuro, para ter acesso aos bens do *Kuben* que hoje precisamos para viver bem.

Nós, povos indígenas e populações tradicionais, protegemos diariamente a natureza e continuaremos a assim fazer. A proteção de nossos territórios é uma prática que vem de nossos ancestrais. Ao protegermos a floresta, cuidamos do que o *Kuben* chama de biodiversidade. E a biodiversidade também cuida de nós, garantindo o que precisamos para viver bem e continuar com nossa cultura forte. Sabemos que quando cuidamos de nosso território, não são apenas nossas comunidades que se beneficiam das florestas e rios preservados. Sem nossas florestas, o clima e as chuvas na região vão mudar, afetando a produção de alimentos e a vida de milhares de pessoas, indígenas e não indígenas. Os rios que nascem ou passam por nossos territórios correm para outras regiões e se não cuidarmos deles muitas outras pessoas também serão prejudicadas.

Fazemos um apelo a toda a sociedade brasileira e internacional para que nos apoie na luta pela proteção de nossos territórios, exigindo do governo o respeito à Constituição Federal, o direito de usufruirmos de nossos territórios segundo nossos costumes, e o direito de todos nós a um meio ambiente ecologicamente equilibrado. **Somos contra o garimpo em nossos territórios e contra o PL 191/2020!**

disponível em < [https://site-antigo.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/nsa/arquivos/manifesto_kayapo_contra_garimpo .pdf](https://site-antigo.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/nsa/arquivos/manifesto_kayapo_contra_garimpo.pdf)>

CARTA DO GRUPO DE AGRICULTORES E PRODUTORES INDÍGENAS
Em 29 de março de 2021

Ao,
PARLAMENTO EUROPEU;
CONSELHO EUROPEU;
CONSELHO DA UNIÃO EUROPÉIA;
COMISSÃO EUROPÉIA;
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA UNIÃO EUROPÉIA;
TRIBUNAL DE CONTAS EUROPEU E;
BANCO CENTRAL EUROPEU.

Senhores,

1. Há inúmeras maneiras de se começar uma missiva. Considerando o caso presente, ou seja, a necessidade de levar aos senhores a verdade sobre denúncias pessoais que a indígena Sônia Guajajara vem divulgando, geralmente em canais de comunicação dominados por ONGs, temos a dizer o seguinte.

2. Essa indígena, pertencente a etnia Guajajara - apenas uma dentre as 305 existentes no Brasil, fala por si só. Não tem apoio sequer de sua própria gente, os Guajajara - habitantes do Estado brasileiro do Maranhão, e nem procuração e/ou autorização para falar em nome dos 305 povos indígenas existentes no Brasil. Se diz líder de uma organização chamada APIB - Articulação dos Povos indígenas do Brasil, que para a maioria dos Povos Indígenas do Brasil não quer dizer absolutamente nada. Essa indígena vive de andar pelo Brasil e pelo mundo fazendo política e usando os nomes dos indígenas brasileiros em proveito próprio. Evidente que alguns povos desavisados e desconhecedores da atuação dela possam lhe dar algum crédito, afinal estamos falando de povos que habitam um país continental, duas vezes maior que a área de abrangência da União Europeia, principalmente àqueles que, por culpa dos (des) governos de esquerda que ela defende ainda vivem nas florestas sem energia, sem água tratada, sem saneamento básico, sem internet e sem saber o que ela e outros falam em seus nomes. Essa indígena foi derrotada nas últimas eleições presidenciais, como candidata a vice-presidente pelo PSOL - Partido Socialista. Para um bom observador provavelmente isso já bastaria para compreender a atuação nefasta dessa senhora. No entanto, considerando dúvidas e simpatizantes, precisamos deixar claro de quem se trata e sua atuação referente à questão indígena brasileira. Importante registrar que, infelizmente, muitos indígenas Guajajara tem ido buscar alimento nos lixões das cidades do entorno da terra indígena. A fome é uma realidade e mesmo tendo a Terra Indígena Guajajara um imenso potencial para a produção de alimentos, essa senhora agora sai pelo mundo fazendo política contra o Governo, somente pensando no poder que ele e seus pares de partido político desejam alcançar. Fosse o contrário estaria ela empenhada em buscar acabar com a fome e a miséria de sua gente.

2. Como registrado anteriormente, há no Brasil 305 povos indígenas reconhecidos pelo Governo sendo que praticamente a metade ainda vive nas florestas, incluindo os considerados isolados. Estes já têm o impacto da sociedade envolvente em suas vidas, mas ainda cultivam tradições e costumes. A outra metade também inclui povos que habitam florestas e outros biomas. Também cultivam tradições e costumes, mas já incorporaram outros hábitos inclusive produtivos e desejam empreender, produzir e comercializar como qualquer outro produtor do Brasil e do mundo. Desses que já incorporam novos hábitos para produção e

desenvolvimento, há aproximadamente 70 povos indígenas que resolveram se juntar por livre e espontânea vontade e buscar empoderamento e autonomia. São povos que vêm lutando faz tempo contra (des) governos de esquerda que nunca possibilitaram nenhum tipo de oportunidade. Pelo contrário somente mantiveram os Povos Indígenas no atraso, na alienação, na miséria, favorecendo a interesses de ongs e/ou estrangeiros, negando o desenvolvimento dos próprios indígenas e do Brasil.

3. Este grupo somos nós que nos denominamos Grupo de Agricultores e Produtores Indígenas do Brasil. Não queremos mais viver de assistencialismo e nem da caridade de ninguém. Habitamos em torno de 35 milhões de hectares de terras, onde é possível desenvolver todo tipo de atividade produtiva e que pode alavancar o desenvolvimento dos Povos Indígenas, das regiões onde estes Povos estão inseridos e, claro, do nosso Brasil. Infelizmente pessoas como essa indígena, com clara posição contrária ao atual Governo legalmente constituído, inclusive com nossos votos, insistem em querer falar em nossos nomes. Essa situação é totalmente absurda, pois não precisamos de ninguém falando por nós. O fato é que essa gente quer fazer a opinião pública nacional e internacional acreditar que no Brasil todos os Povos Indígenas são iguais e que vivem nas florestas cantando e dançando; pintados e nus; caçando e pescando para sobreviver, felizes e alheios ao mundo exterior. Querem que todos acreditem que precisamos de alguém para nos salvar do suposto Governo malvado.

4. O que essa indígena e outros vêm fazendo é, em nossa opinião, um crime contra os próprios indígenas, pois muitos já produzem soja, café, pescado e frutas (cacau e castanha do Brasil) que são exportados para vários países, inclusive da Europa, sem destruir a floresta ou outro bioma, pelo contrário, ajudando a cuidar e defender o meio ambiente. Essa impostora, para atingir seus objetivos, pouco se importa que os senhores resolvam acatar o falatório criminoso dela, dificultando a vida não só dos produtores não indígenas, mas também dos produtores indígenas, impondo a todos dificuldades descabidas. Essa usurpadora da questão indígena é tão arrogante que acha que pode mentir descaradamente e pedir, por exemplo, a não assinatura de acordo comercial entre a UE e o Mercosul, prejudicando as exportações brasileiras, prejudicando os próprios indígenas que sonham em ter liberdade para empreender e produzir.

5. Para nós está claro que se trata de uma traição à Pátria por uma pessoa que apenas repete frases impostas por inimigos do Brasil. Somos indígenas brasileiros orgulhosos de nossa bandeira verde e amarela e com amor pela nossa Pátria e nossa gente lhes repetimos uma parte de nosso Hino Nacional: **"MAS SE ERGUES DA JUSTIÇA A CLAVA FORTE, VERÁS QUE UM FILHO TEU NÃO FOGE À LUTA, NEM TEME, QUEM TE ADORA, A PRÓPRIA MORTE..."**. Ao contrário dessa senhora que não tem amor pelo Brasil, **NÓS DO GRUPO DE AGRICULTORES E PRODUTORES INDÍGENAS JAMAIS NOS LEVANTAREMOS CONTRA A NOSSA PÁTRIA AMADA BRASIL.**

Atenciosamente,



FELISBERTO CUPUDUNEPÁ
LIDERANÇA UMUTINA
PORTA-VOZES DO GRUPO DE AGRICULTORES E PRODUTORES INDÍGENAS



EDSON DE OLIVEIRA SANTOS
LIDERANÇA BAKAIRI



PAULO PONTES LUCIO
LIDERANÇA FULNI-Ô

Disponível em <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2021/em-carta-grupo-de-agricultores-indigenas-defende-liberdade-e-autonomia-de-comunidades-produtoras>



Apresentação

Esse é o primeiro boletim informativo sobre os Projetos de Alternativas Econômicas Sustentáveis desenvolvidos pelo Instituto Kabu e por suas aldeias associadas. O objetivo é facilitar a comunicação dos projetos com as aldeias, coordenadores indígenas e lideranças.

A elaboração e distribuição de informativos impressos que possam circular entre as aldeias, com notícias, informações e detalhes sobre o andamento de cada projeto e ainda do cronograma/calendário das atividades, permitirá que os artesãos e os produtores indígenas se pro-

gramem e melhorem sua atuação nas atividades previstas.

Essa primeira edição do **Boletim Informativo** fala sobre três assuntos: 1. Primeira oficina de coordenadores de projetos; 2. Inauguração da loja Kayapó. 3. Resultados da participação em feiras do Projeto Arte Kayapó.





Primeira oficina de coordenadores de projetos



A oficina foi realizada na Aldeia Kamaú, na TI. Baú, e reuniu os representantes de quase todas as aldeias. A Oficina foi realizada em três dias (19 a 21 de setembro de 2018).

A função dos coordenadores indígenas de projetos do Instituto Kabu surgiu da necessidade de organização da produção e da construção de ações de governança social dos projetos.

"Hoje em dia, todos da aldeia já sabem o que é um projeto, mas no começo, quando a gente teve o contato com o branco, a gente não sabia o que era, como funcionava e nem para que servia um projeto. Às vezes, alguém e principalmente os mais velhos, não sabe direito como funciona o projeto. Surgem dúvidas

como por exemplo: como vem o dinheiro? Como gastar? Como presta contas? Tudo tem regra para usar, não pode ser de qualquer jeito, senão, suja o nome do Kayapó".

Nessa parte ainda temos algumas dúvidas, por isso, no Kabu têm indígenas e brancos trabalhando, e todos os anos o Kabu faz a prestação de contas nas aldeias.

O Projeto existe para resolver algum problema ou para melhorar alguma coisa, por exemplo: na aldeia tinha muito lixo, então a gente criou o Projeto Aldeia Limpa, para resolver o problema do lixo.

Nas nossas terras tem muito castanha, por isso a gente tem o Projeto da Castanha, para apoiar as co-

munidades na coleta e na venda da Castanha.

Nosso povo tem muito artesanato e as mulheres sabem fazer pulseiras de miçangas e pinturas, por isso, criamos o Projeto Arte Kayapó, para ajudar a fortalecer nosso trabalho e ajudar a comercializar o artesanato.

Hoje em dia temos 12 aldeias espalhadas nas Terras Indígenas Baú e Mekrãnotire. Depois de 10 anos que criamos o Instituto Kabu, conseguimos muitos projetos.

Os projetos estão divididos em grandes programas, como o programa da Eletrobrás, que apoia alguns projetos que já existiam por conta do PBA da BR-163, financiado pelo DNIT e outros projetos com apoio do IBAMA, da FUNAI, do FUNBIO e de parceiros/ONGs.



Hoje temos 10 projetos em andamento. São eles:

- Projeto da Farinha;
- Projeto de Fruticultura;
- Projeto de Audiovisual;
- Projeto Aldeia Limpa;
- Projeto Arte Kayapó;
- Projeto da Castanha;
- Projeto do Cumarú;
- Projeto de Prevenção ao Consumo de Bebida Alcoólica;
- Projeto Babaçu;
- Projeto de Gestão Territorial.

Os coordenadores são escolhidos por cada aldeia atendida pelo Instituto Kabu.

O TRABALHO DOS COORDENADORES INDÍGENAS

Cada coordenador tem um trabalho diferente, pois existem muitos projetos. Assim, o trabalho do coordenador do artesanato é diferente do trabalho do coordenador da castanha ou da fiscalização.

A função dos coordenadores indígenas de projetos surgiu da necessidade da organização e da construção de ações de governança social, para aumentar o protagonismo e autonomia dos Kayapó.

Protagonismo significa quando os Kayapó estão à frente das atividades.

Autonomia é quando a gente diminui a dependência dos brancos e

de recursos de fora.

O trabalho dos coordenadores indígenas tem a finalidade de fortalecer os projetos internamente (dentro das comunidades) evitando distorções, desentendimentos e descontinuidade das atividades de cada projeto.

O coordenador indígena é responsável pela comunicação e organização dos projetos dentro de cada aldeia.

Neste sentido, existe a necessidade de capacitar indígenas e os coordenadores escolhidos por suas comunidades, a fim de que possam desempenhar melhor o seu papel e, além de remunerar tais representantes, é fundamental incluir oficinas e capacitações específicas para que seu trabalho seja fortalecido, resultando assim, na melhoria da gestão do projeto. A primeira oficina realizada foi um importante passo dado em direção ao fortalecimento e valorização dos coordenadores indígenas.

Foi realizado um trabalho prático com a formação de 07 grupos de trabalhos, onde técnicos, consultores e coordenadores indígenas se reuniram para analisar e avaliar 07 projetos.

Cada grupo trabalhou as observações, dúvidas, perguntas e avaliações dos coordenadores indígenas participantes.

VEJA ALGUMAS AVALIAÇÕES E RESULTADOS:

"A capacitação para coordenadores foi muito boa, primeiramente foi a loja e o artesanato. Eu acompanhei e foi muito bom para o pessoal aprender, para organizar o trabalho e fortalecer o projeto das comunidades. Na minha opinião, foi muito bom esse trabalho, pois com certeza vai fortalecer os projetos". Imar Kayapó.

"Primeiramente, é uma oportunidade única participar da Oficina de Coordenadores Indígenas de Projetos, porque traz um conhecimento enorme para os indígenas e para os técnicos não indígenas também. Esse trabalho é muito importante para o desenvolvimento e melhora da execução das atividades para que o Instituto Kabu esteja mais próximo das aldeias, orientando e também ouvindo as reivindicações. Ficou clara a importância e a necessidade do acompanhamento técnico das safras de castanha, cumarú, para que os produtos sejam de qualidade, para que a cada dia estejam melhores. Quero parabenizar a organização dessa oficina e também a participação de todos os envolvidos. Espero que logo tenhamos uma próxima".

Edson Ramalho.

"Esse é o primeiro ano, a primeira vez que o Instituto Kabu promove a Oficina de Coordenadores de Projetos. Foi uma reunião muito boa para pactuar acordos para os projetos, realizar avaliação das atividades em andamento, levantarmos os pontos positivos e negativos, e enxergarmos no que o Instituto Kabu pode melhorar no atendimento às comunidades. Nossa avaliação é que a oficina foi muito boa, e já estamos entendendo que é necessário realizar outras oficinas como essa, talvez uma anualmente. Sabemos que precisamos encontrar recursos para realizar uma oficina com tantas pessoas como foi essa, mas é importante pensar nisso. Para mim, o mais importante foi a avaliação das lideranças, dos coordenadores e dos técnicos envolvidos também". **Junio Esilel.**

"A minha avaliação da oficina é que

ela é muito importante para nós indígenas, para nossas comunidades, para o Instituto Kabu, para os coordenadores de cada aldeia, tanto para fortalecer o trabalho deles, como também o trabalho do Instituto Kabu. Então é um momento onde a gente vê que essa oficina é uma coisa nova para as comunidades, mas é importante para melhorar o trabalho para as comunidades. Então, na minha avaliação, a oficina foi muito boa. Vai fortalecer mesmo o trabalho da comunidade e pra gente do Instituto Kabu vai ficar melhor para acompanhar o trabalho da comunidade e de todas as aldeias. Por isso, achei que essa oficina foi muito importante". **Bep-jore Kayapó**

"Essa é a primeira oficina para coordenadores de projetos. Está sendo um momento importantíssimo. É a primeira vez que eles se reúnem para discutir todos os projetos,

ficam sabendo o que cada aldeia está fazendo, quais são as dificuldades, quais são os desafios e também a importância de alinhar. Um alinhamento geral para pensarmos como projetos podem ser melhor desenvolvidos, como pode ocorrer uma interface melhor entre os técnicos do Kabu e os coordenadores indígenas e suas comunidades, pensar no uso dos recursos, no manejo e no atendimento ao calendário dos projetos ao longo do ano, para evitar que o recurso acabe cedo também. Existem aldeias que administram melhor seus recursos e têm aldeias que passam dificuldades porque gastam rápido demais. Foi importantíssima essa troca de experiências e também foi importantíssimo ver e ouvir os indígenas se expressarem e comunicarem como querem desenvolver seus projetos...". **Luiz Carlos Sampaio.**





Inauguração da loja Kayapó



Muitas reflexões estão surgindo a partir da realização desse primeiro grande encontro de coordenadores indígenas, técnicos do Instituto Kabu e consultores.

As análises de cada projeto, a reflexão sobre a importância e o histórico de cada iniciativa, as problemáticas e gargalos e também os avanços, foram importantes para resultar em propostas iniciais para os necessários ajustes de gestão e condução de cada projeto.

Um ponto de reflexão ainda recai sobre o papel dos coordenadores. É fundamental que os mesmos encontrem apoio em suas comunidades e nas lideranças de suas aldeias para o bom desenvolvimento dos projetos, afim de contribuir para a execução de metas e objetivos previstos na concepção de cada projeto dentro do CI PBA da BR-163/PA ou do Programa Kayapó do TC Eletrobrás.

INSTITUTO KABU INAUGURA LOJA NA CIDADE DE NOVO PROGRESSO PARA AJUDAR A AUMENTAR AS VENDAS DOS PRODUTOS E ARTESANATOS KAYAPÓ.

No mês de outubro de 2018, o Instituto Kabu e as aldeias associadas inauguraram na cidade de Novo Progresso/PA a primeira loja do projeto arte Kayapó.

"A loja Kayapó funcionará como local de capacitações e treinamentos práticos para técnicos, artesãos e coordenadores indígenas, pois o relacionamento com o público, a gestão do estoque e dos recursos, os registros necessários, a comunicação visual e escrita a ser utilizada e as demais atividades que serão desenvolvidas na loja, servem como instrumentos didáticos para os participantes do projeto".

Mas, a loja é mais um importante canal para aumentar as vendas do projeto e garantir recursos para o fortalecimento da produção das comunidades.

A inauguração foi feita com um grande evento, com excelente repercussão na cidade junto a moradores locais, junto aos indígenas e até mesmo junto à mídia local, que realizou a cobertura da inauguração da loja, realizada no dia 04 de outubro de 2018.

OS PRIMEIROS RESULTADOS DA LOJA KAYAPÓ

Os resultados são vários, hoje fazemos vendas diárias, estamos atendendo melhor os artesãos, conseguimos melhor organização da produção e a sensibilização dos indígenas que diariamente passam pela loja e observam a exposição, comparam os produtos e observam a qualidade e a apresentação de cada peça.

FEIRAS E RESULTADOS FINANCEIROS DO PROJETO.

A participação em Feiras tem o objetivo de aumentar a comercialização do artesanato Kayapó, resultando na geração e distribuição de renda entre as famílias produtoras. As feiras ajudam a vender bem nossa produção e também é um local para trocar experiências, entender o que o

cliente deseja, fazer relacionamento e apresentar para o público os Kayapó, os artesanatos e o Instituto Kabu.

A participação em feiras apesar de custar caro e de depender de parceiros para a sua viabilização é uma maneira importante de garantir aos Kayapó uma vitrine para seus artesanatos. Os resultados das vendas vêm demonstrando que este é o principal canal de

comercialização responsável em gerar as maiores receitas do projeto.

No ano de 2018 o projeto participou de mais de 08 feiras. E a renda gerada e depositada na conta do projeto foi de **R\$ 110.474,00 (cento de dez mil, quatrocentos e setenta e quatro reais)**. É com esses recursos que o Instituto Kabu fortalece a produção das comunidades.



Resultados da participação em feiras do Projeto Arte Kayapó.

////////////////////

Antes os indígenas que participavam das feiras eram apenas acompanhantes dos técnicos, como maneira de legitimar o projeto junto ao seu público. Mas o Instituto Kabu vem investindo na capacitação dos representantes indígenas, para que os mesmos assumam o papel de protagonista da exposição de sua arte e produção, assim como maior contato com os clientes e com os resultados do projeto.

Neste sentido nos últimos eventos foi adotado um sistema de rodízio de participantes indígenas com vistas a priorizar os indígenas que residem nas aldeias para que os mesmos possam exercer o controle social vital para o fortalecimento do projeto junto as comunidades.

VEJA QUAIS FEIRAS O INSTITUTO KABU PARTICIPOU E O RESULTADO DE CADA UMA:

○ Feira no ATL (ACAMPAMNETO TERRA LIVRE)

Evento realizado em Brasília no mês de abril de 2018 – foram vendi-

dos diversos produtos e o valor arrecadado foi de R\$ 17.500,00 (dezesete mil e quinhentos reais).

○ Feira na Rosebaum / Feira dia das Mães

Evento realizado em São Paulo no mês de maio de 2018 – foram vendidos diversos produtos e o valor arrecadado foi de R\$13.594,00 (treze mil, quinhentos e noventa e quatro reais).

○ Natural Tech – Biofach Brasil / origens brasil

Evento realizado em São Paulo no mês de junho de 2018 – foram vendidos diversos produtos e o valor arrecadado foi de R\$ 9.380, 00 (Nove mil, trezentos e oitenta reais).

○ Feira da Chapada dos Veadeiros – Aldeia Multiétnica/encontro de culturas

Evento realizado em São Paulo no mês de julho de 2018 – foram vendidos diversos produtos e o valor arrecadado foi de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais)

○ Feira na Rosebaum/ Feira dia dos Pais

Evento realizado em São Paulo no mês de maio de 2018 – foram vendidos diversos produtos e o valor arrecadado foi de R\$ 12.000,00 (doze mil reais)

○ Feira na Rosebaum/ Feira de Natal

Evento realizado em São Paulo no mês de dezembro de 2018 – foram vendidos diversos produtos e o valor arrecadado foi de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

○ Feira da FUNAI

Evento realizado em São Paulo no mês de dezembro de 2018 – foram vendidos diversos produtos e o valor arrecadado foi de R\$ 11.000,00 (onze mil reais).

TOTAL ARRECADADO EM 2018 – R\$ 110.474,00 (cento de dez mil, quatrocentos e setenta e quatro reais).



Editorial 2018

Esse boletim foi produzido pela coordenação do Subprograma de Alternativas Econômicas Sustentáveis do Instituto Kabu - PBA da BR-163/ Componente Indígena

Diretoria do Instituto Kabu
Tomejwa Bepakati - Diretor Presidente
Mydjerê Kayapó - Vice-diretor presidente
Kokorô Mekranotire - Diretor Financeiro
Takakôjo Kayapó - Vice-diretor Financeiro
Patkore Mekrãgnotire - Diretor administrativo
Po Yre Kayapó - Vice-diretor administrativo

Coordenação do PBA/BR-163
Junio Estlei Martins de Oliveira

Coordenação do TC Eletrobrás/Norte Energia
Edson Carlos Ramalho

Equipe do Programa de Alternativas Econômicas Sustentáveis - PBA/BR-163
Cleber Oliveira de Araújo
Dulciane de Souza Silva
Bepmolti Kayapó

Projeto gráfico e diagramação
Rones José Silvano de Lima

Revisão
Ana Carolina Correia da Costa Araújo

Metodologia
Habitat Socioambiental





INFORMATIVO SOBRE ALTERNATIVAS ECONÔMICAS

Projetos desenvolvidos pelo Instituto Kabu

Ano 1 - Janeiro de 2019

Apresentação



Este é o boletim informativo sobre os Projetos de Alternativas Econômicas Sustentáveis desenvolvidos pelo Instituto Kabu e por suas aldeias associadas. O objetivo é facilitar a comunicação dos projetos com as aldeias, coordenadores indígenas e lideranças.

A elaboração e distribuição de informativos impressos que

possam circular entre as aldeias, com notícias, informações e detalhes sobre o andamento de cada projeto e ainda do cronograma/calendário das atividades, permitirá que os artesãos e os produtores indígenas se programem e melhorem sua atuação nas atividades previstas.

Essa segunda edição do *boletim informativo* fala sobre quatro novidades:

1. Lançamento das novas camisetas do Projeto Inokã.
2. Nova embalagem da Castanha.
3. Nova embalagem do Cumaru.
4. Nova embalagem da Fariinha.



O desenvolvimento econômico sustentável das famílias kayapó tem relação direta com a proteção de suas florestas.

Lançamento das novas camisetas do Projeto Inokà



Inokà - é o projeto de apoio à confecção de camisetas Kayapó, com o objetivo de ampliar a renda das famílias associadas ao Instituto Kabu. O projeto surgiu em 2013, com o objetivo de contribuir com a ampliação da receita do Projeto Arte Kayapó para

aumentar a compra dos artesanatos e, consequentemente, fortalecer a produção artesanal das comunidades.

O projeto já desenvolveu três coleções de camisetas, sendo elas: faces de Mebengôkré, grafismos e artesanatos. Agora está indo para

sua quarta coleção, que será inspirada na oralidade, na arte plumária e em outros elementos da cultura Kayapó.

A nova coleção de camisetas tem 05 modelos que foram produzidos e aprovados pelo Instituto Kabu.

MODELO 01

Camiseta nomes kayapó

Camiseta utiliza a ilustração do imponente Krokroti (cocar com grandes penas de arara azul) – e como elemento tipográfico, utiliza os três nomes pelos quais os Kayapó são conhecidos: Mebengôkré, Mekrãgnoti e Kayapó.



MODELO 02

Camiseta onça pintada

Utiliza ilustração com o rosto da onça pintada e a tipografia com a escrita na língua Kayapó. Rop Krore - Onça Pintada.



MODELO 03**Camiseta menpreire**

Utiliza a ilustração de uma criança Kayapó adornada com a pintura de jenipapo no corpo e no rosto. Nesta estampa não foi usada a tipografia como recurso, apenas o desenho.

**MODELO 04****Camiseta mbenajore**

Utiliza ilustração do homem Kayapó e foi inspirada na luta e resistência desse povo guerreiro, que por meio de seus Mbenajore (líderes) vêm conquistando seus direitos e fortalecendo a organização social de suas aldeias.

**MODELO 05****Camiseta kikré**

Utiliza ilustração da casa Kayapó, homenageando a arquitetura Kayapó. A arte da camiseta usa dois elementos: o formato da casa e a descrição dos componentes da casa, juntamente como o nome Kayapó.





Novos produtos dos kayapó

O processo de elaboração das embalagens de Castanha, Cumaru e Farinha de Mandioca tem o objetivo de qualificar a produção, agregar valor aos produtos e subprodutos das famílias Kayapó e ampliar a comercialização da produção, fazendo a exposição positiva das comunidades atendidas pelos projetos de Alternativas Econômicas Sustentáveis do PBA.

As embalagens dos produtos são de fundamental importância para aceitação dos mesmos no mercado, uma vez que mesmo que os produtos apresentem uma qualidade excelente, mas sem uma apresentação convincente, será di-

ficil disputar mercado com outros produtos já consolidados. (Araújo, 2015).

Nova embalagem da Castanha

Os Kayapó manejam e coletam a castanha (Pi-y) há muito tempo. Esse alimento sempre esteve presente em sua dieta e economia de subsistência, com comercialização do excedente. As terras Indígenas Baú e Menkrágnoti possuem vastos castanhais, alguns ainda não acessados pelas famílias. Existe uma importante relação cultural e de fortalecimento da organização social dos Mebengôkre em torno da coleta da

castanha. As famílias se preparam e se deslocam para os castanhais em múltiplos grupos familiares de janeiro a abril. A transmissão de conhecimentos tradicionais é fortalecida em meio a essa importante atividade extrativista que nos últimos anos vem sendo desenvolvida em bases da economia de mercado – coleta para o comércio.

Neste sentido, o Instituto Kabu está atualizando a embalagem para a venda fracionada e processada sem casca, que além do pacote de 150g, também desenvolveu uma embalagem para o consumo expresso e mais prático, com três unidades.



Nova embalagem do Cumaru



O cumaru é um remédio tradicional dos Kayapó, que a partir do chá das sementes, é capaz de curar dor de garganta e ajudar no tratamento da gripe, além de possuir outros usos medicinais por parte das famílias Kayapó.

A coleta do cumaru para fins comerciais é uma atividade recente. Foi a partir de 2013 que as aldeias Kubenkokre e Kendjan, situadas à margem do rio Iriri, começaram a desenvolver essa atividade. Somente depois, o Instituto Kabu encontrou comprador para a produção das comunidades.

O Instituto Kabu também vai comercializar potes de sementes de cumaru para o público específico ligado à gastronomia ou medicina tradicional, como remédio para produção de chás.

A embalagem desenvolvida é um pote de vidro, com rótulo na cor branca, apenas com o nome do cumaru escrito em Kayapó, com tradução para o português e o inglês. No verso do rótulo contem a seguinte informação:

As sementes de cumaru, tradicionalmente utilizadas na medicina Kayapó, são coletadas de árvores que podem atingir até 30 metros de altura. Essas sementes são muito aromáticas e adocicadas e além de suas propriedades medicinais, são bastante apreciadas pela alta gastronomia. Saiba mais em www.kabu.org.br

◦ Contém 300g de sementes in natura de cumaru *Contém Cumarina.

◦ Coletado na Floresta Amazônica do sul do Pará, nas TI Baú e Mekrãgnoti, pelos índios Kayapó Mekrãgnoti.

◦ Esse é um projeto do Instituto Kabu, uma organização criada pelos índios Kayapó.

A embalagem também possuirá uma tag/etiqueta, com informações sobre o histórico do uso do cumaru na medicina tradicional Kayapó e a sua importante incorporação na gastronomia brasileira, a partir de importantes chefes de cozinha.

Na embalagem também será inserido o código de barras, a tabela nutricional do cumaru, e a informação sobre a dispensa de registro, conforme RESOLUÇÃO No 23, DE 15 DE MARÇO DE 2000, que dispõe sobre o Manual de Procedimentos Básicos para Registro e Dispensa da Obrigatoriedade de Registro de Produtos Pertinentes à Área de Alimentos.





Nova embalagem da Farinha

A farinha é um dos principais alimentos na dieta Kayapó, ocupando lugar central na culinária tradicional. As famílias dominam o cultivo de algumas variedades da mandioca e mantêm roçados extensos dispersos por suas rotas de acessos. Os homens abrem as áreas para o plantio, mas são as mulheres, crianças e alguns anciãos que realizam o plantio e a colheita. Em resistentes cestos cargueiros, as mandiocas são levadas para a aldeia, a fim de se preparar a farinha, tarefa essa também desenvolvida pela mulher Kayapó. (Araújo, 2017. Programa Kayapó - Instituto Kabu).

O excedente da farinha de mandioca das mulheres Kayapó será comercializado em potes de plástico sustentável (de origem vegetal, como cana de açúcar ou amido de mandioca), com um rótulo atraente desenvolvido a partir da imagem da mulher Kayapó durante o processo de torração da farinha, com o auxílio do remo, que é utilizado para mexer a farinha e garantir que toda a massa seja torrada.

Além da embalagem em potes de plástico e o rótulo de apresentação de origem da farinha, o pote virá acompanhado de uma tag/etiqueta com textos e imagens explicativos sobre o processo produtivo da farinha.



A importância dos Projetos



Os diversos projetos econômicos desenvolvidos pelos Kayapó são fundamentais para garantir a sustentabilidade econômica, cultural, social e ambiental. O sucesso dessas atividades está ligado a processos educativos com forte mensa-

gem sobre a importância da proteção territorial, ao mesmo tempo que diz não para as atividades ilícitas como garimpo, exploração de madeiras e outras, que colocam em risco a integridade das florestas Kayapó.

Neste sentido, o desenvolvimento

de embalagens para o fortalecimento de três projetos centrais na economia Kayapó é sem dúvida um importante reforço no desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis, que precisam ser reforçadas e valorizadas sempre.



Editorial 2019

Esse boletim foi produzido pela coordenação do Subprograma de Alternativas Econômicas Sustentáveis do Instituto Kabu - PBA da BR-163/Componente Indígena

Diretoria do Instituto Kabu
Tomejkwa Bepakati - Diretor Presidente
Mydjerê Kayapó - Vice-diretor presidente
Kokorô Mekranotire - Diretor Financeiro
Takakdjo Kayapó - Vice-diretor Financeiro
Patkore Mekrãgnoti - Diretor administrativo
Po Yre Kayapó - Vice-diretor administrativo

Coordenação do PBA/BR-163
Junio Estlei Martins de Oliveira

Coordenação do TC Eletrobrás/Norte Energia
Edson Carlos Ramalho

Equipe do Programa de Alternativas Econômicas Sustentáveis - PBA/BR-163
Cleber Oliveira de Araújo
Dulciane de Souza Silva
Bepmoiti Kayapó

Projeto gráfico e diagramação
Rones José Sívano de Lima

Revisão
Ana Carolina Correia da Costa Araújo

Metodologia
Habitat Socioambiental





CARTA ABERTA CONTRA O PL 191/2020

"A floresta está viva. Só vai morrer se os brancos insistirem em destruí-la. Se conseguirem, os rios vão desaparecer debaixo da terra, o chão vai se desfazer, as árvores vão murchar e as pedras vão rachar no calor."

- Davi Kopenawa, em "A queda do céu: palavras de um xamã Yanomami"

O povo brasileiro tem o dever de conhecer os graves impactos econômicos, sociais e ambientais que poderão decorrer da aprovação do Projeto de Lei (PL) nº 191/2020, não somente para os povos indígenas, mas para todos nós.

O projeto libera a mineração em terras indígenas e faz parte do Pacote da Destruição do governo Bolsonaro. É um projeto que atropela a Constituição Federal e ataca, mais uma vez, os direitos dos povos originários do Brasil. Por essa razão, nós, parlamentares, e instituições parceiras da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas (FPMDDPI), manifestamos o nosso posicionamento contrário à sua aprovação.

Lembramos que já no dia 11 de fevereiro de 2020, uma comissão formada por representantes do Congresso, da sociedade civil e lideranças indígenas, entregou um pedido ao então presidente da Câmara dos Deputados para que o projeto fosse devolvido ao Poder Executivo. O PL 191/2020 apresenta evidentes problemas jurídicos e de inconstitucionalidade, desconsidera tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário, e afronta o próprio Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Não procede a justificativa usada pelo governo Bolsonaro para pedir o regime de urgência para esse projeto: o de que a guerra na Ucrânia poderia ameaçar a agricultura brasileira, uma vez que a Rússia é uma das principais fornecedoras de fertilizantes para o Brasil. Conforme estudo do Laboratório de Gestão de Serviços



Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), cerca de 2/3 das reservas nacionais de potássio, principal insumo para a produção de fertilizantes, estão fora da Amazônia Legal, que concentra 98% das terras indígenas homologadas no país.

Além disso, nenhum dos grandes depósitos de potássio da região está localizado nesses territórios ancestrais, considerados sagrados pelos povos originários e protegidos pela Constituição. Segundo a pesquisa da UFMG, as jazidas já disponíveis e situadas fora de terras indígenas poderiam suprir nossa demanda do mineral por mais de 80 anos.

A atual legislatura não pode passar para a História como incentivadora da destruição dos povos e das terras indígenas. Vamos ouvir o clamor da floresta. Todos nós, deputadas, deputados, senadoras e senadores, independentemente de posições políticas e ideológicas, devemos lutar para não carregar essa nódoa indelével. E, para isso, contamos com o apoio da população brasileira!

Brasília/DF, 22 de março de 2022.

OPEN LETTER AGAINST BILL 191/2020

"The forest is alive. It will only die if the whites insist on destroying it. If they succeed, the rivers will disappear under the earth, the ground will crumble, trees will wither and rocks will crack in the heat. " Davi Kopenawa, in "The Falling Sky: words of a Yanomami shaman"

The international community must understand the serious economic, social and environmental impacts that could result from the approval of Bill (PL) No. 191/2020, not only for indigenous peoples, but for all of us.

The Bill would allow mining on indigenous lands and is part of a suite of legislation promoted by the Bolsonaro administration dubbed the "Package of Destruction". It

EIXO 1 – DIREITOS TERRITORIAIS INDÍGENAS – DEMARCAÇÃO E PROTEÇÃO AOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS JÁ!

- Comprometimento político e garantia de recursos suficientes para a identificação, delimitação, declaração, demarcação e homologação imediata de todas as Terras Indígenas, até o final de 2026;
- Elaboração de Plano factível para imediata desintrusão de todas as terras indígenas, invadidas por fazendeiros, grileiros, madeireiros, garimpeiros e outros invasores;
- Constituição de uma Força Tarefa Interministerial para criar Planos Permanentes de Proteção das Terras Indígenas bem como assegurar recursos e condições necessários para a sua manutenção e a participação direta das comunidades indígenas.
- Fortalecimento da política especial de proteção e de não contato aos povos indígenas isolados e de recente contato, com respeito à política do não contato e estabelecimento de portarias de Restrição de uso para suas terras de no mínimo 1 ano, com avaliação de renovação antes de seu vencimento.

EIXO 2 – RETOMADA DOS ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL INDÍGENAS

- Dar cumprimento a obrigação de consultar os povos indígenas quando medidas administrativas e legislativas impactem seus territórios e direitos, respeitando seus protocolos autônomos de consulta e consentimento, em conformidade com a Convenção n. 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT);
- Reativar todos os dispositivos de participação social, extintos ou reduzidos pelo Governo Bolsonaro, tais como: Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPi); Conselho de Segurança Alimentar (CONSEA); Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), Conselho Nacional de Saúde (CNS), Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) assegurando ampla participação da sociedade civil; e ainda propomos o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) e o Subsistema de Saúde Indígena (SESAI/SUS), bem como implementação da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas (PNGTI).

EIXO 3 – RECONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS E INSTITUIÇÕES INDÍGENAS

- Reestruturar as instituições responsáveis pela implementação das políticas públicas voltadas aos nossos povos, em especial, a FUNAI e a SESA, garantindo autonomia, rigor técnico, servidores públicos e dotação orçamentária condizente com as necessidades das ações necessárias à promoção dos direitos indígenas, com respeito à diversidade de povos, gêneros, e gerações;
- Criar mecanismos específicos de proteção a indígenas defensores de direitos humanos, com recursos financeiros e estrutura administrativa condizente
- Promover a assistência integral à saúde indígena e à educação bilíngue respeitando as especificidades culturais e sociais dos povos indígenas.

EIXO 4 – INTERRUÇÃO DA AGENDA ANTI-INDÍGENA NO CONGRESSO FEDERAL

Impedir o avanço de medidas legislativas que atentam contra os direitos territoriais indígenas como:

- PL 490/2007 – Marco Temporal
- PL 191/2020 – Mineração em Terras Indígenas
- PL 6299/2002 – PL do Veneno
- PL 2633/2020 e PL 510/2021 (Grilagem de Terras)
- PL 3729/2004 (Agora no senado como PL nº 2159/2021) | Licenciamento ambiental

EIXO 1 – DIREITOS TERRITORIAIS INDÍGENAS – DEMARCAÇÃO E PROTEÇÃO AOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS JÁ!

- Comprometimento político e garantia de recursos suficientes para a identificação, delimitação, declaração, demarcação e homologação imediata de todas as Terras Indígenas, até o final de 2026;
- Elaboração de Plano factível para imediata desintrusão de todas as terras indígenas, invadidas por fazendeiros, grileiros, madeireiros, garimpeiros e outros invasores;
- Constituição de uma Força Tarefa Interministerial para criar Planos Permanentes de Proteção das Terras Indígenas bem como assegurar recursos e condições necessários para a sua manutenção e a participação direta das comunidades indígenas.
- Fortalecimento da política especial de proteção e de não contato aos povos indígenas isolados e de recente contato, com respeito à política do não contato e estabelecimento de portarias de Restrição de uso para suas terras de no mínimo 1 ano, com avaliação de renovação antes de seu vencimento.

EIXO 2 – RETOMADA DOS ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL INDÍGENAS

- Dar cumprimento a obrigação de consultar os povos indígenas quando medidas administrativas e legislativas impactem seus territórios e direitos, respeitando seus protocolos autônomos de consulta e consentimento, em conformidade com a Convenção n. 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT);
- Reativar todos os dispositivos de participação social, extintos ou reduzidos pelo Governo Bolsonaro, tais como: Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPi); Conselho de Segurança Alimentar (CONSEA); Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), Conselho Nacional de Saúde (CNS), Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) assegurando ampla participação da sociedade civil; e ainda propomos o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) e o Subsistema de Saúde Indígena (SESAI/SUS), bem como implementação da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas (PNGTI).

EIXO 3 – RECONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS E INSTITUIÇÕES INDÍGENAS

- Reestruturar as instituições responsáveis pela implementação das políticas públicas voltadas aos nossos povos, em especial, a FUNAI e a SESA, garantindo autonomia, rigor técnico, servidores públicos e dotação orçamentária condizente com as necessidades das ações necessárias à promoção dos direitos indígenas, com respeito à diversidade de povos, gêneros, e gerações;
- Criar mecanismos específicos de proteção a indígenas defensores de direitos humanos, com recursos financeiros e estrutura administrativa condizente
- Promover a assistência integral à saúde indígena e à educação bilíngue respeitando as especificidades culturais e sociais dos povos indígenas.

EIXO 4 – INTERRUÇÃO DA AGENDA ANTI-INDÍGENA NO CONGRESSO FEDERAL

Impedir o avanço de medidas legislativas que atentam contra os direitos territoriais indígenas como:

- PL 490/2007 – Marco Temporal
- PL 191/2020 – Mineração em Terras Indígenas
- PL 6299/2002 – PL do Veneno
- PL 2633/2020 e PL 510/2021 (Grilagem de Terras)
- PL 3729/2004 (Agora no senado como PL nº 2159/2021) | Licenciamento ambiental

EIXO 1 – DIREITOS TERRITORIAIS INDÍGENAS – DEMARCAÇÃO E PROTEÇÃO AOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS JÁ!

- Comprometimento político e garantia de recursos suficientes para a identificação, delimitação, declaração, demarcação e homologação imediata de todas as Terras Indígenas, até o final de 2026;
- Elaboração de Plano factível para imediata desintrusão de todas as terras indígenas, invadidas por fazendeiros, grileiros, madeireiros, garimpeiros e outros invasores;
- Constituição de uma Força Tarefa Interministerial para criar Planos Permanentes de Proteção das Terras Indígenas bem como assegurar recursos e condições necessários para a sua manutenção e a participação direta das comunidades indígenas.
- Fortalecimento da política especial de proteção e de não contato aos povos indígenas isolados e de recente contato, com respeito à política do não contato e estabelecimento de portarias de Restrição de uso para suas terras de no mínimo 1 ano, com avaliação de renovação antes de seu vencimento.

EIXO 2 – RETOMADA DOS ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL INDÍGENAS

- Dar cumprimento a obrigação de consultar os povos indígenas quando medidas administrativas e legislativas impactem seus territórios e direitos, respeitando seus protocolos autônomos de consulta e consentimento, em conformidade com a Convenção n. 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT);
- Reativar todos os dispositivos de participação social, extintos ou reduzidos pelo Governo Bolsonaro, tais como: Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPi); Conselho de Segurança Alimentar (CONSEA); Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), Conselho Nacional de Saúde (CNS), Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) assegurando ampla participação da sociedade civil; e ainda propomos o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) e o Subsistema de Saúde Indígena (SESAI/SUS), bem como implementação da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas (PNGTI).

EIXO 3 – RECONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS E INSTITUIÇÕES INDÍGENAS

- Reestruturar as instituições responsáveis pela implementação das políticas públicas voltadas aos nossos povos, em especial, a FUNAI e a SESA, garantindo autonomia, rigor técnico, servidores públicos e dotação orçamentária condizente com as necessidades das ações necessárias à promoção dos direitos indígenas, com respeito à diversidade de povos, gêneros, e gerações;
- Criar mecanismos específicos de proteção a indígenas defensores de direitos humanos, com recursos financeiros e estrutura administrativa condizente
- Promover a assistência integral à saúde indígena e à educação bilíngue respeitando as especificidades culturais e sociais dos povos indígenas.

EIXO 4 – INTERRUÇÃO DA AGENDA ANTI-INDÍGENA NO CONGRESSO FEDERAL

Impedir o avanço de medidas legislativas que atentam contra os direitos territoriais indígenas como:

- PL 490/2007 – Marco Temporal
- PL 191/2020 – Mineração em Terras Indígenas
- PL 6299/2002 – PL do Veneno
- PL 2633/2020 e PL 510/2021 (Grilagem de Terras)
- PL 3729/2004 (Agora no senado como PL nº 2159/2021) | Licenciamento ambiental

EIXO 1 – DIREITOS TERRITORIAIS INDÍGENAS – DEMARCAÇÃO E PROTEÇÃO AOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS JÁ!

- Comprometimento político e garantia de recursos suficientes para a identificação, delimitação, declaração, demarcação e homologação imediata de todas as Terras Indígenas, até o final de 2026;
- Elaboração de Plano factível para imediata desintrusão de todas as terras indígenas, invadidas por fazendeiros, grileiros, madeireiros, garimpeiros e outros invasores;
- Constituição de uma Força Tarefa Interministerial para criar Planos Permanentes de Proteção das Terras Indígenas bem como assegurar recursos e condições necessários para a sua manutenção e a participação direta das comunidades indígenas.
- Fortalecimento da política especial de proteção e de não contato aos povos indígenas isolados e de recente contato, com respeito à política do não contato e estabelecimento de portarias de Restrição de uso para suas terras de no mínimo 1 ano, com avaliação de renovação antes de seu vencimento.

EIXO 2 – RETOMADA DOS ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL INDÍGENAS

- Dar cumprimento a obrigação de consultar os povos indígenas quando medidas administrativas e legislativas impactem seus territórios e direitos, respeitando seus protocolos autônomos de consulta e consentimento, em conformidade com a Convenção n. 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT);
- Reativar todos os dispositivos de participação social, extintos ou reduzidos pelo Governo Bolsonaro, tais como: Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPi); Conselho de Segurança Alimentar (CONSEA); Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), Conselho Nacional de Saúde (CNS), Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) assegurando ampla participação da sociedade civil; e ainda propomos o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) e o Subsistema de Saúde Indígena (SESAI/SUS), bem como implementação da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas (PNGTI).

EIXO 3 – RECONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS E INSTITUIÇÕES INDÍGENAS

- Reestruturar as instituições responsáveis pela implementação das políticas públicas voltadas aos nossos povos, em especial, a FUNAI e a SESA, garantindo autonomia, rigor técnico, servidores públicos e dotação orçamentária condizente com as necessidades das ações necessárias à promoção dos direitos indígenas, com respeito à diversidade de povos, gêneros, e gerações;
- Criar mecanismos específicos de proteção a indígenas defensores de direitos humanos, com recursos financeiros e estrutura administrativa condizente
- Promover a assistência integral à saúde indígena e à educação bilíngue respeitando as especificidades culturais e sociais dos povos indígenas.

EIXO 4 – INTERRUÇÃO DA AGENDA ANTI-INDÍGENA NO CONGRESSO FEDERAL

Impedir o avanço de medidas legislativas que atentam contra os direitos territoriais indígenas como:

- PL 490/2007 – Marco Temporal
- PL 191/2020 – Mineração em Terras Indígenas
- PL 6299/2002 – PL do Veneno
- PL 2633/2020 e PL 510/2021 (Grilagem de Terras)
- PL 3729/2004 (Agora no senado como PL nº 2159/2021) | Licenciamento ambiental

EIXO 1 – DIREITOS TERRITORIAIS INDÍGENAS – DEMARCAÇÃO E PROTEÇÃO AOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS JÁ!

- Comprometimento político e garantia de recursos suficientes para a identificação, delimitação, declaração, demarcação e homologação imediata de todas as Terras Indígenas, até o final de 2026;
- Elaboração de Plano factível para imediata desinversão de todas as terras indígenas, invadidas por fazendeiros, grileiros, madeireiros, garimpeiros e outros invasores;
- Constituição de uma Força Tarefa Interministerial para criar Planos Permanentes de Proteção das Terras Indígenas bem como assegurar recursos e condições necessários para a sua manutenção e a participação direta das comunidades indígenas.
- Fortalecimento da política especial de proteção e de não contato aos povos indígenas isolados e de recente contato, com respeito à política do não contato e estabelecimento de portarias de Restrição de uso para suas terras de no mínimo 1 ano, com avaliação de renovação antes de seu vencimento.

EIXO 2 – RETOMADA DOS ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL INDÍGENAS

- Dar cumprimento a obrigação de consultar os povos indígenas quando medidas administrativas e legislativas impactem seus territórios e direitos, respeitando seus protocolos autônomos de consulta e consentimento, em conformidade com a Convenção n. 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT);
- Reativar todos os dispositivos de participação social, extintos ou reduzidos pelo Governo Bolsonaro, tais como: Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPi); Conselho de Segurança Alimentar (CONSEA); Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), Conselho Nacional de Saúde (CNS), Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) assegurando ampla participação da sociedade civil; e ainda propomos o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) e o Subsistema de Saúde Indígena (SESAI/SUS), bem como implementação da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas (PNGTI).

EIXO 3 – RECONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS E INSTITUIÇÕES INDÍGENAS

- Reestruturar as instituições responsáveis pela implementação das políticas públicas voltadas aos nossos povos, em especial, a FUNAI e a SESA, garantindo autonomia, rigor técnico, servidores públicos e dotação orçamentária condizente com as necessidades das ações necessárias à promoção dos direitos indígenas, com respeito à diversidade de povos, gêneros, e gerações;
- Criar mecanismos específicos de proteção a indígenas defensores de direitos humanos, com recursos financeiros e estrutura administrativa condizente
- Promover a assistência integral à saúde indígena e à educação bilíngue respeitando as especificidades culturais e sociais dos povos indígenas.

EIXO 4 – INTERRUPÇÃO DA AGENDA ANTI-INDÍGENA NO CONGRESSO FEDERAL

Impedir o avanço de medidas legislativas que atentam contra os direitos territoriais indígenas como:

- PL 490/2007 – Marco Temporal
- PL 191/2020 – Mineração em Terras Indígenas
- PL 6299/2002 – PL do Veneno
- PL 2633/2020 e PL 510/2021 (Grilagem de Terras)
- PL 3729/2004 (Agora no senado como PL nº 2159/2021) | Licenciamento ambiental

Estimado Presidente Lula,

Nós, da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) em conjunto com suas organizações regionais de base, estamos em Brasília, de 4 a 14 de abril de 2022, realizando a 18ª edição do Acampamento Terra Livre (ATL). Esta é a maior mobilização nacional indígena da história do país. Mais de 8 mil indígenas de 200 povos passaram por estes gramados.

Estamos aqui, pois entendemos as urgências que o Brasil e nossos povos vivem nos tempos de hoje. Nossas aldeias são constantemente invadidas, nossas Terras – as porções mais preservadas de todo o Brasil –, são destruídas pelo avanço ilegal da mineração, do garimpo, da grilagem, da indústria madeireira, do agronegócio, e outros empreendimentos como hidrelétricas, portos, estradas, linhas de transmissão, e até pelo tráfico de drogas. E este processo resulta invariavelmente em morte e violência contra nós, indígenas, de todas as regiões do Brasil. Nossas casas de reza são queimadas, nossas crianças e mulheres violentadas, nossos jovens e defensores são perseguidos e assassinados.

Precisamos interromper esses processos de destruição. Nossa luta é por nossos Povos, sim, mas também pelo futuro de todos e todas as brasileiras e pela humanidade inteira! É hora de construirmos um projeto civilizatório de país e de mundo. Nosso projeto é baseado nos princípios do respeito à democracia, aos direitos humanos, à justiça, ao cuidado com o meio ambiente, defendemos a pluralidade, sem racismo e discriminações de nenhum tipo.

Temos plena dimensão do esforço coletivo necessário para defender a democracia. Também nas instâncias institucionais, temos ocupado todos os espaços possíveis para garantir que nossas reivindicações sejam atendidas. E essa chave de compreensão, de que não é possível que não estejamos nos espaços de tomada de decisão e de execução de políticas públicas, é que nos leva, hoje, a nos posicionar durante o processo de eleições gerais brasileiras.

Lançamos a iniciativa “Campanha Indígena”, com a intenção de incentivar e apoiar candidaturas indígenas às Assembleias Legislativas e ao Congresso Nacional. Entendemos que é fundamental aumentarmos a representatividade indígena nas Casas Legislativas, não só porque é nelas que correm as principais ameaças aos nossos direitos fundamentais, assegurados pela Constituição Federal de 1988, mas também porque queremos estabelecer um nível de diálogo institucional com todas as esferas de governo.

Movidos por esta iniciativa, acreditamos que não há espaço para nenhum tipo de neutralidade quando o assunto é a eleição presidencial. O embate que você enfrentará este ano, como representante de uma parcela da sociedade que não se cala diante das desigualdades, é contra a barbárie do capital, o ódio fascista e o racismo estrutural deste sistema. Bolsonaro representa o que há de mais repugnante na política brasileira. Sua permanência no governo é intolerável. O Brasil não pode titubear: é fundamental derrotar Bolsonaro e sua agenda de morte e destruição.

É por isso que, reunidos no Acampamento Terra Livre 2022, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil e suas organizações regionais: a Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoim); o Conselho do Povo Terena; a Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste (Arpinsudeste); a Articulação dos Povos Indígenas do Sul (Arpinsul); a Grande Assembleia dos Povos Guarani Kaiowá (Aty Guasu); a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab); a Comissão Guarani Yvyrupa; a Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade, e tantas outras organizações indígenas aqui presentes, ANUNCIAM o apoio à sua pré-candidatura como Presidente da República.

Leais à nossa missão de defender os Povos Indígenas, nossas vidas, nossos territórios, nossos direitos, e conscientes do papel fundamental que cumprimos na preservação do meio ambiente, o que beneficia todas as pessoas — indígenas e não-indígenas, entendemos que o apoio à sua pré-candidatura deve vir acompanhado de um processo intenso de diálogo, elaboração de propostas e de compromissos políticos que resultem em um Programa de Governo coletivo e atento às questões urgentes que enfrentamos atualmente.

Este processo se inicia hoje, com esta Carta-Compromisso, e seguirá pelos próximos meses, e durante o seu mandato, até que em coletivo retomemos e reconstruamos o Brasil. Finalizamos esta declaração enunciando alguns compromissos que entendemos centrais para este diálogo, em defesa dos direitos fundamentais dos nossos povos que vêm sendo sistematicamente violados.

EIXO 1 – DIREITOS TERRITORIAIS INDÍGENAS – DEMARCAÇÃO E PROTEÇÃO AOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS JÁ!

- Comprometimento político e garantia de recursos suficientes para a identificação, delimitação, declaração, demarcação e homologação imediata de todas as Terras Indígenas, até o final de 2026;
- Elaboração de Plano factível para imediata desinvasão de todas as terras indígenas, invadidas por fazendeiros, grileiros, madeireiros, garimpeiros e outros invasores;
- Constituição de uma Força Tarefa Interministerial para criar Planos Permanentes de Proteção das Terras Indígenas bem como assegurar recursos e condições necessários para a sua manutenção e a participação direta das comunidades indígenas.
- Fortalecimento da política especial de proteção e de não contato aos povos indígenas isolados e de recente contato, com respeito à política do não contato e estabelecimento de portarias de Restrição de uso para suas terras de no mínimo 1 ano, com avaliação de renovação antes de seu vencimento.

EIXO 2 – RETOMADA DOS ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL INDÍGENAS

- Dar cumprimento a obrigação de consultar os povos indígenas quando medidas administrativas e legislativas impactem seus territórios e direitos, respeitando seus protocolos autônomos de consulta e consentimento, em conformidade com a Convenção n. 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT);
- Reativar todos os dispositivos de participação social, extintos ou reduzidos pelo Governo Bolsonaro, tais como: Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI); Conselho de Segurança Alimentar (CONSEA); Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), Conselho Nacional de Saúde (CNS), Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) assegurando ampla participação da sociedade civil; e ainda propomos o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) e o Subsistema de Saúde Indígena (SESAI/SUS), bem como implementação da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas (PNGTI).

EIXO 3 – RECONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS E INSTITUIÇÕES INDÍGENAS

- Reestruturar as instituições responsáveis pela implementação das políticas públicas voltadas aos nossos povos, em especial, a FUNAI e a SESA, garantindo autonomia, rigor técnico, servidores públicos e dotação orçamentária condizente com as necessidades das ações necessárias à promoção dos direitos indígenas, com respeito à diversidade de povos, gêneros, e gerações;
- Criar mecanismos específicos de proteção a indígenas defensores de direitos humanos, com recursos financeiros e estrutura administrativa condizente
- Promover a assistência integral à saúde indígena e à educação bilíngue respeitando as especificidades culturais e sociais dos povos indígenas.

EIXO 4 – INTERRUÇÃO DA AGENDA ANTI-INDÍGENA NO CONGRESSO FEDERAL

Impedir o avanço de medidas legislativas que atentam contra os direitos territoriais indígenas como:

- PL 490/2007 – Marco Temporal
- PL 191/2020 – Mineração em Terras Indígenas
- PL 6299/2002 – PL do Veneno
- PL 2633/2020 e PL 510/2021 (Grilagem de Terras)
- PL 3729/2004 (Agora no senado como PL nº 2159/2021) | Licenciamento ambiental

Disponível em < <https://apiboficial.org/2022/04/12/carta-aberta-do-acampamento-terra-livre-ao-pre-candidato-a-presidencia-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva/>>